



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA APLICADA- PosLA**

KALINE GIRÃO JAMISON

QUEM CASA QUER CASA
**CONCEITUALIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**



FORTALEZA- CEARÁ

2011



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE MESTRADO EM LINGÜÍSTICA APLICADA- PosLA**

KALINE GIRÃO JAMISON

***QUEM CASA QUER CASA*
CONCEITUALIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Lingüística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Lingüística Aplicada. Área de Concentração: Estudos da Linguagem - Lexicologia e Tradução, linha 3.

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Paula Lenz Costa Lima



FORTALEZA- CEARÁ

2011

J32q Jamison, Kaline Girão
Quem casa quer casa : a conceitualização e
categorização de violência por mulheres vítimas de violência conjugal /
Kaline Girão Jamison. _Fortaleza, 2011.
156f.

Orientadora: Profa Dra. Paula Lenz Costa Lima.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada) –
Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades.

1. Violência. 2. Modelos Cognitivos Idealizados.
3. Conceitualização. Universidade Estadual do Ceará, Centro de
Humanidades.

I. Título.

CDU - 410



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE METRADO EM LINGUÍSTICA APLICADA- PosLA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Titulo da dissertação: *Quem casa quer casa: Conceitualização e categorização de violência por mulheres vítimas de violência conjugal.*

Mestranda: Kaline Girão Jamison

Orientadora: Profa. Dra. Paula Lenz Costa Lima

Banca Examinadora



Prof. Dra. Luciane Correa Ferreira



Prof. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar



Prof. Dra. Paula Lenz Costa Lima

Defesa em 28/03/2011

Nota Obtida: 9,7

A meus filhos Brisa, Luara e Caio, por compreenderem minha
ausência.

AGRADECIMENTOS

À CAPES por ter financiado a construção de minha “casa própria”.

A todo o corpo técnico do Pos-LA, por ter sido as paredes e telhado de todos os mestrandos.

A minha orientadora, Paula Lenz Costa Lima, pela ajuda em cada pilastra edificada, para que eu pudesse construir minha “casa própria”, sonho de qualquer inquilino. Pelo zelo, paciência e carinho prestados desde a escolha do terreno até a hora do acabamento.

À professora Ana Cristina Pelosi Macedo, que fortaleceu meus alicerces.

À turma de 2009, pelo sonho da casa própria partilhado.

A minha amiga Letícia Adriana, que me abriu as portas de sua casa e que tanto me incentivou a erguer pilares cada vez mais altos.

Ao meu amigo–irmão Nilton Câmara, que partilhou comigo todos muros edificados

Aos meus pais, pelos pilares de determinação e coragem, nos quais me apoiei em todos os momentos.

Aos meus filhos, Brisa, Luara e Caio por terem me inspirado a abrir janelas e escancarar portas para novas oportunidades.

A todos os meus amigos aqui não mencionados que fazem a festa dentro de minha casa.

Ao meu companheiro Sigbjørn, por partilhar comigo um lar amoroso.

À madrinha do coração Tia Tela, pelo abrigo de uma vida inteira.

“Minha dor é perceber que apesar de termos
feito tudo que fizemos ainda somos os mesmos
e vivemos como nossos pais ”

Belchior.

RESUMO

A partir de boletins de ocorrência, lavrados por mulheres vítimas de violência conjugal na Delegacia de Atendimento à Mulher de Fortaleza, buscamos identificar quais os Modelos Cognitivos Idealizados (MCI) que estruturam o conceito de VIOLÊNCIA CONJUGAL nos relatos dessas vítimas. Nosso foco consiste em entender a relação entre cognição e linguagem, analisando tropos que, como a metáfora e a metonímia, exercem papel importante em atividades cognitivas e no processo de conceitualização da violência conjugal, enquanto fenômeno sócio-culturalmente situado. A abordagem teórica situa-se no campo da Linguística Cognitiva e é baseada nos estudos de Lakoff (1987) sobre Modelos Cognitivos Idealizados. A investigação qualitativa e de caráter exploratório-descritiva foi feita a partir de uma análise de um *corpus* formado por 41 segmentos discursivos, retirados de depoimentos de 6 mulheres vítimas de violência conjugal, gravados durante a produção de boletins de ocorrência (B.O.) Para chegar a um MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA, precisamos partir de um MCI de VIOLÊNCIA geral, cujos elementos são: agente, paciente, ação, instrumento, danos e pano de fundo, e do conceito CASA, enquanto estrutura física e abstrata que abriga a instituição matrimonial como cenário de pano de fundo prototípico. O conceito CASA encontra-se subjacente em todos os depoimentos, demonstrando sua influência para a estruturação do conceito CASAMENTO. Constatamos que as queixas das vítimas relacionadas à violência conjugal têm conexão com a violação de elementos do MCI de CASAMENTO. Sob esse ângulo, agrupamos certas ações praticadas pelos companheiros/maridos e ressaltadas pelas vítimas nos seguintes elementos do MCI de violência conjugal: marido não protetor, pai não protetor, marido não provedor agindo como se fosse, falta de felicidade matrimonial e violação da condição de mulher separada. Dentre esses elementos, marido não protetor é o elemento do MCI VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA de maior incidência entre os depoimentos das vítimas. Percebemos que, apesar de agressão física ser um submodelo metonímico prototípico de violência e de FORÇA(física) servir como base pré-conceitual da categoria violência, os elementos violados do MCI de CASAMENTO que estruturam em grande parte os MCIs de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA.

Palavras-chave: Linguística Cognitiva, Modelos Cognitivos Idealizados, Conceitualização, VIOLÊNCIA

ABSTRACT

Our goal was to identify in police reports made by women, victims of intimate partner violence, the Idealized Cognitive Models that underlined the concept of WESTERN CONTEMPORARY INTIMATE PARTNER VIOLENCE, as well as the cognitive linguistic mechanisms used to conceptualize and to communicate feelings about that concept. Our focus was to understand the relationship between cognition and language, considering that tropes such as metaphor and metonymy play an important role in our cognitive activities and in our process of conceptualization of WESTERN CONTEMPORARY INTIMATE PARTNER VIOLENCE, given its social and cultural situatedness. The approach lies in the field of Cognitive Linguistics and is based on the work of Lakoff (1987) on Idealized Cognitive Models. Qualitative research and exploratory-descriptive analysis were made from a *corpus* formed by 41 segments taken from recorded police reports of six female victims of intimate partner violence, who went to a local Police Station for Women, located in Fortaleza. We detected that; before pointing out the evoked ICMs for WESTERN CONTEMPORARY INTIMATE PARTNER VIOLENCE, it was necessary to start out from a ICM of GENERAL VIOLENCE with the following elements: agent, patient, action, mechanism, damage and background; the abstract and physical concept of HOUSE that underlies the institution of marriage serves as a prototypical background and it's present in all the six victims discourses, demonstrating its influence to structure the concept of MARRIAGE, since most victims' complaints were related to violation of the MARRIAGE ICM. The actions that were related to intimate partner violence and highlighted in the victims discourses were grouped into the following INTIMATE PARTNER VIOLENCE ICM elements: NON PROTECTIVE HUSBAND, NON PROTECTIVE FATHER, non provider who acts like it, lack of marital happiness and violation of the separated wife condition. Out of these elements, NON PROTECTIVE HUSBAND had the highest occurrence among our subjects. Therefore, although physical aggression is a prototypical metonymic submodel of VIOLENCE and that FORCE (physical) serves as the pre-conceptual foundation for the VIOLENCE category, violated elements of the ICM MARRIAGE structure largely the ICMs of WESTERN CONTEMPORARY INTIMATE PARTNER VIOLENCE

Keywords: Cognitive Linguistics, Idealized Cognitive Models, Conceptualization, VIOLENCE category.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Compulsão	31
-----------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Mapeamentos entre domínio alvo AMOR e domínio fonte VIAGEM.....	37
QUADRO 2 - MCI de AGRESSÃO.....	63
QUADRO 3- Mapeamentos Subjacentes ao conceito casamento OCIDENTAL contemporâneo.....	83
QUADRO 4- MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA.....	84
QUADRO 5- Normas de Transcrição.....	91
QUADRO 6- Elementos de VIOLÊNCIA CONJUGAL.....	101
QUADRO 7- Mapeamento da Metáfora da Autoridade do pai VS. Polícia.....	112
QUADRO 8- Resultados com elementos dos MCIs de VIOLÊNCIA CONJUGAL que se destacaram nos discurso de cada vítima.....	141

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	20
2. 1 Concepção da Mente Corporificada.....	24
2. 2 Modelos Cognitivos Idealizados	26
2. 2. 1 Modelos Cognitivos de Esquemas de Imagens	28
2. 2. 2 Modelos Cognitivos Proposicionais.....	32
2. 2. 3 Modelos Cognitivos Metonímicos.....	33
2. 2. 4 Modelos Cognitivos Metafóricos.....	35
2. 3 Sistema da Metáfora Moral	39
2.3.1 Metáfora da contabilidade moral.....	40
2.3.3.1 Metáfora da ORDEM MORAL.....	42
2.3.4 Metáfora da ESSÊNCIA MORAL	43
2.3.5 Metáfora da moralidade como cuidado	43
2. 4 Metáforas da VIDA INTERIOR.....	44
2.4.1 A metáfora geral do sujeito-eu.....	45
2.4.2 A metáfora dos múltiplos Eus	46
2.4.3 A metáfora do eu essencial	46
2. 5 A metáfora nas emoções e nos relacionamentos humanos.....	47
3 O TRAJETO DA violência: DA GERAL À conjugal	50
3. 1 Tipos de Violência	53
3. 2 MCI de VIOLÊNCIAS	61
3. 3 Violência contra a mulher	67
3. 4 MCI de CASAMENTO	69
3.6 MCI de Violência Conjugal Ocidental Contemporânea.....	79
4 CONSIDERAÇÕES METODÓGICAS DA PESQUISA	86
4. 1 Pesquisa Qualitativa.....	86
4.2 Contextos da Pesquisa	87
4. 3 Sujeitos.....	88
4.4 Coleta e análise de Dados	88
4.5 Instrumentos de pesquisa	89
4. 6 Normas para Transcrição	90
5 A VIOLÊNCIA NO DISCURSO DAS VÍTIMAS	93
5. 1 Vítima 1.....	93
5. 2 Vítima 2.....	106
5. 3 Vítima 3.....	115
5. 4 Vítima 4.....	117
5. 5 Vítima 5.....	130
5. 6 Vítima 6.....	136
5. 7 MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL DAS VÍTIMAS	140
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
ANEXOS	153

1 INTRODUÇÃO

“Em mulher não se bate”. Crescemos ouvindo as pessoas proferindo regras de conduta que, na prática, têm se mostrado bem diferente. Mulheres são violentadas todos os dias e de várias formas. Dentre as formas de violência que existem, aquela que ocorre no ambiente familiar, exercida pelo companheiro, é uma das mais cruéis praticadas contra a mulher. “A cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil”, apontam dados da pesquisa realizada em 2002, pela Fundação Perseu Abramo (VENTURI et al., 2004). Amaral (2001, p. 15) divulga que, “segundo dados mundiais, o risco de uma mulher ser agredida em seu próprio lar pelo marido, ex-marido ou atual companheiro é nove vezes maior do que o de sofrer algum tipo de violência na rua”. No entanto, acredita-se que tais dados estejam aquém da realidade, visto que a violência doméstica continua a ser um fenômeno sub-denunciado em todo o mundo.

Atualmente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a violência doméstica¹ como um problema de saúde pública, pois afeta a integridade física e saúde mental da vítima (ALMEIDA, 2005), a qual passa a ser frequentadora assídua de serviços de saúde. Pimentel e Piovensan (2007) esclarecem que a violência contra a mulher representa a principal causa de lesões e mortes em mulheres entre 15 e 44 anos no mundo. Pelo menos uma em cada três sofre violência física, sexual ou alguma outra forma de agressão, quase sempre pelas mãos de alguém com a qual ela convive.

Sabe-se que o impacto gerado diretamente sobre a vítima é o mais visível, porém há ainda o desgaste indireto, que atinge os sistemas de saúde, judicial e policial. Dados do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento revelam que a violência doméstica custa milhares de dólares às economias regionais com gastos médicos, judiciais, policiais e com perda de produtividade da participação da mulher no mercado de trabalho. Segundo Andrighi (2003), no Brasil, onde 70% dos crimes contra a mulher acontecem dentro de casa, a cada cinco faltas ao trabalho, uma está relacionada à violência doméstica, a qual é geradora de morte e incapacidade em mulheres com idade produtiva. Desse modo, percebe-se que a violência contra a mulher deixa de ser apenas “uma briga que ninguém mete a colher”, atingindo dimensões de caráter econômico e custos sociais consideráveis.

¹ De modo geral, a literatura utiliza o termo violência doméstica para tratar da violência praticada principalmente contra a mulher, sem especificar se esta se refere à violência intrafamiliar ou conjugal.

Inúmeros serviços de atendimento e campanhas de enfrentamento da violência contra mulheres têm sido desenvolvidos para auxiliar as vítimas. Em 1985, foi criada a primeira Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (doravante DEAM), no Estado de São Paulo. Em 2003, como órgão integrante da Presidência da República, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) que surgiu com o objetivo de estabelecer políticas públicas que contribuíssem para a melhoria de vida das brasileiras, assim como para desenvolver ações conjuntas com outros Ministérios e Secretarias Especiais no sentido de incorporar especificidades das mulheres nas políticas públicas.

Um dos serviços ofertados pela SPM, a Central de Atendimento à Mulher-Ligue 180, funcionando todos os dias, de segunda a sexta, com atendimento de âmbito nacional, foi criada com o objetivo de receber relatos ou denúncias de violência, orientando as mulheres sobre seus direitos e encaminhando-as aos serviços especializados, se necessário. Essa Central atende a uma antiga demanda dos movimentos feministas, de mulheres e de todos os inseridos no contexto de violência contra a mulher. Em 2007, foram 58.417 atendimentos no primeiro semestre. Entre janeiro e junho de 2009, o serviço registrou 161.774 atendimentos - um aumento de 32, 36% em relação aos 122.222 do mesmo período de 2008.

Considerada um marco na luta contra a violência doméstica, a lei 11.340, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, em referência à farmacêutica cearense que ficou paraplégica após ter recebido um tiro de seu ex-marido, foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula em 07 de agosto de 2006. A Lei, que objetiva inibir a prática da violência praticada contra a mulher, principalmente aquela que é agredida por quem mantém relações afetivas, aumentou o tempo de prisão dos agressores e eliminou a pagamento de cestas básicas como forma de punição. Outra medida importante é o fato de o agressor poder ser preso em flagrante ou ter sua prisão preventiva decretada, o que antes não era possível. Conforme o artigo primeiro da lei No. 11.340:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (Art. 1º)

A partir da criação da lei, o silêncio que escondia 70% dos homicídios de mulheres no Brasil foi quebrado e denúncias surgiram a todo momento por toda parte do país. No entanto, apesar da Lei Maria da Penha ser muito referenciada dentro da sociedade brasileira, sua

aplicabilidade e implementação não estão isentas de resistências e sofre com a oposição de práticas e representações sociais.

Além da inaptidão de policiais em compreender e lidar com fenômenos de atos violentos, por fazerem parte da mesma estrutura social e cultural de relações entre gêneros (QUEIROZ, 2008), opiniões que defendem a inconstitucionalidade da lei 11.340/06, muitas vezes, paralisam o processo instaurado, prejudicando a vítima. Aqueles que sustentam a inconstitucionalidade da lei afirmam que essa atinge o princípio da isonomia, ao estabelecer uma desigualdade baseada no gênero, garantindo à mulher vítima melhores mecanismos de proteção e punição contra o agressor, enquanto o homem não é beneficiado com tais instrumentos, conforme nos aponta Barbosa e Cavalcanti (2007) .

Apesar dos inúmeros esforços feitos em conscientizar a população sobre as questões relacionadas à violência praticada contra as mulheres, os dados ainda apontam para um crescimento de denúncias de agressões e ameaças a mulheres, que, muitas vezes, por serem co-dependentes da relação afetiva e “socializadas para conviver com a impotência” (SAFIOTTI, 2007, p. 84), solicitam a retirada da queixa prestada nas DEAMs contra o marido/companheiro, logo em seguida.

Várias pesquisas objetivaram estudar as relações de diversos aspectos e concepções de violência. Dentre elas, podemos destacar o interessante estudo de Bufacchi (2005), que explorou questões teóricas acerca da natureza e escopo da violência, sob uma perspectiva filosófica, identificando duas concepções: a minimalista, de definição mais restrita e relacionada ao uso da força; e a compreensiva, a qual concebe a violência mais amplamente, representando uma violação de direitos. Inicialmente, em oposição a alguns estudiosos, tais como, Ted Honderich, Manfred Steger, Riga e Wade (*apud* BUFACCHI), o autor defende que “violência”, não representa, necessariamente, um ato de violação, assim como “força física” nem sempre significa um ato violento. Nesse sentido, Bufacchi (2005) relaciona o conceito de “força” ao de “violência”, assim como o de “violência” ao de “violação”. Por fim, o autor chama a atenção para a complexidade de conceitualizar “violência” e sugere duas concepções: violência enquanto força e violência enquanto violação.

No tocante à violência doméstica, pesquisas e eventos estão, progressivamente, conquistando mais espaço no Brasil, sobretudo no âmbito acadêmico. Diversas ciências (Sociologia, Medicina, Antropologia, Linguística, Psicologia etc.) têm demonstrado interesse em pesquisar sobre esse fenômeno, que é atualmente considerado problema de saúde pública, como já colocados em outra parte desse trabalho.

Todavia, apesar da temática de violência doméstica estar sendo bastante discutida em todos os âmbitos das ciências, percebem-se poucas discussões do ponto de vista da linguagem. Dentre os estudos que consideram o “uso” lingüístico importante para sua análise, identificamos a dissertação de Dias (2007), intitulada *Práticas Identitárias em Relatos de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica* (2007), no prisma teórico da Análise do Discurso Crítica (ADC), que reforçou nosso interesse em desenvolver um estudo lingüístico, de caráter reflexivo.

Dias (2007) propôs-se a relacionar elementos lingüístico-discursivos de relatos de vítimas de violência doméstica a fim de obter pistas que favorecessem a compreensão sobre suas questões identitárias. Seus objetivos específicos eram investigar como se davam a construção da auto identidade das vítimas nos relatos fornecidos e a constituição da identidade de 11 vítimas através dos discursos institucionais, bem como examinar as implicações da Lei Maria da Penha sobre a identidade das vítimas. Com base nos pressupostos teóricos de Chouliaraki & Fairclough (1999 *apud* DIAS, 2007) e baseando-se nas reflexões e no modelo proposto por Fairclough (2003 *apud* DIAS, 2007), a autora procurou desvelar a rede de práticas sociais na qual as mulheres entrevistadas estão inseridas, a qual dá sustentação à análise das identidades apresentadas nos relatos. Dias ressalta que “é por meio de crenças, posições e valores que se constituem as identidades” (p. 67) e a problemática da violência doméstica está relacionada a “questões de gênero social, poder, ideologia e hegemonia” com base no patriarcalismo, assim como em outros pressupostos culturais, que prevalecem em nossa sociedade (p. 12) . Isso posto, julga-se haver uma estreita relação entre a violência praticada contra mulheres e os posicionamentos adotados por elas frente a seus papéis sociais em relacionamentos amorosos e à família. Para a autora, todas essas questões podem, inclusive, justificar o surgimento de discursos repletos de auto depreciação e interiorização de discursos hegemônicos nos relatos das vítimas.

Assim como Dias (2007), nosso trabalho relaciona-se à análise de relatos de vítimas de violência doméstica. Mas, enquanto Dias (2007) procede a uma análise à luz da ADC, propomo-nos a uma investigação na perspectiva da Linguística Cognitiva, cuja ênfase está na linguagem enquanto um reflexo da cognição humana, a qual emerge de um usuário da língua, cuja arquitetura física e neurológica é formada de capacidades cognitivas ricas e complexas (TYLER, KIM e TAKADA, 2008). Por enfatizar a visão de que a razão humana é determinada pela nossa corporificação orgânica, assim como pelas nossas experiências coletivas e individuais (GEERAERTS; CUYCKENS, 2007), cremos que a Linguística

Cognitiva, portanto, pode nos auxiliar na identificação de conceitualizações significativas de violência, instauradas na linguagem natural das vítimas.

Nesse sentido, Marmaridou (2000) mostra que, se por um lado, a pragmática social tem enfoque nos usuários da linguagem e em suas condições de uso, buscando identificar as estruturas sociais que influenciam na produção e reprodução de significados sociais, por outro, a perspectiva cognitiva explica que a linguagem não é uma representação direta da realidade existente, mas da realidade percebida por nós. Assim, a visão de experiencialismo da ciência cognitiva percebe os eventos e práticas sociais como uma informação externa a ser processada pela mente humana, a fim de que os enunciados sejam compreendidos apropriadamente.

Na visão da Linguística Cognitiva, conceitos pré-linguísticos, formados a partir da interação do homem com o mundo, subjazem às formas linguísticas e são manifestações cognitivas do homem (MACEDO, 2008, p. 31) . Dentro dessa abordagem, de acordo com a declaração de Marmaridou (2000), a internalização de conceitos, referentes a práticas discursivas, como esses descritos por Dias (2007) ligados à problemática de violência doméstica, é estabelecida além da realidade externa, a saber, em meio da coativação da estrutura cognitiva e conceitualizações culturalmente motivadas pela experiência e acentuadas pela linguagem. Vale destacar que a cognição não somente influencia a linguagem, mas é influenciada por ela, assim, as estruturas cognitivas são entendidas como meio da interação humana com o ambiente físico e social, o que as torna, portanto, maleáveis. (MARMARIDOU, 2000) .

Nesses termos, percebe-se que insights interessantes sobre a questão da violência doméstica podem surgir na medida em que entendemos os significados dos enunciados relacionados às concepções de violência. Vale lembrar que nosso foco não consiste em simplesmente descrever a estrutura linguística e do conhecimento, mas em entender a relação entre cognição e linguagem, analisando tropos tais como: metáfora e metonímia no processo de conceitualização do fenômeno da violência conjugal, enquanto fenômeno sócio-culturalmente situado.

Assim, esses pressupostos culturais apontados e evidenciados anteriormente por Dias (2007) nos relatos das vítimas, na visão da Linguística Cognitiva, são estabelecidos através de nossa experiência e de conhecimento enciclopédico (GEERAERTS, 2006 a) . Ou seja, a partir das nossas vivências no mundo e com o mundo e da natureza física de nossos corpos, perspectivas e conceitos mentais são formados, dos quais não temos consciência, apesar de acharmos que esses conceitos fazem parte do senso-comum (LAKOFF, 1996, p. 4) .

O principal alicerce do nosso trabalho, a teoria dos modelos cognitivos idealizados (doravante MCI), proposto por Lakoff (1987), ilustra essa questão. Por exemplo, o conceito de “fim de semana” não existe no mundo, mas faz parte de um MCI de semana com sete dias, cinco deles sendo de trabalho e dois de descanso. Note-se que tal conceito tem base cultural e não faz parte de toda e qualquer comunidade no mundo. Portanto, o modelo de fim de semana composto por dois dias é idealizado pois ele não existe na natureza, mas foi criado por nós como um princípio natural, visto que nem todas as culturas adotam esse modelo. Um outro exemplo clássico é o de mãe, cujos diferentes modelos, tais como, mãe biológica, mãe adotiva, mãe de aluguel, mãe doadora, mãe solteira, mãe dona-de-casa, mãe que trabalha fora, dão base para a aplicação do termo em outros contextos, como, pátria (mãe que gera, dá abrigo), célula (mãe que reproduz), nave (mãe que carrega, cuida) professora (mãe que protege) etc.

Logo, por entendermos que nosso sistema conceitual é corporificado e que nossa capacidade de compreensão está atrelada à natureza do organismo pensante (LAKOFF, 1987), buscamos investigar a maneira como violência é conceitualizada por mulheres vítimas de violência conjugal. Diante disso, tivemos nesse trabalho, o propósito de responder os seguintes questionamentos:

- (a) Quais os mecanismos de natureza lingüístico-cognitivo usados para comunicar e conceitualizar sentimentos acerca da violência sofrida?
- (b) Como se estrutura o conceito de violência em termos de MCI?
- (c) Como se estrutura o domínio conceitual desse fenômeno em termos de submodelos metafóricos e metonímicos?

Quanto à estrutura retórica, nosso trabalho está organizado em 6 capítulos. Neste capítulo - Introdução – discutimos, principalmente, os motivos que nos levaram a desenvolver este estudo e os questionamentos que o nortearam.

O capítulo 2 – Fundamentação Teórica – está centrado na Linguística Cognitiva, mais precisamente na Semântica Cognitiva, proposta por Lakoff e seus colaboradores. Nele, abordamos o aporte teórico que fundamentou a nossa pesquisa: os Modelos Cognitivos Idealizados (MCI), que tratam questões de mapeamentos, projeções metafóricas e metonímicas, como também esquemas de imagens. Segundo a Linguística Cognitiva, esses são os elementos estruturadores das manifestações lingüísticas (GIBBS, 2006; LAKOFF, 1987; LAKOFF; JOHNSON, 1999).

O capítulo 3 trata de questões relacionadas ao conceito de violência, assim como a relatividade e diferentes concepções desse fenômeno, abordadas por IMBUSCH (2003).

Discutimos também os elementos formadores dos MCI de violência e da violência conjugal ocidental contemporânea.

O capítulo 4 descreve os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, de caráter qualitativo, assim como o contexto situacional da DEAM. O *corpus* é constituído por recortes discursivos organizados por ordem de gravação de boletins de ocorrência de cada vítima de violência conjugal. Apresentamos também um quadro de normas pelo qual nos baseamos para executar as transcrições.

O capítulo 5 apresenta os resultados e as discussões das análises. Cada sujeito é analisado e apresentado separadamente e, ao final desse capítulo, apresentamos dois quadros. No primeiro, mostramos os respectivos MCIs de violência conjugal inferidos dos discursos de cada vítima, enquanto que o segundo ilustra as ocorrências de cada elemento e ação nos relatos das vítimas.

O capítulo 6, retoma os resultados alcançados e esboça prováveis desdobramentos deste estudo.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesse capítulo, objetivamos abordar os processos teórico-metodológicos que dirigem nosso trabalho. Após discorrermos sobre a concepção da mente corporificada, tratamos sobre os tipos de MCI propostos por Lakoff (1987), principal alicerce teórico de nossa pesquisa. Em seguida, trazemos à baila o Sistema da Metáfora Moral (LAKOFF e JOHNSON, 1999), que se mostrou muito produtivo em nossas análises. Por fim, apresentamos as metáforas sobre relacionamentos e emoções, propostas pelos estudos de Kövesces (2000), nas quais também nos apoiamos para analisar nosso *corpus*.

Conforme afirmamos na introdução, apoiamos nosso trabalho na Linguística Cognitiva, cuja abordagem da linguagem é perspectivada não apenas como instrumento de comunicação, mas como meio de conhecimento e de demonstração do nosso sistema conceitual, conectado à nossa experiência humana de mundo. Tomamos como base as perspectivas da Semântica Cognitiva, Cognição Corporificada e os Modelos Cognitivos Idealizados- ICMs- que tratam questões de mapeamentos, projeções metafóricas e metonímicas, como também esquemas de imagens. Segundo a Linguística Cognitiva, esses são os elementos estruturadores das manifestações linguísticas (GIBBS, 2006; LAKOFF, 1987; LAKOFF; JOHNSON, 1999). É importante esclarecer que essa perspectiva de estudo que concebe a linguagem como “expressão de ideias e pensamentos” também a defende como parte de um sistema cognitivo que abrange percepção, emoções, categorização, processos de abstração e razão.

A Linguística Cognitiva surgiu na década de 80, com a publicação de *Metaphors we live by* (LAKOFF; JOHNSON 1980); *Women, Fire and Dangerous Things* (LAKOFF, 1987) e *Cognitive Grammar: Theoretical Prerequisites*, de Ronald Langacker, segundo Feltes (2007) e desenvolveu-se a partir das divergências com a Linguística chomskyana, que concebia a gramática como um sistema formal universal, uma coleção de regras e estruturas sintáticas, atrelada a uma realidade autônoma, cabendo à linguagem refleti-la. De acordo com essa perspectiva, os objetos e as relações entre eles já estariam prontos, independentes de quem os percebesse e dos elementos de sua fórmula. (SOUSA, 2007; SILVA, 2004).

O gerativismo de Chomsky atribui um status mental à linguagem, concebendo-a como “cognitiva”. Entretanto, o termo cognitivo adotado pela Linguística Cognitiva difere do termo adotado pelo gerativismo. Essa nova concepção do termo parte da segunda geração das

Ciências Cognitivas, cuja abordagem reflete a corporificação, ou mente corpórea, em oposição à abordagem gerativista.

Geeraerts (*apud* FELTES, 2007) define a Linguística Cognitiva como um arquipélago, formado por um aglomerado de centros de pesquisas linguísticas unidos por uma perspectiva compartilhada, porém, distanciados pela ausência de uma teoria em comum bem delineada. No entanto, de acordo com Evans e Green (2006, p. 5), uma importante razão pela qual a Linguística Cognitiva estuda a linguagem deve-se ao fato de ela refletir padrões do pensamento e propriedades fundamentais da mente humana. Nesses termos, cabe ressaltar que a Linguística Cognitiva vai de encontro à abordagem objetivista pautada no idealismo platônico. Sua visão de cognição é experiencialista e corpórea. O conceito de corporificação, conforme apontado por Marmaridou (2000), sugere que os mesmos mecanismos neurais e cognitivos responsáveis pela percepção e controle sensório-motor, é encarregado de criar nosso sistema conceitual e formas de raciocinar. Na visão experiencialista, questões de categorização e prototipicidade são descritas como o nível mais básico de interação com o meio externo, a partir do qual o conhecimento é gerado (2000, p. 49).

Nesse sentido, linguistas cognitivos, ou mais especificamente os semanticistas cognitivos, preocupam-se em investigar a estrutura conceitual e os processos de conceitualização. Para a semântica cognitiva, área integrante da Linguística Cognitiva, a organização linguística revela, pelo menos parcialmente, a natureza e organização do sistema conceitual e emprega a linguagem como ferramenta de investigação do sistema conceitual.

Em linhas gerais, Geeraerts e Cuyckens (2007) apontam que os principais tópicos de interesse da Linguística Cognitiva incluem: as características estruturais (da categorização) da linguagem natural que envolvem a prototipicidade, a polissemia sistemática, os modelos cognitivos, os esquemas de imagens e a metáfora; os princípios funcionais da organização linguística (como iconicidade e naturalidade); a interface conceitual entre sintática e semântica, (conforme explorado pela Gramática Cognitiva e a Gramática de construções de pano de fundo experiencial e pragmático da linguagem em uso; a relação entre linguagem e pensamento, incluindo questões de relativismo e universais conceituais (GEERAERTS E CUYCKENS, 2007).

Dessa forma, nosso trabalho, cujo objetivo é pesquisar sobre a conceitualização de violência, está inserido nos tópicos de interesse da Linguística Cognitiva. Situamo-nos, assim, em favor da cognição corporificada, pautados na visão atuacionista, da qual emerge o ser situado e cognoscente, que age e interage num mundo de percepções e ações, das quais emergem os significados.

Importa, nesse momento, tecer algumas considerações acerca de categorização, que, segundo Lakoff (1987, p. 5), “consiste na base para nossos pensamentos, percepções, ações e discursos”. Quando produzimos ou compreendemos um enunciado, empregamos a categorização. Portanto, ao entendermos como categorizamos, nos aproximamos da compreensão acerca de como pensamos, atuamos e do “que nos faz humanos” (LAKOFF, 1987, p. 6)

Nos anos 70, Eleanor Rosch e colaboradores apresentaram um novo modelo de categorização que ia de encontro à visão clássica, a qual havia dominado o pensamento ocidental desde Aristóteles (EVANS; GREEN, 2006) . Conforme a visão tradicional, categorias são definidas pelas propriedades compartilhadas entre os membros, com estrutura definida. Apesar da visão clássica de que categorizar é uma atividade automática e inconsciente e que consiste em, simplesmente, “colocar em caixas” todos os conceitos que têm traços em comum, sabe-se que o processo de categorização vai além, sendo mais complexo do que isso. Categorização tornou-se um subcampo dentro da psicologia cognitiva e foi relacionada à teoria que sustentava que o protótipo era um tipo de reflexo da categorização humana.

A nova visão contrapõe-se à tradicional ao conceber a experiência corpórea e a maneira pela qual usamos os mecanismos imaginativos (metonímia e esquemas imagéticos), como elementos cruciais para a construção de categorias (LAKOFF, 1987) . Desse modo, ao afirmar que “até as amebas categorizam”, Lakoff e Johnson (1999) nos chama a atenção para o fato de que o mesmo acontece em todo nível do mundo animal. O modo como os animais categorizam, porém, depende de seus mecanismos sensorio-motores e de suas habilidades de movimento e de manipulação de objetos. Nesse sentido, o autor afirma que “categorização não é, na maioria das vezes, produto da razão consciente” (LAKOFF e JOHNSON 1999, p. 18), mas uma consequência de nossa composição biológica e da interação do nosso corpo com o mundo.

Em outros termos, a categorização neural é oriunda do sistema sensorio-motor e das interações entre mente-corpo-mundo. Ou seja, após ter sido iniciada em nível sensorio-motor, a categorização tem prosseguimento através das milhões de sinapses neurais, quando os neurônios, ao transmitirem informações a outros, via um escasso complexo de conexões, agrupam certos padrões de insumo, mapeando-os e reenviando-os às conexões de saída (LAKOFF, 1999) .

Conforme Hebeche (2003) aponta, a noção de semelhança de família, introduzida por Wittgenstein no § 65 das Investigações Filosóficas, mostrou a complexidade de

categorizarmos através de traços compartilhados entre componentes essenciais. Wittgenstein (1958 *apud* EVANS; GREEN, 2006, p. 252) explicou sobre a dificuldade de descrever similaridades entre os membros da categoria JOGOS, por exemplo. O filósofo observou que essa categoria não se encaixava nos moldes clássicos, visto que não existiam propriedades em comum compartilhadas por todos os tipos de jogos. Wittgenstein mostrou que existem jogos que envolvem apenas diversão, como “brincar de roda”, enquanto outros relacionam-se à competição, como jogos de tabuleiro ou xadrez. Além disso, comparou *jogos com bola* a *jogos de carta* e percebeu que na modalidade de jogos de cartas *paciência* (que se joga sozinho e consiste mais em um tipo de passatempo), diferentemente de jogos como *buraco* ou *poker*, por exemplo, a existência de um ganhador e/ou perdedor não era necessária. Dessa forma, constatou que, em certos tipos de jogos, alguns traços de similaridades são mantidos e em outros são desconsiderados. Ou seja, as semelhanças de família referem-se às similaridades entre os membros, sem que haja necessidade de propriedades fixas serem compartilhadas entre todos eles (LAKOFF, 1987), o que revelou a complexidade de categorizarmos membros de uma categoria como elementos de traços semelhantes.

Diante disso, diferente do caráter objetivista, no qual o sentido dos símbolos é assimilado via correspondência com as coisas do mundo, realizamos nossa análise utilizando os Modelos Cognitivos Idealizados, proposto por Lakoff (1987) em *Woman, Fire and Dangerous Things*. De acordo com o autor, “organizamos nosso conhecimento através de estruturas chamadas de Modelos Cognitivos Idealizados, que propõe uma maneira de caracterizar o conhecimento enciclopédico estruturado, ao qual o conhecimento linguístico está atrelado.

Nesse sentido, Feltes (2007) esclarece que os MCI servem para organizar diferentes domínios de experiências e são idealizados porque não se adequam necessariamente ao mundo, sendo determinados por valores, crenças e experiências de cada um. Sua natureza está fundamentada na semântica cognitiva experientialista, incluindo as experiências sensorio-motoras, emocionais e sociais, moldando os significados no pensamento humano (FELTES, 2007).

Antes de abordarmos mais sobre os MCI, que serviu de alicerce essencial para nosso estudo, trataremos sobre a concepção de mente corporificada, que fornece subsídios para entendermos as ações de conceitualização e categorização, evidenciadas nos discursos de nossos sujeitos.

2. 1 Concepção da Mente Corporificada

Conforme ressaltado por Lakoff (1999), a tradição filosófica ocidental nos deixou como herança a ideia de que temos uma “faculdade” racional separada e independente do nosso corpo, a qual nos diferencia de todos os outros animais. No entanto, evidências das ciências cognitivas apontam que os processos cognitivos são indissociáveis dos processos afetivos e corpóreos, destacando que “nossos corpos, cérebros e interações com o ambiente fornecem a base mais inconsciente para a nossa metafísica diária, ou seja, nosso sentido daquilo que é real” (LAKOFF, 1999, p. 17) .

Através da visão experiencialista, a qual fornecerá subsídios para compreendermos a ação de conceitualização propagada pela linguagem verbal, esboçaremos, nesta seção, o pano de fundo que servirá de base para a apreensão da análise de *corpous* e para a metodologia adotada. Desse modo, demonstraremos a importância da corporificação na motivação daquilo que é significativo para a mente humana, moldando as estruturas conceituais e racionais.

Nos últimos 20 anos, diversos autores, tais como Varela, Lakoff, Thompson e Rosch, Clark, Pfeifer e Scheier, têm tratado a ciência cognitiva corporificada como um novo paradigma das ciências cognitivas (*apud* FELTES, 2007) . Esses teóricos compartilham da ideia acima de que nossa cognição é corporificada, no sentido de que ela é moldada pelo corpo e pela interação do nosso sistema sensório-motor com o mundo ao nosso redor. Em outras palavras, a visão de mente corporificada, ou cognição situada, refere-se à compreensão do papel do próprio corpo do agente em sua cognição socialmente construída (GIBBS, 2006), portanto, a construção de nossa realidade e a maneira como agimos e damos sentido ao mundo originam-se (da corporificação) da maneira como atuamos no mundo.

Embora essa perspectiva sirva atualmente como uma das bases para o processo de conceitualização, a ciência nem sempre considerou o corpo como peça importante para a cognição. A negligência em relação ao corpo tem permeado o pensamento intelectual do ocidente desde a Grécia Antiga, tendo Platão como um dos primeiros a desprezar o papel do corpo para o desenvolvimento da razão, conforme demonstra este fragmento do diálogo de *Phaedo* (ROWE, 1993, p. 88):

O corpo nos enche de desejos e medo e todo tipo de contrasensos e como consequência, literalmente, nós nunca temos oportunidade para pensarmos sobre coisa alguma [...] É por isso que temos tão pouco tempo para a filosofia [...] Parece-me que, enquanto estivéssemos vivos, deveríamos continuar mais próximos do

conhecimento e evitar ao máximo todo contato e associação com o corpo, a não ser que seja extremamente necessário [...]

Essa separação entre mente e corpo e a visão de superioridade da mente em detrimento do corpo está presente na história da filosofia ocidental, não apenas em Platão, mas desde ele, Aristóteles, Santo Agostinho a Descartes e Kant (GIBBS, 2006) . Conforme avalia Macedo (2008, p. 10), o dualismo cartesiano entre o físico e o mental deu início a uma tradição epistemológica que valoriza o racional, atribuindo ao corpo o papel de “substância corrupta e física”.

Entretanto, segundo Lindblom e Ziemke (2007, p. 139), Piaget e Vigostsky já atribuíam papel importante à interação do homem com o ambiente na estruturação de sua cognição. Piaget defendia a importância da atividade sensório-motora para a emergência do conhecimento, cuja construção nasceria da interação da criança com o meio ambiente.

Vigostsky enfatizava o papel da cultura e da interação sociocultural e sua teoria do desenvolvimento cognitivo, na qual introduziu o termo *internalização* para explicar que toda função no processamento cognitivo da criança aconteceria duas vezes: primeiro no nível de interação sociocultural e depois no seu cérebro.

Na década de 50, a visão simbólica da cognição, influenciada, de certa forma, pela dicotomia cartesiana mente-corpo, passou a conceber a cognição como uma forma de manipulação simbólica abstrata. Devido aos avanços tecnológicos em relação às máquinas computacionais, a ciência cognitiva computacional passou a promover a metáfora A MENTE É COMPUTADOR, resultando assim, a ideia de que a cognição seria apenas uma manipulação simbólica, que ocorre dentro do cérebro humano, enquanto que o corpo serve apenas como um dispositivo de insumo e respostas em contato com o mundo externo.

Nesse sentido, a visão tradicional das ciências cognitivas sobre uma cognição individual e social está baseada em processos de representações mentais individuais, internos, enquanto a interação com o mundo é tratada como elemento periférico (LINDBLOM; ZIEMKE, 2007) . Entretanto, essa visão simbólica da comunicação falha ao ignorar, por exemplo, o problema da intencionalidade do falante, na medida em que não leva em conta os fatores extramentais e extrarepresentacionais, que permitem a relação entre representação e mundo (TEIXEIRA, 2004 *apud* MACEDO, 2008).

Segundo Lakoff (1987), na visão de categorias conceituais, o pensamento é corporificado e baseado na percepção, no movimento corpóreo e na experiência física e social; o pensamento é imaginativo e utiliza-se de metáforas, metonímia e imagem mental, posto que é indiretamente corporificado e transcende à representação literal das coisas; o

pensamento tem propriedades gestálticas e os conceitos adquirem uma estrutura mais geral; o pensamento tem uma estrutura ecológica e é mais do que, simplesmente, uma manipulação mecânica de símbolos abstratos; a estrutura conceitual pode ser descrita através de modelos cognitivos, que apresentam todas essas propriedades.

Por fim, a abordagem da mente corpórea (*embodiment*) vem corroborando evidências de uma visão integrada entre cérebro/mente/corpo/mundo (MACEDO, 2008, p. 20) . Ao contrário das teorias representacionistas e simbolistas, a visão desse conceito de corporificação, na qual a linguagem se estabelece, prega a ideia de que a cognição depende de experiências resultantes do fato de possuímos um corpo com diversas capacidades sensório-motoras que, por sua vez, são indissociáveis dos contextos biológico, psicológico e cultural.

2. 2 Modelos Cognitivos Idealizados

Os Modelos Cognitivos Idealizados (MCI) foram propostos por Lakoff em 1987 e representam o principal alicerce teórico no qual apoiamos nosso trabalho. A ideia norteadora dessa proposta é a de que nós organizamos nosso conhecimento em termos de modelos cognitivos, ou MCIs, e que esses fornecem a base para a estruturação de categorias e efeitos de prototipicidade (LAKOFF, 1987) .

O autor mostra que as ideias sobre os modelos cognitivos, que se desenvolveram na lingüística cognitiva, surgiram a partir dos seguintes princípios: (a) estrutura proposicional (da semântica das modelo cognitivos de Fillmore) ; (b) estrutura de esquema de imagens (da gramática cognitiva de Langacker) ; (c) mapeamentos metafóricos (descritos por Lakoff e Johnson) e (d) mapeamentos metonímicos (descritos por Lakoff e Johnson) .

Para compreendermos o que são e como os MCIs funcionam no processo de categorização, Lakoff (1987) sugere que analisemos a palavra *terça-feira*, por exemplo. Segundo o autor, *terça-feira* é compreendida em termos de um modelo cognitivo definido pelo ciclo do movimento solar, que caracteriza o início e o fim de um novo dia, parte de uma semana formada por sete dias, da qual *terça-feira* representa o terceiro dia. Da mesma forma, para definirmos o conceito *fim-de-semana* é necessária a noção de uma semana composta por cinco dias comerciais e dois dias de folga. Logo, para categorizarmos *terça-feira* ou *fim de semana*, recorreremos ao nosso MCI de semana, que é idealizado, pois não existe objetivamente no mundo, mas é uma criação humana. Ou seja, esse processo ocorre por meio da nossa percepção e dos processos conceituais originados das complexidades do mundo.

Por outro lado, o sistema de calendário balinês, que emprega um complexo sistema lunar-solar, formando semanas que variam entre cinco, seis ou sete dias, está relacionado a outro MCI de semana, que envolve diferentes processos conceituais, visto ter sido criado e apreendido por uma cultura distinta da nossa.

Em outros temos, a formação do nosso sistema conceitual está inter-relacionada a fatores socioculturais, biológicos, motores, sensoriais, mentais e à maneira como interagimos com o mundo. Os MCI são, portanto, *gestalts* experienciais que fornecem maneiras de caracterização do conhecimento enciclopédico estruturado que está ligado ao nosso conhecimento lingüístico (LAKOFF, 1987).

Lakoff (1987, p. 281) argumenta que a capacidade humana de conceitualização consiste em algumas habilidades, dentre elas: a) formação de estruturas simbólicas relacionadas às experiências diárias; b) projeção metafórica a partir de estruturas do domínio físico ao abstrato; c) formação de conceitos complexos e categorias gerais utilizando esquema de imagens; d) organização de modelos cognitivos idealizados.

Lakoff (1987, p. 284) define os MCI como “estruturas complexas” definidas por esquemas de imagens de diferentes tipos. O autor complementa que alguns MCIs podem ser diretamente significativos, como os conceitos de nível básico ou os de esquemas de imagens. No entanto, há MCIs que são compreendidos indiretamente, via seu relacionamento com conceitos diretamente compreendidos, definidos pelos esquemas de imagens, que estruturam os MCIs.

Esses princípios dão origem aos quatro principais tipos de modelos cognitivos que contribuem para a estruturação da experiência conceitual ou lingüístico-conceitual: 1) **MCI de esquemas de imagem** (que organizam e estruturam os MCI) ; 2) **MCI proposicionais**; 3) **MCI de projeções metonímicas**; 4) **MCI de projeções metafóricas**.

Dentro do sistema conceitual, os modelos proposicionais e de esquemas de imagens caracterizam a estrutura, enquanto que os modelos metonímicos e metafóricos caracterizam os mapeamentos que fazem uso desses modelos estruturais. Essas quatro estruturas cognitivas são diretamente significativas, pois têm a ver, respectivamente, com características perceptuais do aparato cognitivo humano e com características básicas de sua experiência físico-corporal. Além disso, são as bases da formação de MCI mais complexos porque têm natureza corporal-cinestésica, impõem uma estrutura à experiência de espaço, são projetados para domínios conceituais abstratos através da metáfora e da metonímia.

2. 2. 1 Modelos Cognitivos de Esquemas de Imagens

Lakoff (1987) aponta que nosso sistema conceitual tem um alicerce duplo, formado por dois tipos de conceitos: de nível básico e de esquemas de imagens. Esses conceitos, segundo argumenta o autor, consistem em estruturas simbólicas que fazem parte da nossa capacidade de conceitualização.

Lakoff (1987) aponta que um dos insights básicos de Mark Johnson em sua obra “The body in the Mind” consiste em afirmar que os esquemas imagéticos são representações conceituais abstratas oriundas da interação, percepção e experiência corporificada humana diária com o mundo que nos cerca.

Johnson (1987) postula que os modelos de esquema de imagens são caracterizados pelas nossas experiências sensório-motoras vivenciadas desde idade tenra, que envolvem os objetos mais centrais e comuns ao nosso convívio. Essas experiências, estruturadas anterior e independentemente de quaisquer conceitos, podem influenciar e impor estruturas futuras daquilo que nós vivenciamos.

Assim, os MCIs de esquemas de imagens estruturam tanto a nossa experiência de espaço, como nossos conceitos. Ou seja, para Lakoff (1987), os esquemas de imagens definem o que chamamos de “estrutura” ao nos referirmos a domínios abstratos. Logo, quando compreendemos algo como uma estrutura abstrata, compreendemos essa estrutura em termos de esquemas de imagens.

Johnson (1987) identificou alguns dos esquemas de imagens mais básicos e mais centrais à nossa experiência humana, a saber:

a) esquema de RECIPIENTE

Devido à natureza preconceitual dos esquemas de imagens, eles são representados geralmente em forma de diagramas. O esquema RECIPIENTE pode ser representado por uma fronteira/borda que divide a parte interior da exterior.

Conforme destaca Johnson (1987), conceber o corpo como recipiente é algo primário e origina-se da nossa experiência enquanto seres que ingerem, expelem, *inspiram*, *expiram*, por exemplo. A partir dessa orientação, Scheld (2000), baseado em Johnson (1987), indica que outros acarretamentos são licenciados: a) a experiência do recipiente implica proteção de forças externas, ou resistência a elas; b) o recipiente limita e restringe as forças dentro de si; c) logo, um objeto posicionado dentro do recipiente está relativamente fixo dentro dele; d) esta localização implica que o objeto está acessível ou inacessível; e) de

acordo ainda com o princípio da transitividade, se B está em A, todo o conteúdo de B está em A.

Logo, a partir do esquema RECIPIENTE, que é significativamente representativo para as pessoas em virtude de nossas experiências corpóreas, podem ser feitas projeções metafóricas com seres inanimados partindo da perspectiva de DENTRO-FORA, como, *tirar pasta de dente do tubo* ou para seres animados, como em “*sair da vida de alguém*”, expressão muito observada em nossas análises.

b) esquema PARTE-TODO;

Esse esquema surge da nossa experiência corpórea de sermos seres *completos* formados por *partes*. Para nos movimentarmos no mundo, precisamos estar conscientes da nossa estrutura PARTE-TODO, assim como a estrutura PARTE-TODO de outros objetos ao nosso redor.

A lógica básica desse esquema é assimétrica; se A é parte de B, então B não é parte de A e irreflexiva; A não pode ser parte de A. Além disso, não há casos em que existe o TODO sem que existam as PARTES. Porém, as PARTES podem existir sem constituir um TODO. Se as PARTES existirem em uma CONFIGURAÇÃO, então haverá um TODO. Conseqüentemente, se as PARTES forem destruídas, o TODO também será. Se o todo está localizado em P, as PARTES também estão (LAKOFF, 1987) .

O esquema PARTE-TODO, assim como o anterior, é observado no decorrer de nossas análises para conceitualizar CASAMENTO, que é compreendido em termos de família, cujas partes, marido, esposa e filhos- formam o todo. Nesse ponto de vista, divórcio é, portanto, considerado como uma “separação” das partes que constituem o todo.

c) esquema de LIGAÇÃO

De acordo com o exemplo fornecido por Lakoff (1987), o esquema de LIGAÇÃO pode ser explicado a partir da nossa experiência corpórea com o cordão umbilical, bem como nossa experiência em usar cordões ou fios para assegurar a conexão entre coisas ou seres. Logo, a lógica desse esquema é que duas entidades A e B são ligadas entre si por um elemento de ligação, um elo. Como exemplo de metáforas licenciadas a partir desse esquema, podemos mencionar as metáforas de relacionamento interpessoais, que são vistos em termos de LIGAÇÃO: e.g. *Nós cortamos relações, não somos mais amigos*. Assim, palavras como, *escravidão*, é compreendida em termos de ligação, enquanto *liberdade*, em termos de falta de ligação.

d) esquema CENTRO-PERIFERIA

Lakoff (1987) explica que concebemos nossos corpos como algo que tem centro (o tronco e órgãos internos, por exemplo) e periferia (dedos, cabelo). Da mesma forma, árvores e outras plantas são compostas de um tronco, galhos e folhas. Os centros são vistos como mais importantes do que a periferia, pois os danos causados ao centro apresentam maior risco, portanto, são mais graves. Além de vital, o centro define a identidade do indivíduo, enquanto a periferia não, continua Lakoff (1987): quando uma árvore perde suas folhas, ela permanece a mesma árvore, quando cortamos o cabelo, ainda somos a mesma pessoa. Desse modo, a periferia é vista como parte do centro, mas o centro não é visto com parte da periferia.

Identificamos nas nossas análises exemplos estruturados por esse esquema. As esposas/companheiras sentiam-se muito magoadas e agredidas quando eram chamadas de palavras que lhe atribuíam uma imagem de “mulheres fáceis” ou “mulheres da vida”, por sentirem que estavam sendo afastadas do CENTRO do casamento em direção à PERIFERIA, ou seja, saíam do importante papel de esposa rumo ao lado periférico, juntando-se às outras mulheres fáceis e substituíveis.

e) esquema ORIGEM-PERCURSO-META

Esse esquema de imagem é estruturado a partir da nossa experiência de deslocamento de um lugar (origem) para outro (destino) .

Um dos exemplos de metáforas que podem ser licenciadas a partir desse esquema é a noção de propósito ou objetivo, já que para atingirmos um objetivo, precisamos percorrer um determinado caminho, que parte de um certo ponto para chegar ao desejado.

Esse esquema também pode ser considerado um dos mais importantes dentro da nossa pesquisa, pois caracteriza o ato da agressão. Conforme nos mostra Feltes (2007, p. 260):

entendendo-se que os atos violentos sejam dirigidos a algo ou a alguém, então é possível que o esquema ORIGEM-PERCURSO-META possa estar presente como princípio da categoria. De fato, da construção de modelos proposicionais que atuassem como condições de pano de fundo para a definição dos membros da categoria, certamente, seria necessário um cenário que contivesse, por exemplo, um agente/ (ORIGEM), uma ação/ (PERCURSO) e um paciente/vítima/objeto (META).[...]

Logo, em cada ato de violência cometida à mulher, há o esquema ORIGEM-PERCURSO-META subjacente, visto que o cenário é constituído por um AGENTE (origem), um PACIENTE (meta) e uma AÇÃO (percurso) .

f) esquemas EM CIMA – EMBAIXO:

Conforme Johnson (1987 *apud* FERREIRA, 2010), nossa experiência com a lei da gravidade, que assegura que objetos caem no chão, geram o esquema imagético “EM CIMA-EMBAIXO”. Além disso, a assimetria do nosso eixo vertical nos possibilita a inclinação para baixo para apanharmos objetos caídos, assim como estender a mão em busca de algo que está no alto, promovendo uma interação harmoniosa com o mundo no qual estamos inseridos. Por exemplo, ao dizermos “estou pra baixo”, relacionamos o sentimento do tipo tristeza ou decepção à posição corporal que adotamos ou percebemos nos outros quando nos sentimos assim. Diferentemente, quando estamos felizes, pulamos de alegria, nosso estado está PRA CIMA.

g) esquema de FORÇA:

Um esquema de imagem de FORÇA, de acordo com Johnson (1987), envolve uma interação com relação de causalidade e consequência, que podem ser de ordem física ou metafórica. Esse esquema inclui o esquema de força básica de COMPULSÃO, no qual um vetor F age em uma entidade u , conforme observamos abaixo:

Figura 1.0 Compulsão

Fonte: Retirado de Saeed, (2003, p. 356)



O pontilhado da figura significa que a força poderá ou não sofrer algum tipo de BLOQUEIO. No esquema FORÇA, o principal elemento é o movimento por uma trajetória, que envolve níveis de intensidade. Esse esquema pode ser observado em palavras como: vento, onda, gravidade etc.

Esse tipo de esquema de imagem, assim como os outros, emerge de nossas experiências desde a infância, por meio de nosso contato com o mundo que nos cerca e de nossa interação com entidades animadas ou inanimadas.

Vale destacar que, em nossas análises, inferimos que alguns submodelos do conceito violência, como, xingamento, ameaça, agressão, possam ser estruturados pelo esquema de imagem FORÇA. A hipótese, segundo Feltes (2007), é que o esquema de imagem FORÇA possa ser a base pré-conceitual da categoria VIOLÊNCIA.

2. 2. 2 Modelos Cognitivos Proposicionais

Os MCIs com estrutura proposicional , segundo Lakoff (1987), não fazem uso de dispositivos imaginativos, como a metáfora, metonímia ou imagem mental. Esses MCIs contém entidades com propriedades e relações que as une. Apesar de sua aparência objetivista, essas entidades não são “fatias” da realidade, mas modelos cognitivos.

Os cinco tipos de MCI proposicionais apresentados por Lakoff (1987) são:

a) proposição simples: consiste em uma ontologia, conjunto de elementos (argumentos), e um predicado básico, que os une. Sua estrutura geral é caracterizada pelo esquema de imagem PARTE-TODO, no qual os argumentos e o predicado são as PARTES e a preposição, o TODO. Esse MCI usa o esquema LIGAÇÃO nas relações semânticas entre os argumentos (AGENTE, PACIENTE, INSTRUMENTO, LOCAL, etc.) . E.g. *7 é um número primo, Dilma é a presidente do Brasil etc.*

b) cenário: segundo Lakoff (1987), consiste da seguinte ontologia: um estado inicial, uma sequência de eventos e um estado final. Ou seja, é estruturado pelo esquema ORIGEM-PERCURSO-META e envolve pessoas, coisas, propriedades, relações e preposições.

Para Fillmore (1975 *apud* CIENKI, 2007, p. 172), o termo “cenário” é usado de maneira mais genérica, envolvendo não apenas cenas visuais, como também tipos comuns de transações interpessoais, cenários definidos pela cultura, estruturas institucionais, experiências ativas e imagens corpóreas.

Fillmore (1975 *apud* CIENKI, 2007, p. 172) ilustra ainda que o termo modelo cognitivo é usado para tratar de qualquer sistema de escolha lingüística, os quais são associados a instâncias prototípicas de cenários. Ou seja, apesar de serem vistos sob o ponto de vista lingüístico, os modelos cognitivos estão integralmente ligados à ideia de cenário. Desse modo, podemos demonstrar que o conceito violência é caracterizado de acordo com um cenário em termos de agressão, quer seja física ou não, logo, o modelo cognitivo caracteriza o conhecimento de pano de fundo relativo a um conceito, na medida em que contribuem para o conteúdo semântico de palavras e para o significado das frases (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 116) .

2. 2. 3 Modelos Cognitivos Metonímicos

Os modelos **metonímicos** são importantes para as nossas análises pois, assim como a metáfora, a metonímia concebe uma coisa em termo de outra e trata-se da representação de um domínio por uma parte desse mesmo domínio, deixando claro que a base para essa projeção se encontra em um modelo proposicional ou de esquema de imagens. Eles são representados estruturalmente pelo esquema RECIPIENTE e pela forma de caracterizar o todo pela parte, como forma de tornar algo mais fácil de ser assimilado. No caso de nossa investigação, CASA está pelo CASAMENTO, logo, quando a vítima afirma: “quero que ele saia de *casa*”, ela também está se referindo à saída do casamento, que se liga à casa por meio do esquema de imagem LIGAÇÃO.

Conforme exemplifica o *Glossary of Cognitive Linguistics* (EVANS, 2007, p. 141), os MCI metonímicos surgem para representar toda uma categoria da qual ele é membro. Por exemplo, apesar de existirem vários MCI para a categoria mãe (modelo do nascimento, modelo genético, modelo de criação, modelo marital, modelo genealógico), apenas um deles pode representar o *cluster* de modelos, via metonímia. Ou ainda, um único membro de uma categoria poderá representar todo o grupo através do processo metonímico. Conforme avalia Feltes (2007, p. 146), essa espécie de modelo é poderosa e rica, pois:

[...] sua essência, está estruturada a partir do princípio de que um membro de uma categoria, uma subcategoria ou um submodelo é tomado como representativo da categoria ou do modelo como um todo para uma ampla variedade de propósitos: raciocínio em geral, dedutivo ou indutivo; reconhecimento de objetos; para fazer inferências, para fazer julgamentos, para fazer planos, etc.

Ainda de acordo com Evans (2007, p. 142), uma importante consequência do MCI metonímico é que ao representar toda uma categoria, ele passa a servir como “ponto de referência cognitivo”, gerando normas e criando expectativas. Ou seja, ao estabelecer efeitos de tipicidade, os MCI que se sobressaem causam uma noção de estranheza e até atipicidade em relação aos outros modelos. Analisamos em nosso trabalho MCI metonímicos que designam as categorias que são pertinentes à nossa pesquisa, como: violência, mulher, casamento etc. Os modelos cognitivos metonímicos poderão nos ajudar a compreender quais são os conceitos mais salientes que as pessoas usam sobre violência; como esses conceitos são construídos a partir de interações sociais – da dinâmica social e cultural; como as pessoas estão organizadas socialmente; quais são os estereótipos, os exemplos ideais, os exemplos

típicos mais freqüentes presentes nas representações socioculturais quando tratam de temas sobre a violência.

Os principais MCI metonímicos apresentados por Lakoff (1987) são: (a) os estereótipos sociais, (b) os exemplos típicos, (c) os ideais, (d) os padrões, (e) os geradores, (f) os submodelos e (g) os exemplos salientes. Falaremos brevemente sobre cada um deles:

a) MCI metonímicos de estereótipos sociais,

Os estereótipos sociais, de acordo com Lakoff (1987), são casos em que “uma subcategoria tem um *status* socialmente reconhecido em consequência do que permanece pela categoria como um todo, normalmente para o propósito de fazer julgamentos rápidos sobre as pessoas”. Apesar de existirem alguns modelos prototípicos para MÃE, a subcategoria de *mãe dona-de-casa* (p. 80), por exemplo, define expectativas sociais sobre como deve ser uma “verdadeira” mãe. Por esse motivo, surgem os efeitos prototípicos.

Os modelos metonímicos de **exemplos típicos** de categorias são mais estáveis e surgem, geralmente, automática e inconscientemente. Segundo Lakoff (1987), *maçã* e *banana* são exemplos típicos de FRUTAS, logo, funcionam como os melhores exemplares da categoria, visto surgirem de um processamento mental rápido, revelando o caráter metonímico da operação. O *tomate*, entretanto, apesar de ser uma fruta, não é considerado um bom exemplo dessa categoria, pois não há um processamento tão rápido e automático desse elemento como parte da categoria FRUTA, como ocorre com *maçã* e *banana*.

b) os MCI metonímicos ideais,

Muitas categorias são compreendidas em termos de casos abstratos ideais. Em nossas análises, por exemplo, constatamos a recorrente influência do modelo ideal de marido, caracterizado como provedor, fiel, forte, respeitador e atraente.

Um outro exemplo pertinente ao nosso trabalho é a investigação desenvolvida por Quinn (1997), a qual detalharemos mais adiante, cujas observações, baseadas em pesquisas sobre os conceitos que casais norte-americanos tinham sobre casamento, revelaram que existem vários modelos de casamento ideal: o bem sucedido, o bom casamento, o casamento forte etc.

O modelo metonímico ideal, portanto, contribui para nosso conhecimento cultural do que seja uma família ideal, marido ideal, esposa ideal, relacionamento ideal, casa ideal etc. Desse modo, usamos o modelo ideal para traçarmos metas pessoais e para fazermos julgamentos. Ou seja, tais modelos influenciam nos julgamentos e nos planos que as pessoas fazem sobre seus próprios casamentos, maridos, esposas etc.

c) os modelos padrões (paragons)

Quando compreendemos uma categoria em termos de membros individuais que são utilizados como modelos de conduta e desempenho, ou o contrário, diz-se que acionamos o MCI metonímico padrão. Lakoff (1987, p. 88) argumenta que usamos esses modelos como moldes para nos espelharmos, por exemplo, quando decidirmos ir visitar as *Sete Maravilhas do Mundo* ou ainda, quando procuramos saber quem se destacou no *Academy Award* nas categorias de melhor ator ou diretor.

d) os modelos geradores

Há casos que os membros de uma categoria são definidos, ou “gerados” pelos membros centrais dessa categoria mais algumas regras gerais. Os números naturais consistem no melhor exemplo desse modelo, que são aqueles inseridos entre zero e nove, que geram toda a categoria de números naturais. Lakoff (1987) aponta que números de um dígito mostram-se como membros centrais da categoria NÚMEROS NATURAIS, dado os princípios aritméticos gerais.

e) os submodelos

De acordo com Lakoff (1987) uma das maneiras de compreendermos uma categoria é via submodelos. Os submodelos consistem em um ponto de referência cognitivo que produzem efeitos prototípicos. Conforme Lakoff, um exemplo clássico de submodelo pode ser os números de fatores de 10: dez, cem, mil, etc. Outro subsistema comum são os múltiplos de cinco, que compõe o sistema monetário americano (LAKOFF, 1987, p. 150-151).

f) os modelos de exemplos salientes

Esses modelos são responsáveis por representarem os exemplos memoráveis e mais conhecidos para representar uma categoria. Por exemplo, logo após algum acidente aéreo, as pessoas ficam relutantes em voar, por medo. Isso se dá por associarem que aviões são instáveis e imprevisíveis, devido ao acidente noticiado que assistiram em período recente. Desse modo, caracterizamos toda a categoria através de um exemplo saliente.

2. 2. 4 Modelos Cognitivos Metafóricos

O estudo dos tipos de Modelos Cognitivos Metafóricos é de grande importância, devido ao papel de destaque que a metáfora tem recebido desde o surgimento da Linguística Cognitiva, em 1980. Lakoff e Johnson (1980) postulam, em *Metaphors we live by*, que a

metáfora é uma questão de pensamento e que os processos de raciocínio humano são, em grande parte, metafóricos.

Antes tratada apenas como ornamento lingüístico ou como uma substituição de um termo pelo outro, em que se busca descobrir as semelhanças entre as diferenças, a metáfora ganha, a partir de então, reconhecimento cognitivo e passa a ser estudada em diversas áreas de conhecimento (LIMA, 2003). Portanto, na perspectiva de Lakoff e Johnson (1980), parte do sistema conceitual humano é estruturado e definido com base na metáfora, que passa a ocupar um lugar central na Lingüística Cognitiva como um recurso cognitivo fundamental. Entretanto, por não sermos conscientes da representatividade das metáforas nas definições de nossas realidades diárias, o estudo da linguagem é uma forma de evidenciar o modo como o nosso sistema conceitual é configurado.

Os lingüistas cognitivos descrevem a metáfora como um traço essencial da linguagem humana. Lakoff e Johnson (1980) esclarecem que conceitos emocionais não são tão bem delineados quanto os espaciais e perceptuais. Além disso, conforme nos explica Lima (1999 p.29),

uma estrutura conceitual bem delineada para espaço, por exemplo, emerge do funcionamento perceptual-motor do homem, mas nenhuma estrutura conceitual bem definida para emoção emerge apenas do seu funcionamento emocional.

Nesse sentido, Lakoff e Johnson citam, como exemplo, que um conceito abstrato como *amor* passa a ser estruturado em termos de outro conceito, mais simples e menos complexo, como *viagem*. Trata-se de um conjunto de correspondências conceituais entre os domínios fonte e alvo, chamado de mapeamento, no qual um domínio conceitual é sistematicamente estruturado em termos de outro. Explicando melhor, existe um domínio fonte que estrutura um domínio alvo, licenciando várias expressões metafóricas que usamos no nosso dia-a-dia ou na linguagem especializada.

Logo, quando descrevemos nossas experiências de relacionamentos em termos de viagens, temos um mapeamento entre os domínios fonte e alvo, no qual RELACIONAMENTO funciona como o domínio alvo e VIAGEM como o fonte, licenciando expressões do tipo: *nossa relação chegou ao fim, seguimos caminhos opostos etc.*

Nesse caso, o domínio alvo é AMOR que é mais abstrato, enquanto o domínio fonte é VIAGEM, que por sua vez, é mais concreto. A metáfora conceitual AMOR É UMA VIAGEM, portanto, é fomentada por mapeamentos, um conjunto de relações entre os domínios fonte e alvo, conforme nos mostra o mapeamento abaixo:

Fonte: VIAGEM	Alvo: AMOR
Os viajantes	→ Os amantes
O veículo	→ O próprio relacionamento
A viagem	→ Eventos no relacionamento
A distância percorrida	→ O progresso feito
Os obstáculos encontrados	→ As dificuldades vividas
As decisões sobre o caminho a seguir	→ As escolhas sobre o que fazer
O destino da viagem	→ O (s) objetivos do relacionamento

Quadro 1 - Mapeamento entre domínio alvo AMOR e domínio fonte VIAGEM

Fonte: Kövecses (2010, p. 9).

Para Lakoff e Johnson (1980), a metáfora é, portanto, compreender e experienciar um tipo de coisa no lugar de outro. No entanto, de acordo com os autores, o que torna essa metáfora em uma metáfora conceitual, ao invés de meramente lingüística, é a ideia de que sua motivação reside no nível do domínio conceitual. Em outras palavras, Lakoff e Johnson propuseram que não apenas falamos em termos metafóricos, mas também pensamos assim.

Lakoff e Johnson (1980) definem três tipos de metáforas conceituais. As metáforas **orientacionais** têm relação com a noção de orientação espacial do nosso corpo, tais como, DENTRO-FORA, EM CIMA-EMBAIXO, CENTRAL-PERIFÉRICO etc. Essas orientações espaciais são fundadas no tipo de corpo que temos e têm relação com a nossa posição no espaço, que direcionam/influenciam os conceitos em perspectiva espacial como: FELIZ É PARA CIMA, TRISTE É PARA BAIXO, MENOS É PARA BAIXO, MAIS É PARA CIMA. Várias expressões podem ser geradas a partir desses mapeamentos: *Ela ficou pra baixo quando soube das más notícias, etc.*

As metáforas **ontológicas** surgem a partir da nossa experiência com objetos e substâncias físicas e “implicam em projetar características de entidade ou substância sobre algo que não tem essas características de maneira inerente” (LAKOFF, 1987, p. 51) . Em *A violência precisa ser destruída*, por exemplo, a metáfora ontológica subjacente VIOLÊNCIA É UMA COISA pode ser identificada. Já na expressão: *Acabemos com a violência antes que ela acabe conosco*, subjaz a metáfora VIOLÊNCIA É UM SER ANIMADO.

As metáforas estruturais, de acordo com Lakoff e Johnson (1980 p. 61), “são baseadas em correlações sistemáticas de nossas experiências”. Esse tipo de metáforas, segundo os autores, são muito relevantes, pois são utilizadas quando queremos estruturar ou conceitualizar uma experiência em termos de outra, que entendemos muito bem. Um exemplo dado pelos autores é a metáfora conceitual: DISCUSSÃO É GUERRA, cujo domínios fonte,

GUERRA, serve de base para conceitualizar o domínio alvo DISCUSSÃO. Lakoff e Johnson (1980) explicam que assim como os animais lutam em busca de alimento, abrigo, acasalamento, território etc., nós, animais racionais, usamos técnicas mais sofisticadas, como a guerra, por exemplo, para lutarmos e brigarmos pelo que queremos. No entanto, apesar de usarmos, na maioria das vezes, a disputa verbal para derrotarmos nossos oponentes e atingirmos nossos objetivos, nos baseamos na experiência de combate físico para conceitualizarmos uma discussão verbal. Desse modo, surgem expressões como: *Ele me derrubou com seus argumentos, Meu pai sempre vence em suas discussões, etc.*

Conforme a discussão de psicólogos cognitivos, diversos mapeamentos, que são gerados entre os domínios fonte e alvo, entretanto, são considerados parciais, visto que nem todos os elementos do domínio fonte conseguem ser mapeados no domínio alvo. No caso do exemplo, AMOR É UMA VIAGEM, alguns aspectos do conceito viagem não se relacionam tão claramente com o conceito amor, como, por exemplo: hospedagem, alimentação, passeios, etc. Ou seja, há aspectos que não estão mapeados. Isso foi um ponto de muitas críticas à teoria da metáfora conceitual e Grady (1997) aprofunda-se na questão para tentar entender por que o mapeamento não era completo.

Além disso, percebeu-se que várias metáforas conceituais não sugeriam correlações diretas com experiências corpóreas, como é o caso da metáfora conceitual TEORIAS SÃO EDIFÍCIOS. Ao contrário da metáfora MAIS É PARA CIMA, em que a experiência nos revela que a medida que empilhamos objetos ou aumentamos o nível de algum líquido em um recipiente o nível da pilha ou do líquido sobe, em TEORIAS SÃO EDIFÍCIOS não se pode afirmar quais as experiências de base corpórea que dão base a essa metáfora.

Murphy (*apud* LIMA, 1999) aponta ainda que o domínio AMOR, por exemplo, apresenta alguns problemas de mapeamento metafórico, visto que em AMOR É UMA VIAGEM os amantes/viajantes têm interesses em comum, atingir o mesmo objetivo e mesmo ponto de chegada, enquanto em AMOR É UMA MERCADORIA VALIOSA, os pontos de vista dos amantes/comerciantes divergem-se, visto que visam lucros individuais.

Para solucionar essas questões, Grady (1997) mostrou uma nova motivação para a metáfora conceitual ao propor *A Hipótese da Metáfora Primária*, cujo postulado está baseado na ideia de que metáforas primárias têm uma estrutura que emerge naturalmente, automaticamente e inconscientemente a partir das nossas experiências diárias. Desse modo, a partir da ligação de várias metáforas primárias, surgem as metáforas compostas.

Isso posto, no caso da metáfora TEORIAS SÃO EDIFÍCIOS, Grady (*apud* LIMA 1999) propôs que ela se trata de uma metáfora composta, formada pelas metáforas primárias: ORGANIZAÇÃO É ESTRUTURA FÍSICA e PERSISTIR É PERMANECER ERETO, as quais são motivadas independentemente da metáfora composta. Explicando melhor, a base experiencial de ORGANIZAÇÃO É ESTRUTURA FÍSICA é a correlação entre estruturas físicas e os princípios abstratos que nos habilitam a construir, mover e até desmanchar tais estruturas. Ou seja, se algo não é palpável, como podemos manuseá-lo? A outra metáfora primária, PERSISTIR É PERMANECER ERETO, tem a base experiencial na correlação de percebermos que objetos que se mantêm eretos são funcionais e duradouros. Desse modo, a combinação dessas duas metáforas primárias gera a metáfora composta TEORIAS SÃO EDIFÍCIOS. Assim, fica explicado porque dizemos que teorias têm “pilares”, que são “fortes” ou ainda que “não se sustentam”.

Em suma, as metáforas primárias, que não estão relacionadas a particularidades culturais, têm como base as experiências sensório-motoras, emocionais e cognitivas básicas, as quais dependem inteiramente da nossa interação com o meio ambiente e com a forma do nosso corpo.

Segundo Lakoff (1987), ao contrário de outros modelos cognitivos que se correspondem diretamente com domínios de estrutura pré-conceitual para fornecer uma base para a verdade e o conhecimento, como os esquemas imagéticos, por exemplo, metáfora atua na compreensão de domínios sem estrutura pré-conceitual própria, por meio de mapeamentos entre domínios. Nesse sentido, o autor assegura que “muitos de nossos pensamentos racionais envolvem o uso de mapeamentos metafóricos” (p. 303), que requer o uso de uma imaginação metaforicamente estruturada. Vale lembrar que essas ideias opõem-se à noção de metáfora apenas como ornamento lingüístico, ratificando sua origem corpórea e baseada na experiência com o mundo, assim como seu papel cognitivo para a estruturação de nossos pensamentos e nossa linguagem.

2. 3 Sistema da Metáfora Moral

O Sistema da Metáfora Moral, proposto por Lakoff e Johnson (1999) pode ter uma importante contribuição à nossa investigação sobre os MCIs subjacentes ao conceito de violência por vítimas de violência conjugal.

De acordo com Lakoff e Johnson (1999), a moralidade está relacionada ao bem-estar humano. E todos os ideais morais que almejamos, como: justiça, virtude, tolerância, liberdade, compaixão e direitos refletem a busca humana pelo bem-estar. Para os autores, nossos conceitos morais abstratos são estruturados metaforicamente. Ou seja, um vasto sistema de mapeamentos metafóricos para conceitualizar, raciocinar e comunicar sobre as ideias morais habitam em nosso inconsciente cognitivo.

Segundo os autores, apesar de não haver uma grande variedade de metáforas que definam nossos conceitos morais, as poucas que o fazem têm forte base experiencial, relacionadas a interações sociais e a experiências típicas de bem-estar. Os domínios fonte de metáforas da moralidade baseiam-se, especificamente, no que as pessoas em diversos momentos históricos e culturais concebem como sendo bem-estar. Por exemplo, todos preferem a saúde ao invés da doença, a riqueza, ao invés da pobreza, a força, ao invés da fraqueza e assim por diante. No caso dos sujeitos de nossa pesquisa, todas desejam ser, pelo menos, respeitadas pelos homens com os quais convivem, sejam eles maridos ou companheiros.

Para Lakoff e Johnson (1999), a moralidade, portanto, é o aumento do bem-estar, principalmente de outrem. De acordo com as investigações desses autores sobre as estruturas metafóricas referentes a conceitos éticos, os domínios fonte encontrados baseavam-se em uma simples lista de aspectos elementares para o bem-estar humano: saúde, riqueza, força, equilíbrio, proteção, entre outros. Dentre os achados mais representativos, citamos os que mais contribuem para a nossa pesquisa.

2.3.1 Metáfora da contabilidade moral

Dentro do *Sistema da Metáfora Moral*, Lakoff e Johnson (1999) propuseram a metáfora da CONTABILIDADE MORAL, na qual: (a) o bem-estar é concebido em termos de riqueza, logo, aumentar o bem-estar é aumentar a riqueza; (b) ao aumentarmos o bem-estar alheio, adquirimos um crédito moral; (c) se causarmos dano a alguém, geramos um débito moral e retiramos algo de valor dessa pessoa. O domínio fonte é TRANSAÇÃO FINANCEIRA, pois quem paga age moralmente e quem não paga, age imoralmente. Esse esquema se subdivide em esquemas morais básicos:

- a) reciprocidade: se devemos algo a alguém, estamos em débito, mas se fazemos algo que proporcione o bem-estar a alguém, estamos quites com nossa dívida.

Desse modo, ação moral é dar algo positivo a alguém, enquanto que ação imoral é dar algo de valor negativo a uma pessoa.

- b) retribuição e vingança: ao considerarmos que BEM-ESTAR É PROSPERIDADE, inferimos que se fizermos algo de ruim a alguém, algo de valor negativo será dado a essa pessoa. Pela metáfora da ARITMÉTICA MORAL, dar algo negativo representa retirar algo de valor positivo. O prejudicado, o seja, a pessoa de quem foi retirado algo de positivo fica diante do seguinte dilema: se fizer algo igualmente ruim para “quitar a dívida” terá também agido imoralmente (“um erro não justifica o outro”), no entanto, se não o fizer, terá agido moralmente. Contudo, caso não retribua, terá agido imoralmente por ter deixado a pessoa “escapar”.

No contexto da nossa pesquisa, essa metáfora está presente em todos os depoimentos, visto que, ao procurarem a DEAM, as vítimas já buscam uma reação da polícia e uma quitação da dívida adquirida pelo agressor. De todo modo, as vítimas deparam-se com o dilema: praticam a Moralidade da Bondade Absoluta ou a Moralidade da Retribuição? Aquelas que decidem praticar a moralidade da bondade, quase sempre, nem procuram as delegacias para registrar a queixa, mesmo que seja uma autoridade legitimada e apta a retribuir o feito. (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 295)

- c) direitos como a moral do “I. O. U” (*I owe you*²): Ainda de acordo com a metáfora da contabilidade moral, direitos são cartas de crédito e deveres consistem em débitos, ambos abstratos. Em nosso contexto, o marido prototípico ideal tem o dever de respeitar, ser fiel, prover para a família, dentre outros. Nesse sentido, a mulher sente-se prejudicada por ter seus direitos violados.

2.3.2 Metáfora da FORÇA MORAL

Outra metáfora de grande rendimento nas nossas análises sobre o conceito de violência é a da FORÇA MORAL, também tratada por Lakoff e Johnson (1999), cuja complexidade envolve conceitos como força e equilíbrio. Ela acarreta na metáfora SER BOM É ESTAR EQUILIBRADO, que significa ter postura moral para superar as forças do mal que

² Tradução: “eu lhe devo”

podem levar à perda de controle e ao desequilíbrio. Caso uma pessoa não resista, perca o equilíbrio e pratique o mal, ela terá agido com FRAQUEZA MORAL, logo, imoralmente.

Para a metáfora da FORÇA MORAL:

Respeitar é causar bem-estar

Causar bem-estar é ter força moral

Logo,

Respeitar é ter força moral.

Se,

Ter força moral é ser bom, então,

Não respeitar é ter fraqueza moral. Disso, surge o seguinte acarretamento:

Desrespeitar é ser mau e é uma forma de imoralidade.

Quando trazemos ao contexto de nosso trabalho, podemos citar os exemplos mais clássicos: o marido/companheiro que agride a mulher, mesmo tendo consciência que não está agindo moral e corretamente, ou ainda quando o consumo de bebidas alcoólicas é a justificativa para a perda de equilíbrio, demonstrando fraqueza moral.

2.3.3 Metáfora da AUTORIDADE MORAL

Outra metáfora do *Sistema da Metáfora Moral* bastante produtiva nas nossas análises é a metáfora da AUTORIDADE MORAL, da qual surgem os princípios paternalistas que regem as famílias em nosso contexto. Ela divide-se em duas versões: (a) autoridade legitimada, que surge quando o respeito é merecido pelos pais que agem moralmente, servindo de exemplo positivo para os filhos; (b) autoridade absoluta, que baseia-se na obrigação e imposição de autoridade sob os filhos e a esposa, pois assim é como deve ser.

Lakoff e Johnson (1999) apresentam a metáfora AUTORIDADE MORAL É AUTORIDADE DOS PAIS, cujo agente moral é a criança e a figura de autoridade é de um dos pais. Entretanto, adaptamos esses elementos para nosso cenário de violência conjugal, no qual o agente moral passa a ser a mulher e a autoridade moral representada pelo marido/companheiro.

2.3.3.1 Metáfora da ORDEM MORAL

Também parte do *Sistema da Metáfora Moral* e dentro da mesma perspectiva de autoridade moral, outra metáfora que se mostrou rica nas nossas investigações foi a da ORDEM MORAL. Baseada na teoria popular da ordem moral, essa metáfora defende que os mais fortes dominam os mais fracos, ou seja, os mais fortes têm superioridade moral perante os mais fracos:

Deus tem autoridade moral sobre os homens

Pai tem autoridade moral sobre os filhos

Homem tem autoridade moral sobre a mulher

Marido/companheiro tem autoridade moral sobre a esposa/ companheira

2.3.4 Metáfora da ESSÊNCIA MORAL

Baseados na teoria popular da essência das coisas, Lakoff e Johnson (1999), argumentam que cada pessoa tem uma ESSÊNCIA MORAL, a qual determina seu comportamento, que também é chamada de *caráter*. De acordo com essa metáfora, o comportamento de uma pessoa é medido pelos seus atos, os quais se tornam previsíveis, na medida em que conhecemos seu caráter.

Quando dizemos que uma substância está limpa significa que não há impurezas. Por impureza, entendemos sujeira. Assim, se algo está limpo, é puro. Caso contrário, é impuro, sujo. Essa relação entre “limpeza” e “sujeira”, ou “pureza” e “impureza” gera a metáfora da PUREZA MORAL. Desse modo, MORALIDADE É LIMPEZA e IMORALIDADE É SUJEIRA. Para Lakoff e Johnson (1999), pureza tem valor positivo, que se contrapõe à impurezas, de valor negativo. Os autores estabelecem ainda um relação entre essas duas metáforas, na medida em que a essência de uma pessoa que age imoralmente pode ser modificada e “purificada”, dependendo de sua vontade.

Cabe destacar que essa concepção de reabilitação moral é importante para nosso estudo, pois a ideia de regeneração e alteração de caráter encontra-se presente ao longo de nosso trabalho. Na maioria dos relatos das vítimas coletados, identificamos que já haviam sido dadas aos agressores várias chances de “melhorar” o mal comportamento. Assim, o conceito de que possa haver purificação àqueles que agem imoralmente fica evidente.

2.3.5 Metáfora da moralidade como cuidado

A última metáfora do *Sistema de Metáfora Moral* descrito por Lakoff e Johnson (1999) é a da MORALIDADE COMO CUIDADO (PROTEÇÃO). Mais uma vez, essa perspectiva foi de grande utilidade para executarmos nossas análises, pois, segundo os autores, a metáfora da MORALIDADE COMO CUIDADO/PROTEÇÃO faz um mapeamento entre a necessidade de proteção e a obrigação moral de proteger os outros. Desse modo, a noção de metáfora como cuidado/proteção familiar é projetada na sociedade por meio de mapeamento, gerando o conceito de cuidado com a comunidade. Na nossa pesquisa, uma importante noção de cuidado moral consiste na responsabilidade prototípica e idealizada do marido/companheiro em proteger e cuidar da mulher e filhos.

Para os autores, algo está muito claro: “nossos conceitos abstratos morais são metafóricos e nós pensamos por meio dessas metáforas.”³ Além disso, sobre a compreensão moral, sugerem que são os modelos de família que organizam nossas metáforas de moralidade em aspectos éticos e coerentes e propõem que existem os seguintes modelos de família: A MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO e a MORALIDADE DOS PAIS PROTETORES.

A metáfora A MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO faz parte de um modelo idealizado de família nuclear tradicional, cuja proteção e abastecimento da família é de responsabilidade paterna. Esse pai provedor também tem autoridade moral e a responsabilidade de estabelecer as regras e governar a família. Nesse modelo de família rigidamente patriarcal, ao restante da família cabe a obediência, que é imposta pelo pai severo por meio de ameaças e punições.

Contudo, na metáfora da MORALIDADE DOS PAIS PROTETORES, o respeito e a obediência são conquistados através do amor e não da punição e ameaça.

2. 4 Metáforas da VIDA INTERIOR

Como nosso estudo aborda a construção de modelos cognitivos idealizados de violência, percebemos a necessidade de esboçar brevemente sobre o estudo realizado por Lakoff e Johnson (1999) sobre as metáforas da VIDA INTERIOR, cujos preceitos “afetam o modo como construímos vários modelos cognitivos, inclusive os de violência” (FELTES,

³ “ [...] our abstract moral concepts are metaphorical, and we reason via those”. (LAKOFF e JOHNSON, 1999, p. 312)

2007, p. 269). O estudo sobre o *eu* versa sobre aspectos da vida interior, tais como: quem somos, de que maneira controlamos nosso corpo, como “perdemos o controle” sobre ele e sobre nossos atos.

Segundo os autores, “nós não temos uma única, monolítica e consistente maneira de conceitualizar nossa vida interior”⁴ (LAKOFF e JOHNSON, 1999 p. 267), em vez disso, temos um sistema de concepções metafóricas diferentes da nossa estrutura interior.

Nessa perspectiva, os autores argumentam que há cinco tipos de experiências relacionados à vida interior: (i) quando tentamos controlar nossos corpos ao “saírem de controle”; (ii) quando nossos valores conscientes colidem com outros valores implícitos de nosso comportamento; (iii) quando o que sabemos e acreditamos sobre nós mesmos diverge daquilo que outras pessoas pensam ou acreditam sobre nós; (iv) quando tentamos ver o mundo pelo prisma de outra pessoa e tomamos seu ponto de vista; (v) quando nos engajamos em diálogo e observação interior.

Lakoff e Johnson (1999) apresentam diferentes formas de conceitualizar **Sujeito e Eu**, as quais não são arbitrárias e parecem anunciar experiências universais de “vida interior”.

2.4.1 A metáfora geral do sujeito-eu

De acordo com a metáfora geral do sujeito-eu, que é um das metáforas da VIDA INTERIOR, a pessoa está dividida em um sujeito e um ou mais eu. De um lado, tem-se o sujeito (domínio alvo) que representa a consciência e o *locus* da razão, da vontade e do julgamento. Esse sujeito também representa o *locus* da essência da pessoa. Metaforicamente, conceitualizamos sujeito como pessoa. O esquema básico sugerido por Lakoff e Johnson (1999) para ilustrar a metáfora *sujeito-eu* é:⁵

<u>Pessoas e Entidades</u>		<u>A pessoa como um todo</u>
A pessoa	→	O sujeito
A pessoa ou a coisa	→	Um eu
A relação	→	A relação sujeito-eu

⁴ “[. . .] we do not have any single, monolithic, consistent way of conceptualizing our inner life (. . .)” (LAKOFF e JOHNSON, 1999p. 267)

⁵ People and entities
 The person → The subject
 The person or thing → O Eu
 The relationship → The relationship subject-eu” (LAKOFF e JOHNSON, 1999, p. 270)

O eu representa a parte da pessoa que não é escolhida pelo sujeito: corpo, papéis sociais, ações no mundo e estados passados. Pode existir mais de um *eu* e cada um é conceitualizado em termos de pessoa, objeto ou localização. Um exemplo dessa metáfora é quando o marido/companheiro, que é a pessoa, o todo, age agressivamente, deixando emergir um eu agressor.

Abordaremos agora algumas das metáforas sugeridas pelos autores, que foram úteis durante nossa análise de dados:

2.4.2 A metáfora dos múltiplos Eus

A Metáfora dos Múltiplos Eus diz respeito à indecisão e conflitos de valores. Nessa metáfora, múltiplos valores são conceitualizados como múltiplos eus, onde cada *eu* representa um tipo de papel social referente a um tipo de valor. A indecisão de valores, nesse caso, é metaforizada como a indecisão do sujeito sobre qual dos seus eus deva seguir.

No caso de nossa pesquisa, percebemos que as vítimas (sujeito), muitas vezes, demonstram indecisão na hora de registrar a queixa na DEAM contra os agressores. Enquanto seu eu de cidadã e membro de uma sociedade justa e igualitária a impulsiona a agir, o outro *eu* de mãe e esposa a impede.

2.4.3 A metáfora do eu essencial

Outra metáfora da VIDA INTERIOR que também diz respeito ao nosso trabalho é a metáfora do Eu Essencial. De acordo com essa metáfora, todos nós temos uma essência que nos torna únicos e nos faz agir como agimos. No nosso sistema conceitual, entendemos, em termos de metáfora, que nossa essência é parte do sujeito. Se esse sujeito é o *locus* da razão e é responsável pela consciência, pensamento, vontade e julgamento, então, essencialmente quem somos está associado com a nossa maneira de pensar, os julgamentos que fazemos e como escolhemos agir. Para a teoria popular, nossa essência determina nosso comportamento.

Entretanto, muitas vezes, nossa concepção de quem somos é incompatível com a maneira que agimos. E essa incompatibilidade consiste no núcleo da metáfora do eu essencial, que divide o *eu* em dois: um eu (o verdadeiro), o qual é compatível com nossa essência, e o

segundo eu (não verdadeiro), que é incompatível com nossa essência e é conceitualizado como um recipiente dentro do qual se esconde o *eu* verdadeiro.

O primeiro caso dessa metáfora é a metáfora do eu interior. Metaforicamente, dizemos que nosso eu interior, o qual é compatível com nossa essência e com quem realmente somos, se esconde dentro do eu exterior por vergonha ou fragilidade. O eu verdadeiro é ruim e não quer ser revelado. Exemplo: *Ele é um lobo em pele de cordeiro*.

No segundo caso, o eu *externo* verdadeiro é aquele que o público geralmente vê, simpático e polido, reflexo de uma essência positiva. No entanto, pode esconder dentro de si um *eu* com características ruins que podem ser reveladas eventualmente. Esse tipo de *eu* é exposto, por exemplo, quando os agressores justificam suas atitudes violentas com o pretexto de terem consumido bebidas alcoólicas. Exemplo: *Aquele que bateu em você não era eu*.

O terceiro caso é chamado de *verdadeiro eu* e consiste no eu ligado à essência, mas que, por algum motivo, ainda não foi ou não pôde ser revelado. É como se o eu, ligado à verdadeira essência, estivesse “habitando” um sujeito incompatível com sua natureza. Está ligado à metáfora: “encontre seu eu verdadeiro”.

Podemos exemplificar a metáfora do eu essencial com uma declaração retirada do relato do segundo sujeito de nossa pesquisa: “É porque toda vida que ele bebe, ele pega uma barra de ferro pra agredir a gente [...]”. A partir dessa declaração, inferimos que a vítima julga que a bebida impede que o marido aja de acordo com sua essência. Ou seja, seu eu externo não é compatível à sua essência, a qual é o mesmo que seu eu interior.

2. 5 A metáfora nas emoções e nos relacionamentos humanos

Diante do caráter da nossa pesquisa sobre conceitualização de violência, achamos pertinente estabelecer uma relação com os estudo desenvolvido por Kövecses (2000), o qual versa sobre a natureza corpórea do sentimento humano e sobre a forma como conceitos relacionados a emoções refletem padrões metafóricos de pensamento. A visão proposta pelo autor demonstra como os aspectos culturais de emoção, linguagem metafórica sobre emoções e a fisiologia nas emoções constituem um sistema integrado.

Trata-se, em nossa opinião, de uma abordagem importante, visto que os atos violentos são movidos por emoções, assim como as conseqüências psicológicas e morais geradas nas vítimas. Desse modo, inferimos ser relevante utilizar essa ferramenta de análise

referente ao estudo da conceitualização metafórica de emoções e relacionamentos humanos, para auxiliar em nossas análises. Destacaremos, em seguida, algumas das metáforas propostas pelo autor.

Segundo Kövecses (2000), além dos termos prototípicos de níveis básicos que descrevem as emoções, como: raiva, tristeza, medo, alegria, amor, dentre outros, há palavras e expressões figuradas que demonstram ter mais representatividade ao descrever emoções. Para o autor, essas palavras e expressões, que podem ser metafóricas ou metonímicas, revelam outros aspectos dos conceitos de emoções, tais como: intensidade, causa, controle, e assim por diante.

No contexto da nossa pesquisa, para compreendermos melhor sobre os conceitos de violência, percebemos a importância em identificar, nos relatos das vítimas, algumas indicações sobre suas emoções. Segundo Kövecses (2000), os termos que descrevem as emoções podem ser “mais ou menos básicos”, ou seja, podem estar em um nível básico ou médio na categoria. Por exemplo, RAIVA é uma emoção de nível básico, enquanto que INDIGNAÇÃO encontra-se no nível subordinado, hierarquicamente inferior à RAIVA. Nessa perspectiva, acreditamos que certas emoções de nível básico relacionam-se ao conceito de violência sofrido pelas vítimas, tais como MEDO, VERGONHA, ORGULHO, RAIVA, SOFRIMENTO, inferidos nos discursos das ofendidas.

Sobre esse aspecto, vale destacar que observamos em nosso *corpus* momentos em que as mulheres demonstravam uma certa revolta por serem vítimas de xingamento. Nos relatos, elas ainda faziam questão de ressaltar que esses eram feitos “no meio da rua”, o que demonstra uma violação de sua privacidade. Diante desse fato, inferimos a metáfora OFENDER UMA PESSOA ORGULHOSA É CAUSAR-LHE UM DANO, ou ainda OFENDER UMA PESSOA ORGULHOSA É CAUSAR-LHE UM DANO FÍSICO. Na mesma perspectiva, podemos ressaltar a seguinte metáfora da vergonha: VERGONHA É UM DANO FÍSICO. Ressaltamos que o domínio fonte DANO FÍSICO também é aplicado ao conceito de dano emocional.

Outra discussão interessante e que se mostra produtiva nas nossas análises é sobre o caráter metafórico das relações humanas. Em sua obra, apesar de não abordar diretamente as metáforas de casamento, que são de nosso interesse, Kövecses (2000) traz um leque de metáforas de amizade, as quais, segundo ele, também fazem parte do grupo de “relacionamentos significativos”. Assim como na amizade, os relacionamentos afetivos/conjugais também envolvem afeto e intimidade, portanto, nós a utilizamos como base para

formular as metáforas de relacionamentos afetivos. Explicitamos a importância de abordarmos sobre casamento no capítulo que trata sobre esse conceito.

Destacamos algumas metáforas da amizade mencionadas pelo autor, que foram adaptadas para formular um conceito de relacionamento afetivo/conjugal, nas quais nos apoiamos em nossas análises (KÖVECSES, 2000 p. 98-107):

Amizade é um objeto possuído → Relacionamento afetivo/conjugal é um objeto possuído (perder o objeto possuído é o fim da (o) amizade/relacionamento)

Amizade é um objeto → Relacionamento afetivo/conjugal é um objeto (pode ser destruído, construído, quebrado e consertado etc.)

Amizade é uma máquina → Relacionamento afetivo/conjugal é uma máquina (elas precisam de manutenção, podem funcionar ou parar de funcionar, podem ser quebradas ou consertadas etc.)

Amizade é um organismo vivo → Relacionamento afetivo/conjugal é organismo vivo (vive, morre, sobrevive, alimenta-se etc.)

Amizade é uma troca econômica → Relacionamento afetivo/conjugal é uma troca econômica (há uma interação benéfica mútua entre as partes)

O estudo de Kövecses (2000) também corrobora a nossa pesquisa ante a premissa, inspirada pelo estudo de Talmy (*apud* KÖVECSES, 2000) sobre dinâmica de forças, de que há uma “metáfora mestre” subjacente à maioria das metáforas de emoção: EMOÇÃO É FORÇA. Entretanto, apesar de o conceito força estar subjacente ao conceito de emoção, o autor revela que FORÇA não subjaz a todos os relacionamentos humanos, exceto em amor. Conforme verificaremos no capítulo referente a casamento, amor não é necessariamente um conceito subjacente de casamento.

No tocante à estrutura subjacente de violência, vale destacar que há uma hipótese de que força também pode ser uma base pré-conceitual da categoria violência (FELTES, 2007). Essa observação provoca um questionamento: podemos compreender emoção como um submodelo de violência? A resposta a essa pergunta, certamente, levaria a um outro estudo.

3 O TRAJETO DA VIOLÊNCIA: DA GERAL À CONJUGAL

Esse capítulo tem por objetivo tratar o fenômeno violência, assim como alguns de seus aspectos mais importantes e direcionar para o violência conjugal, que é o objeto de nosso trabalho. Baseamo-nos, principalmente, no estudo de Imbusch (2003), *The Concept of Violence*, para nos auxiliar a esboçar um caminho que esclareça as relações do homem com o conceitos de violência e violência conjugal. Vale ressaltar a importância da primeira parte desse capítulo, pois ela serve como pano de fundo para traçar os modelos cognitivos idealizados dos sujeitos de nossa pesquisa.

Segundo Imbusch (2003), o conceito de violência consiste em um dos mais arduos e difíceis das ciências sociais. Com a crescente industrialização nos países ocidentais, a violência aumenta, tornando-se um dos temas mais aclarados e estudados em artigos acadêmicos, livros e pesquisas. No entanto, ainda há controvérsias quanto à definição mais apropriada, diferenciação substantiva, valor sociopolítico e avaliação de *violência* (IMBUSCH, 2003). Nessa perspectiva, Imbusch (2003) acrescenta que pesquisas de opinião pública revelam que o conceito é extremamente difuso (KAASE; NEIDHARDT, 1990 *apud* IMBUSCH 2003) variando de danos físicos e psicológicos a formas específicas de crime e comportamentos impolidos nas ruas ou nos esportes, inclusive discriminação social. Ou seja, nossa ideia do que seja violência está atrelada a uma noção seletiva e moldada direta e fortemente por interesses da mídia, a qual omite outros aspectos significantes do conceito de violência (IMBUSCH 2003).

Ainda de acordo com Imbusch (2003), há duas visões opostas do que é a origem da violência: de um lado, ela é relacionada à própria natureza humana, considerada imutável, e de outro, ela é agregada a condições sociais. Nesse sentido, Lawrence (1970, p. 31 *apud* IMBUSCH, 2003, p. 14) expõe⁶:

Violência[...] envolve diversas questões e respostas conflitantes. Ela é uma arbitrariedade ou uma necessidade? Uma inimiga à liberdade e à ordem social ou um de seus pilares indispensáveis? Ela é meio racional ou instrumento de autofrustração? É a resposta de um aprendizado pervertido ou um instinto normal? A

⁶ “Violence. . . evolves diverse questions and conflicting answers. Is violence an outrage or a necessity? An enemy of freedom and social order or their indispensable foundation? A rational means or a self-frustrating instrument? Is it the outcome of perverted learning or a normal, instinctual need? Is violence a pathological form of behaviour or a voluntary one for which agents bear full responsibility? Can society prevent its occurrence or must they resign themselves to an order including it? [. . .]” (IMBUSCH,2003 p. 14)

violência é uma forma patológica de comportamento ou uma maneira voluntária pela qual seus agentes carregam toda responsabilidade? A sociedade pode prevenir sua ocorrência ou precisamos renunciar a uma ordem que a inclua? [...]

Por se tratar, portanto de um conceito multifacetado, o fenômeno violência gera um leque de definições e explicações, cada uma com suas variações e demarcações. Surgindo, assim, um desacordo e divergência entre os conceitos de violência propostos.

O uso preciso do termo violência é dificultado por conotações que se sobrepõem parcialmente a conceitos semanticamente relacionados (agressão, conflito, poder etc.), mas que, no entanto, não são idênticos à *violência*. Imbush (2003) aponta ainda que uma terminologia precisa é confundida por conceitos baseados em princípios coerentes e organizados ou por repetições precipitadas (violência como guerra, como assassinato, etc.), as quais também não são idênticas à *violência*. Por exemplo, embora seja indispensável relacionar assassinato a um ato de violência, há uma delimitação do campo de visão do conceito, ao invés de uma diferenciação necessária (ALBRECHT; BACKLES; KÜHNEL, 2001 *apud* IMBUSCH, 2003, p. 14).

Conforme nos esclarecem Rauchfleisc, Brednich e Hartinger (1992 e 1994, *apud* IMBUSCH, 2003, p. 14), a “violência é onipresente e um fenômeno acidental, cuja ubiquidade independe da área cultural”. Deparamo-nos com a violência em qualquer lugar, em grandes ou pequenas dimensões, em nível nacional ou internacional. Ela pode ocorrer em espaços sociais como violência apolítica (na família, escola, nas ruas, espaços públicos, contra idosos, crianças, mulheres, etc.), como um crime violento (variando de homicídio a crime organizado), ou ainda como extensões de violência politicamente motivadas (terrorismo, torturas, perseguições) . O fato é que não há sociedade ou região no mundo que esteja livre da violência, mesmo com suas diferenças em formas e níveis de intensidade. Nesse prisma, Litke (2003 *apud* IMBUSCH, 2003, p. 14)⁷ complementa:

A violência é intrigante. Apesar de universalmente condenada, ela é encontrada em todos os lugares. A maioria de nós somos fascinados e atemorizados por ela. A violência é um ingrediente fundamental do nosso entretenimento (histórias infantis, literatura mundial, indústria de filmes) e um traço essencial de muitas de nossas instituições. Em muitas partes do mundo ela é notoriamente comum na vida familiar, relações religiosas e na história política.

⁷“ Violence is intriguing. Is it universally condemned yet to be found everywhere. Most of us are both fascinated and horrified by it. It is a fundamental ingredient of how we entertain ourselves (children’s stories, world literature, the movie industry) and an essential feature of many of our social institutions. In most parts of the world it is notoriously common in a family life, religious affairs, and political history. ” (IMBUSCH, 2003, p. 14)

Devido, portanto, ao uso da palavra violência estar relacionado a distintos tipos e qualidade de fenômenos, servindo a diferentes propósitos e funções, vale destacar alguns de seus aspectos etimológicos. Por exemplo, em alemão, o termo *Gewalt*, significa violência em alemão. Segundo Neidhardt (apud IMBUSCH, 2003), as complicações do conceito violência na língua alemã são resultantes da polissemia desse termo. De um lado, adquire um significado puramente descritivo e isento de valores e de outro, está carregado de julgamentos. Contudo, a semântica desse conceito tem sofrido mudanças através do tempo, ao ponto de sofrer sobreposições variáveis dependentes do contexto. O autor esclarece que a ambigüidade do termo violência e de seu uso é decorrente das incongruências dos sistemas legais alemães e romanos, assim como de suas diferentes tradições conceituais e terminológicas.

Explicando melhor, em alemão, a palavra *Gewalt* não faz distinção entre violência pessoal direta (*vis/violentia*) e legítima violência institucional (*potentia/potestas*). Desse modo, apesar da clara distinção entre os conceitos poder e violência, percebemos que *Gewalt* não distingue as duas raízes latinas, o que justifica a conexão feita entre os conceitos.

A origem da palavra *Gewalt*, em alemão, vem da raiz indo-européia “val” (latim: *valere*), que era originalmente um verbo (*giwaltan*, *waldan*), cujo significado era “ter a habilidade de dispor de algo para demonstrar poder”. No entanto, depois, essa palavra foi sendo usada com uma conotação mais geral, no sentido de “ter força”, “ter poder” e “controlar algo”.

Gewalt foi colocada no mesmo grupo semântico de norma, governo e poder. O termo, no início, era usado como *violentia* (impetuosidade), substantivo usado em expressões compostas, paralelamente a outros termos em latim, como: *potestas* (autoridade), *potentia* (poder, habilidade força), *auctoritas* (influência), *imperium*, *dominatus* e *maiestas* (soberania territorial), *vis* (força, poder, violência) e *facultas* (possibilidade legítima de exercício do poder) .

Interessante notar que o uso de *Gewalt* no contexto alemão passou por períodos de transição do final da Idade Média a Idade Moderna, incorporando quatro outras variantes do conceito (FABER *et al.*, 1982 *apud* IMBUSCH, 2003):

- a) primeiro, *Gewalt* era usado para denotar poder de instituições públicas conectadas ao sistema legal;
- b) segundo, o termo era usado para fazer descrições livres de valores sobre autoridades territoriais, estatais e outros tipos de representantes;
- c) terceiro, o termo expressava relações de remoção de propriedade

d) e, por último, o termo serviu para caracterizar o uso de violência física no âmbito político, como também para descrever ações violentas individuais no senso de *vis* e *violentia*.

Por fim, foi com o surgimento do estado absoluto que a violência, no sentido de coação física, foi monopolizada e concentrada em mãos de pessoas e instituições designadas especificamente para esse propósito. E o uso de violência, fora desse contexto, era punido. Dessa forma, o conceito de violência foi perdendo gradualmente o sentido de *potestas*, mudando gradualmente para *violentia*.

Inferimos, portanto, que assim como em *gewalt*, que não distingue violência pessoal direta (do latim *vis/violentia*) e violência institucional (do latim *potestas*), também usamos o termo violência em sentido amplo. Em expressões latinas, tais como: *vis absoluta* (violência física), *vis compulsiva* (violência moral), *vis armata* (força armada), *vis minima* (lei do menos esforço), *vis major* (força maior), *Vis adjuvat aequum* (a força protege a justiça) percebemos que conceitos como força e poder estão subjacente ao termo violência (*vis*). Na língua portuguesa, da mesma forma, podemos detectar algumas sobreposições semelhantes: e.g. *A chuva de ontem foi violenta* (no sentido de força), *Praticou um atentado violento ao pudor* (no sentido de força), etc.

3. 1 Tipos de Violência

Devido à existência de inúmeros conceitos de violência sobrepostos e inter-relacionados gerou-se a necessidade de delimitação e diferenciação interna do conceito, no intuito de, por uma lado, definir seus contornos e, por outro, evitar relações de igualdade com outros conceitos relacionados.

Conforme observamos na análise etimológica de violência, Imbusch (2003) identifica que o conceito de *poder* sobrepõe-se de forma mais significativa ao conceito de *violência*, pelo menos historicamente. Ao concebermos o conceito de *poder* objetivamente em termos de “possibilidade”, ou “habilidade”, e enfatizarmos sua proximidade aos conceitos de “força” e “energia”, damos-lhe uma definição sociologicamente amórfica. De acordo com a explicação de Weber (1976 *apud* IMBUSCH, 2003), ter poder significa ter chances de conseguir aquilo que se almeja dentro de um contexto social, embora haja resistência. Contudo, se uma pessoa tiver qualidades e uma disposição de fatores favoráveis, ela também

pode conseguir aquilo que deseja em uma dada situação. Imbusch (2003) avalia, portanto, que violência não é a única forma de conseguir o que se ambiciona, mas, enquanto força, ela funciona como um instrumento eficiente de poder, visto que impõe obediência e supera a resistência.

Arendt (1994), em sua obra “Sobre a Violência”, em oposição a Max Weber (*apud* ARENDT, 1994), que definiu o poder como a possibilidade de impor a própria vontade ao comportamento alheio, defende a diferença entre os conceitos *poder* e *violência*, que são igualados pela tradição política. Para ela, apesar desses conceitos serem equivocadamente compreendidos como sinônimos, *poder* consiste em um instrumento de domínio, relacionado à liberdade política, enquanto que *violência* versa sobre a obediência mediante a coerção, minando as forças de resistência. Segundo a autora, a convivência pacífica entre os homens consiste em um fator imprescindível para a geração de poder, ou seja, o poder é consequência da ação conjunta entre os homens. Nessa perspectiva, Arendt defende que *poder* e *violência* são fenômenos inconciliáveis. Onde ocorre o poder, não há violência e vice versa. Para a autora, a violência não gera, mas destrói o poder.

Outras pesquisas objetivaram estudar as relações de diversos aspectos e concepções de violência. Dentre elas, podemos destacar o estudo de Bufacchi (2005), que explorou questões teóricas acerca da natureza e escopo da violência, sob uma perspectiva filosófica, identificando duas concepções: a minimalista, de definição mais restrita e relacionada ao uso da força; e a compreensiva, a qual concebe a violência mais amplamente, representando uma violação de direitos. Inicialmente, em oposição a alguns estudiosos, tais como, Ted Honderich (2002), Manfred Steger (2003), Riga (1969) e Wade (1971) (*apud* BUFACCHI, 2005), o autor defende que “violência” não representa, necessariamente, um ato de violação, assim como a “força física” nem sempre significa um ato violento. Nesse sentido, Bufacchi (2005) relaciona o conceito de “força” ao de “violência” e atesta⁸: “o conceito de violência não pode ser compreendido independentemente do conceito de força” (BUFACCHI, 2005, p. 195).

De fato, Bufacchi (2005) aponta que grande parte das definições de violência tendem a unir o uso de força física com violação. Por exemplo, Ted Honderich (2002 *apud* BUFACCHI, 2005, p. 194)⁹ define violência como “o uso de força física que fere, provoca danos, viola ou destrói as pessoas ou coisas”, e Manfred Steger (2003 *apud* BUFACCHI,

⁸ “[. . .] the concept of violence cannot be understood independently from the concept of force” (BUFACCHI, 2005, p. 195).

⁹ ‘a use of physical force that injures, damages, violates or destroys people or things’, (BUFACCHI, 2005p. 194)

2005, p. 194)¹⁰ declara que “violência abrange uma gama de significados, incluindo " forçar", "ferir", "desonrar" e "violiar”.

Bufacchi (2005) esclarece que a relação entre violência e violação nem sempre é bem vinda, pois podem surgir mal-entendidos. De fato, enquanto atos de força física implicam algum tipo de violação, há casos em que a violação ocorre sem que haja força física, ou, atos de força física podem acontecer sem que haja violação. Nesse sentido, o autor traça um paralelo entre: violência- força e violência -violação.

Baseado em Coady (1986), Bufacchi (2005) esclarece que o entendimento normal e comum de violência envolve atos de força interpessoal, que compreendem o dano físico. Essa concepção sugere que violência não pode ser compreendida independente do conceito de força. Inclusive, o autor mostra que o *Oxford English Dictionary* ratifica essa concepção, ao definir violência como: "o exercício da força física, a fim de causar ferimentos em, ou causar danos a pessoas ou bens".¹¹ (BUFACCHI, 2005)

Entretanto, Bufacchi (2005) defende que nem todo ato de força é violento (por exemplo, resgatar alguém que está se afogando ou impedir que alguém se machuque pode exigir um ato de força), assim como nem todos os atos de violência implicam o uso de força (por exemplo, pode-se envenenar alguém sem usar força) . Baseado em Dewey (1980), Bufacchi esclarece que apenas quando a força tem caráter destrutivo, prejudicial e intencional é que ela se torna um ato de violência. Bufacchi (2005) esclarece ainda que força trata-se de um conceito disposicional, ou seja, refere-se à habilidade ou potencialidade. Por outro lado, violência refere-se ao ato em si, ou algo que já está feito a algo ou a alguém.

Além da afinidade com o conceito de força, Bufacchi expõe que violência também se assemelha à violação no sentido de infringir, transgredir ou exceder limites ou normas. Newton Garver (1973 *apud* BUFACCHI, 2005 p. 196), inclusive, sugere que violência está muito mais ligada à ideia de violação do que à ideia de força. Nesse caso, pergunta-se: e o que é violado? Segundo o autor, a resposta seria: os direitos. Bufacchi (2005) esclarece que nesse caso, a natureza dos direitos violados precisa ser esclarecida, visto que existem, pelo menos três maneiras distintas de conceitualizar os direitos que são violados em um ato de violência: (a) a violação de direitos pessoais, ou aqueles essenciais à personalidade, como corpo ou dignidade pessoal; (b) violação dos direitos próprios, endossada pela tese de auto-propriedade; (c) violação de direitos humanos, amplamente definida como a imposição de

¹⁰ “violence comprises a range of meanings, including “to force”, “to injure”, “to dishonor”, and “to violate” (BUFACCHI, 2005p. 194)

¹¹ “[. . .] where violence is defined as ‘the exercise of physical force so as to inflict injury on, or cause damage to, person or property’”. (BUFACCHI, 2005p. 194)

obstáculos ou impedimentos para a satisfação e realização de necessidades básicas. Jamil Salmi (1993 *apud* BUFFACHI 2005)¹², por exemplo, define violência como “qualquer ação evitável que constitui uma violação de um direito humano, em sua acepção mais ampla, ou que impeça o cumprimento de uma necessidade humana básica”.

Entretanto, Bufacchi (2005) aponta que há, pelo menos, dois problemas em definir violência como um ato de violação. Por um lado, há casos de violência nos quais não se aplicam atos de violação, como em uma luta de boxe, por exemplo. Por outro lado, há outra objeção em relação ao conceito de direitos, em sentido amplo. Ou seja, além da violação de nossos direitos básicos, como o direito à vida, à segurança pessoal e à liberdade, violência também é concebida como a violação de nossos direitos socioeconômicos. Desse modo, quanto mais ampla é a noção de direitos, mais difusa e sutil torna-se o conceito de violência. Sob esse ponto de vista, quase qualquer ato de violação de direitos pode representar um ato de violência, tornando-a ubíqua e conseqüentemente, sem sentido.

Como visto, segundo Buffachi (2005), há duas formas de abordar a ideia de violência: como força física e como violação. Esses dois aspectos conduzem a dois tipos de conceitos de violência: um mais restrito e outro mais amplo. Segundo Bufacchi (2005), o conceito mais restrito diz respeito ao exercício de uma força física e destrutiva, que causa sofrimento ou dano, referido como Concepção Minimalista de Violência (*Minimalist Conception of Violence MCV*).

Bufacchi (2005) argumenta que, sob o ponto de vista analítico, é importante trazer avaliações que abordem definições precisas sobre conceitos chave, como é o caso da concepção minimalista. No entanto, o autor reconhece que essa concepção mostra-se problemática, visto que não abrange outras dimensões importantes sobre o conceito de violência. Nesse sentido, Audi (1971 *apud* BUFACCHI, 2005, p. 197) defende que um ato de violência pode ser físico ou psicológico, praticado a animais, pessoas ou propriedades. É importante ressaltar que essa concepção de violência repercute, principalmente na violência interpessoal, cujo dano psicológico constitui um dos principais elementos da violência doméstica, intrafamiliar e conjugal.

Além dessa limitação, a concepção minimalista não parece levar em consideração a violência estrutural e institucional, nas quais o prejuízo é exercido a partir de uma estrutura com demonstrações de poder desiguais e chances de vida igualmente assimétricas. Para

¹² “[...] any avoidable action that constitutes a violation of a human right, in its widest meaning, or which prevents the fulfilment of a basic human need” *Oxford English Dictionary* (*apud* BUFACCHI, 2005, p. 197)

Galtung (1996, *apud* BUFACCHI, 2005, p. 198), “a violência estrutural é mais mortal e destrutiva do que a violência direta”.¹³

Desse modo, a tentativa de ampliar o entendimento sobre violência, de acordo com Audi ou Galtung (mencionados acima) pode ser referida por meio de outro prisma: Concepção Compreensiva de Violência (*Comprehensive Conception of Violence CCV*), na qual elementos como a violência psicológica e estrutural são referidos. Todavia, essa concepção também apresenta limitações, na medida em que o componente psicológico acrescentado por Audi promove menos precisão à definição de violência, visto que abusos psicológicos são de natureza vaga e subjetiva. Outrossim, ao declarar que “a violência está presente quando os seres humanos estão sendo influenciados de modo que suas realizações física e mental estão abaixo do seu potencial de realizações”¹⁴, Galtung (*apud* BUFACCHI, 2005, p. 198) ignora que essa definição assume proporções muito amplas, que atrai críticas como a de Keane (1996 *apud* BUFACCHI, 2005)¹⁵:

“tentativas (como as de John Galtung) para ampliar o seu significado e para incluir “qualquer coisa evitável, que impede a realização humana”, efetivamente transforma o conceito sem sentido [de violência], vinculando-o a uma questionável avaliação ontológica de “satisfação das necessidades humanas” e tornando-o equivalente à “miséria”, “alienação” e “repressão”.

De todo modo, para efeito de definição é essencial delinear limites daquilo que constitui um ato de violência, mesmo que não seja fácil entrar em um consenso.

Imbusch (2003) explica que o conflito conceitual de violência deve-se ao fato de percebermos certos fenômenos de violência como sua própria essência, como é o caso de guerras, assassinatos, homicídio culposo, agressões físicas e outras ofensas criminais. Esse processo percebe-se problemático, pois tais associações materializam o conceito de violência, ao considerar uma forma de violência como representante do fenômeno como um todo. Em outros termos, conforme já mencionamos anteriormente é o modelo metonímico acionado na estruturação desse conceito.

Por fim, percebemos que a ambigüidade e complexidade do conceito violência dificultam na estruturação de uma concepção apropriada e incontestável. Logo, não basta

¹³ “[...] structural violence is more deadly and destructive than direct violence.” (BUFACCHI, 2005, p. 198)

¹⁴ “[...] violence is present when human beings are being influenced so that their actual somatic and mental realizations are below their potential realizations” (BUFACCHI, 2005, p. 198)

¹⁵ “[...] attempts (such as John Galtung) to stretch its meaning to include “anything avoidable that impedes human realization” effectively makes a non- sense of the concept [of violence], linking it to a questionable ontological account of “the satisfaction of human needs” and making it indistinguishable from “misery”, “alienation” and “repression” (BUFACCHI, 2005, p. 198)

confirmar seu caráter e significados contraditórios. Em vez disso, é necessário classificar tipologicamente essas ambigüidades, assim como suas diferentes conexões, a fim de obter uma visão mais geral sobre as diversas aplicações desse conceito. Nessa perspectiva, fica claro que o entendimento individual do conceito relaciona-se a diferentes formas, dimensões, estruturas de significado, dinâmica e contexto que esse conceito absorveu no decorrer de sua história.

Imbusch (2003) descreve os *conceitos metafóricos de violência* como um dos seus níveis de aplicação do conceito, que ocorre em sentido figurado em uma multiplicidade de sentidos metafóricos e formas ritualizadas. Entretanto, para o autor, é necessário diferenciarmos o conceito metafórico do conceito central de violência, pois, segundo ele, no primeiro não há a prática real da violência, apenas uma descrição ou definição gráfica do fenômeno (por exemplo, *violência da paixão: paixão avassaladora; força da natureza: chuva destruidora, etc.*)

Ora, sabemos que dentro da perspectiva da Linguística Cognitiva, há diversas metáforas que estruturam o conceito de violência na nossa atividade linguístico-cognitiva e de modo mais direto, como, por exemplo, as metáforas, baseadas em Feltes (2007), VIOLÊNCIA É UM COISA (*a violência precisa ser **destruída**; É preciso **olhar** para a violência de modo crítico*) ou VIOLÊNCIA É UMA DOENÇA (*a violência deve ser **prevenida**; É preciso que **curemos** a sociedade desse **mal***) (FELTES, 2007, p. 266) .

Por esse prisma, defendemos que esses *conceitos metafóricos de violência* não são meras aplicações do conceito, conforme propõe o autor, mas reflexos de nosso aparato cognitivo que conceitualiza a violência por meio de nossas experiências perceptivas e sensório-motoras.

A violência física direta, segundo Imbusch (2003), posiciona-se ao centro de toda a questão relacionada à violência, e tem como objetivo machucar, ferir ou matar outra pessoa, sendo manifestada quase sempre de modo intencional. Parrillo (2008) subdivide a violência física em três grupos: a) violência autodirecionada (ex. automutilação, suicídio) b) violência interpessoal (ex. intrafamiliar, doméstica, conjugal) c) violência coletiva (ex. terrorismo, conflitos armados entre estados, genocídio) .

A violência psicológica é aquela que atinge a mente, a alma e a psique da vítima. Ela está baseada, principalmente, em palavras, gestos, imagens, símbolos ou na privação de necessidades vitais no intuito de forçar à submissão, através da intimidação, medo e certas “recompensas”. Ao contrário da violência física, cujos efeitos são visíveis, na violência

psicológica as conseqüências são, muitas vezes, indetectáveis, em contrapartida, não são menos prejudiciais do que as outras.

A violência institucional, de acordo com Imbusch (2003), transcende a violência pessoal direta na medida em que não apenas descreve uma modalidade de comportamento social, mas também é direcionada a relações de dependência e submissão. Seria, portanto, a violência com função regulamentar praticada por serviços de segurança do estado (polícia, serviços secretos) ou organizações estatais (ex. o exército). Martinez (2008, p. 3) define, de maneira mais simples, a violência institucional:

[...] aquela praticada nas instituições prestadoras de serviços públicos como hospitais, postos de saúde, escolas, delegacias, judiciário, serviços sócio-assistenciais, entre outros. É perpetrada por agentes que deveriam proteger as mulheres vítimas de violência garantindo-lhes uma atenção humanizada, preventiva e também reparadora de danos.

A violência institucional pode, desse modo, variar dependendo da forma que ela adquire e das organizações que a empregam.

Formulada por Johan Galtung (1975 *apud* IMBUSCH, 2003), a violência estrutural abrange todos os tipos de violência resultantes de estruturas sistêmicas, cujos reflexos consistem nas mais variadas formas de empobrecimento em massa e na morte de indivíduos no mundo devido à desigualdade de oportunidades básicas. Esse tipo de violência, refere-se, portanto, a estruturas econômicas e políticas que reprimem a aptidão humana. Pode ser chamada também como: a violência da fome, pobreza e humilhação (PARRILLO, 2008).

A ideia de violência cultural ou simbólica, que surgiu de Johan Galtung (1990 *apud* IMBUSCH, 2003), recebeu influência do conceito de violência simbólica de Pierre Bourdieu e além de aspectos da violência estrutural, estendeu seu conceito incluindo elementos da cultura. Segundo Imbusch (2003), esses aspectos culturais podem ser usados para justificar ou legitimar a violência direta, institucional (ou estrutural) e ilegítima. Em outros termos, a violência cultural tem o objetivo de fazer com que outras formas de violência pareçam justas ou, pelo menos, não injustas, a fim de que sejam mais aceitáveis pela sociedade. Imbusch (2003) compara a violência cultural a um dispositivo que liga ou desliga as conotações morais de uma ação, transformando ações erradas em certas, ou, pelo menos, mais aceitáveis e menos questionáveis. Em contraste, Pierre Bourdieu concebia a violência simbólica como uma violência corporificada em conceitos, linguagem e sistema de símbolos capazes de dissimular condições de regras não-ditas. Para Bourdieu (*apud* IMBUSCH, 2003), tais condições de poder e de governo, assim como estruturas de violência incorporadas,

tornam-se irreconhecíveis ao ponto de não serem mais contestadas e, eventualmente, ignoradas.

Além disso, a violência simbólica também é compreendida por meio do simbolismo do exercício do poder, a qual concebe violência como linguagem ou expressividade cultural. (ERZGRÄBER; HIRSCH, 2001 *apud* IMBUSCH, 2003) . Imbusch (2003, p. 25)¹⁶, baseado em Butler (1998) acrescenta que a

Violência simbólica, transmitida linguisticamente, significa atos mentais de violência e palavras faladas, por exemplo, que consistem em gritar, insultar, ofender, difamar, caluniar, desacreditar, humilhar, desprezar, denegrir, ignorar e fazer alguém de bobo, incluindo humilhação e assassinato de caráter.

Convém destacar que esse tipo de violência mostrou-se evidente em nossas análises.

Imbusch (2003) também descreve uma violência caracterizada por rituais, como sadomasoquismo, por exemplo. Esse tipo consiste em formas de violência comunicativa ou social e não se constituem pelo uso da força contra outrem no intuito de superar resistência ou causar danos. Em oposição, esse tipo de violência é incorporado em um cenário de ação e interação voltados para um objetivo diferente. Essa violência é esmagadoramente teatral e opera sem a intenção de ferir. Além disso, é baseada na voluntariedade e igualdade dos participantes e funciona através da comunicação dos processos de dominação e subordinação de atos violentos do poder, tendo a vítima e autor seus papéis claramente reconhecíveis, em forma puramente simbólica, como também pode existir sem eles. Imbusch (2003) esclarece que esse tipo de violência é geralmente encontrada em subculturas específicas, as quais auxiliam na estruturação da comunidade por meio de sua forma caracteristicamente ritualizada, não destrutiva e padronizada, as quais podem ser identificadas, por exemplo em atos de sadomasoquismo, ou em outras atividades das quais a violência faz parte.

¹⁶ “symbolic violence as linguistically conveyed violence means such mental acts of violence and spoken words, for example, that consist in shouting, abusing, offending, slandering, libeling, discrediting, belittling, disparaging, debasing, ignoring, or making fool of someone including humiliation and character assassination “ (IMBUSCH, 2003 p. 25)

3. 2 MCI de VIOLÊNCIAS

Antes de delinear o Modelo Cognitivo Idealizado de Violência Conjugal, que se trata do foco de nosso estudo, percebemos que é necessário partir de um MCI genérico de violência, para, então, afunilar o âmbito da violência conjugal.

Conforme vimos até aqui, o conceito violência configura-se como relativo, difuso e ardiloso, por envolver fenômenos variados da experiência humana.

Vale ainda mostrar algumas definições e conceitos retirados de diversos dicionários sobre o verbete *violência*, que de certa forma consolida a relatividade apresentada por esse conceito. Vejamos algumas definições:

- a) **violência** vi. o. lên. cia *sf* (*lat. violentia*) **1.** Qualidade de violento. **2.** Qualidade do que atua com **força** ou grande impulso; ímpeto, impetuosidade. **3.** Ação violenta **4.** Opressão, tirania. **5.** Intensidade. **6.** Veemência. **7.** Irrascibilidade. **8.** Qualquer **força** empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. **9.** Constrangimento físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter à vontade de outrem; coação. *Anton.* (acepção 7): doçura, brandura. (MICHAELIS MODERNO-DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2004, 414)
- b) **violência** **1.** Nome feminino, **2.** Qualidade ou estado do que é violento **3.** **Força** empregada contra o direito natural de outrem **4.** Ação em que se faz uso de **força** bruta; crueldade, **5.** **Força**; intensidade, **6.** Veemência, **7.** Prepotência; tirania; coação (Do *lat. Violentia*) . (INFOPEDEIA, 2003, s/n)
- c) **Violência** **1.** Qualidade de violento. **2.** Ato de violentar. (MINIAURÉLIO ESCOLAR, 2007, p. 784)
- d) **Violência** **1.** Qualidade de violento **2.** Ato violento **3.** Constrangimento físico ou moral; coação. (MINIDICIONÁRIO RUTH ROCHA, 2001, p.698)
- e) **Violência** **1.** Extreme **force** in action or feeling, *esp. that causes damage, unrest, etc. The Wind blew with great violence* **2.** *The violence of his words alarmed her.* **3.** Rough statement, use of physical force on others, *esp. to hurt or harm illegally. Because of his frustration with the situation, he resorted to violence.* (LONGMAN, 1992, p. 1392)

Com base nas definições conceituais discutidas acima, percebemos, principalmente, a presença do conceito FORÇA em quase todas as acepções de violência

mencionadas. Do mesmo modo, observamos que outros conceitos também são tratados como atos de violência, como, coação, intensidade, constrangimento, revelando, assim, sobreposições parciais de propriedades entre os conceitos subordinados à violência.

Sob o ponto de vista da Linguística Cognitiva, concordamos com Feltes (2007, p. 260) quando afirma que o conceito violência deve ser visto como um fenômeno que não é inerente a determinadas ações, mas um “produto de uma determinada experiência biopsicossociocultural” (FELTES, 2007, p. 259), como foi possível perceber nos vários tipos discutidos por Imbusch (2003) acima

Em outros termos, os modelos cognitivos culturais, que atuam como condições de pano de fundo para as estruturas conceituais, restringem o conceito violência. Por exemplo, em uma cultura, como a muçulmana se a mulher que comete adultério, é apedrejada até a morte, os indivíduos dessa cultura não a entendem como vítima, mas como uma violadora das normas daquela sociedade, e devendo, portanto, ser punida. Desse modo, na cultura muçulmana, o pano de fundo pré-estabelecido não é violado. Porém, se o mesmo acontecesse em nossa sociedade este ato iria, certamente, ser tratado como um ato de crueldade, logo uma violência e uma violação ao nosso pano de fundo.

Nessa perspectiva, quando nos reportamos a um acontecimento que abrange certos conceitos subordinados à violência, como, por exemplo, intensidade, coação, uso de força física, ainda é preciso levar em consideração outros aspectos antes de classificá-lo como violência. É preciso identificar o modo como os modelos cognitivo-culturais influenciam a condição de pano de fundo, o qual estrutura o conceito em questão, que além do esquema cinestésico FORÇA, o conceito é estruturado por meio de um cenário que engloba os seguintes elementos, conforme levanta FELTES (2007):

(a) AGENTE (singular ou coletivo, perceptível ou imperceptível), do qual se espera um comportamento com base na força, tirania, impetuosidade e que seja contrário à razão e à justiça;

(b) PACIENTE (singular ou coletivo, perceptível ou imperceptível) ;do qual se espera o perfil de quem sofre dano ou prejuízo, ou de quem é o receptor de ações maléficas, tipicamente injustas;

(c) AÇÃO (direta ou indireta, gradual ou não-gradual, perceptível ou imperceptível) ; do qual se espera o emprego de força, principalmente da física, de contato, ou de atos que promovam algum tipo de dano ou prejuízo ao paciente;

(d) INSTRUMENTO, do qual se espera que promova algum tipo de dano ou prejuízo, seja físico, psíquico ou moral;

(e) DANO (físico-corporal, material): elemento do qual se espera um prejuízo no PACIENTE de ordem material, física, psíquica ou moral.

Assim, na perspectiva de que conceitos subordinados também podem ser conceitualizados como violência, caracterizando um modelo metonímico, esboçamos o seguinte esquema para ilustrar o MCI de AGRESSÃO, que se destacou em nossas análises:



Quadro 2– MCI de AGRESSÃO

A caracterização de um ato como violento, ou não, portanto, depende do papel de cada um desses elementos dentro de um determinado cenário (pano de fundo). Ao ler ou ouvir sobre uma notícia de violência, o receptor também ativa informações internas e cognitivas oriundas da nossa experiência, as quais se estruturam como modelos, os chamados MCI. Uma ação como “matar” pode se configurar ou não como violência, conforme pode ser observado nos exemplos a seguir:

PM mata bandido e evita assalto a condomínio em SP

Um homem morreu durante troca de tiros com policiais militares na manhã deste sábado, na zona sul de São Paulo. Policiais que estavam em patrulhamento de rotina no Jardim Eledy, no Capão Redondo, desconfiaram de três homens em um Fiesta Preto. Na abordagem, o trio fugiu atirando contra os policiais. Houve troca de tiros, e um suspeito acabou baleado no abdome. Ele chegou a ser socorrido no Pronto Socorro do Campo Limpo, mas não resistiu ao ferimento e morreu. Segundo a PM, ele não tinha passagem pela polícia. Os outros dois suspeitos foram detidos. Com o grupo, foram apreendidas uma metralhadora 380 de fabricação caseira, uma espingarda, munições e toucas ninjas. A dupla presa disse à polícia que faria um arrastão em um condomínio da avenida Berrini, também na zona sul. Eles contaram que tinham um esquema combinado com o porteiro para simular um assalto e invadir o condomínio. A PM não havia localizado, até as 14h30, o local onde aconteceria o suposto arrastão. Os dois presos já tinham passagens pela polícia. (Diário do Nordeste, 27/11/ 2010, online) .

Nesse episódio, poderíamos delinear o seguinte cenário:

AGENTE 1 (coletivo e perceptível): Policiais Militares

PACIENTE 1 (humano, coletivo e perceptível): Homens, abastecidos de armas e munições, que faziam um arrastão em um condomínio na zona sul de São Paulo.

LOCAL 1: Na rua.

AÇÃO1 (direta, perceptível e não-gradual): Agente atirou no paciente.

INSTRUMENTO 1: Arma, houve tiros e dolo.

DANO1 (físico-corporal): Um dos pacientes veio a óbito e os demais foram presos.

PANO DE FUNDO:

- 1- Espera-se que a residência seja um lugar seguro;
- 2- As pessoas “comuns” não saem de casa com armamento, a não ser que estejam mal intencionadas;
- 3- Bandidos devem ser eliminados da sociedade;
- 4- Espera-se que a polícia proteja a população;
- 5- A polícia é responsável por neutralizar a ação de bandidos;
- 6- A polícia é autorizada a matar caso seja necessário

Entretanto, nesse caso, a posição de PACIENTE é ocupada por um dos bandidos que estava abastecido de armamento pesado no intuito de invadir, render e roubar apartamentos numa zona de São Paulo capital, enquanto que o elemento AGENTE é representado por policiais que perseguem o bandido, arriscam a própria vida, atiram e eliminam o elemento nocivo à sociedade. Note-se que, nesse fato, o AGENTE é tido como um herói, pois cumpriu seu dever em proteger a população. Ou seja, os policiais desempenharam a função esperada, conforme os itens de 3 a 6 do pano de fundo.

Conforme observamos, apesar de conter conceitos subordinados à violência, como força, impetuosidade, dano físico intencional, coação, intensidade, dentre outros, este caso não rompe com os limites do pano de fundo em questão, o que nos levaria a crer que a ação praticada pelo policial não se configura como um ato de violência.

Portanto, o primeiro cenário não é o que se configura como violência, mas o segundo, que se estruturaria da seguinte forma:

AGENTE (humano, coletivo, perceptível): homens armados

PACIENTE (humano, coletivo, perceptível): pessoas que moram no condomínio a ser assaltado em São Paulo.

LOCAL: zona sul de São Paulo

AÇÃO: bandidos circulam em frente a um condomínio na zona sul de São Paulo e são interpelados pela polícia.

INSTRUMENTOS: armas

DANO: evitado

É importante observar que um dos elementos pode não ter acontecido. No caso mencionado, o assalto não ocorreu, portanto não houve dano. A violência se configura pelo fato de bandidos circularem na região com tentativa de dano, ou seja, pela violação dos dois primeiros itens do pano de fundo.

Nessa mesma perspectiva, vejamos uma outra instância a partir de outra notícia veiculada por um jornal local:

Garoto é morto com tiro de PM

Um menino de 14 anos foi morto com um tiro na nuca durante mais uma ação desastrosa da Polícia cearense. A vida de um estudante de 14 anos foi interrompida ontem, no cruzamento da Rua Beni de Carvalho com a Avenida Desembargador Moreira, no bairro Dionísio Torres, por um tiro disparado por um soldado do Ronda do Quarteirão. O adolescente Bruce Cristian de Oliveira Sousa estava na garupa da moto de placa NQR-8368-Maracanaú, pilotada pelo pai, o técnico em refrigeração Francisco das Chagas de Oliveira Sousa, 37. O veículo trafegava na Rua Beni de Carvalho e fez a curva, à esquerda, na Avenida Desembargador Moreira, por volta das 16h40 de ontem. Naquela esquina, estava parada a viatura do Ronda do Quarteirão 1031. "Foi uma abordagem de rotina. Os policiais deram ordem para a moto parar porque havia dois homens em uma moto, usando capacetes, houve suspeita. Ocorreu um único disparo. O tiro, de pistola, foi efetuado pelo soldado Silveira, que estava na viatura", informou o major Valberto Melo, que esteve no local. Segundo ele, "a atuação foi desastrosa e infeliz". O pai de Bruce disse que não obedeceu à ordem de parada dos policiais "porque não ouviu". O 'único' tiro disparado - e não explicado pela Polícia, ainda - ultrapassou o capacete e entrou na nuca do garoto, saindo no seu olho esquerdo. Bruce morreu na hora. A comoção popular se misturava à revolta. As pessoas que permaneciam ali reclamavam do despreparo dos policiais militares, que deixaram o local sob os gritos de "assassinos". O policial que atirou está afastado da atividade funcional até que tudo seja apurado. (Jornal Diário do Nordeste, 26/07/2011, on-line).

Nessa notícia, o sujeito da oração é paciente, indicando a voz passiva analítica (**Garoto é morto** com tiro de PM). Essa construção não se trata de um processo arbitrário, mas, conforme nos ensina Dijk (2000), consiste em uma das instâncias controladoras que definem a *estrutura de relevância* de um artigo noticioso. Ou seja, a ênfase é dada ao menino que recebeu a ação e foi morto por engano e não ao policial, como foi feito no relato anterior. Além disso, destaque-se o termo "garoto", que ativa uma relação de covardia entre o agressor (policial) e o agredido.

O cenário desse cenário organiza-se da seguinte forma:

AGENTE (singular e perceptível): O soldado Silveira

PACIENTE (humano, singular e perceptível): O adolescente Bruce Cristian de Oliveira Sousa, 14 anos.

LOCAL: No meio da rua.

AÇÃO2 (direta, perceptível e não-gradual): AGENTE atirou contra PACIENTE.

INSTRUMENTO: Tiro, houve dolo.

DANO: físico-corporal: PACIENTE veio a óbito.

PANO DE FUNDO:

- 1- as pessoas gozam do direito de ir e vir;
- 2- menores não respondem pelos seus atos, portanto, não podem ser tratados como bandidos;
- 3- pessoas de bem (trabalhadores), não são bandidos, portanto, não devem ser tratados como tal;
- 4- pessoas comuns andam de moto e são obrigadas a usar capacete;
- 5- a polícia deve proteger a população, principalmente os menores;
- 6- a polícia não deve atirar, a não ser que exista perigo iminente;
- 7- quem atira em inocentes é bandido, quem mata inocentes é assassino.

Nesse segundo relato, percebemos que a polícia, ao invés de proteger a população, confundiu um cidadão inocente com um bandido e atirou, cometendo um ato arbitrário, imperdoável. Ao atirar à revelia, matando um garoto inocente, ela afasta-se da razão e da justiça, ameaça a sociedade, faz uso de força bruta e promove constrangimento físico e moral àqueles que deveria resguardar. Tudo isso porque o PACIENTE, Bruce não representava um elemento nocivo à sociedade.

Desse modo, esse pano de fundo caracteriza o episódio como violência por ter havido uma violação de algo pré –estabelecido, ou seja, do conhecimento partilhado de que da polícia espera-se a proteção, o amparo policial e a justiça. Espera-se que a polícia persiga, encontre e retire do convívio da sociedade aqueles que ameaçam a segurança pública, e não que comprometa a segurança de cidadãos idôneos. Por fim, da polícia não se espera que comprometa a segurança de cidadãos idôneos. Desse ponto de vista, inferimos que o segundo relato noticioso pode ser considerado uma violência, devido à ruptura com os limites dos itens do pano de fundo.

Percebemos que diferentes elementos discursivos, usados em cada manchete, revelam uma determinada estrutura conceitual além de ativarem e reproduzirem diferentes experiências físicas e socioculturais.

Note-se, entretanto, a semelhança da atuação da polícia nos dois casos: havia suspeitos e a polícia atirou e matou esses suspeitos, sem lhes dar chance de se defender, o que vai na contramão da constituição brasileira. Entretanto, nossos MCIs acusam de assassinos os policiais na segunda história e os chama de heróis na primeira. Como isto é possível?

Entendemos que em cada situação, a ativação dos MCIs de violência é que determina a forma como depreendemos os fatos. No caso dos dois episódios com a polícia, o elemento determinante é o “paciente”: bandidos devem ser eliminados X cidadãos devem ser respeitados e protegidos. O fato de o sujeito da história do assalto presumido não ter “passagem pela polícia”, não o faz menos bandido, em uma teoria popular, uma vez que estavam acompanhados de dois outros suspeitos que já haviam sido “fichados pela polícia” e encontra-se num carro com armas pesadas e toucas ninjas, material tipicamente usado em assaltos.

Conclui-se assim, que nem todos os elementos do MCI precisam de fato acontecer para conceitualizarmos um episódio como violento (o assalto não chegou a ocorrer) e que apenas um dos elementos pode caracterizar a violência (os pacientes nos casos mencionados).

Vejamos agora como se configura o MCI genérico de violência conjugal ocidental contemporânea, no qual nos apoiaremos para tentar entender a forma como as mulheres analisadas conceitualizam a VIOLÊNCIA.

3.3 Violência contra a mulher

Apoiamo-nos em Safiotti (2004) para esclarecer alguns conceitos relacionados à violência contra a mulher. O primeiro diz respeito ao que se chama de *violência de gênero*, que concebemos como um tipo de violência cultural. Segundo a autora, esta “deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino” (SAFFIOTTI, 2004 p. 81), pois embora possa ser também perpetrada por um homem contra outro e/ou por uma mulher contra outra, o foco mais difundido de violência de gênero concentra-se no sentido homem contra mulher.

Um segundo conceito que nos interessa é o de *violência intrafamiliar*, que conforme mostra Saffioti (2004), pode ocorrer no interior do domicílio ou mesmo fora dele. Este tipo de violência apresenta algumas sobreposições parciais com outros conceitos, podendo ser confundida com violência doméstica. No entanto, a *violência doméstica*, ocorre, predominantemente, no domicílio, podendo, inclusive, atingir pessoas que não pertencem à mesma família, mas, vivem parcial ou integralmente no domicílio do agressor, “como é o caso de agregadas (os) e empregadas (os) domésticas (os)” (SAFFIOTI, 2004, p. 71) .

Devido às sobreposições entre os conceitos supracitados, adotaremos o termo “violência conjugal” (*Intimate partner violence*) para nos referirmos à violência de gênero, doméstica e intrafamiliar praticada contra mulheres por seus maridos/companheiros. Violência Conjugal foi definida por Pence e Paynar (1986 *apud* DUTTON; GOODMAN, 2005) como “um padrão de controle coercivo”. De acordo com esse conceito, o agressor reivindica seu poder sobre a vítima através de ameaças, intimidação, isolamento e/ou atos de violência física. Dutton e Goodman (2005) ilustram que, nessa circunstância, a violência serve como uma ferramenta, usada pelo perpetrador, para assegurar seu poder no relacionamento. Aprofundaremos mais sobre esse conceito em nossa dissertação.

A fim de ilustrar mais sobre os tipos de violência conjugal, mencionaremos aqui alguns conceitos sobre esse fenômeno esboçados por Johnson (2006), que nos mostra (2006), quatro tipos de violência conjugal, definidos conceitualmente em termos de motivação de comportamento controlador do membro violento do casal: **violência situacional de casal** (um indivíduo pode ser violento e não-controlador no relacionamento com o parceiro ou parceira que é ou não-violento (a) ou também violento e não-controlador), **terrorismo íntimo** (quando um membro é controlador e violento com o outro que pode ser violento ou não e controlador, ou não), **resistência violenta** (quando um membro violento e não controlador está em um relacionamento com um violento e controlador, que usa a violência e controle para resistir a violência do outro membro) para resistir, controle mútuo violento (quando um indivíduo está com outro igualmente controlador e violento) .

Johnson (2006) expõe que em relacionamentos heterossexuais, o tipo **terrorismo íntimo** é praticado quase exclusivamente pelo sexo masculino, enquanto **que resistência violenta**, pelo feminino. Os outros dois tipos são simétricos em termos de gênero, mas, cada um deles, com diferentes motivações, padrões de desenvolvimento, diferentes causas e conseqüências.

Por estarmos tratando das conceitualizações de violência por vítimas de violência conjugal, achamos pertinente esclarecer sobre alguns aspectos relacionados a casamento,

como alguns conceitos e definições desse termo, trazido por dicionários. Nessa perspectiva, nesse capítulo, traçaremos também uma breve explicação sobre coabitação ou “morar juntos”, visto que esse tipo de união mostrou-se muito comum entre os sujeitos da nossa pesquisa. Nosso intuito é delinear um modelo cognitivo idealizado de casamento/união estável para, em seguida, estruturar as violações sofridas do modelo de casamento, apontadas nos discursos das vítimas de violência conjugal.

3. 4 MCI de CASAMENTO

O termo casamento é geralmente usado como uma instituição social, conforme afirma Westermarck (1922), que também esclarece o que se segue neste parágrafo. Pode ser definido como uma relação de um ou mais homens com uma ou mais mulheres, no caso de um união heterossexual, e é reconhecido por costumes ou leis que envolvem certos direitos e deveres entre os cônjuges e os filhos que nascerem da união. Esses direitos e deveres variam de acordo com cada cultura e não podem, portanto incluídos em uma definição geral. O direito ao ato sexual poderia ser considerado o que todos os casamentos têm em comum. Além disso, o casamento é considerado uma instituição econômica, que afeta os direitos dos envolvidos. Em geral, é resguardado ao marido o dever de sustentar sua esposa e filhos, como eles também podem ter o dever de trabalhar para o marido. Em termos gerais, o marido é o detentor do poder sobre a mulher e os filhos, embora o poder perante os filhos seja por tempo limitado. Para ser reconhecida enquanto *casamento* a união precisa estar de acordo com regras estabelecidas pelos costumes ou leis, logo, nenhum homem ou mulher pode ser considerado “marido” e “mulher”, a menos que essas regras sociais ou leis sejam obedecidas (WESTERMARCK, 1922) .

Nessa mesma perspectiva, Haeberle (1983) expõe que, ao compararmos casamentos em diferentes sociedades e em diferentes períodos históricos, observa-se que os cônjuges têm deveres definidos um com o outro e mesmo que esses acordos de obrigação mútua não sejam claramente declarados, sempre estarão subentendidos. Ademais, concordamos com Haeberle (1983) quando postula que o casamento consiste em um

fenômeno especial, o qual envolve muito além de atividades como: cuidar da casa, relação sexual e procriação¹⁷:

Essas atividades humanas “naturais”, por si mesmas, não constituem um casamento. Seu real significado deriva, em vez disso, de sanções sociais e expectativas. De fato, tais expectativas mudam de sociedade para outra e casamento é obrigado a mudar com elas.

Tal observação vem complementar a ideia dos Modelos Cognitivos Idealizados, que defende a ideia que a construção do conhecimento humano é gerada a partir da interação do homem com o mundo que o cerca.

Apesar de existirem quatro tipos básicos de casamento (monogamia, poliginia, poliandria - poligamia- e casamento grupal), a monogamia, concebida como a forma “natural” de casamento, é o tipo de casamento que prevalece atualmente principalmente na sociedade ocidental, a qual estabelece que um homem deve casar-se com apenas uma mulher e vice versa.

De todo modo, conforme descreve Haeberle (1983), o casamento é sempre importante e destaca-se de uniões não-maritais. Em geral, apesar de variar entre culturas, casar-se representa um ato positivo e deve ser aclamado e estar visível a todos. Em algumas sociedades, por exemplo, as pessoas casadas precisam vestir-se de maneira mais “digna” do que as solteiras. Em suma, parece haver algo especial sobre o casamento, que o torna diferente de qualquer outra relação humana, e que exige algum reconhecimento público. Tudo isso indica que o casamento vai além do que servir as necessidades pessoais de quem se casa e que ele não existe para o benefício dos cônjuges sozinho. Em vez disso, pode-se propor que também há um interesse social envolvido. Além disso, é evidente que esse interesse não só afeta a forma, mas também o significado do casamento e que este último só pode ser entendido quando consideramos seus aspectos individuais e sociais.

Obviamente que, na vida cotidiana, falamos de casamento sem nos preocuparmos com sua definição e com suas implicações. Mesmo os estudiosos, às vezes, são vagos ao descreverem as diferentes facetas desse fenômeno. Assim, dependendo do contexto, podemos encontrar o casamento descrito em termos muito diferentes e sob pontos de vista distintos. Conforme percebemos, o conceito de casamento revela-se complexo e fácil de ser

¹⁷ “These ‘natural’ human activities do not, by themselves, make a marriage. Its real meaning derives instead from social sanctions and expectations. Indeed, as such expectations change from one society to another, marriage is bound to change with them” (HAEBERLE, 1983, p. 45)

generalizado. Portanto, não há uma definição única que seja apta a abranger todos os significados e implicações desse conceito. A natureza precisa da união marital é um campo ardiloso, visto que seu papel na sociedade varia de acordo com cada cenário, ou seja, varia de acordo com cada modelo cultural.

Diante do contexto de vida conjugal dos sujeitos de nossa pesquisa, percebemos a necessidade de fazer uma breve explanação sobre união estável, ou coabitação, esboçando alguns pontos de sobreposição com o conceito de casamento, na cultura brasileira.

De acordo com Santos (2002), o casamento válido ainda representa a forma legal de constituir uma família. No entanto, devido ao seu caráter amplo e complexo, o conceito de família não pode ficar restrito apenas ao conceito de casamento. Não se pode negar à união estável o caráter de família, muito embora seja formada por aspectos peculiares, porém, reconhecida legalmente como entidade familiar. Vulgarmente conhecida como “morar junto”, “amancebar”, “juntar os panos”, “amigar” ou “amasiar”, a união estável foi reconhecida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no artigo 226, em seu §3o (*apud* SANTOS, 2002), que assim publica: “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento, dispositivo este que foi regulamentado pela lei 9. 278/96”

É importante expor que para que o casamento seja legalizado, certas formalidades precisam ser cumpridas: ida ao cartório de Registro Civil munido da documentação exigida e acompanhado de duas testemunhas, espera do retorno do processo do Judiciário com parecer favorável e, finalmente, regresso ao cartório para realização do casamento propriamente dito (MOTA, 2006). Em contra partida, para que a união estável seja estabelecida, não é exigido dos interessados nenhum procedimento legal, apenas o desejo mútuo de constituir uma família, que se iniciará no momento em que começarem a viver sob o mesmo teto, a menos que exista algum impedimento, elencados nos incisos I a VII do artigo 1521 do Código Civil. (MOTA, 2006).

Não se pode esquecer que, assim como existem exigências a serem cumpridas para a formalização do casamento, também existem outras formalidades, ainda mais complexas, a serem executadas quando o casal decide pedir o divórcio, mesmo que seja amigável. No entanto, se o casal decide, amigavelmente, findar a união por eles mesmos instituída, basta apenas que façam um acordo acerca de seus direitos e deveres e que sigam cada um, sua vida.

Observamos nos conceitos mencionados até aqui que tanto para o casamento como para a união estável é necessário que homem e mulher morem juntos, tenham um

”teto” para que haja a união e convivência, a fim de que família seja ali formada e resguardada. Ou seja, a criação de um novo lar, entidade autônoma da família de origem, representa, portanto, o princípio básico para a constituição do casamento e da união estável. Como já mencionamos, comumente, as pessoas referem-se à união estável como: “morar juntos” ou ainda, “juntar as escovas de dentes”, expressões que indicam a coabitação, logo, a **casa** em comum.

Tanto a união estável como o casamento trazem o conceito **casa** como um de seus pressupostos mais elementares. Em ambos, em geral, a coabitação é considerada pré-requisito para seu reconhecimento, salvo raras exceções.

Para ilustrar essa concepção, interessante notar algumas definições de casamento trazidas por dicionários de língua portuguesa:

Casamento s. m. De casar + mento. **1** União matrimonial entre o homem e a mulher. **2** União legítima dos cônjuges. **3**. Sacramento do matrimônio. **4**. Cerimônia nupcial. **5**. Reunião, associação. **7**. Pop. Ato de acasalar. Antôn.: divórcio. RAIZ: *cas*. TEMA: *casament*. DERIVADOS: casamentar, casamentação, casamentador, casamenteiro; (*adj.* Relativo à casamento; que trata de casamentos; que faz casamentos; que anima alguém a casar-se; que apraz em propalar contratos de casamento) ; casamentício (*adj. fam:* matrimonial) (CARVALHO, 1966, p. 34)

Casamento [do lat. Medieval *casamentu*] S. m. **1**. Ato solene de união entre duas pessoas de sexos diferentes, capazes e habilitadas, com legitimação religiosa e/ou civil. [sin: matrimônio, enlace matrimonial, (fam.) banho- de- igreja, e (pop.), casório.] **2**. Cerimônia em que é celebrada essa união; núpcias, esposais, boda (s), e (fam.) banho-de-igreja **3**. Fig. Aliança, união **4**. Combinação, harmonia (FERREIRA, 1986, p. 189) .

Casamento | s. m. (*casar + -mento*) **1**. Ato ou efeito de casar. **2**. Contrato de união ou vínculo entre duas pessoas que institui deveres conjugais = matrimônio. **3**. Cerimônia ou ritual que efetiva esse contrato ou união = boda **4**. *Fig.* União, associação, vínculo. **5**. *Reg.* Passa de figo recheada com pedaços de noz ou de outros frutos secos. (Dicionário Priberam da língua portuguesa¹⁸, 2011, online) .

De acordo com as definições acima, observamos que, apesar de ser considerado um tipo de conceito abstrato, existe um modelo prototípico e estereotipado de casamento revelado pelos dicionários. Corroborando o estudo de Kövecses (2000 p. 119), observamos nas definições acima que um dos principais componentes do conceito de casamento trata-se

¹⁸ www.priberam.pt/dlpo

de união, seja ela legal, emocional ou social. Ou seja, a unidade funcional de duas partes físicas pode servir como domínio fonte para o conceito alvo e abstrato de casamento. Em outros termos, “a nossa compreensão de uniões não - físicas, como: sociais, legais, emocionais espirituais, psicológicas etc. derivam das uniões físicas e biológicas” (KÖVECSES, 2000 p. 119) .¹⁹ Do ponto de vista da terminologia da metáfora conceitual, Kövecses (2000) chama atenção para a metáfora UNIÃO NÃO-FÍSICA É UNIÃO FÍSICA. O autor destaca que a raiz etimológica das palavras *união* e *unidade* é oriunda da palavra latina *unus*, que significa *um*. Nesse sentido, essa metáfora se adéqua perfeitamente a casamento, enquanto unidade não-física entre duas pessoas, observadas em expressões como: “unir-se em matrimônio” e “união legal entre homem e mulher”, “unir em uma só carne”.

Podemos identificar pontos em comum entre casamento e união estável, como: a união, a formação de uma família, procriação, associação, combinação, etc. Esses conceitos, como percebemos, são mais comumente concretizados dentro da **casa**, cuja representação transcende a figura concreta de tijolos e telhado. Como visto, de acordo com a etimologia, casamento é oriundo de casa acrescido do sufixo *mento* e consiste no ato de **casar-se**. Isso nos levar a crer que a casa que abriga o casamento é símbolo de aconchego, família, proteção, cumplicidade, intimidade, privacidade, autonomia, estabilidade, apoio, assistência moral e material, logo, consistem em um dos principais símbolos do casamento. Em outros termos, a comunhão de casa representa além do compartilhamento do mesmo teto, mas a comunhão integral de vidas.

Kövecses (2000) alinha-se a nosso ponto de vista quando propõe que, juntos, os sistemas metafóricos RELACIONAMENTO INTERATIVO e SISTEMAS COMPLEXOS organizam nossa concepção sobre relacionamentos humanos. De acordo com o autor, a nossa compreensão de relacionamentos humanos é oriunda dos ricos mapeamentos que ocorrem entre esses dois sistemas. Nesse sentido, parece que temos duas metáforas de nível geral subjacentes a relacionamentos humanos: RELACIONAMENTOS HUMANOS SÃO TROCAS ECONÔMICAS e SISTEMAS COMPLEXOS SÃO OBJETOS FÍSICOS COMPLEXOS.

Na primeira metáfora, o domínio fonte TROCA ECONÔMICA implica uma interação baseada em reciprocidade, igualdade, benefícios mútuos e com “lucro” entre as partes envolvidas. Em seu trabalho, Kövecses (2000), baseado em Quinn (1987, 1997), argumenta que essa metáfora estende-se, inclusive, ao conceito de casamento.

¹⁹ [...] our understanding of nonphysical-social, legal, emotional, spiritual, psychological, et cetera- unions derives from physical or biological unions. (KÖVECSES, 2000, p.119)

A segunda metáfora compreende os domínios: SISTEMA COMPLEXO e OBJETOS FÍSICOS. As metáforas dos SISTEMAS COMPLEXOS elegem OBJETOS COMPLEXOS ou ORGANISMOS VIVOS como domínios fonte, tais como: máquina, objeto, planta ou ser-vivo e prédio, os quais representam objetos complexos. Nessa perspectiva, os domínios alvo desse sistema consistem, do mesmo modo, em sistemas complexos, porém abstratos, como: teorias, mente, corpo, sociedade e relacionamentos interpessoais complexos. Logo, ao mapearmos objetos complexos concretos (domínio fonte) a objetos concretos abstratos (domínio alvo), destacamos a seguinte metáfora, a qual contribui ricamente a nossa pesquisa:

RELACIONAMENTOS COMPLEXOS SÃO PRÉDIOS (KÖVECSES, 2000).

Logo, se casamento é um tipo de relacionamento complexo e casa consiste em um prédio, tem-se o seguinte acarretamento: CASAMENTO É CASA.

Dessa forma, com a finalidade de ilustrar alguns dos mapeamentos gerados entre os domínios CASAMENTO (alvo) e CASA (fonte), pertinentes ao nosso trabalho, esboçamos a seguinte estrutura, subjacente ao MCI de CASAMENTO:

Em casa temos:	Do casamento esperamos:
Abrigo físico	→ Abrigo afetivo
Proteção física	→ Proteção afetivo-emocional
Alicerce/apoio físico	→ Alicerce/apoio financeiro e material
Estabilidade física	→ Estabilidade afetivo-emocional
Intimidade física	→ Intimidade afetivo-emocional
Privacidade física - corpórea	→ Conforto afetivo-emocional e moral
Conforto físico	→ Bem-estar psicológico, emocional, afetivo e espiritual
Bem-estar físico-corpóreo	

Quadro 2 – Mapeamentos Subjacentes ao conceito CASAMENTO OCIDENTAL CONTEMPORÂNEO.

Fonte: Adaptação da autora a partir de Kövecses (2000, p. 120 e 121)

Além de acarretamentos metafóricos, podem surgir acarretamentos metonímicos estruturados pelos esquemas PARTE-TODO e RECIPIENTE, tais como:

Casa é parte de casamento, logo, casa está pelo casamento.

Ou ainda,

O casamento é um dos elementos da família, a qual idealmente se reúne em **casa**

Inferimos, desse modo, que a partir daí surgiu o ditado popular “quem casa quer casa”, que daria um novo estudo.

Um importante ponto de discussão para a nossa análise diz respeito ao conhecimento cultural que, segundo Holland e Quinn (1987, p.3), são “pressuposições compartilhadas sobre o mundo”. Sem dúvidas, podemos afirmar que existe uma certa ordem no mundo. E essa ordem, de acordo com D’Andrade e Strauss (1984 *apud* QUINN; HOLLAND, 1987), só pode ser percebida pois nós a colocamos no mundo. Para D’Andrade (1984), uma entidade, como o casamento, “é criada por meio de um acordo social de que algo conta como aquela condição e existe apenas em virtude de sua adesão às regras que o constituem”²⁰ (*apud* QUINN; HOLLAND, 1987, p. 3). Nessa perspectiva, grande parte do que sabemos e acreditamos surge a partir de modelos que ditam o que há no mundo e como ele funciona.

Kövecses (2000, p. 114) estabelece que os significados culturais têm base em esquemas culturais, ou modelos culturais, os quais também são chamados de modelos/teorias populares (*folkmodels*) ou *modelos cognitivos idealizados*.

Segundo D’ Andrade e Strauss (1992), enquanto os modelos consistem em um conjunto de elementos para representar algo, os esquemas concebem um modelos simples, sendo a representação de um objeto ou evento. Esses esquemas têm força motivacional, os quais formam o sistema que define a realidade humana e fornecem informações sobre os estados do mundo que podem e devem ser atingidos. (D’ANDRADRE; STRAUSS, 1992) . Vale lembrar que os esquemas aprendidos têm caráter cultural e são mecanismos interpretativos, dependentes do contexto, logo, podem ser interpretados diferentemente entre cada observador.

Nessa perspectiva, D’Andrade e Strauss (1992) esclarecem que os esquemas têm propriedades hierárquicas, os quais fazem parte do esquema PARTE-TODO, no sentido em que as interpretações providas por um esquema são “passadas” aos esquemas de níveis mais altos para fazer interpretações mais gerais. Explicando melhor, por exemplo, se uma mulher sente-se atraída por um homem, isso faz parte do esquema “encontrar um companheiro”, o qual pertence ao esquema “casamento”, que, por sua vez, faz parte do esquema maior “ ser feliz”.

Os autores ressaltam a hipótese de que “ as interpretações mais gerais de uma pessoa sobre o que está acontecendo funciona como objetivos importantes para ela” (D’ANDRADRE; STRAUSS, 1992, p. 30) e propõe três níveis hierárquicos: (a) os que estão no topo do sistema interpretativo e funcionam como os objetivos mais gerais, ex: amor,

²⁰ “[. . .]is created by "the social agreement that something counts as that condition" (ibid.) and exists only by virtue of adherence to the rules that constitute it. ” (D’ANDRADE;STRAUSS, p. 3)

trabalho. (b) os chamados motivos de nível médio, para objetivos como, casamento, emprego, surf, etc. (c) e os esquemas de nível mais baixo, que funcionam para ações como, escrever cartão de aniversário, fazer relatório, etc.

Para Quinn (1997, p. 139), os modelos culturais são “um produto de tendências variáveis em graus diferentes de compartilhamento, diferencialmente dotados de forma motivacional”. No tocante ao significado que atribuímos a objetos, eventos ou palavras, concordamos com Strauss e Quinn (1997) quando postulam que isto está relacionado àquilo que vivemos em um dado momento e tem ligação com moldura interpretativa que trazemos conosco, resultante de experiências passadas. Assim, significado cultural consiste em interpretações típicas (aspectos de vida recorrentes e amplamente compartilhados) de algum tipo de evento ou objeto evocado nas pessoas com diferentes experiências, diferentes graus de compartilhamento e estabelecido antes mesmo que o indivíduo aprenda sobre ele.

Quinn (1997) aborda os modelos culturais, sob várias perspectivas, de maneira aproximada à abordagem de Lakoff e Johnson (1987), visto que todos partilham uma abordagem experiencialista, a partir de experiência compartilhada. Entretanto, apesar de sua pesquisa sobre as metáforas de casamento ter sido instigada pelos estudos provocadores de Lakoff e Johnson de 1980, a autora argumenta que as metáforas apenas refletem os modelos culturais. Em contra partida, Lakoff e Kövecses (*apud* KÖVECSES, 2000) defendem que as metáforas constituem amplamente o modelo cultural, visão que também compartilhamos.

De todo modo, devido a algumas sobreposições teórico-metodológicas com nosso estudo, percebemos a pertinência em mencionar a pesquisa feita por Quinn (1987) sobre as metáforas de casamento, desenvolvida a partir de entrevistas feitas com casais norte-americanos. Em sua pesquisa, Quinn (1987) entrevista, separadamente, onze esposas e seus maridos sobre vários aspectos de casamento. A autora argumenta que as metáforas presentes nas respostas nos promovem um conjunto de pistas para o que seja o modelo de casamento subjacente aos discursos examinados.

Quinn (1997) argumentou que as metáforas identificadas nos discursos dos entrevistados relacionavam-se a um conjunto de conceitos subjacentes a casamento e que a concepção de casamento pode ser caracterizada por meio de um conjunto de expectativas, no qual se espera que: casamento seja compartilhado, duradouro e mutuamente benéfico.

Nessa perspectiva, a autora Quinn (1997, p. 142) divide as metáforas em classes: (a) metáforas de duração, ex: “Éramos **grudados** um no outro” (b) metáforas de compartilhamento, ex: “ Eu sinto como se o casamento fosse uma **sociedade**”; (c) metáforas do benefício mútuo, ex: “ Nosso casamento é **bom para nós dois**”; (d) metáforas da

compatibilidade, ex: “A melhor coisa sobre o Bill é que ele **me completa**”; (e) metáforas da dificuldade, ex:” Aquela foi um **das barreiras mais difíceis que tivemos que atravessar**” (f) metáfora do esforço, ex:” *nós tivemos que lutar* para voltar a ser como éramos antes” (g) metáforas do sucesso ou fracasso, ex: “Nós estávamos **nos dando bem**”, “Estávamos condenados ao **fracasso**; (h) metáforas de risco, ex: “ o casamento estava com **problemas**”.

Apesar de admitir o uso recorrente das metáforas nos discursos dos entrevistados, Quinn (1997) reconhece que diferentes casais e diferentes indivíduos têm percepções diversas sobre o conceito de casamento. Todavia, todos compartilhavam algum dos conceitos mais comuns. Também, a autora defende que a grande variabilidade de metáforas encontradas e seus padrões de uso refletem um esquema subjacente compartilhado sobre casamento, o qual guia a seleção de metáforas do discurso.

A autora defende que as expectativas de casamento derivam do mapeamento estabelecido entre o conceito cultural amor e a instituição do casamento. Nesse sentido, indagamos: de onde vem o conceito abstrato amor ? Para a autora, este conceito emerge literalmente a partir de nossas experiências básicas, como, por exemplo, do primeiro contato entre um bebê e quem cuidou dele. Nesse prisma, a autora concebe o conceito casamento como uma estrutura baseada em expectativas, sem levar em consideração a concepção desse conceito antes mesmo de ser entendido como uma estrutura de expectativas (KÖVECSES, 2000, p. 122)

Entretanto, seu estudo fornece uma ideia norteadora consistente que pode nos auxiliar na identificação dos conceitos referentes a casamento, o qual acreditamos influenciar na estruturação do conceito de violência, subjacentes nos discursos de nossos sujeitos.

Como vimos, os conceitos referentes a casamento são reflexos de estruturas baseadas em expectativas ditadas por nossos modelos culturais. No sentido de esboçarmos uma ideia dos modelos culturais de casamento, família e, obviamente, de violência conjugal, julgamos ser necessário delinear um MCI de MULHER.

Assim como no conceito de casamento, argumentamos que os conceitos relacionados à MULHER também são constituídos a partir de diversas concepções, principalmente, ligadas ao modelo da família nuclear, a qual “tem sido privilegiada e tem ocupado um lugar pregnante na ideia que construímos, historicamente, sobre o grupo familiar” (BORSA; FEIL, 2008, p. 3) ²¹.

²¹ Grupo Familiar, ainda, pode ser definido como o conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou pela filiação, ou ainda a sucessão de indivíduos que descendem uns dos outros. Neste sentido, a expressão designa as

Sobre uma das possíveis origens das diferenças entre os conceitos de mulher e de homem, reportarmo-nos à narrativa de Gênesis que relata a criação do homem por Deus a partir do barro. Inicialmente, Deus criou o homem. Depois, Ele fez Eva das costelas de Adão. Nessa perspectiva, apesar de Deus ter criado homem e mulher para serem parte um do outro, brota a ideia de uma mulher hierarquicamente inferior por ela ter sido criada posteriormente ao homem.

Concordamos com Silva (2006, p. 4):

A mulher, apesar de ter sido feita por Deus, deriva da carne do homem, surge depois dele e em função dele, já que foi criada para ajudá-lo, e não recebeu o sopro de Deus, a alma. Deus cria o homem e faz a mulher a partir de uma parte do corpo de sua criatura.

Como todos os animais do campo, aves e animais selvagens criados por Deus, Eva e Adão foram colocados no paraíso com a ordem de que deveriam procriar. Nessa perspectiva, ainda segundo Gênesis (2: 18-25) *apud* SILVA, 2006, a mulher, que fora criada a partir do osso de Adão, o qual havia sido feito à semelhança de Deus, era a única criação com a qual a união carnal era possível. O conceito de matrimônio, então, é apresentado como um rompimento do homem com sua família de origem e pela união do homem com a mulher que o ajudaria e com quem ele procriaria.

Silva (2006, p. 4) destaca que é justamente no período da publicação da versão medieval portuguesa da Bíblia, em 1892, que a “igreja busca regulamentar o casamento monogâmico e heterossexual, sacralizando-o e legitimando-o pela necessidade da procriação, e essa narrativa reforça essas iniciativas”. Sob esse prisma, a mulher, que representa a “ajudoira”²² do homem e a personagem principal para a reprodução, apesar de exibir semelhanças do homem quanto à matéria, apresenta - se em posição hierarquicamente inferior em relação ao masculino. Com isso, sob essa perspectiva histórica, percebemos que diferenças entre masculino e feminino são destacadas, de modo a contribuir para a organização social, que reforça essas diferenças.

Conforme argumenta Favaro (2007 *apud* BORSA; FEIL, 2008), nesse modelo, a mulher, cujo papel essencial é atribuído pela maternidade, que se constitui como a sua identidade principal, é posta como um elemento agregador indispensável, sem o qual a família

peças aparentadas que vivem sob o mesmo teto e mais particularmente o pai, a mãe e os filhos (FLANDRIN, 1992 *apud* BORSA; FEIL, 2008, p. 3).

²² Segundo a versão medieval portuguesa da bíblia, “ajudoiro semelhavil”, é como Deus caracteriza a mulher a ser criada para ser a auxiliadora semelhante e companheira de Adão. (SILVA, 2006, p. 3)

não sobrevive. Braga e Amazonas (2005 *apud* BORSA; FEIL, 2008, s/n) acrescentam ainda que:

Historicamente, o papel da maternidade sempre foi construído como o ideal máximo da mulher, caminho da plenitude e realização da feminilidade, associado a um sentido de renúncia e sacrifícios prazerosos. No final do século XVIII, e principalmente no século XIX, como já mencionado, a mulher aceitou o papel da boa mãe, dedicada em tempo integral, responsável pelo espaço privado, privilegiadamente representado pela família [. .]

Sob esse ângulo, embora nem todas as mulheres configurem-se como “elementos agregadores indispensáveis” para a constituição de uma família, por terem decidido ser solteiras, exclusivamente profissionais independentes, lésbicas etc., o conceito de mulher é definido a partir do modelo cognitivo da maioria dos sistemas sociais contemporâneos. Esse modelo é constituído por casamentos tipicamente monogâmicos, baseados na família patriarcal e estruturados pela metáfora da ORDEM MORAL: HOMENS TÊM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS MULHERES. Às mulheres cabem os esquemas de mãe e dona de casa, com características de uma flor prototípica: delicadeza, fragilidade, beleza, aroma e incapacidade de autodefesa. Daí ouvirmos expressões do tipo, “em mulher não se bate nem com uma flor”; ou ainda que são incapazes de exercer tarefas fora do âmbito doméstico, como se observa quando um mal motorista é automaticamente rotulado como uma mulher: “tinha que ser uma mulher dirigindo... ”.

Sobre esse aspecto, inferimos que nosso modelo cognitivo idealizado de mulher é metonímico de estereótipo social e ideal, visto que o conceito é melhor exemplificado pela figura da mulher-mãe, mulher-esposa, mulher-dona-de-casa, mulher dependente, mulher-feminina, mulher-frágil, mulher-sensível, ou seja, “mulher-flor”.

3.6 MCI de Violência Conjugal Ocidental Contemporânea

Como vimos, a inserção ou não de conceitos subordinados à definição “clássica” de violência (uso de força, coação, constrangimento físico e moral etc.) como uma violência propriamente dita depende de domínios sócio-cognitivamente elaborados, partilhados e oriundos da memória moral de indivíduos. Por outro lado, conforme argumenta Chiavegatto (2009, p. 86), esses domínios (representados por MCIs, modelos culturais ou esquemas de

imagens) “são passíveis de modificação a partir das experiências que vão sendo vivenciadas ao longo da vida, alterando as configurações anteriores”.

Tal argumentação fornece uma explicação porque no primeiro episódio noticiado, o fato de o PM ter matado o bandido, não se configura necessariamente como uma violência. Nesse mesmo prisma, ao relacionarmos isso com a violência doméstica em alguns países do mundo, constatamos que certas cultura aceitam atos de brutalidade e violência física contra a mulher como se fossem apenas medidas disciplinares de um dono ao seu “patrimônio”. Vejamos até que ponto aspectos culturais podem justificar atos cruéis:

Afegã que teve o nariz cortado tem face reconstruída

A jovem afegã que ficou mundialmente conhecida por ter o nariz cortado pelo marido no Afeganistão mostrou, nesta semana, sua face reconstruída. Ela passou por uma cirurgia plástica nos Estados Unidos. O drama de Aisha foi estampado na capa da revista Times. Ela contou à publicação americana que foi seu marido quem lhe cortou o nariz, com a ajuda de familiares. Eles tiveram o apoio de um líder do grupo fundamentalista muçulmano Taliban. Segundo reportagem do jornal espanhol El País, a jovem de 18 anos foi levada ao Estado americano da Califórnia para ter a face reconstruída, com o apoio financeiro da Fundação GrossmanBurn. O instituto luta pelo fim da violência contra as mulheres. Aisha apareceu em público nesta semana, durante a entrega de um prêmio entregue pela fundação. A face mutilada de Aisha ilustrou a reportagem da Time que tinha como título: “O que poderia ocorrer se deixássemos o Afeganistão”. Durante o governo do Taliban vigorou no país uma versão ainda mais radical da sharia, a lei islâmica, que pune com a morte mulheres acusadas de adultério, como foi o caso de Aisha, por exemplo. Nesse tempo, as afegãs eram obrigadas a se cobrir da cabeça aos pés com a burca e não tinham direitos mínimos, como o de ir à escola. (*Number ones*, s/n, 11/02/2011, online).

Observemos como esse cenário organiza-se:

AGENTE (singular e perceptível): Marido Afegão

PACIENTE (humano, singular e perceptível): Aisha Bibi, afegã, 18 anos, casada com afegão;

LOCAL: Na casa dos sogros, no Afeganistão;

AÇÃO (direta, perceptível e não-gradual): corte de nariz;

INSTRUMENTO: pontiagudo e afiado, não especificado na notícia (provavelmente uma faca)

DANO: físico-corporal: PACIENTE tem nariz cortado.

PANO DE FUNDO para a cultura afegã:

1-Homens têm autoridade moral sobre as mulheres;

2- erros morais, tais como desobediência, adultério, devem ser punidos;

3- a punição deve ser física da gravidade do erro cometido. Quanto mais grave, pior a mutilação, podendo chegar à morte por apedrejamento;

4- caso o marido não execute o que a sociedade espera, ele será banido por ela;

Diante desse cenário, o episódio não é considerado violência. A violência destaca-se pela atitude da esposa, em um outro cenário;

AGENTE (humano, perceptível e singular): esposa

PACIENTE (humano, perceptível, singular): marido

LOCAL: Afeganistão

AÇÃO: esposa tenta fugir de casa e é acusada de adultério;

DANO (não perceptível, moral): esposa desmoralizou o marido

INSTRUMENTO (não-físico): tentou fugir de casa

Vale destacar, que essa matéria foi veiculada na Revista *Times*, uma das revistas de maior visibilidade mundial na atualidade, que tornou o caso público, criando um “incômodo” político entre os EUA e o Afeganistão. No Afeganistão, entre os talibãs, é esperado que o marido e sua família, tenham total controle sobre a esposa. Visto por esse lado, se a esposa “erra moralmente”, a ação do marido de castigá-la não é vista como um ato violento, mas como uma medida disciplinar. No caso da jovem da notícia, ao tentar fugir de casa por causa dos maus-tratos da família do marido, ela tem seu nariz cortado, inclusive, com o apoio de líderes talibãs. Ou seja, de acordo com os MCIs de Casamento de Mulher da sociedade talibã, castigar mulheres que supostamente “sujam” o nome da família não se configura como violência.

Entretanto, apesar de comum em certas comunidades muçulmanas, como no Afeganistão, a ação de mutilar mulheres como um ato punitivo e disciplinar representa para a nossa cultura ocidental e contemporânea uma demonstração brutal de crueldade e desrespeito não só às mulheres, como a todos os seres humanos.

Em nossa sociedade ocidental contemporânea, as mulheres também são brutalizadas, agredidas pelos companheiros, mas esse fato não é visto pelo mesmo prisma, conforme podemos notar pela análise da reportagem abaixo:

Mulher é agredida com três facadas pelo companheiro

Uma mulher foi agredida com três facadas pelo companheiro, na noite da última sexta-feira (4), no bairro Jóquei Clube, em Fortaleza. De acordo com a polícia, o crime aconteceu após uma discussão por motivo de ciúmes. O casal estava em casa, na avenida Augusto dos Anjos, quando a briga começou. Segundo testemunhas, Francisco Guilherme de Oliveira Neto, de 39 anos, estava embriagado. Ele está preso na Delegacia da Mulher.

(Jornal Diário do Nordeste, 05/06/2010. online) .

Vejamos como esse cenário organiza-se:

AGENTE (singular e perceptível): Francisco Guilherme, 39 anos, embriagado.

PACIENTE (humano, singular e perceptível): Andréa Coelho, 32 anos

LOCAL: em **casa**.

AÇÃO (direta, perceptível e não-gradual): Três facadas contra a vítima

INSTRUMENTO: Faca, contato caracterizado pelo uso da FORÇA FÍSICA e intenção de perfuração.

DANO: físico-corporal

PANO DE FUNDO:

- 1- marido deve proteger a mulher;
- 2- “ em mulher não se bate nem com uma flor”;
- 3- a casa é um abrigo, lugar de harmonia e segurança;
- 4- erros morais não autorizam a justiça com as próprias mãos;
- 5- casos de infidelidade provocam a separação do casal (desquite/divórcio) por via da justiça pública.

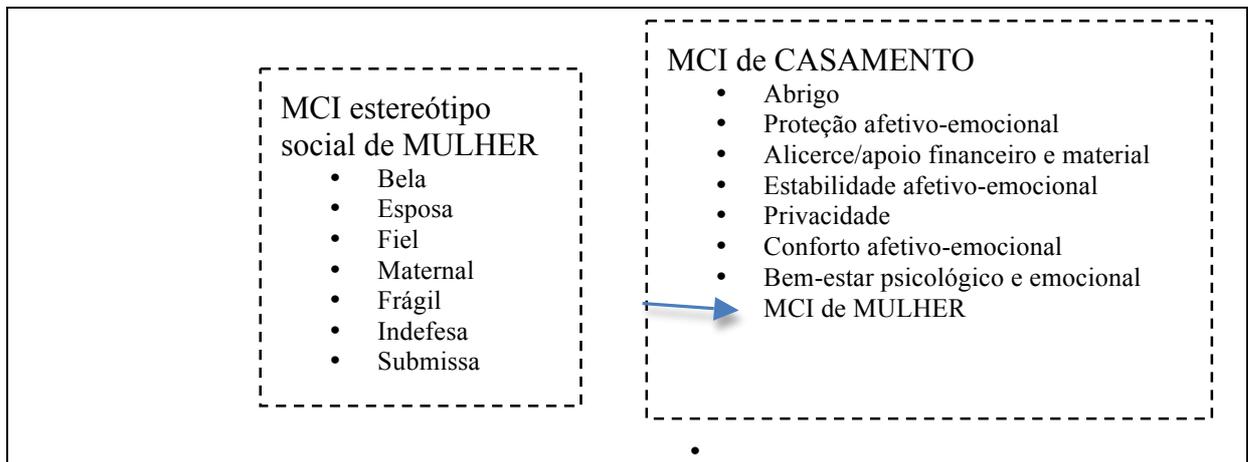
Esse pano de fundo caracteriza o episódio como violência por ter havido uma violação de algo pré - estabelecido, ou seja, dos MCIs de casamento e de mulher. Como visto anteriormente, de acordo com o MCI de CASAMENTO, é esperado que haja amor e respeito mútuo entre as parte e que a **casa** seja o abrigo familiar, palco de amor e harmonia. Em relação ao MCI de MULHER, conforme delineamos anteriormente, é esperado que ela seja protegida e amada pelo marido/companheiro.

No caso dessa notícia, observamos que Guilherme reagiu negativamente ao descobrir que a companheira estava recebendo mensagens no celular, havendo uma quebra do MCI metonímico ideal de mulher e de esposa, que devem ser, dentre outras coisas, fiéis. Mesmo assim, em nossa cultura, não é aceito que mulheres sejam apedrejadas, espancadas e muito menos esfaqueadas em caso de infidelidade, logo, esfaquear sua companheira consiste em uma violação de vários elementos do MCI de CASAMENTO, portanto uma violência. Inclusive, na contemporaneidade, no contexto brasileiro, não se aceita mais o argumento de legítima defesa da honra.

Note-se que a notícia é veiculada em jornal local, cujos leitores partilham do mesmo pano de fundo do emissor, nesse caso, um jornalista. Segundo Maingueneau (*apud* CARNEIRO, 1998, p. 4), “o papel desempenhado pelo destinatário torna-se decisivo na produção e na interpretação dos enunciados”. Diante dessa observação, vale mencionar que o jornal destacou, na manchete, o fato na voz passiva, dando à mulher, a paciente da ação, papel de destaque, o que pode despertar no leitor sentimentos de perplexidade e revolta

Em outras palavras, elementos como proteção, cuidado e amor entre os cônjuges, subjacentes aos MCIs de CASAMENTO OCIDENTAL CONTEMPORÂNEO e de MULHER são perceptivelmente e constantemente violados nas mais diversas culturas. Entretanto, os mecanismos de aceitação e punição se diferenciam de acordo com a perspectiva sócio-cognitiva de cada contexto.

Em suma, é necessário que sejamos capazes de evocar os MCIs de CASAMENTO, no qual também está inserido o MCI de MULHER, para definir o que se entende por violência conjugal. Sobre esse aspecto, esboçamos, através de quadros, sintetizando dois dos principais MCI evocados para o processamento de significação de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA, no contexto brasileiro:



Quadro 3 - MCIs evocados para a estruturação do MCI de Violência Conjugal Ocidental Contemporânea.

O pontilhado nas molduras acima simboliza um rompimento com um ou mais elementos dos MCIs em questão. Esse pontilhado também se refere à dinamicidade dos sistemas lingüísticos e suas representações sócio-cognitivas, sustentando que esquemas conceituais independentes são acessados, na medida em que organizam as formas variáveis de convivência humana.

Com base nos MCIs que são acessados para estruturar o MCI de Violência Conjugal, mencionados acima, esboçamos outro quadro com o MCI Geral de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA. Para estruturar esse MCI geral, incluímos, além dos itens quadro 3, outros elementos de igual importância, tais como, os componentes do MCI de cenário de VIOLÊNCIA (AGENTE; PACIENTE; AÇÃO; INSTRUMENTO; DANO; Pano de fundo), assim como, as metáforas, metonímias e

esquemas de imagens que subjazem a estruturação do MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA.

<u>MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA</u>		
Cenário		
AGENTE: marido/companheiro; esposa/companheira		
PACIENTE: Mulher; Homem		
AÇÃO: ato que atinge a mulher ou familiares física e psicologicamente; ato que atinge o homem física e psicologicamente		
INSTRUMENTO: físico (faca, arma, murro etc.) ou abstrato (palavras, gestos, comportamento)		
DANO: físico (hematoma, morte etc.) , psicológico (constrangimento, insegurança, vergonha, depressão etc.) e patrimonial (perda da casa, ou de bens pessoais)		
Pano de Fundo : Fator determinante para determinar quais elementos foram rompidos.		
<p>MCI de CASAMENTO (mapeamento com CASA)</p> <ul style="list-style-type: none"> -Abrigo afetivo -Proteção afetivo-emocional -Alicerce/apoio financeiro e material Estabilidade afetivo-emocional Intimidade afetivo-emocional Conforto afetivo-emocional e moral -Bem-estar psicológico emocional, afetivo e espiritual MCI de MULHER 		
Metonímias e acarretamentos	Metáforas	Esquemas de imagens
Metonímicos		
Esposa pelo casamento Casa pelo casamento Casa pela família Casa pela segurança Casa pela felicidade; Pai e marido não provedor que não exerce autoridade moral; Marido exerce autoridade oral sobre as esposas.	RELACIONAMENTOS HUMANOS SÃO OBJETOS COMPLEXOS; RELACIONAMENTOS SÃO MÁQUINAS; CASAMENTOS SÃO CASAS; UNIÃO NÃO FÍSICA É UNIÃO FÍSICA; DA FORÇA MORAL; DA AUTORIDADE MORAL; DA ORDEM MORAL; DA ESSÊNCIA MORAL; MORALIDADE COMO CUIDADO; A MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO; DA VIDA INTERIOR; CASAMENTO É UMA VIAGEM; PESSOA FORA DE CONTROLE É UM EU DIVIDIDO; EU ESSENCIAL (MÚLTIPLOS EUS); IMORALIDADE É DOENÇA;	LIGAÇÃO (CASAMENTO É UNIÃO) RECIPIENTE (casa é um recipiente) PARTE-TODO (cônjuges são parte do casamento e família) CENTRO-PERIFERIA (casa é centro e rua é periferia; relacionamento é centro, separação é periferia)

Quadro 4 - MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA.

De acordo com o quadro acima, o MCI de Violência Conjugal Ocidental Contemporânea é estruturado por diversos outros componentes. Além do MCI de

CASAMENTO construído a partir do mapeamento com elementos de CASA, que estabelece o que se deve esperar de uma união matrimonial, existem modelos metafóricos e metonímicos, estruturados por certos esquemas de imagens, que também são evocados na composição do MCI de CASAMENTO. Assim, a violência conjugal será configurada, nesse caso, caso haja ruptura de algum desses elementos do MCI de CASAMENTO, assim como das metáforas e metonímias que também estruturam o conceito. Nessa perspectiva, a partir do rompimento de um ou mais elementos do MCI de CASAMENTO, configura-se o MCI cenário de VIOLÊNCIA, cujos componentes se ajustam ao panorama matrimonial. Ou seja, o agente assume a posição de um dos cônjuges e o paciente, o papel de quem teve suas expectativas quebradas. Vale ressaltar que tanto o marido quanto a esposa podem assumir o papel de agente e paciente da ação, porém, nosso estudo foca na mulher como paciente.

Antes de passarmos para a análise dos nossos dados, apresentamos no próximo capítulo, a metodologia que utilizamos para o levantamento e tratamento do *corpus* e demais informações relevantes para a compreensão do trabalho aqui desenvolvido.

4 CONSIDERAÇÕES METODÓGICAS DA PESQUISA

Há algum tempo, a Linguística Cognitiva já vem buscando respostas sobre a maneira como a linguagem se encaixa no modo como pensamos, sentimos e nos inserimos no meio ambiente. No entanto, apesar da Linguística Cognitiva estar comprometida com a realidade psicológica de seus construtos teóricos, as pesquisas têm se baseado em intuições lingüísticas dos teóricos. Todavia, cresce a consciência de que a teoria lingüística deve estar baseada na observação da língua em uso, em testes experimentais que a validem, assim como no conhecimento geral acerca da função cognitiva. Desse modo, a lingüística cognitiva tem se mostrado comprometida com a busca de estudos empíricos que ajudem a desenvolver uma exposição coerente sobre a conexão entre a linguagem e a cognição (GONZALEZ-MARQUEZ et al. 2006) .

Mittelberg (2006) acredita que trabalhar com a linguagem natural falada pode ser muito frutífero no contexto de pesquisas sobre linguagem e cognição. De fato, Geeraerts (2006 b), ao delinear as principais características da Linguística Cognitiva, aponta que o apelo por métodos empíricos está sendo impulsionado pela crescente tendência da Linguística Cognitiva em ressaltar sua essência com base no uso lingüístico (*usage-based linguistics*) . Além disso, Waugh et al (2006) argumentam que a perspectiva da linguagem precisa ser vista como um processo que modela e é modelado pelo seu enraizamento (*embeddedness*) ecológico. Nosso foco, portanto, seguiu essa orientação.

4.1 Pesquisa Qualitativa

Nossa pesquisa, de caráter exploratório-descritivo, apoiou-se em dados baseados em uso autêntico e utilizou procedimentos de campo com mulheres vítimas de violência conjugal. Assumimos a posição de pesquisador-observador, coletando dados de depoimentos fornecidos pelas vítimas, na ocasião de produção de boletins de ocorrência (B.O.) .

Percebemos a pesquisa qualitativa como um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão maior visibilidade ao mundo. A escolha de tal método deu-se a partir

da leitura da dissertação de Dias (2007), que se baseou na análise de uma coletânea produzida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e organizada por Ellsberg e Heisi (*apud* DIAS, 2007, p. 48) . Nessa coletânea, as autoras argumentam que a pesquisa qualitativa é mais apropriada para abordar o tema da violência contra a mulher.

Desse modo, um trabalho com essa natureza revelou-se rico, visto que através das interações em contextos adequados e de material coletado em ambiente natural poderá surgir valioso corpus de análise.

Entretanto, nossa pesquisa não teve exatamente caráter etnográfico, uma vez que se baseou em dados obtidos de observação, sem a participação e intervenção da pesquisadora, exceto em alguns momentos, durante os depoimentos.

4.2 Contextos da Pesquisa

Dentre os equipamentos disponíveis de atendimento à mulher, optamos por fazer nosso trabalho na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Fortaleza. As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher surgiram em meados dos anos 80 como umas das manifestações do movimento feminista, cujas atribuições são de prevenir, registrar, investigar, tipificar e reprimir as infrações penais cometidas contra as mulheres em razão da sua condição de mulher. As novas instalações da delegacia da mulher na cidade de Fortaleza foram inauguradas pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC) e pelo Conselho Nacional da Defesa da Mulher (CNDM) em agosto de 2002.

As vítimas são atendidas por ordem de chegada e são levadas à sala de registro de ocorrência, onde uma escritã, das três ou quatro escritãs de plantão, lavra o termo circunstanciado da ocorrência, documento que prova a reclamação da vítima.

Antes de serem ouvidas, as mulheres recebem um número de senha e esperam de uma a quatro horas até serem chamadas. Caso tenham crianças de colo, ou tenham mais de sessenta anos, as vítimas recebem atendimento prioritário e são atendidas com menos tempo de espera.

Apesar de haver uma televisão e ar condicionado na sala de espera, o ambiente é “pesado” e desconfortável. Não há água para as mulheres que esperam por muitas horas e as janelas, todas fechadas, bloqueiam a visão do lado exterior. Depois de tanto tempo de espera,

é comum vê-las conversando entre si, compartilhando suas aflições e os motivos que as levaram à delegacia.

Dentro da sala de registro de ocorrência, finalmente podem relatar à escritã, toda a história que a fizeram esperar por longas horas. As escritãs, em geral, são bastante respeitosas e revelam um semblante sério e profissional.

4.3 Sujeitos

No caso desta pesquisa, os sujeitos participantes foram seis mulheres que compareceram à delegacia para produzir B.O., o qual consiste do primeiro passo a ser dado para a abertura de um processo legal contra o agressor. O número de sujeitos deveu-se à natureza qualitativa da nossa pesquisa e por ter sido necessário efetuar a transcrição dos relatos obtidos durante as sessões. A seleção dos sujeitos foi feita, primeiro, por serem vítimas de violência conjugal, em seguida, pela obtenção de anuência através do termo de consentimento livre e esclarecido para participarem da pesquisa.

Na primeira e na segunda gravação, abordamos, separadamente, ainda na sala de espera, a próxima mulher a entrar na sala de registro de B. O. e lemos para elas o termo de esclarecimento para obter a anuência. Entretanto, a partir da terceira vítima, percebemos que seria melhor aguardá-las dentro da sala de registro e só então esclarecer sobre a pesquisa e pedir que assinassem o termo de anuência. As vítimas, cujo anonimato será mantido, foram escolhidas aleatoriamente.

4.4 Coleta e análise de Dados

Após obtermos expressa autorização da assistente social, responsável por encaminhar e orientar pesquisadores, para acompanharmos e gravarmos alguns B.O., demos início às gravações. Os dados foram gravados e coletados a partir de interlocuções espontâneas entre as participantes e a escritã responsável por lavrar o boletim de ocorrência na DEAM. Vale destacar que informações contidas nas transcrições tais como, nomes, endereços, telefones das vítimas e de seus maridos/companheiros foram modificados para que seu anonimato fossem preservado.

A observação foi realizada pela própria pesquisadora durante a sessão de registro de ocorrência. Foi adotada a forma observacional, em vez de entrevistas, devido à violência vivenciada pelas vítimas ser um assunto de considerável carga emocional e afetiva, evitando, por um lado, uma sobrecarga emocional nos sujeitos e, por outro, a influência da visão da pesquisadora sobre o tema.

A cadeira da pesquisadora era posicionada de modo que o rosto da vítima pudesse ser visualizado, para que suas expressões faciais fossem melhor registradas. O gravador era posto sobre a mesa e próximo à vítima.

As seis gravações, feitas em três visitas à delegacia (com intervalos de, no mínimo, duas semanas entre elas), foram transcritas à medida que ia sendo coletadas. O intervalo entre cada visita à delegacia foi necessário para que pudéssemos registrar o máximo de informações observadas durante as coletas, pois temíamos que dados importantes pudessem ser perdidos caso houvesse demora entre os registros. A utilização do bloco de notas, ou diário de campo, também foi bastante útil para resgatar palavras e expressões lingüísticas e faciais percebidas durante cada gravação.

4.5 Instrumentos de pesquisa

A dificuldade de observar e registrar os eventos que ocorrem simultaneamente motiva a utilização da gravação “não só como recurso mnemônico, mas também como instrumento de distanciamento” (Van Lier *apud* PINTO, 1998, p. 131). Portanto, todas as atividades foram gravadas em áudio e transcritas posteriormente através dos pressupostos e métodos da Análise da Conversação, nas quais registramos as interações naturais e autênticas de fala das informantes, inclusive pausas, entonações, ruídos, alongamentos etc.

Também foi utilizado um diário de campo como instrumento complementar para detalhar informações, observações e reflexões que surgissem no decorrer na pesquisa. O diário de campo foi organizado da seguinte forma: a) data; b) início da sessão de registro de B.O. (campo onde marcamos o horário do início dos depoimentos de cada participante) ; c) pessoas presentes (onde anotamos quantas e quais pessoas estavam presentes durante a produção do B.O.) ; d) final da sessão (campo onde foi anotado o horário do término da sessão);) descrição do ambiente (campo onde foram registradas as descrições do ambiente

durante a produção do B. O., por exemplo: como os presentes estavam posicionados espacialmente e o registro de linguagem não-verbal significativa praticada pelos participantes).

Antes de darmos início às gravações, visitamos a DEAM algumas vezes para nos familiarizarmos com o ambiente e funcionários. Nesse período, assistimos a algumas sessões de registro de boletim de ocorrência, conversamos com as funcionárias e esclarecemos algumas dúvidas. Assim, tivemos contato com a dinâmica e procedimentos da DEAM a fim de minimizar possíveis problemas durante o período de coleta dos dados.

4. 6 Normas para Transcrição

Como nosso foco é a linguagem autêntica em uso, o *corpus* analisado foi constituído por situações naturais que precisaram ser gravadas para que tivéssemos maior precisão nas suas análises. Conforme nos mostra Hilgert (1990 *apud* DIONÍSIO, 2009, p. 245)), “a análise tem que se concentrar necessariamente na produção dos interlocutores e nunca em interpretações e adaptações do pesquisador”, desse modo, seria um grande erro se o analista completasse, baseado na sua interpretação, enunciados truncados ou incompreensíveis, dando prosseguimento às análises.

Além do cuidado em registrar e transcrever os dados orais com precisão, estávamos cientes da linguagem gestual na construção do sentido do enunciado lingüístico (DIONÍSIO, 2009) . Conforme Sweetser (2006) defende, o meio gestual e visual são capazes de prover informações que não são possíveis de ser captadas apenas através do meio oral e auditivo. A capacidade vocal, por ser limitada a sons e estruturas sequenciais e temporais, não é capaz de representar iconicamente relações espaciais, de movimento, tamanho, forma, cuja representação é mais facilmente realizada através de gestos corpóreos e manuais. Entretanto, apesar de reconhecermos a importância da linguagem gestual, não a transcrevemos em nossa pesquisa, uma vez que a coleta de imagens seria um complicador por se tratarem de casos de violência e, assim, decidimos usar apenas gravador de voz, não sendo fácil, portanto, tomar notas de gestos e outras observações ao mesmo tempo.

Segundo nos assegura Marcuschi (1998, p. 9), não há uma “melhor transcrição”. Cabe ao analista assinalar aquilo que o interessa, baseado em seus objetivos. Detalhes verbais,

paralinguísticos (sons emitidos pelo aparelho fonador que não se constituem parte do sistema sonoro), cinésicos (linguagem gestual), proxêmicos (distância entre interlocutores) e até de silêncio podem ser contemplados pelo sistema de transcrição, visto que a interação verbal é organizada por uma estrutura tríplice: linguagem, paralinguagem e cinésica. (STEINBERG, 1988 *apud* DIONÍSIO, 2009, p. 77).

Utilizamos de modo geral as orientações do Projeto de Estudo Coordenado da Norma Urbana Linguística Culta (Projeto NURC), (DIONÍSIO, 2009, p. 76), com adaptações, descritas no quadro abaixo:

OCORRÊNCIAS	SINAIS
1. Indicação dos falantes	Os falantes são indicados em linha, por meio das letras: V se for vítima e Esc se for escritã
2. Pausas	...
3. Ênfase	MAIÚSCULAS
4. Alongamento de Vogal	: (pequeno) .. (médio) ... (grande)
5. Silabação	-
6. Interrogação	?
7. Segmentos incompreensíveis ou inteligíveis	() (inteligível)
8. Truncamentos de palavras ou desvios sintáticos	/
9. Comentário do escritor	(())
10. Citações	“ ”
11. Superposição de Vozes	[
12. Simultaneidade de Vozes	[[
13. Ortografia	Exemplos: ahã, to, tá
14. Inspiração audível	(H)
15. Expiração audível	(Hx)
16. Risos	(@)
17. Palavra com riso	Exemplo:@palavra@
18. Vocalismo	Exemplo:(TOSSE)
19. Choro	(choro)

Quadro 5 – Normas de Transcrição

Fonte: Adaptado pela autora de Dionísio (2009, p. 76).

Após feitas as transcrições de todas as gravações, identificamos e selecionamos trechos que contivessem elementos a serem analisados, nos quais as vítimas revelassem seus sentimentos e pontos de vista acerca a violência sofrida. Em seguida, os trechos selecionados de todas as gravações foram divididos em segmentos discursivos e numerados entre 1 (um) a 41 (quarenta e um). Cada segmento discursivo foi recortado em unidades de análise, representadas por ordenação alfabética. Por exemplo, se houvesse dois fragmentos a serem analisados dentro do segmento discursivo 2 (dois), eles seriam subdivididos em duas unidades discursivas: (2a) e (2b).

Para efeito de destaque e melhor visualização do item que estava sendo analisado, transcrevemos o segmento e sublinhamos apenas as unidades discursivas. Além disso, realçamos em negrito os trechos mais centrais de cada unidade discursiva.

5 A VIOLÊNCIA NO DISCURSO DAS VÍTIMAS

A abordagem dos Modelos Cognitivos Idealizados-é um núcleo da Semântica Cognitiva, conforme já mencionamos, proposta por Lakoff (1987), e tem como propósito analisar os conhecimentos armazenados em estruturas mentais, mais ou menos estáveis, que fornecem a base para a conceitualização, estruturação de categorias e efeitos de prototipicidade- os modelos cognitivos idealizados - MCIs.

Neste capítulo analisamos o *corpus* com os depoimentos de mulheres vítimas de violência conjugal para efeito de B.O., na DEAM de Fortaleza. A partir da perspectiva dos MCIs, a análise será apresentada vítima por vítima, seguindo a ordem de depoimento.

5.1 Vítima 1

A primeira vítima, com 43 anos, com aparência humilde, exibia muito mais idade. Mostrou-se solícita quando a abordamos e solicitamos a gravação de seu boletim de ocorrência. Além dos ruídos e conversas paralelas durante sua gravação, sua fala rápida, baixa e com problemas de dicção dificultaram a transcrição. Apesar de uma dicção trêmula, demonstrava segurança em seu discurso.

Viveu maritalmente por dezesseis anos, mas casou-se com o companheiro somente há um ano. Veio à DEAM para queixar-se de ameaças, agressões verbais e físicas cometidas pelo marido, além de revelar o medo de ter suas duas casas tomada por ele, as quais parecem ter sido adquiridas pela vítima, anteriormente a esse casamento. Separaram-se há mais de um mês e o agressor ameaça tomar as suas casas. No momento da denúncia, confessa que já está com outra pessoa.

1.

“[...]”

“[...]” (1a) Aí... né...:vai faze:r um mês e... oito dias que ele me bateu e eu fico **tontinha da minha cabeça** ((incompreensível)) assim ((mostrando olhos)) e meus olhos ficam roxo né... Aí... (1b) **eu fui /botei ele pra fora** e ele agora tá **me des/me ameaçando** ((incompreensível)) de bater na minha porta de noite...] [...].”

Nesse primeiro segmento, a vítima dá início ao seu depoimento na delegacia mencionando ter sido agredida fisicamente pelo companheiro há mais de um mês, fato que

nos faz questionar por que somente depois de um mês a vítima procurou a DEAM para fazer a denúncia. Ao introduzir sua declaração narrando um ato de violência física, submodelo de violência mais prototípico socioculturalmente, a vítima parece tentar estabelecer, de imediato, uma relação de aceitação e simpatia com a escritã. Após narrar cada fato, V1 passa a descrever as conseqüências das ações do companheiro.

No segmento (1a), ao usar o verbo bater, que indica o uso de força física, a declarante revela ter sido agredida fisicamente. O fragmento “eu fico tontinha da minha cabeça” pode indicar que foi agredida fisicamente na cabeça, já que seus olhos ficam roxos, mas também remete-nos à metáfora A MENTE COMO UM CORPO (LAKOFF; JOHNSON, 1999 p. 235). Ou seja, o mapeamento entre CORPO e MENTE pode acarretar que a instabilidade física é a instabilidade mental ou emocional, que, nesse caso, pode estar relacionada tanto a atordoamento mental e psicológico, como à vertigem, provocados pelas agressões.

Sobre esse aspecto, pode-se associar o esquema imagético EQUILÍBRIO, que serve como domínio fonte para a metáfora conceitual ESTABILIDADE EMOCIONAL É EQUILÍBRIO (BARDEN, 2002), que contribuiu para o licenciamento do mapeamento metafórico acima.

Se ESTABILIDADE EMOCIONAL É EQUILÍBRIO, inferimos que INSTABILIDADE É DESEQUILÍBRIO, metáforas que licenciam uma série de expressões referentes ao estado emocional das pessoas, tais como: *Coletânea de Frases para Pessoa desequilibrada; Prefeito Desequilibrado Agride Novamente*.²³ Assim, ao dizer que estava “tontinha da cabeça”, a vítima estaria utilizando o mapeamento entre ter a sensação de desequilíbrio físico e tontura como desequilíbrio emocional.

No segmento (1b), ao dizer “botei ele pra fora”, emerge o conceito CASA, caracterizado em termos de um modelo de esquema de imagem RECIPIENTE, cujos elementos estruturais são INTERIOR-FRONTEIRA-EXTERIOR.

Logo,

CASA É UM RECIPIENTE (Formada pelo lado interior e exterior)

No entanto, como vimos no capítulo anterior, o conceito CASA é estendido metafórica e metonimicamente e representa, além do ambiente físico, concebendo também o centro familiar. Nesse segmento, é válido antes fazermos uma avaliação do que constitui DENTRO e FORA para a vítima. Ao dizer “botei ele pra fora”, inferimos, em princípio, que a

²³ Exemplos retirados do site de busca:www.google.br

vítima se refere apenas à sua casa, ao seu lar e seio familiar. Contudo, a partir do modelo RECIPIENTE que estrutura o conceito CASA e por projeções metafóricas, outros conceitos mais abstratos são estruturados - como os conceitos FAMÍLIA, CASAMENTO e SOCIEDADE, por exemplo: *Kevin Sorbo pode entrar para a família de Superman; Como sair de um casamento infeliz; Antes de entrar para a sociedade, estes indivíduos, dotados de uma alma imortal, gozariam de liberdade total etc.*)²⁴. Nessa mesma perspectiva, por acarretamento metafórico, inferimos que:

FAMÍLIA É UM RECIPIENTE

CASAMENTO É UM RECIPIENTE

Logo, por metonímia pode-se entender que:

Casamento é casa

Família é casa

Dessa forma:

Estar dentro de casa é estar dentro da família/ do casamento

Ser posto para fora de casa é ser posto para fora da família

E ainda,

SER POSTO PARA FORA DE CASA É ESTAR FORA DO CASAMENTO E DA FAMÍLIA

No recorte seguinte (2), demonstrando estarrecimento ao ouvir o depoimento da vítima (V1) sobre as agressões sofridas, a escritã (E1) questiona, enfaticamente, se o ex-marido está “dentro de casa”:

2.

E1: E ele tá DENTRO DE CASA... senhora?

V1- Não...(2a) já botei ele pra fora... né?

Nesse segmento, observa-se que a vítima, apesar de afirmar novamente já ter posto o marido pra fora de casa e mostrando-se, nesse momento, detentora do poder, posiciona-se como sujeito agente (“eu botei pra fora”) e usa o marcador conversacional pós-posicionados “né” como um recurso argumentativo de confirmação da sua interlocutora (escritã). Essa marca linguística evidencia uma certa insegurança de V1 e, ao mesmo tempo, serve como forma de monitorar a interlocutora. Dito de outra forma, inferimos que a vítima, ao usar a expressão metonímica “botei ele pra fora” e, em seguida, o marcador pós-

²⁴ Exemplos retirados do site de busca: www.google.com.br.

posicionado “né”, utiliza esse recurso como um sinal de concordância com o interlocutor e com o que estabelecem as relações sociais, ou o MCI de CASAMENTO OCIDENTAL CONTEMPORÂNEO sob o prisma da escritã, espera-se que uma mulher não mais se submeta a agressões do companheiro. Essas marcas argumentativas evidenciam a necessidade de aprovação social.

É importante observar que a vítima, em resposta à sua posição de passividade, reage às agressões e retoma o poder ao exercer força e autoritarismo retirando o companheiro de dentro do seio familiar. Embora, buscando, aparentemente, aprovação social ou sinalizando uma concordância com as expectativas da escritã, a reação da vítima em colocar o marido para fora também representa um ato de violência, na ótica do marido. Ao resolver “botar” o agressor para fora, a vítima coloca-se como agente da ação e passa a exercer a força do autoritarismo e poder (instrumento) para retirar o agressor (paciente) de dentro de casa (local).

Verificamos também, que, embora a própria (re) ação exercida sobre o ex-marido já represente um ato de violência, ao analisarmos os conceitos relacionados, compreendemos melhor as implicações dessa ação. Segundo Lakoff (1987, p. 273), o esquema PARTE-TODO, estabelecido pela nossa consciência de completude e de partes, também estruturam conceitos de FAMÍLIA, CASAMENTO e SOCIEDADE; e relaciona o casamento como a criação de uma família (o todo), sendo formado pelos cônjuges (partes). Logo, a vítima tem consciência que ao “botar o marido pra fora” estaria desmembrando as partes que compõe o todo e estaria, portando, desvinculado uma das partes essenciais de CASAMENTO, o esposo.

Ou seja, há uma expectativa, um estereótipo social, de que casais moram juntos e dentro da mesma casa, sendo o termo *fora* uma representação da parte que, de um ponto de vista gestáltico, não existe sem o todo.

3.

V1: Aliás... no dia que eu cheguei, que eu fui na porta dele ((incompreensível)) né... **(3a)** ele tava com um **facão enferrujado** e disse que quando chegasse ia me matar. Aí... o que eu fiz... passei a noite todinha sem conseguir dormir... né... com medo dele me matar...

Nesse recorte (3a), a declarante relata um episódio de ameaça, da qual foi vítima, e usa o modelo proposicional cenário para ilustrar a situação, que pode ser assim representado:

AGENTE ⇒ Companheiro

PACIENTE ⇒ Declarante

LOCAL⇒ Na casa do companheiro

INSTRUMENTO⇒ Facão Enferrujado

Sendo o cenário “uma cadeia de inferências pré-organizadas relativa a uma situação de rotina específica” (FELTES, 2007, p. 136), a representatividade da ameaça sofrida é inferida a partir da menção de uma das cenas que compõe o cenário como um todo. Ao utilizar a expressão “ele tava com facão enferrujado” para introduzir uma cena de ameaça, a declarante aciona um cenário de pano de fundo prototípico para situar a estrutura conceitual de VIOLÊNCIA, introduzida nesse segmento por uma ameaça. Interessante notar que, no intuito de ressaltar a intensidade da ameaça sofrida, a declarante ainda caracteriza o instrumento como “enferrujado”, atribuindo-lhe, metonimicamente, um caráter duplamente nocivo:

Corte por objeto enferrujado pode causar tétano

Tétano é uma doença fatal

Logo,

ser perfurado por instrumento enferrujado pode matar

Ora, o facão já assume, por si só, o caráter de arma branca, capaz de causar sérias lesões e até óbito, em caso de perfuração. No entanto, a vítima recorre ao lexema “enferrujado” para atribuir à ameaça sofrida uma característica ainda mais maléfica.

Logo após o relato da vítima sobre a ameaça que sofrera com um “facão enferrujado”, a escritã imediatamente lhe pergunta se o marido ainda estava “dentro de casa”. A vítima, mais uma vez, revela à escritã que já havia botado o marido pra fora, acrescentando ao depoimento revelações sobre outras agressões feitas à filha, pelo marido. De fato, fica clara a indignação da vítima com as agressões praticadas pelo marido contra a menor, no segmento 4 seguinte:

4.

V1- Não... já botei ele pra fora... né...eu tenho uma menina de treze anos que tava com duas vezes antes de ontem... que a menina saiu e (4a) **ele pega a menina de surpresa... bate nas costas** da menina, ((incompreensível)) (4b) **enche a menina de mãozada...**

Em (4a), percebe-se que a vítima evidencia em seu discurso a covardia do marido, quando agride uma *menina*, a pega de *surpresa* e bate em suas *costas*. Levando em consideração as experiências físicas do homem e sua orientação espacial no mundo, a concepção de covardia, nesse caso, é estruturada pelo esquema imagético FRENTE-TRÁS e pode ser revelada metonimicamente:

Atrás está pelas costas

Visão está na frente

Atrás não há visão

Não há visão pelas costas

Logo,

Bater nas costas de alguém é pegar a pessoa desprevenida

Bater em alguém desprevenidamente é um ato de covardia

Bater nas costas de alguém é um ato de covardia.

Nesse mesmo segmento, o recorte (4b), “enche a menina de mãozada”, foca na intensidade da agressão praticada contra a menor, que é estruturada pela metáfora CORPO É UM RECIPIENTE. Nessa perspectiva, o corpo é o receptor das agressões físicas (mãozadas), porém, um recipiente inadequado a receber qualquer tipo de violência.

Como visto, V1 queixa-se dos atos de violência física praticados pelo marido, entretanto, no decorrer do depoimento, ela revela sua preocupação em ter suas casas “tomadas” pelo marido:

5.

V1: Sim... aí...ele agora... eu... eu... eu tenho duas casas... aí ... **(5a) ele quer tomar minhas duas casas...** né... Porque... uma eu já passei pra minha filha que é casada... né... e tô na MINHA. E agora... ele disse que vai... ele é casado no civil... né... e que vai tomar a minha casa... e eu não posso fazer (incompreensível) separação... aí eu quero um B.O.pra mim...

[

E1: Ele lhe xinga... senhora?

Esse recorte é interessante, pois evidencia que, apesar da insistência das escritãs para que as declarantes relatem, principalmente, episódios de ameaças de morte, abusos físicos ou psicológicos, observamos que a violência patrimonial (artigo 7º, IV, da Lei 11.340/06) também tem impulsionado muitas mulheres a irem às delegacias, demonstrando a crescente conscientização com as diferentes formas de violência contra a mulher.

No segmento (5a), a expressão “ele quer tomar minhas duas casas”, que é formada pelo verbo tomar, enfatiza a força da ação regida pela autoridade e poder. É estruturada pelos esquemas de imagens FORÇA e ORIGEM-PERCURSO-META. Nesse caso, o elemento ORIGEM é representado pela vítima, enquanto que a META poderia ser representada pelo marido. Ou seja, seria como se suas casas “percorressem” um trajeto entre a vítima e o companheiro, cujo impulso inicial seria a FORÇA exercida pelo marido. Tal

impulso é formado pelo esquema de FORÇA de COMPULSÃO (JOHNSON, 1987 p. 45), cujo movimento é provocado por uma força externa.

6.

E1: [E ele lhe ameaça... também?

V1: (6a) Ameaça... todo dia ele xinga... (6b) vai na minha porta... bater na minha porta (incompreensível)

[

E1: E ele lhe ameaça dizendo o que? Que vai lhe matar:que vai lhe pegar... o que é?

[

V1: Si...m... que vai me matar... que vai me matar.

E1: Quando foi a última vez que ele fez isso?

[...]

V1: Antonte... antes de ontem...

E1: Que horas: mais ou menos?

V1: À noite... lá pras... nove horas da noite...Aí... eu não entendo mais não... mulher... (6c) viver sofrendo: eu vivo... nervosa... com medo...

Em (6a), ao perguntar se a vítima também sofria ameaças, percebe-se que a escritã tenta obter declarações específicas a serem acrescentadas no boletim de ocorrência. Ao responder, a vítima mostra uma relação semântica entre **xingar** e **ameaçar**, uma vez que não possuem o mesmo significado, e confirma estar sendo ameaçada. Ao mesmo tempo, acrescenta estar recebendo xingamentos do marido, como se as duas ações significassem a mesma coisa. De acordo com o dicionário Aurélio Online, **xingar** significa “dizer insultos ou palavras afrontosas; injuriar; descompor; insultar”, enquanto que **ameaçar** aparece como: “Advertir alguém de alguma coisa que lhe pode acontecer/ Anunciar malefícios, fazer medo”. Dessa forma, apesar de apresentarem significados distintos, podemos observar imbricamentos semânticos entre esses itens lexicais, uma vez que os atos de insultar, injuriar ou descompor, já representam malefícios morais e psicológicos à vítima.

Conforme percebemos no segmento, de fato, a escritã procura esclarecimento sobre o tipo de ameaça relatada pela vítima, entretanto, logo em seguida, a escritã induz sua resposta: “diz que vai lhe matar, que vai lhe pegar, o que é?” Se na verdade fora ameaçada de morte, não podemos precisar, mas é importante notar que a vítima ratifica a sugestão da escritã, apesar de fazer uma relação entre xingar e ser ameaçada.

Por outro lado, ao observarmos a representatividade de xingamento e de ameaça sob a ótica da vítima, ou seja a partir do modelo cognitivo em questão, o relacionamento semântico dos dois itens lexicais são justificados. Explicando melhor, o modelo cognitivo subjacente de violência conjugal ocidental contemporânea determina e caracteriza todo o conhecimento de pano de fundo estruturado em relação a conceitos como MARIDO,

ESPOSA, AGRESSÃO, XINGAMENTO, DISCUSSÃO etc. De acordo com Lakoff (1987 p. 116), “os modelos cognitivos conceituais que habitam nosso inconsciente contribuem semanticamente para os significados de palavras e frases”.² Nesse sentido, o modelo cognitivo acionado pela vítima de violência conjugal, ao ser indagada se sofria ameaças, proporcionou uma ligação semântica entre ameaça e xingamento. Sabe-se que xingar não pressupõe ameaçar e vice-versa, mas, no caso da esposa que sofre agressões verbais e físicas do marido, a ameaça não surge sem o xingamento, enquanto que o xingamento, por si só, já representa uma ameaça. Deste modo, mesmo que a escritã tenha, de certa forma, induzido um pouco as declarações da vítima sobre ameaças de morte, percebemos que o modelo cognitivo acionado, relacionado a mal tratos e violência moral promoveu mapeamentos entre os elementos, gerando sobreposições semânticas entre os lexemas xingar e ameaçar.

No segmento seguinte (7a), percebe-se, que ao ser indagada se era ameaçada no “meio da rua”, V1 responde que sim, que ele a “esculhamba” no meio da rua. Nesse fragmento, portanto, a vítima, mais uma vez, faz uma correspondência semântica entre ameaçar e outro verbo tipicamente brasileiro, esculhambar, que significa, segundo o *Dicionário de Português Online*²⁵, maltratar verbalmente; descompor; desmoralizar; desmanchar; estragar; criticar maldosamente; ridicularizar.

7.

E1: (7a) **Ele a ameaça/no meio da rua... é?** ((incompreensível))

[

V1: SI...M..... no meio da rua... me esculhamba no meio da rua... me esculhamba. (incompreensível) (7b) **morro de vergonha... que eu sou uma pessoa... que não gosto de..... de escândalo...** gosto de escândalo... não... Eu vivo dentro da minha casa com a minha meni/ da minha casa... aí... me esculhamba

[

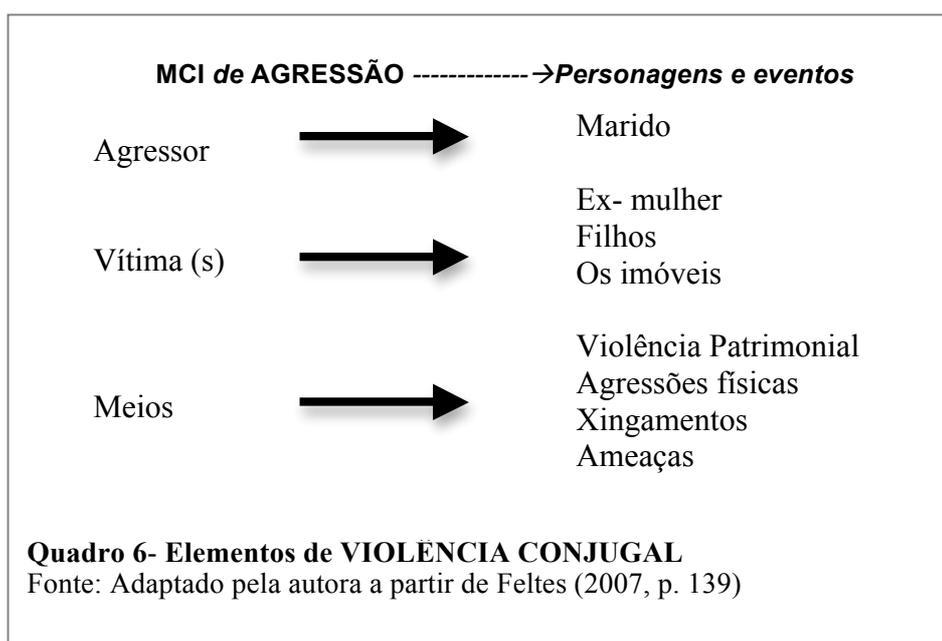
E1: Me arranja sua identidade... senhora...

Conforme observamos, no MCI de agressão no capítulo anterior, elementos do modelo cognitivo de AGRESSÃO (OU MCI de AGRESSÃO) são compartilhados entre os submodelos XINGAR e AMEAÇAR

Como visto, observa-se que subjacente à estruturação do discurso da vítima, há um MCI de AGRESSÃO, cujos mapeamentos ocorrem entre os papéis desse modelo e as personagens da agressão. No figura abaixo, estão os elementos da violência conjugal mapeados aos papéis da agressão:

² “The conceptual modelo cognitivos that inhabit our cognitive unconscious contribute semantically to the meaning of words and sentences”. (LAKOFF, 1987, p. 116)

²⁵ <http://www.priberam.pt/dlpo/>



Ainda no fragmento anterior (7a), V1 confirma que as “ameaças” que recebia do marido eram feitas “no meio da rua”, atitude que lhe causava constrangimento e vergonha. A expressão “no meio da rua” é licenciada pelo esquema de imagem RECIPIENTE. Ora, se algo está na RUA, significa não estar dentro de CASA, dentro das fronteiras físicas e simbólicas do CASAMENTO, cuja uma das funções seria de preservar e (res) guardar a privacidade e individualidade dos cônjuges.

A rua é um lugar público

Há várias pessoas nas ruas

O que é feito na rua muitas pessoas podem ver

Logo, por acarretamento metonímico, o que acontece fora de CASA, em via pública, está FORA das “paredes da intimidade” e, conseqüentemente, é público. Ao acrescentar “no meio” ao termo “rua”, a expressão adquire uma conotação ainda mais enfática, ou seja, a vítima estava sendo exposta publicamente, na rua, e no “meio”, ou seja, no ponto de maior visibilidade de terceiros. Deste modo, quando a vítima diz “[...] me esculhamba **no meio da rua**”, a partir do domínio da experiência mais concreto, RUA, somos levados a entender um domínio mais abstrato, nesse caso, FALTA DE PRIVACIDADE. Em outros termos, a vítima queixa-se de ter sua vida particular exposta fora do âmbito familiar, em público, pelo marido.

Observa-se no recorte seguinte, que, de fato, a atitude do marido de “esculhambar a vítima no meio da rua” causa-lhe tamanha vergonha, ao ponto de usar a metáfora “morro de

vergonha” para descrever seu embaraço. De acordo com o estudo de Tissari (2006, p.149), “[...] metáforas de vergonha descrevem vergonha como uma emoção esmagadora, a qual ninguém gostaria de vivenciar [...]” e aponta duas metáforas conceituais que podem ser associadas à expressão “morrer de vergonha”: VERGONHA É DANO FÍSICO e VERGONHA É UMA DOENÇA” (TISSARI, 2006, p. 149) ⁴. Assim, se vergonha está por dano físico e por doença, inferimos, por acarretamento, que vergonha pode causar a morte. Tissari (2006, p. 152) acrescenta ainda que a vergonha ocorre juntamente com outras emoções negativas, como arrependimento e ressentimento, sendo o insucesso em alcançar padrões sociais e morais uma das principais causas de vergonha. Nessa mesma perspectiva, também podemos destacar a metáfora OFENDER A UMA PESSOA É CAUSAR-LHE UM DANO FÍSICO.

No segmento seguinte, mais uma vez, a vítima expõe seu constrangimento ao saber da vizinha que, depois da separação, seu marido havia discorrido detalhes íntimos seus em público:

8.

V1: (...) Eu tenho problema: eu tenho dois vizinho lá... meu: que... aliás... que é até a minha vizinha lá: que aí... tem noite lá que os pobre não consegue dormir..... ele perturbando: fazendo *zuada*... me esculhambando... (8a) Me diz/disse depois da gente se separar... falou das/ das minhas parte íntima no meio da rua.

E1: Ave- Maria!

Além de incomodar os vizinhos, o que ocasiona um abalo aos padrões morais e sociais da vítima, a queixa central de V1 relaciona-se à falta de respeito com sua intimidade perante terceiros. O recorte 8a, **“falou das/ das minhas parte íntima no meio da rua”**, expõe algo que deve ser mantido dentro das paredes da CASA e da intimidade do casal e que, no entanto, foi exposto e “levado” a conhecimento público. Aqui, além do esquema de imagem RECIPIENTE em UMA PESSOA É UM RECIPIENTE e subjacente ao conceito de DENTRO e FORA de CASA, percebemos que o esquema imagético ORIGEM-PERCURSO-META também licencia essa expressão. Ora, a partir da expressão “no meio da rua”, infere-se que as declarações íntimas feitas pelo ex- companheiro, conforme a própria vítima aponta, não foram feitas FORA da RUA, ou DENTRO de CASA, mas, sim, levadas DE CASA PARA A RUA. Ou seja, observa-se que houve um “deslocamento” de informações, logo, um descumprimento de um dos códigos matrimoniais: o respeito e preservação da intimidade do

⁴ “(. . .) the metaphors of shame describe shame as an overwhelming emotion which one does not wish to enter into (. . .)” (TISSURI, 2006, p. 149) .

outro cônjuge, mesmo já estando separados. Logo, ocorre uma “quebra” da intimidade doméstica, portanto, há um rompimento com o MCI de CASAMENTO, conseqüentemente, uma violência.

Ao ser indagada se havia separado do marido devido às agressões físicas sofridas, a vítima admite que sim e também mostra indignação por ser a única provedora do lar e por ainda sofrer agressões do marido:

9.

E1: A senhora se separou por causa dessa surra que ele lhe deu: foi?

V1: Por causa da:/ foi: foi:sim... (9a) por causa da surra que eu não vou viver/ pra viver também viver apanhando...viver no que é meu e viver apanhando... (9b) sem dar nada dentro de casa. . Ainda viver dependendo da minha vida dentro de casa...:Quem resolve tudo é eu: TUDO é eu...E ainda é... me dando/esculhambando... me...

[...]

V1: “Vai fazer... vai fazer dezesseis anos... porque minha menina que eu tenho com ele... vai fazer dezesseis lá pra janeiro... né. (9c)São dezesseis anos de sofrimento”

No recorte (9a), a vítima procura mostrar que a violência sofrida era ininterrupta, assim como a vida. A expressão “viver apanhando”, subjaz à metáfora ATIVIDADES SIGNIFICATIVAS DURADOURAS SÃO VIAGENS, que dá origem às metáforas conceituais: A VIDA É UMA VIAGEM e CASAMENTO É UMA VIAGEM. Em outros termos, a vítima procura demonstrar que sua vida conjugal tem sido constantemente abalada devido às agressões físicas, desde a “origem do percurso dessa jornada”, conforme mostra em (9c).

Assim, metonimicamente,

Viver apanhando é percorrer um longo trajeto linear, constante, de agressões físicas

“Viver apanhando” é ser violentada incessantemente

O recorte (9b) mostra a influência dos modelos de família, nos quais incluem-se metáforas como a da MORALIDADE DA FAMÍLIA e DOS PAIS PROTETORES, cujo surgimento está relacionado a um modelo idealizado de família nuclear tradicional, onde o pai é provedor e protetor da família, logo, “exerce autoridade moral para determinar regras familiares a serem cumpridas sob seu comando” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 303) .

No recorte acima, a vítima ressalta que o marido “não dá nada **dentro** de casa”, trazendo novamente a influência do esquema de imagem RECIPIENTE para o conceito de família. Como visto, se, metonimicamente, casa está pela família, logo,

o pai provedor e protetor tem domínio sobre sua casa

Em oposição, por acarretamento:

o pai não provedor não tem domínio sobre sua casa

o pai sem domínio sobre sua casa não exerce autoridade moral

Essa ideia complementa-se no segmento 10, que parece indicar o verdadeiro motivo da denúncia da vítima.

10.

V1: “Sim ... aí... ele agora, eu... eu... (10a) **eu tenho duas casas, aí ele quer tomar minhas duas casas né...** Porque (10b) **uma eu já passei pra minha filha que é casada né e tô na MINHA**. E agora ele disse que vai... ele é casado no civil né e que vai tomar a minha casa... e eu não posso fazer ((incompreensível)) (...)”

Nesse segmento (10a), após declarar sobre agressões físicas sofridas, V1 revela à escritã seu receio de ter suas casas “tomadas” pelo ex-marido. Percebemos que sentimento de insegurança de V1 de perder suas casas é motivado pelo medo de perder todos aqueles elementos, já mencionados, que subjazem ao conceito de casa. Ou seja, mesmo tendo duas casas e embora a relação matrimonial tenha sido rompida, manter a posse das casas significa preservar a essência da instituição familiar e manter seu patrimônio. Observamos aqui a influência do esquema LIGAÇÃO entre CASA e FAMÍLIA.

Nesse sentido, também percebemos em (10b) que a outra casa de V1 foi concedida à filha casada, justificando a necessidade de a filha em ter um abrigo e onde morar: está casada. Nesse segmento podemos inferir que o conceito CASA, mais uma vez, está relacionado ao de CASAMENTO, revelando a expressão: *Quem casa quer casa*.

Ao ser indagada pela escritã sobre a razão de ter se casado há um ano, mesmo já sabendo do comportamento agressivo do ex-marido, V1 justifica que os missionários mórmons “ajeitaram” o casamento para ela (11a) . Essa expressão confere ao casamento o caráter de algo que pode ser fisicamente manipulado, o que nos remete à metáfora RELACIONAMENTOS SÃO OBJETOS COMPLEXOS (KÖVECSES, 2000, já mencionados anteriormente nesse capítulo.

11.

V1: Sei lá/ mulher/eu/ acho que/ que eu sou/porque eu tenho eu sou/tem os mórmons né: tem os missionários sabe? (11a) **Que ajeita ... assim ... o casamento pra gente né...Aí...que /que (11b) queriam nossa felicidade né... que a gente era junto... era amigável ... né ... e queria... que a gente tivesse uma vida melhor ... né...**

No mesmo trecho, V1 explica que os missionários mórmons influenciaram e até promoveram a celebração do casamento, visto que o casal já morava junto e queriam sua felicidade. Observamos, nesse segmento, que V1 estabelece uma relação entre CASAMENTO, FELICIDADE e vida “melhor”, como se o casamento levasse, necessariamente, a esses estados. Ao analisarmos por esse ângulo, percebemos a presença do MCI metonímico de estereótipos sociais e idéias: quem se casa terá uma vida melhor, logo será feliz. Assim, emergem os conceitos baseados no MCI metonímico de estereótipos sociais, ideal e prototípico de que: Casamento é ter uma vida melhor e Casamento é felicidade, os quais se relacionam ao conceito de bem-estar, parte do *Sistema da Metáfora Moral* (LAKOFF; JOHNSON, 1999).

Achando interessante a influência dos missionários mórmons para a realização do casamento, a escritã pergunta se eles haviam pedido que ela se casasse. V1 alega que não e começa a descrever a celebração, contando que havia tido testemunha e que havia sido “coisado”. É fácil observar que a vítima hesita em descrever o evento como “maravilhoso”, adjetivando o momento como “coisado”. Inferimos, que o enunciado “coisado” foi usado a fim de não criar um paradoxo com seu ato de estar denunciando o seu companheiro, mantendo, assim, uma “possível” empatia com a escritã. Nota-se que esse segmento 12 também fornece indícios da expectativa da vítima em relação ao casamento: “foi maravilhoso”:

12.

V1: Não... eles que foram mais nós: mais e...u... nós / e eles/ teve testemunha ...
teve testemunha...foi... **foi mara/foi coisado né..**

E1: Foi um conto de fadas ... né?

V1: Foi... **(12a) Aí ... eu achando que eu fosse... mudar a minha vida ... foi foi PIOR. (...)**

Entretanto, não obstante suas expectativas otimistas de casamento, estruturadas por modelos metonímicos idealizados e prototípicos, V1 revela que, de fato, sua vida havia mudado, mas para pior, revelando uma antítese ao modelo: casamento é bem - estar.

13.

E1: [E ele lhe ameaça ... também?

V1: Ameaça... todo dia ele xinga... (a) **vai na minha porta ... bater na minha porta** (incompreensível)

Ao relatar os momentos de ameaças verbais, em (13a), a vítima revela à escritã que o agressor, ia “bater em sua porta”. Vale mencionar que não sabemos se ela se reportava à porta em seu sentido literal ou no metafórico. Ou seja, a vítima poderia ter usado essa expressão para revelar que o agressor ia à sua procura, sem, necessariamente, ter se dirigido à sua casa.

Em todo caso, observamos o uso recorrente da expressão “minha casa” para demonstrar a autoridade adquirida sobre a casa e, conseqüentemente, sobre a família. Assim, na ausência do marido, figura prototípica de autoridade e responsabilidade na família, a mulher assume esse papel, o que nos remete à metáfora da ORDEM MORAL: HOMENS TEM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS MULHERES. Entretanto, aqui, a mulher reclama a figura de autoridade moral, representada pelo domínio da família e principalmente, da casa, uma vez que junto a essa autoridade encontra-se a outra O PAI PROVIDOR TEM DOMÍNIO SOBRE SUA CASA.

Pelas análises apresentadas acima, observa-se que a vítima, embora tenha consciência do MCI de VIOLÊNCIA contra a mulher, adotado pela DEAM, pelas leis brasileiras, ela tem um outro MCI, no qual o homem pode maltratar a mulher (bater, xingar), pode não prover as necessidades físicas da casa.

5. 2 Vítima 2

A segunda vítima tinha 55 anos, mas também aparentava ser bem mais velha. De fala pausada e baixa, a vítima procurou a delegacia para relatar o comportamento agressivo recorrente do marido e seu sentimento de insegurança. Apesar da gravação ter sido no mesmo dia da primeira vítima, outra escritã lavrou o termo de ocorrência, a qual chamamos de **E2**.

14.

E2: Diga... o que foi que aconteceu?

V2: É porque toda vida que ele bebe... (14a) ele pega uma barra de ferro pra agredir a gente.

[...]

E2: Qual foi a última vez que ele fez isso?

V2: Foi terça-feira. (14b)Ele bebeu e... pegou uma barra de ferro... e começou a quebrar a grade da casa. Mas... antes ele já havia feito várias coisas... sabe? Essa não é a primeira vez que eu venho pra cá...

[...]

No segmento (14a), a vítima dá início a seu depoimento descrevendo um dos momentos que se sentiu ameaçada pelo companheiro. De acordo com a vítima, o consumo de bebidas alcoólicas é um dos fatores que ocasionam o comportamento agressivo no marido. Nas declarações, a vítima ressalta que o marido “pega uma barra de ferro” para agredí-los, o que representa uma forma de intimidação, uma ameaça. Aqui, assim como na análise do segmento (3a), deparamo-nos com um modelo de cenário, acionado pelo modelo de AGRESSÃO, o qual pressupõe o uso de força, seja ela física, psicológica, espiritual ou moral.

Nesse caso, no entanto, é importante observarmos que a vítima, em momento algum, acusa o marido de tê-la agredido fisicamente, mas de ameaçá-la. Isso nos leva a crer que, mais uma vez, o submodelo AMEAÇA surge como causador de instabilidade emocional na vítima. Sobre esse aspecto, independente do agente ter a intenção, ou não, de executar o ato anunciado, ele poderá responder judicialmente pelo dolo de intimidar. Devido à influência das metáforas orientacionais, resultantes da nossa posição ereta em relação ao campo gravitacional, podemos inferir sobre o papel da AMEAÇA por metonímia:

Ferro é pesado

Força é proporcional ao peso

Arremesso de objeto de ferro é exercer força de grande intensidade

Logo, por projeção metafórica,

Pegar barra de ferro para agredir alguém é uma demonstração de força,

enquanto que

mostrar barra de ferro é insinuar a prática de força de grande intensidade sobre algo ou alguém.

Ainda nos referindo ao segmento anterior, inferimos que o marido utiliza-se de uma “barra de ferro”, que nos remete metonimicamente à arma, no intuito de exercer sua autoridade absoluta dentro de CASA. Essa constatação nos remete ao *Sistema da Metáfora Moral* (já abordado na seção 2.3 deste trabalho) e mais exatamente à metáfora da ORDEM MORAL, a qual está baseada na TEORIA POPULAR DA ORDEM MORAL, cujo princípio elementar consiste na ideia de que o mais forte e melhor dotado tende a dominar o mais fraco. Dentro das linhas de autoridade moral, a que melhor se adéqua a esse contexto de ameaça e agressões à família é: HOMENS TÊM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS MULHERES.

Também é importante observar que, no recorte (14b), a vítima revela que o marido tenta quebrar “a grade da casa”, cujo significado transcende a conotação física de “casa”. A casa mencionada pela vítima trata-se da morada de todos, inclusive do agressor.

Sobre esse aspecto, a expressão “ quebrar a grade da casa” nos remete a uma visão mais conceitual de CASA, ativando o MCI de FAMÍLIA, o lar familiar. Deste modo, mesmo que a vítima não se queixe de agressões físicas praticadas diretamente contra ela, ao relatar sobre a destruição de seu patrimônio familiar pelo próprio cônjuge, a vítima registra seu sentimento de indignação em relação à violência cometida, ratificado pela seguinte passagem: “Mas, antes ele já havia feito várias coisas: sabe? Essa não é a primeira vez que eu venho pra cá(...)”.

15.

E2: E a senhora nunca chamou a polícia: não?

V2: Já chamei... chamei a ronda anteontem... (15a) **Aí... a Ronda foi disse que ele tinha que ENTRAR porque ele morava lá... aí eu diss/**

]

E2: Mas... a senhora mostrou o papel?

V2: Eu não

]]

E2... mostrou não... né?

Em (15a), após o relato da vítima sobre as ameaças e comportamento agressivo do marido, a escritã questiona se a polícia já havia sido acionada, A vítima, nesse momento, contesta que sim, mas que os policiais haviam recomendado que ela permitisse a entrada do marido em CASA, uma vez que aquela também se tratava de sua residência. Ao usar o verbo “entrar”, a vítima baseia-se no esquema imagético RECIPIENTE para se referir à casa, cujo interior está sendo ameaçado pelo marido.

No segmento 16, a vítima demonstra frustração com a reação dos policiais que, mesmo tendo consciência que o homem representava uma ameaça à família, consentem sua entrada em casa.

16.

V2: (...) Aí foi/ aí eu me aperreei e chamei o Ronda... né... Quando o Ronda chegou... ele já tinha quebrado um pedaço da grade (++) (a) **Aí..... o home (sic) começou a dizer ((mostra irritação)) que ele tinha que entrar... o homem da Ronda... que ele era o dono da casa... não sei o quê... (...)**

Para justificar à escritã a razão pela qual a levou a “chamar o Ronda”, a vítima descreve o martírio causado pelo marido e diz ter ficado “aperreada”, que significa ficar atormentada e nervosa. Interessante notar, que a vítima, em sinal de estarrecimento, por duas vezes, no segmento (16a), relata que o homem do Ronda foi quem havia aconselhado a entrada do marido em casa, denominado pelo policial de “dono da casa”, logo após o episódio

de ameaça e depredação de sua própria casa. Nota-se, aqui nessa passagem, uma sutil alusão da vítima ao machismo que predomina em nossa sociedade, mesmo dentre aqueles que, por obrigação, deveriam prestar serviço de proteção às vítimas em perigo iminente.

Nessa perspectiva, a expressão “ele era o **dono** da casa”, utilizada pelo policial e resgatada pela vítima, é estruturada pelo modelo cognitivo proposicional de MARIDO, ao qual, em nossa sociedade, é conferido plenos poderes de regimento doméstico e de subjugação feminina. Essa expressão também é licenciada pela *Sistema da Metáfora Moral*, mais precisamente, pela metáforas da AUTORIDADE MORAL, FORÇA MORAL e da ORDEM MORAL, nas quais umas das linhas consistem em: HOMENS TÊM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS MULHERES e A MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO.

Sobre esse aspecto, percebe-se também uma ruptura, por parte dos policiais, com a expectativa da vítima, cujo sentimento de frustração pode ser facilmente observado, por não ter seu pedido acatado e sua proteção deferida. Interessante notar que a polícia, sob o ponto de vista da vítima, representa uma instituição protetora e responsável pela conservação do bem-estar dos cidadãos. Essa concepção de polícia como AGENTE MORAL é baseada na metáfora da PROTEÇÃO MORAL, estruturada pela orientação moral dos modelos A MORALIDADE DOS PAIS PROTETORES e, ao mesmo tempo, pela metáfora do MORALIDADE DO PAI SEVERO. Nessa concepção de proteção, a ideia de moralidade da família é projetada para a comunidade como um todo, por extensão metafórica, conforme o seguinte mapeamento:

PAI	→ POLÍCIA
Proteção da família	→ Proteção da Comunidade
Pai como agente moral, protetor e punitivo	→ Polícia como agente moral, protetor e punitivo
Crianças precisam de ajuda	→ Cidadãos precisam de ajuda
Ações Morais como atos protetores	→ Ações Morais como atos protetores
Força Moral para proteger os filhos	→ Força Moral para proteger a comunidade

Quadro 7 – Mapeamento da Metáfora da Autoridade do pai VS. Polícia

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Lakoff e Johnson (1999, p. 310)

Além disso, há um rompimento com as metáforas da CONTABILIDADE MORAL e com a metáfora da *Moralidade como Distribuição Justa*, oriunda do *Sistema da Metáfora Moral* (LAKOFF; JOHNSON, 1999). Ou seja, o esquema moral de

RETRIBUIÇÃO por autoridade legitimada, representado, nesse caso pela polícia, subjacente à metáfora da CONTABILIDADE MORAL, mostra-se ineficiente e falho, devido à ineficácia na proteção da vítima pelos policiais. Vale ainda ressaltar que os policiais demonstram um posicionamento parcial, favorecendo o agressor, ao permitirem sua entrada em casa, mesmo contrariando a vontade da vítima. Assim, percebe-se uma ruptura em um dos acarretamentos da METÁFORA DO PAI PROTETOR.

17.

E2: E aí... ele ameaçou a senhora com essa barra de ferro?

V2: (17a) Ele/ele toda vida ele me ameaça...

E2: Não... nesse dia... como é que foi...

Ele tava querendo quebrar o portão pra entrar... pra fazer o quê?

V2: (17b) Pra quebrar tudo dentro de casa... Porque toda vida que ele entra ele quebra tudo... ((demonstra frustração)) e bate na gente e tudo...

E2: E ele falava o quê?

V2: Eu não/não entendo o que ele fala... (17c) Ele diz nome... diz muita coisa feia... não respeita a gente... e eu com medo que ele fosse fazer alguma coisa coma minha mãe... não deixei ele entrar...

E2: Ele ameaçou a senhora?

V2: Sempre ele ameaça...

E2: Terça-feira... ele ameaçou a senhora?

V2: (17d) Ele quebrou só o pedaço da grade...

O recorte 17 ratifica a preocupação das escritãs em coletar relatos de violência mais relacionados a agressões físicas e ameaças de morte, fato que demonstra que as escritãs buscam elementos mais concretos das agressões. No fragmento (17a), assim, como em (9a), a expressão “toda vida” é estruturada pela metáfora A VIDA É UMA VIAGEM, logo, significa uma ação duradoura. Em outros termos, ao dizer que “ele toda vida me ameaça”, V2 também procura mostrar que há uma repetição e uma continuidade nos episódio de violência, os quais a levou à delegacia. Assim, a vítima revela que essa ameaça não foi a primeiro, mas sim, uma dentre várias outras.

Em (17b), ao ser indagada pela escritã sobre as intenções do marido ao querer entrar em casa com uma barra de ferro, a vítima, notoriamente, demonstra frustração ao ter que responder, sob seu ponto de vista, algo tão óbvio. Ora, se o marido chega embriagado, pega uma barra de ferro e começa a quebrar a grade de casa, não é notória sua intenção? Nesse momento, então, a vítima rebate com frustração: “ Pra **quebrar tudo dentro de casa...** Porque toda vida que ele entra **ele quebra tudo...** e **bate na gente e tudo...** ”. Nota-se que, no intuito de enfatizar a obviedade das intenções do agressor embriagado, a vítima utiliza-se das expressões “quebra tudo” e “bate na gente e tudo” a fim de dimensionar a representatividade das ações do marido. Essas expressões são estruturadas pelos esquemas cinestésicos de

PARTE-TODO e FORÇA, o qual, segundo Evans e Green (2006), é baseado na nossa experiência em sermos impelidos por uma força externa, sobre a qual não temos controle. Já o esquema PARTE –TODO serve como suporte esquemático imagético para se referir à CASA como um todo. Entendendo-se que as ameaças e atos agressivos sejam dirigidos a algo ou a alguém, e que em se tratando de força física, haveria contato, pode-se dizer que, além de FORÇA, os esquemas de ORIGEM-PERCURSO-META e CONTATO também funcionam como base pré-conceitual na construção do conceito de violência desse fragmento.

Ainda no mesmo segmento, pode-se perceber a insistência da escritã em registrar o que o agressor dizia no momento da ameaça/agressão. Nesse instante, a vítima responde que ele lhe diz “muita coisa feia”, associando à expressão, na mesma oração, desrespeito. Entendendo-se que “coisa feia” está relacionado a “menos beleza”, chegamos às metáforas orientacionais MAIS É PARA CIMA e MENOS É PRA BAIXO, que são coerentes com a estrutura metafórica da nossa cultura. Assim, por acarretamento:

MAIS É BOM

MENOS É RUIM

MAIS BELEZA É BOM

MENOS BELEZA É RUIM

Logo,

O FEIO É RUIM

Desse modo, em (17c), “dizer coisa feia”, sob o ponto de vista da vítima, significa dizer coisas ruins, pra BAIXO, impossibilitando que o “bem-estar” da vítima seja estabelecido. Ou seja, se “ação moral é dar algo de valor positivo e ação imoral é dar algo de valor negativo” (LAKOFF; JOHNSON 1999, p. 293), de acordo com o *Sistema de Contabilidade Moral*, “dizer coisa feia” é dar algo ruim e negativo, relacionado à metáfora MAL-ESTAR É UMA PERDA. Em outros termos, “dizer coisa feia” a alguém é causar –lhe MAL-ESTAR.

Ainda de acordo com o *Sistema de Metáfora Moral*, a FORÇA MORAL é um condição essencial para a ação moral, que significa fazer algo de bom pra alguém, ou seja, promover o BEM-ESTAR de alguém. Desse modo, quando há uma falha e, conseqüentemente, um desequilíbrio para superar as forças do mal, há uma fraqueza moral, caracterizada por atos imorais de quem cede ao mal. Em suma, agir com maldade, “dizendo coisas feias”, provendo o mal-estar nas pessoas, significa ter FRAQUEZA MORAL.

Ante o exposto, ao analisarmos a expressão “ ele não respeita a gente”, baseados nos estudos sobre Moralidade de Lakoff e Johnson (1999), podemos inferir, metonimicamente, que:

Respeitar é causar bem-estar

Causar bem-estar é ter força moral

Logo, respeitar é ter força moral e ter força moral é ser bom.

Deste modo, não respeitar é ter fraqueza moral e fraqueza moral é ter força desestabilizadora.

Assim, desrespeitar é uma forma de imoralidade

Ainda no mesmo segmento, em (17d), verifica-se que, mesmo depois de todas as declarações da vítima sobre as agressões sofridas pelo marido, sendo ameaçada com uma barra de ferro, sofrendo xingamentos e intimidações, a escritã, curiosamente, ainda indaga se, nesse mesmo dia, a vítima havia sofrido ameaças. Nesse momento, surpreendentemente, a vítima parece sucumbir às perguntas realizadas pela escritã e responde: “Ele quebrou só o pedaço da grade”. Ora, será que ver o próprio marido embriagado e enfurecido quebrando a grade da casa já não representa uma ameaça?

Observe que há uma diferença entre as declarações (14b) e (17d). Em (14b), ao relatar “ começou a quebrar a grade da casa”, a vítima utiliza-se do esquema de imagem ESCALA para estruturar a expressão com conotação de aumento progressivo de ação e intensidade (“começou a quebrar”) . Deste modo, ao afirmar que o marido havia “ dado início” ou “ começado” a quebrar algo, pressupõe-se que a ação terá continuidade. Observa-se ainda a influência do esquema ORIGEM-PERCURSO-META, visto que os atos violentos originam-se a partir da destruição da grade e são dirigidos a algo ou alguém, ou seja, o agressor tinha um alvo, um objetivo, pois queria entrar em casa e dar prosseguimento às agressões.

Em oposição às declarações do segmento (14b), em (17d), a vítima parece retroceder, mudando seu discurso e até amenizando as ações praticadas pelo agressor. Como visto, após a insistência da escritã em obter declarações que se tratassem “realmente de ameaças”, ou seja, que explicitamente demonstrassem que a vítima correria risco de vida, a vítima parece renunciar seu protesto e até suas convicções dizendo, “ele quebrou **só** um pedaço da grade”. Pode-se observar que ao empregar o advérbio de limitação “só” e o substantivo “ pedaço”, estruturado pelo esquema PARTE-TODO, ela minimiza a atitude do agressor perante à escritã e quem sabe, perante a si mesma.

18.

E2: Ah... E o quê que a senhora deseja AGORA?

V2: (18a) Eu queria que ele fosse chamado de novo... ou saísse de casa... (18b) porque eu vou fazer um tratamento de iodo no dia 3 ou no dia 4 e... lá/ eu não posso ficar... é... é... tendo raiva... né? Que eu já tô com esse problema devido... (18c) ele viver com agressão...

Nesse segmento (18a), a vítima solicita à polícia que o marido “seja chamado” ou que “saia de casa”, visto que sua presença compromete sua saúde. Conforme visto anteriormente, o esquema RECIPIENTE estrutura o conceito de CASA como “fronteiras do lar”, cujo regimento é de responsabilidade do PAI, a quem é conferido autoridade moral. Porém, quando o PAI ultrapassa seus limites dentro do MCI de CASA, seu papel de provedor e protetor é questionado, logo, sua AUTORIDADE MORAL SOBRE AS MULHERES, metáfora do *Sistema da Metáfora Moral* (LAKOFF; JOHNSON, 1999), é posta em xeque, razão pela qual muitas delas exigem que **saiam** de CASA. Essa concepção também nos leva ao esquema de CONTABILIDADE MORAL, mais precisamente ao esquema de RETRIBUIÇÃO, também baseado na ARITMÉTICA MORAL. Há, nesse caso, uma ação de valor negativo àquele que praticou algo danoso, ou seja o marido. Ou seja, visto que o marido transgrediu as regras do MCI de casamento, causando transtorno à sua família, ele deverá “pagar”, sendo expulso de CASA.

Como visto, ao promover mal-estar e agir com fraqueza moral, perante à vítima, o marido “quebra” com a metáfora da ORDEM MORAL, mais precisamente, com a metáfora HOMENS TÊM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS MULHERES, despertando na vítima uma reação de repulsa. Por outro lado, em (18b), a vítima acrescenta que, devido a um tratamento de saúde, ao qual será submetida, não deseja que o marido permaneça em CASA. Essa concepção nos leva à metáfora básica de MORALIDADE COMO SAÚDE e, conseqüentemente, à metáfora da HIGIENE MORAL, de onde surge a concepção de imoralidade percebida como uma doença infecciosa e de isolamento do infectado para evitar retransmissão da doença.

Sendo assim, inferimos, por acarretamento que:

Se causar mal-estar é agir imoralmente e

Imoralidade é uma doença infecciosa, logo,

Ter contato com o agente imoral é expor-se à doenças.

Em (18c), a vítima atribui seus problemas de saúde ao comportamento do marido, dizendo, “[...] já tô com esse problema devido... *ele viver com agressão* [...]”. Nesse recorte, identifica-se a metáfora estrutural ATIVIDADES SIGNIFICATIVAS DURADOURAS SÃO

VIAGENS, a qual dá origem à metáfora conceitual A VIDA É UMA VIAGEM. É importante observar também que, em “ viver **com agressão**”, inferimos o esquema PARTE-TODO subjacente, no qual o TODO consiste no ato de agressão e a PARTE refere-se ao agressor, ou seja, não há agressão sem agressor. Nessa perspectiva, por projeção metonímica, “agressão está pelo agressor”.

Após as declarações prestadas, a escritã tranquiliza a vítima dizendo que chamará o agressor à delegacia para uma “ audiência”, que consiste, na verdade, em uma conversa com a assistente social a fim de evitar a abertura de um inquérito policial contra o agressor. Percebe-se que logo após o lavramento do Boletim de Ocorrência, muitas delas, como é o caso de v2, parecem justificar suas alegações e a ida à delegacia, demonstrando um certo pesar. V2 justifica-se e, ao mesmo tempo, justifica as atitudes do marido, cuja motivação é atribuída ao consumo de bebida alcoólica.

19.

v2: Eu já pedi muito pra ele deixar de beber... ele não deixa, continua do mesmo jeito. . (19a) **Aí... é difícil a gente tá numa velhice sofrendo desse jeito, né?**

Em (19a) ao dizer que “[...] é difícil a gente tá numa velhice sofrendo desse jeito [...]”, a vítima refere-se ao efeito das agressões, que consiste em sofrimento. Segundo Kövesces (2000 p. 49), as emoções podem ser compreendidas pelas suas causas típicas como pelo seus efeitos típicos. Nesse caso, o sofrimento, a qual a vítima se refere, é causado pela agressão, logo, SOFRIMENTO É AGRESSÃO FÍSICA. Assim, estar sofrendo é estar sendo vítima de agressão, que compreende uma forma de violência. Ainda em (19a), ela confessa ser “difícil viver desse jeito”, o que nos remete à metáfora DIFICULDADES EMOCIONAIS SÃO FARDOS, subjacente à DIFICULDADES SÃO FARDOS (KÖVESCES, 2000 p. 45) . Nessa perspectiva, infere-se por acarretamento metonímico e metafórico que:

Se SOFRIMENTO É AGRESSÃO e violência é um tipo de agressão, por metonímia conceitual: SOFRIMENTO É VIOLÊNCIA

Ainda, se:

Sofrimento é uma dificuldade emocional, e DIFICULDADES EMOCIONAIS SÃO FARDOS, logo, inferimos que violência é um fardo.

5.3 Vítima 3

A terceira vítima, com 18 anos, é a mais jovem das mulheres, cujos depoimentos foram presenciados, a qual procura a delegacia para queixar-se de difamação e de ameaças de morte feitas pelo marido, com o qual conviveu cinco anos. Seu semblante é sério, demonstra revolta em relação às atitudes do marido e chega à delegacia para requerer uma medida protetiva contra o agressor. Devido ao fato de ter sido a mesma escritã que atendeu a vítima 1, a chamamos de E1.

Assim, iniciam-se as declarações:

20.

V3: (20a) Ele me ameaça, diz que vai me matar... fica me esculhambando no meio da rua... me chamando de quenga, de rapariga. (20b) Não deixa eu arrumar nenhuma pessoa, quando eu arrumo uma pessoa ele fica... atrás, perseguindo, diz que vai me matar...

Pode-se perceber que essa passagem assemelha-se ao segmento (7a), quando o marido “esculhamba a vítima no meio da rua”, cuja análise já foi feita anteriormente. E assim como V1, que é difamada “no meio da rua”, V3 também retrata que, além das ameaças de morte, que acarretam, obviamente, o sentimento de medo, também é vítima de difamações feitas em praça pública, causando-lhe vergonha. Como vimos no exemplo (7a), VERGONHA É UM DANO FÍSICO.

Em (20b), a vítima confessa que o marido “não a deixa arrumar nenhuma pessoa”, em outros termos, não a permite estabelecer relacionamento com outrem. Tal comportamento é decorrente dos efeitos do **desligamento** entre o casal, o qual não é aceito pelo marido. Sabe-se que, assim como em AMIZADE, o esquema de LIGAÇÃO está subjacente ao conceito de CASAMENTO, enquanto que desligamento subjaz ao conceito de DIVÓRCIO, ou separação. Segundo Kövecses (2000 p. 93), uma das maneiras mais comuns de compreendermos sobre relacionamentos é pelo domínio fonte ELO FÍSICO ou CONEXÃO. Apesar de Kövecses (2000 p. 93) empregar AMIZADE como domínio alvo, usaremos CASAMENTO, visto que estamos tratando de violência conjugal. Dessa forma, baseando-nos no estudo de Kövecses (2008) sobre emoções, chegamos à metáfora CASAMENTO É UMA LIGAÇÃO FORTE e ainda CASAMENTO É UM BEM VALIOSO, logo, A PERDA DO BEM VALIOSO É A PERDA (OU FIM) DO CASAMENTO. Ademais, CASAMENTO também é estruturado pelo esquema PARTE-TODO, cujos cônjuges representam as PARTES, enquanto que os dois

juntos, compartilhando a mesma morada e experiências, preferivelmente, boas, representam o TODO. Desse modo, se por metonímia, a esposa está pelo casamento, logo, A ESPOSA É UM OBJETO POSSUÍDO.

Em outros termos, manter-se como **objeto possuído**, mesmo já tendo decidido romper com os **laços da relação**, representa uma conexão indesejada com o marido. De acordo com Lakoff (1987, p. 274), o conceito de ESCRAVIDÃO supõe o esquema de LIGAÇÃO, enquanto que o conceito de LIBERDADE é estruturado em termos de NÃO – LIGAÇÃO. Logo, sentir-se **ligada** ao marido involuntariamente, tendo seus passos monitorados e sua LIBERDADE restringida, representa uma forma de ESCRAVIDÃO, conforme podemos comprovar neste outro trecho:

21.

E1:Aí ele fica te perturbando desde/

[

V3: É... (21a) Pertubando... ameaçando que vai me matar... vai mandar me matar... **fica me esculhambando... no meio da rua... aonde ele me vê me esculhamba...**

[...]

V3: [...] (21b) **É namorada dele ligando pra mim...** perguntando se eu ainda tenho alguma coisa com ele... me esculhambando...

E1:Ele diz o que? Que vai te matar?

V3:É... Que vai me matar... (21c)**que se me pegar na moto com alguém... vai mandar me derrubar... que vai mandar me matar... vai me dar uma pisa...**

No segmento 21, principalmente nos trechos em negrito, percebemos que V3 é submetida a uma série de situações que restringem sua LIBERDADE: xingamento, difamações em público, assédio moral, ameaças de morte e de agressões físicas etc. Dessa forma, o que mais parece evidente, nesse segmento, é a restrição no âmbito das ações, ou seja, a vítima não pode realizar ações que, de outro modo, realizaria. Em “[...] aonde ele me vê me esculhamba [...]”, percebe-se que há uma perseguição por parte do ex-companheiro, ou seja, a LIBERDADE da vítima de ir e vir é restrita, ou seja, **sofrer perseguição e ameaças é não ter liberdade**. Assim, estruturado pelo esquemas de PARTE-TODO somos levados aos modelos cognitivos de FALTA DE LIBERDADE, PERSEGUIÇÃO e AMEAÇAS.

Nessa perspectiva, a ligação involuntária a algo ou alguém é estruturada pelo esquema de FORÇA, ou seja, ESCRAVIDÃO, que abarca os esquemas LIGAÇÃO e FORÇA. Então, podemos projetar metonimicamente que: ligação involuntária é escravidão. Conforme a lei 11. 340 art. 7º, a violência psicológica consiste em qualquer ação que vise controlar ações, comportamentos e decisões da mulher, logo, estar ligada involuntariamente a

alguém consiste em uma forma de violência. Assim, visto que ligação involuntária é violência, pode-se inferir por acarretamento metonímico que escravidão está por violência.

22.

V3: (22a) Aí... me esculhambou no meio da rua... me chamou de quenga, de vagabunda, vive me chamando de arrombada...

O discurso de V3 em (22a) revela como as atitudes do ex-companheiro geram na vítima um sentimento de vergonha e de humilhação perante a sociedade e perante a si mesma. É importante observar que as palavras proferidas a ela pelo agressor são de baixo calão, cujo único objetivo é atormentá-la moral e psicologicamente. Ao queixar-se sobre as agressões sofridas, V3 relata que o ex-companheiro a xingou e que ainda a xinga com palavras de baixo calão como, “quenga, vagabunda e arrombada”. Esse trecho nos conduz à metáfora da CONTABILIDADE MORAL, visto que causar um dano a alguém, capaz de gerar medo, vergonha e instabilidade emocional, é criar um débito moral. E por meio do esquema moral de RETRIBUIÇÃO, que se baseia na metáfora da ARITMÉTICA MORAL, dilema no qual se encontra a vítima, cabe a ela agora retribuir o dano moral que lhe fora causado, requerendo a medida protetiva e abrindo inquérito policial contra o ex-companheiro.

5. 4 Vítima 4

A quarta vítima tinha 39 anos, exibia boa aparência, semblante sereno e calma durante o depoimento. Havia procurado a delegacia para obter ajuda policial a fim de resgatar seus pertences pessoais, deixados na casa do ex-companheiro, com quem havia convivido durante sete anos. Uma nova escritã atendeu a vítima..

23.

E3:É contra quem... o boletim?

V4:É porque eu convivi com uma pessoa... sete anos..... aí a gente *tamo* com oito... dias de separado aí **(23a) eu... eu queria assim... pra eu pegar as minhas coisas de trabalho... porque eu sou COSTUREIRA e eu não tenho condições de comprar outra máquina... Aí... eu queria tirar... minhas roupas [...]**

E3:E ele não deixa você tirar?

V4: (23b) Bom... eu não conversei com ele... assim... entendeu? Eu... eu queria assim... que se ele pudesse assim é... me dar minhas coisas de trabalho... sabe?

E3:Por que... ele te ameaça... é?

V4: (23c) Não... porque ele fica... quando ele bebe... ele fica agressivo... sabe? [...]

O recorte 23 proporciona uma visão do que venha a ser a metáfora da ORDEM MORAL, mais precisamente, a metáfora HOMENS TEM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS MULHERES, já tratada no capítulo teórico, pela qual os maridos/companheiros exercem o direito da autoridade moral, quer seja pela agressão, subjugação ou intimidação, como é o caso de V4. Observa-se na vítima o temor em ir apanhar seus próprios pertences, revelando assim, uma manifestação da autoridade moral absoluta imposta pelo companheiro, estabelecida por meio de ameaças e agressões.

Em (23a), fica evidente que, a vítima sente medo e teme pela sua segurança ao ter que retornar à casa onde morava para recuperar suas coisas. Conforme o trecho acima, percebe-se que a escritã se surpreende ao ouvir que a vítima desejava apenas reaver seus pertences, quando pergunta; “ele não deixa você tirar?” Em outros termos, percebe-se um temor por parte da vítima em relação ao ex-companheiro que nem mesmo a escritã demonstra compreender. Tamanho é o receio da vítima em ir apanhar seu próprio material de trabalho na casa onde vivia com o ex-companheiro, que, conforme nos revela o trecho (23b), ao ser indagada se ele não permitia a remoção dos objetos, a vítima confessa: “[...] bom, ainda nem conversei com ele assim, entendeu?”, demonstrando , uma visível debilidade diante dos fatos. Interessante notar que, no mesmo trecho, a vítima ratifica, de maneira ainda mais evidente, o pavor que está sentindo, quando revela à escritã que, **caso** o agressor pudesse dar, gostaria de receber de volta suas coisas de trabalho. Ante o exposto, percebe-se, por meio de um discurso repleto de conflitos, hesitações, temor e inquietude, o quanto V4 se sente subjugada pelo ex-companheiro, ao ponto de acreditar ser necessário o consentimento dele, influenciado pela intervenção da polícia, para reaver seus pertences.

Trata-se, em nossa opinião, de uma força paralisante que a impede de agir, bloqueando suas ações e decisões, dificultando a execução de seus projetos pessoais e profissionais. Desse modo, é possível perceber a presença do esquema FORÇA, mais precisamente, da metáfora MEDO É UMA FORÇA NATURAL (KÖVECSSES, 2000), estruturando o conceito de MEDO, presente no depoimento de V4. Ou seja, o medo que a vítima sente do ex-companheiro, funciona como uma força, cuja influência paralisa as ações da vítima.

Em (23c), ao ser questionada pela escritã se sofria ameaças, V4, prontamente, justifica a atitude agressiva do ex-companheiro e atribui seu comportamento ao consumo de

bebida alcoólica, que, segundo ela, seria o fator responsável pela falta de controle emocional do agressor. Nesse caso, a bebida é concebida como uma força capaz de desestabilizar o controle emocional do eu do ex-companheiro, cuja verdadeira essência é desajustada devido à influência do consumo alcoólico. Essa ideia de Sujeito como lócus da essência da razão e eu como parte da pessoa não escolhida pelo sujeito (LAKOFF; JOHNSON, 1999), representa a *Metáfora geral do sujeito-eu*, que gera a METÁFORA DO EU ESSENCIAL. Logo, é possível perceber a influência da metáfora primária A PESSOA É UMA ENTIDADE COM UMA ESSÊNCIA, a partir da qual surge a expressão “quando ele bebe, ele fica agressivo [...]”. Ao mesmo tempo, projeta-se a metáfora UMA PESSOA FORA DE CONTROLE É UM EU DIVIDIDO (KÖVECSES, 2000, p. 44):

PESSOA 1 → Sujeito com sua essência →

PESSOA 2 → Eu 1- Verdadeiro Eu ajustado à Essência → Ex-companheiro sem influência de bebida alcoólica.

PESSOA 3 → Eu 2- Eu verdadeiro não ajustado à Essência → Ex-companheiro sob influência de bebida alcoólica, eu agressivo.

Esse segmento revela que a agressividade do ex-companheiro, representada pelo esquema de imagem FORÇA, é responsável por desencadear um sentimento de MEDO na vítima, capaz de causar-lhe danos físico-corporal e material, visto que, além de promover um sentimento de insegurança e incapacidade, também a impede de confrontar o agressor para reaver seus próprios pertences.

24.

E3... E ele te ameaçava... te agredia?

V4: Não... ele me agredi...a... (24a) **aquelas coisas de... de sempre... né? De tá discutindo... aí... eu saí...**

E3... Ele te agredia com palavras?

V4: Também... (24b) **Ele dizia... “porque você é assim”... e aquelas de nome... essas coisas... Aí... eu falei pra ele... olha... ((balança a cabeça negativamente, sinalizando reprovação em relação ao comportamento do companheiro)) (24c) E eu tenho um filho de 13 anos e ele fica... é... que não quer o menino... fica querendo botar o menino pra estudar no interior...**

E3... Você quer sua máquina...?

[...]

No segmento 24, após revelar à escritã que havia saído de casa, V4 é indagada se sofria agressões ou ameaças do ex-companheiro, buscando coletar declarações mais específicas sobre o comportamento do agressor. Nesse momento, V4 admite ter sido vítima de agressões, mas hesita em revelar detalhes e relata em tom tímido à escritã: “aquelas coisas de

sempre, né? De tá discutindo... [...]”. Pode-se perceber, no fragmento (24a), que a vítima reporta-se às agressões sofridas como experiências corriqueiras, abrandando seu grau de importância, ao descrevê-las, por exemplo, como “ coisas de sempre”. Também, percebe-se em “*tá discutindo*” o uso do gerúndio, indicando uma ação contínua e freqüente, ao ponto de fazê-la sair de casa. Esse trecho revela a presença de um cenário com o hábito de discussões constantes com o ex-companheiro, indicando que havia uma cadeia de inferência pré-organizada que se relacionava a uma situação corriqueira específica.

Ainda em (24a), também observamos a presença de um cenário, estruturado pelo esquema ORIGEM-PERCURSO-META, no qual se estabelece que o **estado inicial** refere-se às discussões, agressões verbais; **os eventos** referem-se à decepção da vítima e o **estado final**, à saída de casa da vítima.

Em (24b), quando indagada se era agredida verbalmente pelo ex-companheiro, V4 admite: “também”, revelando, implicitamente, ser vítima de outras formas de agressões. Interessante notar que a vítima não delata sobre agressões sofridas detalhadamente e responde em tom evasivo ser acusada de ser “assim” e ser chamada de “nome”. Assim como em (13c), a vítima também relata os xingamentos proferidos pelo agressor como “ser chamada nome”, referindo-se a palavras de baixo calão, promovendo na vítima um sentimento de mal-estar, ao ponto de sair de casa, conforme seu depoimento. Essa relação de mal-estar causada por agressões leva à metáfora da CONTABILIDADE MORAL, ou seja, pelas agressões, o ex-companheiro contrai débitos com a vítima, que decide sair de casa como forma de restituição, ou cobrança da dívida.

Ainda relacionado ao trecho (24b), podemos fazer referência ao esquema da metáfora da CONTABILIDADE MORAL *Direito como a moral do “I. O. U” (I owe you)*, que significa “ eu lhe devo”. Essa metáfora concebe direito como crédito e dever como débito. Sobre esse aspecto, o dever de respeitar a companheira funciona como um débito a ser pago, caso contrário, a vítima desfruta do direito, forma de capital social metafórico, de reivindicar o pagamento dos débitos morais contraído pelo agressor. Em outros termos, ser respeitada pelo companheiro é direito da mulher, logo, ao sofrer agressões verbais, seu direito não é atendido, da mesma forma que o dever em respeitar e proporcionar bem-estar à mulher do companheiro também é descumprido. Entretanto, a V4 nada pede, além de suas “coisas” de trabalho.

Relevante notar que em (24c), ainda se referindo às agressões sofridas, a vítima, a princípio, parece quebrar uma das máximas conversacionais de Grice, a máxima da relevância (ou relação), quando insere em sua declaração um desabafo relacionado ao filho: “[. . .]) e eu

tenho um filho de treze anos que ele fica é... que não quer o menino, fica querendo botar o menino pra estudar no interior [...] ”. Contudo, apesar de ser interrompida e levada a dar continuidade a declarações “relevantes” pela escritã, cuja percepção e orientação se restringem em analisar depoimentos sobre agressões explícitas e descartar revelações incongruentes, V4 expõe o que a incomoda, a rejeição do ex-companheiro pelo filho, que pode ser o motivo da discórdia entre o casal.

Ainda nos referindo ao trecho (24c), apesar do ex-companheiro não ser o pai biológico do filho ao qual a vítima se refere, a figura prototípica de MARIDO, fonte do modelo cognitivo metonímico ideal, é uma figura de marido provedor, gestor da família, que proporciona segurança e cuidados à mulher e aos filhos. Assim, pelo esquema de LIGAÇÃO, pressupõe-se que:

O marido ama a esposa

A esposa é mãe, que ama os filhos

Logo,

O marido ama a esposa e a mãe dos filhos

O marido ama os filhos.

Sobre esse aspecto, ao revelar que o ex-companheiro “não quer o menino”, a vítima mostra-se decepcionada com o comportamento do ex-companheiro que, por ocupar a posição de MARIDO, carrega a expectativa cultural de, pelo menos, aceitar os filhos da mulher com quem convive, muito embora não seja o pai biológico. Entretanto, verifica-se que as expectativas da vítima em ter um companheiro com o qual possa dividir a responsabilidade da criação dos filhos não são atingidas, visto que o companheiro demonstra rejeição, ao insinuar que o filho da vítima more no interior.

25.

E3: Certo... e você não conversou com ele e não sabe se ele vai deixar ou não...

V4: É verdade...

E3: E você quer a gente chame pra uma audiência... pra conversar com ele?

V4: **(25a) É... porque eu sei que não dá mais certo... mulher. A gente ficar brigando... fica... e isso não é a primeira vez...**

No segmento 25, a escritã sugere chamar o agressor à delegacia para uma “audiência”, a fim de mediar o conflito e solucionar a problema entre as partes. Embora demonstrando certa hesitação, a vítima concorda com a sugestão: “é... porque eu sei que não dá mais certo, mulher [...]”. Nesse trecho (25a), V4 foca essencialmente no desgaste do relacionamento, ou seja, ao concordar com a intervenção da polícia para conversar com o ex-

companheiro, V4 admite que, apesar do constrangimento, chamá-lo à delegacia para uma “audiência” seria uma solução a ser considerada. Importante notar que, ao afirmar que o relacionamento “não dá mais certo”, a vítima conceitualiza a briga como elemento prejudicial ao **funcionamento** do relacionamento, que nos leva à metáfora RELACIONAMENTOS SÃO MÁQUINAS (KÖVECSES, 2000) e FUNCIONAMENTO ABSTRATO É FUNCIONAMENTO FÍSICO (KÖVECSES, 2000, p. 99). Nessa perspectiva, “brigas constantes” funcionam como um obstáculo ao relacionamento com bom “funcionamento”.

Dessa forma:

Máquinas são objetos complexos.

Máquinas podem ou não funcionar.

Se as máquinas funcionam, elas dão certo.

Porém, se as máquinas não funcionam, elas não dão certo.

Logo, se RELACIONAMENTOS SÃO MÁQUINAS, relacionamentos podem ou não dar certo.

26.

E3: É o primeiro boletim é... que você faz?

V4: Foi... eu/eu fiz esse aqui mas já tá com... Foi lá na delegacia da Parangaba... (entrega à escrivã um B.O. lavrado anteriormente contra o ex-companheiro)

E3: Hum... (lê boletim) E você nem fez exame de corpo e delito... né?

V4: Não... não... A gente tem pena... né? Que a pessoa seja presa...

Es3: Você não fez o exame de corpo e delito porque teve PENA?

V4: Porque/ mulher... (26a) a gente quer se saia da vida da gente pra não voltar mais... entendeu?

[...]

E3: Ficou com pena?

V4: Não sei/não... não era pe...na... Mas eu não fui mai...: (26b) se ele melhorar... né?

E3: Achou que ele poderia melhorar... né?

V4: É...

No segmento 26, a vítima revela que já havia lavrado um B.O. contra o ex-companheiro anteriormente. Entretanto, confessa não ter dado continuidade ao processo, visto nunca ter feito exame de corpo e delito, o que denota ter sido agredida anteriormente. Mostrando-se surpresa ao constatar que a vítima não havia feito o exame de corpo e delito, a escrivã indaga-lhe, indiretamente, o por que. Em tom quase infantil, a vítima revela que não o havia feito por sentir “pena” do ex-companheiro e não desejar vê-lo preso.

Ao sentir compaixão do agressor, a vítima percebe no ex-companheiro um descontrole de suas ações normais. É como se o agressor e o amante não fossem a mesma pessoa. Ao mesmo tempo em que se sente ressentida pelas atitudes do agressor, também se

penaliza com as possíveis consequências ao amante de levar o processo adiante. Observa-se, nesse momento, que a vítima projeta uma divisão entre as ações praticadas por ele: as más e as boas, logo, uma dualidade na personalidade do homem amado. Como no caso de V3, esse aspecto leva-nos à metáfora geral do SUJEITO-EU, mais precisamente à METÁFORA DO EU ESSENCIAL, e FALTA DE CONTROLE EMOCIONAL É UM EU DIVIDIDO (KÖVECSES, 2000), visto que, segundo a concepção da vítima, o eu de um companheiro agressivo e bêbado mostra-se incompatível à sua verdadeira natureza de sujeito, com o qual a vítima se apaixonou.

Do mesmo ponto de vista, a vítima também assume uma postura contraditória quando toma a decisão de lavrar o BO, mas deixa de realizar o exame de corpo e delito, devido ao sentimento de pena do ex-companheiro. Do ponto de vista do inconsciente cognitivo, a vítima demonstra indecisão em relação aos seus múltiplos eus e seus respectivos valores sociais. De um lado, a sociedade cobra da mulher um posicionamento quanto à violência conjugal, mas de outro, dentre diversos fatores, o sentimento de (com)paixão desperta sua emotividade, gerando indecisão em relação à postura mais sensata a ser tomada. Tal observação nos leva à metáfora DOS MÚLTIPLOS EUS (LAKOFF; JOHNSON, 1999), cujos papéis sociais podem ser representados dessa forma:

A vítima → O sujeito

A vítima que depõe contra o agressor e gera inquérito policial → Eu 1

A vítima que sente pena do companheiro e desiste da queixa → Eu 2

Nessa mesma perspectiva, pelo esquema de LIGAÇÃO, também somos levados a interpretar que:

Amor liga –se ao perdão. Logo, “quem ama, perdoa” (dito popular).

Após a revelação da vítima de que não realizara o exame de corpo e delito pois sentia pena do agressor, a escritã surpreende-se e reage, dizendo: “você não fez o exame de corpo e delito porque teve pena?” Em (26a), a vítima apresenta uma justificativa que soa, a princípio, insignificante, quando contesta: “Porque/mulher, a gente quer que ‘se saia’ da vida da gente pra não voltar mais, entendeu?”. Acontece que sua explicação não se mostra irrelevante se a analisarmos paralelamente com o que ela havia dito antes sobre “sentir pena” do agressor. Tal representação pode ser compreendida a partir do esquema RECIPIENTE, o qual subjaz à expressão “sair da vida de alguém”. Ou seja, o conceito VIDA é concebido como um RECIPIENTE, dentro da qual se encontram, principalmente, as pessoas com as quais mantemos um relacionamento amoroso. Logo, quando a vítima expõe que deseja que o agressor **saia de sua vida** para não voltar mais, inferimos que, apesar de ter feito um B.O.

contra o agressor, isso não representa a saída definitiva dele de dentro de sua vida, seja por motivos afetivos ou financeiros. Em outros termos, é como se a cada briga, ele **saísse**, mas depois **voltasse** para a vida da vítima. Desse modo, a vítima demonstra compaixão, visto não estar pronta para a **saída sem volta** do agressor de dentro de sua vida. Por outro lado, transparece que não sentiria pena do agressor, caso estivesse certa que ele não voltaria mais.

Em seguida, ainda no mesmo segmento, em (26c), após a escritã perguntar pela terceira vez à vítima se sentira “pena” do agressor, a vítima, então, alega que não, que “não era pena” e admite ter dado outra chance ao agressor, dizendo: “ [...] não fui mais... se ele melhorar, né?”, que nos remete ao *Sistema da Metáfora Moral*, mais precisamente à metáfora básica da MORALIDADE É PUREZA. (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 307) Verifica-se, nessa metáfora, uma relação entre “pureza” e “limpeza”, gerando a metáfora PUREZA É LIMPEZA. Logo, se MORALIDADE é conceitualizada em termos de pureza, relacionada à limpeza, surge a metáfora MORALIDADE É LIMPEZA. Nessa perspectiva, se imoralidade é entendida em termos de doença, da mesma forma que evitamos contato com pessoas infectadas para evitar o contágio, as pessoas imorais também estão “infectadas” com impurezas, tóxicas à nossa saúde, gerando a metáfora IMORALIDADE É IMPUREZA. Desse modo, vê-se a relação entre MORALIDADE COMO SAÚDE e MORALIDADE COMO PUREZA.

Dessa forma, metonimicamente, verifica-se que:

Moralidade está por pureza

Imoralidade está por impureza.

Se, Impureza está por doença, logo, Imoralidade está por doença.

A partir das projeções metonímicas, surge a seguinte metáfora:

IMORALIDADE É DOENÇA

Nessa perspectiva, levando em consideração que quem está doente pode melhorar, quem está contaminado pela imoralidade, também. Em outros termos, a vítima resolve dar mais uma chance ao agressor, pois acredita em sua **melhora** moral.

27.

V4: Ai... né... só que eu tenho meu filho que... quando ele bebe... sempre eu não deixo ele dentro de casa... Sempre eu deixo na minha vizinha... (27a) que a gente tem medo... né ... dele... bêbado fazer alguma coisa com o menino... né?

E3:An-hã

V4: Ai... pra evitar tudo... eu tiro... [...]

Em (27a), mais uma vez, a vítima demonstra sentir insegurança e medo em relação às atitudes do ex-companheiro agressivo. Sua insegurança é tanta, ao ponto de precisar retirar o filho de casa, por temer que o companheiro embriagado e agressivo pudesse fazer alguma coisa com o menino. E esse sentimento de medo e insegurança remete-nos ao esquema de imagem de FORÇA, definindo um modelo cognitivo de cenário, que pode levar a um dano físico-corporal, na dimensão psíquica.

28.

E3: Sim... aí... sexta-feira... como é que foi?

V4: Não..... aí... ele... **(28a) só foi dizer umas coisas... “Sabe de uma coisa ? Eu vou é sair...”**

E3: Lhe agredindo com palavras de novo... né?

V4: Foi...Aí... eu disse... sabe de uma coisa... eu vou é sair... Quando eu esperei ele sair... eu saí... entendeu?

E3: Ele lhe agred/ ele lhe chamou de que?

V4: (28b) Mulher... tu acredita que eu nem lembro mais...

Es3:Palavrão?

[...]

V4: (28c) An-hã. Foi.. me chama de troço... sua troço... abestada... sabe... assim... é...jumenta... é tudo isso...

No segmento 28, a escritã dá prosseguimento à apuração dos fatos e pergunta à vítima sobre o que aconteceu no dia da agressão. A vítima, então, revela que ele “só foi dizer umas coisas”, o que a motivou a sair de casa. A agressão verbal, nessa circunstância, consistiu no fator desencadeante da tomada de decisão da vítima.

Assim, sentindo-se prejudicada psicologicamente, a vítima, por fim, resolve deixar a casa onde vive com o agressor, no intuito de cessar a causa de seu tormento emocional. Logo, quando diz a si própria: “Sabe de uma coisa? Eu vou é sair [...]”, V4 demonstra sentimentos de revolta e frustração, resultantes do efeito provocado pela causa, o dano psicológico da agressão verbal, o que nos leva à metáfora EMOÇÃO É FORÇA FÍSICA (KÖVECSSES, 2000). Ou seja, esses sentimentos funcionam como fatores antagônicos com tendência de força que se manifestam no eu da vítima, provocando um efeito emocional, nesse caso, a saída de casa.

Durante as observações e coletas de dados, percebemos que ao serem questionadas sobre os “palavrões” que eram chamadas pelos agressores, as vítimas, em geral, demonstravam certa dificuldade em recordá-los. Acontece que, como parte do procedimento do registro de ocorrência de violência doméstica, as escritãs precisam apurar os fatos de uma forma fidedigna, logo, consignam os nomes usados pelo agressor durante o xingamento. Conforme percebemos em (28b), ao ser perguntada sobre de que era chamada, a vítima revela

que não se recorda. Ante o exposto, indagamos: como é possível que a vítima se sinta prejudicada moral e psicologicamente por agressões verbais constituídas por palavras que ela não se recorda? Ora, convenhamos que a mensuração do instrumento causador do dano moral e psicológico não consiste em um método eficaz para apurar os malefícios causados. Eis, pois, a justificativa da resposta dada à escritã: “tu acredita que eu nem me lembro mais?”

Desse ponto de vista, inferimos que, se **DISCUSSÃO É GUERRA** (LAKOFF; JOHNSON, 1980), ao sair de casa, a vítima perde o embate, enquanto que o agressor sai vitorioso. Assim como nas guerras, não importa quais armas foram usadas para vencer o combate, mas o efeito causado por elas.

Finalmente, em (28c), com dificuldade, a vítima revela à escritã os “palavrões” que o agressor a chamava e que a motivaram a tomar a decisão de sair de casa. Logo, no sentido de ilustrar a concepção do termo “palavrão”, consideremos algumas definições:

“**Palavrão** 1 s. m. Palavra grande e de pronúncia difícil; 2 Palavra obscena, grosseira, pornográfica; 3 palavrada”. (BUENO, 2007) .

Em oposição, porém, ao significado trazido pelo dicionário do termo “palavrão”, observa-se que os termos usados pelo agressor, apresentados pela vítima, não se tratavam de pornografia, obscenidades e muito menos de vocábulos de difícil pronúncia. Convenhamos que os termos; **troço**, **abestada** e **jumenta**, referidos à vítima, não se configuram como palavrões, entretanto, como qualquer outro xingamento, geram na vítima um efeito de subjugação e humilhação. Nessa perspectiva, verifiquemos algumas definições desses termos em alguns dicionários:

1- Troço

Troço (ó) s. m 1 objeto; 2 coisa; 3 traste velho (BUENO, 2007; Minidicionário da Língua Portuguesa Silveira Bueno)

Troço [De troço (ó), com mudança de timbre de conseqüências semânticas] S. m Brás. Gír. 1 Coisa imprestável; traste velho; tralha 2. Qualquer objeto cujo nome não importa, ou não se sabe, ou não se quer declinar; coisa; negocio; trem; troféu [Sin. No RS nessa acepç.): xícara] 3. Pessoa importante, influente; figurão; *O homem é troço na política*. Mal- estar indeterminado; coisa: *Teve um troço e morreu*. (FERREIRA, 1986; Dicionário Aurélio Buarque de Holanda)

2- “Abestado”

Não foram encontradas definições desse lexema nos dicionários pesquisados, porém, inferimos que *abestado* seja um termo mais utilizado na região nordeste do Brasil e resultante de modificações semânticas, cuja origem é a palavra *abestalhado*:

Abestalhado Adj. Embrutecido, idiotizado, apatetado, imbecilizado, estupidificado. A. bes. ta. lha. do (BUENO, 2007; Minidionário da Língua Portuguesa Silveira Bueno, 2007)

Abestalhado [De a+ besta+ alhado] Adj. Bras. Abobado, imbecil, tolo [q. v] (FERREIRA, 1986; Dicionário Aurélio Buarque de Holanda)

3- Jumento

Jumento s. m burro; asno, jegue; jerico ju. men. to (BUENO, 2007; Minidionário da Língua Portuguesa Silveira Bueno, 2007)

Jumento [Do lat. *iumentu.*] S. m 1 Animal mamífero da ordem dos perissodáctilos, gênero *Equus*, espécie *Equus asinus* L., facilmente domesticável, muito difundido no mundo, e utilizado desde tempos imemoriais como animal de tração e carga. É unglado e tem pelo duro, de coloração extremamente variada, indo do castanho-fulvo ao cinza-escuro[Sin. pop. asno, burro, jerico (q. v) e (bras.) jegue.] 2. V. Burro (8) . 3. Indivíduo de grande potência sexual. (FERREIRA, 1986; Dicionário Aurélio Buarque de Holanda)

Como os dicionários mostram, um dos principais componentes em comum nos termos pesquisados é o conceito de inferioridade, identificado na concepção de um objeto (troço), cujo nome não se sabe e não importa, ou em uma pessoa com características de uma besta (abestado), ou ainda no indivíduo que é chamado de animal de carga (jumento) . Em outras palavras, a ideia por trás desses termos, proferidos à vítima pelo ex-companheiro, é de rebaixamento e subjugação, no momento em que a vítima é tratada como algo insignificante e desprezível.

Ante o exposto, verifica-se que, embora esses termos não se configurem como **palavras de baixo calão** ou **palavrões**, eles também despertaram na vítima um sentimento de inferioridade, prejudicando seu bem-estar e causando-lhe um dano psíquico e moral, logo, um ato de violência. Conforme a metáfora da FORÇA MORAL, já apresentada anteriormente.

Em (28c), fica evidente também a influência da metáfora da ORDEM MORAL (LAKOFF; JOHNSON, 1999), cuja linha de autoridade moral consiste em: HOMENS TÊM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS MULHERES. De fato, pode-se inferir que dessa concepção do homem como mais forte e dominante do mais fraco surja a figura da MULHER COMO SER INFERIOR, a qual nos conduz às metáforas:

HOMEM É MAIS e
MULHER É MENOS.

29.

E3: Ai você resolveu sair de casa...

V4: (29a) É...resolvi sair... Não é a primeira vez que eu saio de casa... SEMPRE a gente volta... briga... (29b) mas... na/nã...o... vou melhorar tal...(c) Mas não muda... mulher... Não muda não... É melhor eu sair de uma vez... mesmo... aí... eu só queria minhas coisas de trabalho... né? Minhas máquina...

Em (29a), após ter revelado mais detalhes sobre o último episódio de agressão verbal, que a motivou fazer o B. O., a vítima declara ainda já haver *saído de casa* outras vezes, mas que sempre reatava o relacionamento em seguida.

Conforme mostrado anteriormente, o conceito de CASA, cujos limites físicos externos e internos representam fronteiras, nos leva à concepção de RELACIONAMENTO CONJUGAL. Desse modo, baseado no esquema de imagem RECIPIENTE, estar “dentro de casa”, juntamente com o outro cônjuge, consiste em fazer parte da relação conjugal, logo, estar “fora de casa” significa ficar do lado exterior das demarcações do relacionamento conjugal e amoroso.

Em (29a), observa-se que ao declarar: “[. .] não é a primeira vez que eu saio de casa, sempre a gente volta [...]”, fica clara a relação estabelecida entre “sair de casa” e “romper o relacionamento”. Note que a vítima declara “eu saio” e “a gente volta”, ao invés de “eu volto”, caso obedecesse a regras sintáticas. Ou seja, quando decide romper o relacionamento, ela assume o poder da ação “eu resolvi sair”, porém, é interessante observar que, ao revelar sobre a reconciliação, ela muda o agente da ação e anuncia: “[...] mas, sempre a gente volta [. .]”. Ou seja, embora a decisão de voltar a conviver na mesma casa com o companheiro tenha sido uma decisão da vítima e a ação de percorrer o caminho de volta à casa seja executado apenas por ela, a relação é a dois e precisa haver um consentimento de ambas as partes.

De qualquer forma, vale ressaltar que ainda que duas pessoas, elementos constituintes da relação afetivo-amorosa, não morem sob o mesmo teto e se reconciliem depois de uma briga eles dizem que **voltaram**. Nesse caso, a projeção é feita a partir da metáfora conceitual AMOR É UMA VIAGEM. Assim, tendo como base os esquemas de imagem CENTRO-PERIFERIA e ORIGEM-PERCURSO-META, inferimos que romper o relacionamento é distanciar-se do centro, que corresponde à vida em comum. Logo, a reconciliação representa o deslocamento de ambos da periferia ao centro, ou seja, o percurso de volta. Diante disso, se apenas um dos parceiros percorre o caminho de volta e o outro não, não se confere uma reconciliação, pois não existe relação amorosa constituída por apenas um dos elementos.

Em (29b), a vítima confessa que um dos motivos que a impele a concordar em **voltar** com o companheiro consiste em suas promessas de **melhorar**, que nos remete à metáfora da MORALIDADE COMO SAÚDE, apresentada acima.

Ainda de acordo com o Sistema da Metáfora Moral, observamos que em (29c), a vítima admite diante da escritã ter percebido que, apesar das promessas de melhora moral feitas pelo agressor, ele não **muda**. Essa concepção nos conduz à metáfora da ESSÊNCIA MORAL, de acordo com a qual as pessoas carregam consigo propriedades morais e imorais desde seu nascimento, formando, assim, o caráter. Desse modo, ao admitir que ele não “muda”, a vítima refere-se ao caráter do agressor, composto de propriedades oriundas da essência, solidificadas e permanentes.

Nota-se que, ao admitir a si própria e à escritã que, muito embora ele diga que vai melhorar, não haverá mudanças no caráter do companheiro, V4 percebe que de nada adianta permanecer na relação e diz: “é melhor **eu sair de uma vez [...]**”. Mais uma vez, somos conduzidos à concepção de relacionamento como RECIPIENTE e que, ao dizer “sair de uma vez”, ela refere-se ao ato de romper o relacionamento uma única vez, **sair** dele impetuosamente, sem **voltas** nem hesitação.

30.

E3: Mas ... por que foi ... que você não fez o exame?

V4: Não sei nem por/ assim... Não ... porque no dia que eu fui ... foi/era doze horas da manhã... da noite... aí eu *num num* sei o que foi/quando eu cheguei... eu disse ... não ... doutor ... **(30a) eu quero que ele saia de dentro da minha casa...** Aí ... voltou ... pronto. Aí eu não tive mais coragem de ir...

No segmento 30, a escritã insiste em saber o motivo pelo qual a vítima não havia realizado o exame de corpo e delito, a qual tenta, fornecer uma explicação convincente, mas que ao final, admite que faltou-lhe coragem. Em (30a), a vítima narra o momento em que disse ao “doutor” que seu desejo era que o agressor saísse de dentro de sua *casa*.

Mais uma vez, notamos que o esquema RECIPIENTE estrutura o conceito de DENTRO e FORA da família/casamento. Ao requerer que o companheiro saísse de casa, inferimos que a vítima tinha consciência que isso também representaria sua saída da família, estabelecendo o fim da relação. E isso é comprovado pela declaração seguinte, quando ela diz que depois que ele voltou para casa, ela não teve mais a coragem de voltar para fazer o exame, visto que o casamento havia sido restaurado.

5. 5 Vítima 5

Algo que nos chamou a atenção durante a gravação do depoimento da quinta vítima, foi o fato de exibir os olhos vermelhos e lacrimejantes, demonstrando estar com conjuntivite. Diante disso, seu tempo de espera foi reduzido, sendo atendida como prioridade.

Aos 36 anos, V5 procura a delegacia para se queixar da agressão física cometida pelo marido contra ela, no dia anterior. Segundo ela, a convivência entre os dois tornou-se impraticável há quase dois anos, o que tem gerado muitas brigas, agressões verbais e físicas, motivando-a a deixá-lo, inclusive com os cinco filhos.

Ao chegar à delegacia, a vítima demonstra certa dúvida em relação à qual medida solicitar. Diante disso, a escrivã, demonstra, notoriamente, ser contra o requerimento indiscriminado da medida protetiva, a menos que haja risco de vida.

31.

V5: Convivi com uma pessoa por dezessete anos... **(31a) Dois anos que nós não tamo mais se entendendo... porque ele não sabe conversar...** ele vai logo... batendo... me agredindo... ele já me deu um MURRO... no meu olho [...]"

Em (31a), V5 dá início às declarações relatando que o casal não está mais “se entendendo”, pois, em vez de dialogar, o marido a agride fisicamente.

Baseados em KÖVECSSES (2000), em (31a) deparamo-nos com a metáfora dos SISTEMA COMPLEXOS. Porém, além desse sistema, o grupo RELACIONAMENTO INTERATIVO, cujos domínios-fonte metafóricos também organizam nossa compreensão sobre relacionamentos humanos, do mesmo modo, podem ser detectados nesse trecho. Logo, tanto a metáfora SISTEMAS COMPLEXOS SÃO SERES VIVOS como RELACIONAMENTOS INTERATIVOS SÃO TROCAS ECONÔMICAS estão subjacentes à nossa compreensão nesse trecho.

Explicando melhor, se relacionamentos são complexos, são conceitualizados como seres vivos (ou objetos complexos) . E de acordo com a metáfora do ORGANISMO VIVO (por exemplo, uma planta), os aspectos do relacionamento humano consistem no seu começo, desenvolvimento e seu possível fim, assim como em qualquer ser-vivo. Portanto, subentende-se que ele precisa ser regado, alimentado, para que possa sobreviver.

A metáfora RELACIONAMENTOS HUMANOS SÃO TROCAS ECONÔMICAS refere-se à interatividade entre as entidades que compõem um

relacionamento. De fato, para que um relacionamento seja bem sucedido, é necessário que haja doação e recebimento mútuos entre as partes. Assim, quando há uma desproporção entre os “bens” trocados entre as entidades, como por exemplo, atenção, consideração, respeito etc., pode surgir um desentendimento entre as partes e assim, comprometer o sucesso do relação.

Assim, no trecho “não *tamo* mais se entendendo”, percebe-se uma relação entre as metáforas RELACIONAMENTOS HUMANOS SÃO TROCAS ECONÔMICAS e SISTEMAS COMPLEXOS SÃO SERES VIVOS. Daí, advém que, se:

SISTEMAS COMPLEXOS SÃO SERES VIVOS e RELACIONAMENTOS HUMANOS SÃO SISTEMAS COMPLEXOS,

RELACIONAMENTOS HUMANOS SÃO SERES VIVOS, portanto, precisam de alimento.

Como visto, em (31a), a vítima relaciona o comportamento agressivo do agressor à sua inabilidade de conversar, ou seja, de dialogar. Em sua etimologia, diálogo seria algo que atravessa e perpassa o *logos*, a palavra, ou seja, consiste em uma troca de turnos entre ouvintes e falantes. Nesse sentido, por metonímia:

Diálogo é um dos componentes do relacionamento, logo, relacionamento é diálogo.

Podemos ainda inferir que, se o casal não estabelece um diálogo, no qual ambos possam expor suas ideias reciprocamente, o relacionamento tende a ficar **enfraquecido** e **adoece**. Portanto, inferimos a partir de acarretamentos metafóricos que:

Diálogo é alimento para o relacionamento

Então, por acarretamento,

Sem diálogo não há troca

Sem troca não há concordância entre as partes

Sem concordância as partes não se entendem.

Isso nos leva a:

Sem diálogo não há entendimento.

Para ratificar nossa análise, é interessante notar em (31a) que, mesmo atribuindo a culpa ao marido em não **saber conversar**, V4 conclui, usando a primeira pessoa do plural, que as conseqüências afetam a ambos, dizendo: “não *tamo* mais se entendendo”. Ou seja, a falta de conversa, ou de diálogo, e o uso da força física para resolver problemas entre o casal, acarretam o desentendimento mútuo, afetando o relacionamento como um todo.

32.

E4: Qual foi a última vez que a senhora foi agredida por ele?

V5: (32a) Ontem ele deu... um murro aqui... ((mostra o braço)) Tá roxo aqui um pouquinho... né? Ele deu um murro aqui... (32b) não pegou no olho porque... eu... (32c) puxou meus cabelo... MUITO... (32c) fiquei com DOR DE CABEÇA... e (32d) mandando eu ir embora de casa (e) e escu/ e chamando meu filho de de nome...

((escrivã conversa com a outra funcionária))

(32f) Quando a gente discute... mandando eu ir... vá... tá entendendo?

E4: Ele ameaça a senhora?

V5: (32g) Ele ameaça não... ele BATE...

No segmento 32, a escrivã indaga sobre a última vez em que a vítima foi agredida pelo marido, a qual começa a dar mais detalhes da agressão ocorrida no dia anterior. Note que a vítima faz questão de repetir que o agressor deu-lhe “um murro”, deixando-a, inclusive, com um pequeno hematoma. Em (32a), a vítima procura descrever o cenário da agressão:

Agente: marido

Entidade Afetada: vítima

Meio-instrumento: mão

Procedimento: Uso de força física

Local afetado: Braço

Local: Em casa

Objetivo: Machucar, Intimidar, amedrontar a vítima

Conseqüências: Hematoma

Em (32b), ao informar espontaneamente que o murro não havia atingido seu olho, a vítima, na verdade, cria um outro cenário, a fim de demonstrar a dimensão da agressão sofrida. Aqui ela justifica que a brutalidade do ato praticado pelo marido era tão grande, que poderia ter até atingido outra parte do seu corpo. Observa-se que nesse momento, ela desenha a figura caricatural da mulher agredida com o olho roxo, imagem estereotipada da mulher violentada pelo marido, levando-nos ao modelo metonímico de estereotipo social. Em seguida, ainda no mesmo recorte, revela que o agressor havia puxado seus cabelos, deixando-a com dor de cabeça. É interessante observar também que, mais uma vez, ela mostra à escrivã não apenas as ações praticadas pelo marido, como também, os danos que elas causaram. De fato, em (32c), a vítima, perspicazmente, reconhece que a ação de “puxar os cabelos” não se configura como um ato violento prototípico mas, acrescenta que havia ficado com dor de cabeça em decorrência dessa ação.

Logo, até o recorte (32c), a vítima propõe um cenário não apenas da agressão sofrida, mas, também, dos danos causados:

Ação 1 → Murro

Dano perceptível, físico-corpóreo → Hematoma

Ação 2 → Puxão de Cabelos

Dano não-perceptível, físico corpóreo → dor de cabeça

Vale observar que em (32d), a vítima *aparentemente* irrompe as declarações sobre a violência sofrida para revelar à escritã que o marido a mandava ir embora de casa. Há, em princípio, uma “quebra” semântica quando ela rapidamente faz a transição entre a dor de cabeça que sente como consequência dos puxões de cabelo e quando confessa, logo em seguida, que o marido a manda sair de casa. Na verdade, nesse momento, a vítima elenca rápida e inconscientemente todos os atos de violência sofridos por ela. Eis a razão de revelar que era mandada embora pelo marido, pois, provoca nela uma sentimento de insegurança, constituindo, assim, uma ameaça e consequentemente, um ato de violência. Em outras palavras, o ato de ser mandada embora de casa pelo marido também é definido a partir do modelo cognitivo idealizado de violência, visto que, em uma sociedade ocidental contemporânea, caracterizada por casamentos católicos, monogâmicos e duradouros, não se deve **pôr para fora de casa** a esposa e a mãe dos filhos, a menos que ela tenha violado preceitos básicos do casamento, como a fidelidade, lealdade, dentre outros. Entretanto, quando é a mulher que põe o marido para fora de casa, não nos causa tanto estranhamento.

Tomando como base o mesmo MCI que nos referimos acima, podemos inferir que o recorte seguinte (32e) também pode ser caracterizado como um ato de violência, pois **chamar o filho de nome**, conforme já caracterizamos anteriormente como uma forma de agressão, posto que é verbal, gerando danos e mal-estar à vítima, também consiste em um ato de violência, embora não represente um ato violento prototípico. Além disso, “chamar de nome” pode significar um crescendo da violência, ou seja, a agressão física pode ser precedida pela verbal.

Ao observarmos o recorte seguinte (32f), podemos verificar ainda outro elemento típico de um ato de violência. Nesse trecho, a vítima confessa à escritã que, além de tudo que já havia mencionado, ele ainda a desrespeita, agredindo-a verbalmente: “Quando a gente discute, mandando eu ir... vá... . tá entendendo?[...]”. Podemos observar que a vítima não revela as palavras de baixo calão usadas pelo marido durante a agressão verbal e apenas fornece indícios do que foi proferido por ele.

Além do esquema cinestésico de FORÇA, ORIGEM-PERCURSO-META (AGENTE-AÇÃO-VÍTIMA) e CONTATO, também podem estar presentes como princípios dessa categoria, atuando na condição de pano de fundo.

Ainda no mesmo segmento (32g), algo nos chamou bastante atenção. Foi o fato da escritã perguntar à vítima, mesmo após todos seus relatos sobre as agressões, se o marido a ameaçava. Apesar de seu baixo nível de escolaridade, V5 surpreende ao responder: “ele ameaça não, ele **bate**”, deixando claro que bater representa mais do que a ameaça, consiste no próprio ato, um fato. Nesse caso, **bater** é tomado metonimicamente como ameaça, que se constitui como uma promessa de algo maléfico. Bater, em si, já representa a própria realização da ameaça. Assim, por metonímia, bater está por ameaçar, portanto, apesar de a vítima não relatar diretamente que esteja sofrendo ameaças do marido, ela consegue, por acarretamento metonímico, denominar o ato de bater como uma ação equivalente, se não superior, ao ato de ameaçar.

Durante as coletas, pudemos observar que as escritãs procuram resguardar a requisição das medidas protetivas de urgência, a menos que seja detectado que a vítima está sofrendo risco de morte, o que nem sempre é fácil de avaliar. Razão pela qual, talvez, busquem identificar agressões físicas e ameaças de morte as quais indiquem que a vida da vítima, de fato, está correndo sério risco. Acontece que muitas das mulheres que requerem as medidas protetivas, voltam alguns meses depois solicitando a desistência e retirando a queixa, tumultuando os sistemas judiciário e policial. Além disso, ao ser concedida, a medida protetiva promove um inquérito policial, “sujando” o nome do agressor. Isso faz com que as escritãs tenham mais prudência ao sugerir que a medida protetiva seja solicitada. No trecho abaixo, após ter explicado à vítima sobre as medidas protetivas e o que acarretaria para o agressor, a escritã indaga:

33.

E4: A senhora quer... mesmo assim?

V5: (33a)Porque..... eu já dei muita chance a ele... Já me bateu várias vezes...

[...]

Em (33a), ao concordar que deva solicitar as medidas protetivas, a vítima justifica-se dizendo já ter dado muitas chances a ele. V5 assume uma posição de poder e agente da ação ao dizer que “**deu** chance a ele”. **Chance** significa uma nova oportunidade, logo, por acarretamento metafórico, Chance é um bem valioso, portanto, dar *algo valioso* a alguém consiste em uma demonstração de confiança e apreço. Nesse caso, esse “bem valioso”

foi dado em troca de uma melhora moral do marido, a qual não se concretizou, demonstrando a influência da metáfora da ESSÊNCIA MORAL (LAKOFF; JOHNSON, 1999) . Ou seja, apesar das chances dadas ao marido, ele não deixou de agredir fisicamente a esposa, visto ser uma traço de sua essência moral, de seu caráter.

34.

E4: Já estão em processo de separação... né?

V5: Já...

E4: Já estão em processo de separação ((repete ao digitar))

V5: (34a) Ele diz muito nome comigo...

Conforme já constatamos em análises anteriores, o xingamento consiste em uma forma de agressão que está presente no discurso de quase todas as vítimas. No caso de V5, após narrar que o marido a agredia fisicamente, ela declara: “ele diz muito nome comigo”. Observa-se que, metonimicamente, **nome** está por **palavras ofensivas**. E trata-se, em nossa opinião, de uma expressão com influência do esquema de imagem ORIGEM-PERCURSO-META, pois o xingamento sai do ofensor em direção à ofendida, causando-lhe danos psíquicos e morais, portanto, físico-corpóreos imperceptíveis.

35.

E4: Qual foi os palavrões que ele usou?

V5: Ai... ele diz é quase todo dia... VÁ tomar não sei aonde..... vá se fuder...

E4: É porque a gente tem que colocar da mesma forma...

V5: é?

E4: É...

E4: Vá tomar no cú?

V5: Isso... vá pra puta que pariu...

E4: ONTEM ele disse isso?

V5: Não... disse não...

E4: E o que foi que ele disse?

V5: Só deu um murro...

E4: Ontem foi só um murro... né?

V5: Foi... (35a) Nome ele diz só quando a gente tamo discutindo...

Esse recorte (35a) expõe, mais uma vez, o momento em que as escritas insistem em registrar no B. O. os palavrões proferidos pelos agressores às ofendidas. Percebemos que, muitas vezes, como é no caso de V5, elas sentem-se constrangidas em relatá-los, pois isso pode significar “reviver” a dor da violência linguística.

Vale notar que em (35a) a vítima relaciona “dizer nomes” à discussão, o que ratifica o pressuposto de que “dizer nomes” é causar danos. Ou seja, se DISCUSSÃO É GUERRA (LAKOFF, 1980), por acarretamento metonímico a guerra causa danos. Logo, “dizer nomes”, que foi relacionado à discussão pela vítima, também causa danos.

36.

E4: Você chamou o Ronda pra ele?

V5: Chamei... o Ronda foi lá em casa... nas moto... né? **(36a)** Tentou consertar...voltei... fiquei em casa... dormi... quando amanheceu o dia... foi outra confusão eu com ele...

Nesse recorte (37a), V5 declara que os policiais do Ronda do Quarteirão foram acionados por ela após a agressão física sofrida na noite anterior. Ao relatar que os policiais “tentaram consertar”, tem-se a figura do relacionamento como algo que pode ser consertado, confirmando a presença da metáfora RELACIONAMENTOS SÃO MÁQUINAS (KÖVECSSES, 2000), cujos acarretamentos mostram que, do mesmo modo como nas máquinas, relacionamentos precisam de manutenção, caso contrário, não funcionam. Logo, se máquinas deixam de funcionar, elas podem ser consertadas. Do mesmo modo, relacionamentos podem ser consertados.

37.

V5: [...] desde o começo... eu trabalhando... porque quem tem um bocado de filho... só o dinheiro dele NÃO DÁ... aí... **(37a)** já hoje ele disse “não quero que você vá mais trabalhar...”tipo assim... desconfiando... né? Eu disse que deixar de trabalhar... eu num vou deixar não... você não paga as minhas contas... então/[...]

Esse recorte revela que o marido, muitas vezes, mesmo precisando de uma renda complementar para ajudar na criação dos filhos, não aceita que a mulher assuma a função de provedora, uma vez que isso põe em risco sua posição de superioridade moral, subjacente à metáfora da ORDEM MORAL: HOMENS TÊM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS MULHERES.

5. 6 Vítima 6

A última vítima a ter o B. O. gravado foi quem mais nos sensibilizou. Revelando um semblante sereno, mas muito sofrido, e aparentando ter muito mais do que 43 anos, V6 procura a delegacia no intuito de obter ajuda para afastar de sua família o marido viciado em crack, o qual que pratica principalmente a violência patrimonial. A vítima declara que o marido, com quem convive há dezessete anos, vende todos os pertences da família ainda a

agride verbalmente. A declarante revela que a filha tem problemas “de nervos” por causa da instabilidade emocional provocada pelo comportamento do pai viciado. Demonstrando segurança, V6 declara querer que o marido saia de sua casa, pois ele não é provedor e por causar grandes transtornos emocionais à família.

38.

E5: O que ele fez com a senhora ... a última vez?

V6: Comigo... ele não/ não/ não me agride... O problema é que ele é *aviciado* e **(38a) TUDO quanto eu tenho ele vende...** Até comida... Ele não trabalha mais... ele tá viciado... até a rede dele DORMIR ele vendeu... NADA ninguém pode ter mais nem um chinelo... nem um calçado porque ele vende... [...]

Logo que é questionada pela escritã sobre o que o marido havia feito, V6 esclarece prontamente que ele não a agride, deixando claro que sua queixa não se tratava de violência física, mas patrimonial.

Vale ressaltar que se revela aqui a presença da metáfora da ORDEM MORAL, baseada na TEORIA POPULAR DA ORDEM NATURAL, denotando, como já vimos em outros casos, que há uma hierarquia moral a ser considerada e entendendo, metonimicamente, o papel do MARIDO como sendo superior ao papel da ESPOSA, devendo portanto, ser respeitado. Na cultura em questão, essa metáfora adequa-se à imagem do marido provedor e protetor da família e da **casa**, modelo metonímico ideal de MARIDO. No caso de V6, ao contrário do que se espera de um MARIDO IDEAL, o marido é responsável por saquear os pertences pessoais da família, inclusive, comida. Nesse caso, em (39a) podemos constatar uma ruptura do MCI de MARIDO, provedor e protetor da *casa*, logo, uma violação do MCI de CASAMENTO. Revela-se aqui a construção de um cenário, estruturado pelo esquema de imagem ORIGEM-PERCURSO-META estabelecido por:

Agente Singular e perceptível /Origem → Marido

Ação Direta não – gradual / Percurso → Saque, Violência patrimonial

Paciente Inanimado e Singular/ Meta → CASA, família

Danos Perceptíveis e Coletivos → Materiais

39.

Es5: [Ele lhe agride?

V6: (39a) Com palavra... só com palavra.

Es5: Ele chamou a senhora de que?

V6: Ele me cha/ **(39b) ele... joga praga... ‘tomara que o carro te PEGUE’... ’**

Es5: Não... mas... pode dizer... tem problema não...

V6: O que é que ele me chama? (39c) Ele me chama de rapariga... ele me diz que eu vou atrás dos ‘macho...’ porque quando eu vou trabalhar ele diz que eu vou fazer isso... vou fazer aquilo... ele diz várias *coisa...*

Em (39a), a escritã retorna a perguntar à vítima se o marido a agredia, que responde: “com palavra, só com palavra”. Essa resposta, como já percebemos em análises anteriores, confere à *palavra* um caráter danoso, capaz de agredir e de atingir a mente, o que nos remete à metáfora A MENTE É UM ORGANISMO VIVO. Nessa perspectiva, aspectos de FORÇA, ligados à energia mecânica e cinestésica “são projetos para MENTE, associados ou não com a ideia de dano” (FELTES, p. 262, 2007) . Logo, isso nos leva, metonimicamente, a Palavra é uma arma, podendo portanto, causar danos ao organismo vivo. Logo, a palavra pode causar danos à mente.

Em seguida, ainda no mesmo recorte (39b), a escritã interroga sobre as palavras usadas pelo marido para agredi-la verbalmente. Nesse momento, V6 hesita em revelar as palavras proferidas por ele e conclui: “ele joga praga”. Não se pode precisar se a vítima hesitou em revelar os xingamentos do marido por ter sentido constrangida diante da escritã, ou por considerar mais relevante o ato de amaldiçoá-la. O fato é que, para V6, “jogar praga” consiste em um ato de violência e diz respeito ao *Sistema da Metáfora Moral*. Sendo as figuras do MARIDO e PAI prototípicos figuras de agregação e proteção familiar, é de se supor que o ato de amaldiçoar a esposa e a mãe dos filhos seja uma ação de violência, visto que infringe o MCI da nossa cultura .

Do ponto de vista da metáfora da CONTABILIDADE MORAL, o marido tem deveres perante à família, portanto débitos. Ademais, ao gerar mal-estar na vítima, amaldiçoando-a, caluniando-a e causando-lhe, portanto, um dano moral, o agressor aumenta seu débito moral com a ofendida. Nesse caso, o marido é viciado em *crack* e não tem equilíbrio para superar as forças desestabilizadoras do mal, que comprometem sua autoridade moral legitimada de MARIDO e dono da *casa*, visto que o agressor não ocupa o papel de MARIDO prototípico.

Em (39c), V6 desabafa que o marido a chama de “rapariga” e a acusa de ir “atrás de macho”. Conforme percebemos no trecho mencionado, a vítima demonstra uma certa revolta com as acusações do marido, pois se tratam de inverdades. De qualquer forma, indagamos: por que a vítima ainda se sente atingida moralmente em função de uma acusação não verdadeira e articulada por um viciado em *crack* ? Não se pode esquecer que, apesar do vício e do transtorno de personalidade, ele ainda representa a função de MARIDO, cuja uma de suas principais responsabilidades consiste em respeitar a esposa, atribuindo-lhe um papel

central, posicionando-a no meio, longe da periferia e das margens sociais. Nessa perspectiva, a figura da ESPOSA é representada pelo esquema CENTRO-PERIFERIA e estruturada pela metáfora da PUREZA MORAL. Desse modo, chamar a esposa de rapariga, significa **manchar** sua brancura moral e ainda afastá-la à periferia, local onde se encontram as mulheres fáceis, as que estão à procura de homens.

40.

E5: Ele nunca lhe ameaçou de morte?

V6: (40a) Me ameaça de morte... exatamente... me ameaça de morte... . Ainda ONTEM me ameaçou de morte...

E5: Ele ameaçou a senhora de morte ontem dizendo o que?

V6: Dizendo que ia me matar... ele não disse pra mim disse pra minha filha de catorze anos... que **(b) a minha filha tem problema... chega ela treme... ela chegou perto de mim... ela quase... assim... tremendo... dizendo que o pai dizia que ia me matar...**

No segmento (41a), após ser indagada pela escritã se sofria ameaças de morte, a vítima confirma e destaca que “ainda ontem” havia sido ameaçada. Tendo em vista sua resistência ao marido, que é viciado em crack e está sempre à procura de itens a serem vendidos ou trocados por droga, a vítima teme pela sua segurança. Conforme analisamos anteriormente, ameaças provocam sentimentos de mal-estar, principalmente quando essas são feitas pelo marido/companheiro que, de acordo com o MCI de CASAMENTO, deveria proporcionar segurança e proteção à mulher e à família.

Já em (40b), a vítima revela que as ameaças, apesar de dirigidas à ela, são ditas à filha, cujo estado emocional fica comprometido. Com isso, percebemos que a vítima também fornece pistas de violência conjugal como o ato de promover a desestabilidade emocional nos filhos, que nos remete, mais uma vez a uma ruptura do MCI de MARIDO. Segundo esse MCI, marido não é apenas provedor, mas também protetor da família. E como protetor, não deve promover a instabilidade ou a insegurança nos filhos.

41.

V6: (...) A mãe dele já veio... aí... o irmão dele também... tudinho já... já sabe... Eu queria que ele fosse embora pro interior pra onde tá a mãe dele... né... ele NÃO quer ir... porque... não tem condições de ficar na minha casa... não tem...

(41a) A casa é MINHA...

Observamos no segmento 41 que V6 se posiciona contra a estada do marido viciado em sua casa, por motivos óbvios: a violência patrimonial. No decorrer das declarações, a vítima revela que todas as despesas da casa são pagas por ela e que o marido

não provê em nada e completa: “nem dez centavos”. Diante de um casamento que não lhe proporciona quaisquer benefícios, essa vítima assume a posição de autoridade moral sobre a família e revela seu desejo que o marido vá para a casa da mãe. Em outros termos, ela entende que ele deva ir a procura de sua “outra” família, visto que da sua ele não participa mais e protesta: “a casa é minha”.

Conforme as observações feitas acima, percebemos que o modelo cognitivo de casamento acionado envolve a pré-condição da coabitação, seja entre cônjuges legais ou não. Percebemos, assim, que o conceito de casa perpassa o conceito de instituição matrimonial e que está subjacente em todos os depoimentos, o que demonstra sua influência para a estruturação do conceito de casamento.

Nesse sentido, propomos que o conceito de casamento utilize-se do esquema ORIGEM-PERCURSO-META, que, segundo Lakoff (1987), é utilizado na estruturação de eventos complexos, relativos a PROPÓSITOS. Nota-se que casamento consiste em um evento complexo, um propósito de base estereotipada, cujo alcance depende do sucesso de todo percurso. E como não poderia deixar de ser, a casa consiste em uma pré-condição desse percurso, sem a qual, prototipicamente falando, não seria possível a construção da instituição familiar.

5. 7 MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL das vítimas

De acordo com nossas análises, observamos diversos elementos do MCI de conceito VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA nos discursos das vítimas. Nesse sentido, apresentamos abaixo no Quadro 6. É importante mencionar há sobreposições e acarretamentos entre essas ações, no entanto, nosso intuito foi destacar quais ações e elementos relacionados à VIOLÊNCIA CONJUGAL emergiram dos discursos de cada sujeito.

Vale ressaltar ainda que a ordem dos elementos e ações proposta abaixo não representa nenhuma mensuração de melhor exemplo da categoria, apenas a ordem na qual fatos relatados, como objetos de violência, surgiram nos enunciados de cada vítima. As ações ressaltadas nos discursos foram agrupadas entre os elementos do MCI de violência conjugal: MARIDO NÃO PROTETOR, PAI NÃO PROTETOR, MARIDO NÃO PROVIDOR

agindo como se fosse, falta de felicidade matrimonial e violação da condição de mulher separada.

Elementos do MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL relatados pelas vítimas	Ações	Ações					
		V1	V2	V3	V4	V5	V6
MARIDO NÃO PROTETOR (Elementos do MCI de CASAMENTO violados: Abrigo, Alicerce/apoio financeiro e material, Estabilidade afetivo-emocional, Privacidade, Conforto afetivo-emocional, Bem-estar psicológico e emocional e MCI de MULHER)	Agressão física ***	X	X		X	X	
	Ameaças/ ameaças de morte ***	X	X	X			X
	Xingamento *	X	X	X	X	X	X
	Insegurança/ medo/intimidação **	X	X	X	X	X	
	Desrespeito público/ vergonha	X		X			
	Instabilidade emocional ***	X	X		X		X
	Dano patrimonial/ destruição da cada (conteúdo)		X				X
	Dano patrimonial (tomar a casa)	X					
Dano patrimonial (venda de bens)						X	
PAI NÃO PROTETOR (Elementos do MCI de CASAMENTO violados: Estabilidade afetivo-emocional, Conforto afetivo-emocional, Bem-estar psicológico e emocional)	Agressão física direcionada a outros membros da família	X	X		X	X	X
	Insegurança/ instabilidade emocional provocada nos filhos ou em outros membros da família	X	X		X	X	X
	Rejeição aos filhos				X		X
MARIDO NÃO-PROVEDOR agindo como se fosse (Elementos do MCI de CASAMENTO violados: Alicerce/apoio financeiro e material)	Ameaça de tomar a casa que a mulher adquiriu	X					
	Privação de liberdade: não poder trabalhar, mas não ter o sustento					X	X
Falta de felicidade matrimonial (Elementos do MCI de CASAMENTO: Alicerce/apoio financeiro e material, Estabilidade afetivo-emocional, Privacidade, Conforto afetivo-emocional, Bem-estar.	Sofrimento	X	X		X	X	X
	Falta de diálogo					X	
	Subjugação		X		X	X	
	Predominância do eu-não verdadeiro do marido/companheiro/não m	X	X		X	X	X
	Não melhora moral	X	X		X	X	X
Violação da condição de mulher separada (Elementos do MCI de CASAMENTO violados: Estabilidade afetivo-emocional, Privacidade, Conforto afetivo-emocional, Bem-estar e MCI de MULHER)	Privação de liberdade			X			
	Cíume			X			
	Difamação /desrespeito	X		X			

Quadro 8- Resultados com elementos dos MCIs de VIOLÊNCIA CONJUGAL que se destacaram nos discurso de cada vítima.

O quadro acima nos indica que houve ações ressaltadas como atos de violência de maior e menor incidência, conforme mostram os campos assinalados com um X. Dentre as ações de maior incidência, podemos citar **xingamento**, com ocorrência em todas as seis

vítimas. Em seguida, com ocorrência em cinco das seis vítimas, destacamos as ações: **insegurança / medo/intimidação, insegurança / instabilidade emocional provocada nos filhos ou em outros membros da família, sofrimento, predominância do eu não verdadeiro do marido/companheiro e não melhora moral do marido/companheiro**. Em terceiro lugar, com incidência em quatro das seis vítimas, destacamos as ações: **agressão física, ameaças/ ameaças de morte e instabilidade emocional**. Em quarto lugar, com incidência em três das seis mulheres, destacou-se **subjugação**. Em quinta colocação, em duas das seis declarantes, destacaram-se as ações: **desrespeito público / vergonha, difamação / desrespeito, e dano patrimonial / destruição da casa (conteúdo)**. E com a menor incidência, destacaram-se as ações: **agressão física direcionada a outros membros da família, dano patrimonial (tomar a casa), Ameaça de tomar a casa que a mulher adquiriu e dano patrimonial (venda de bens)**.

Conforme pudemos observar, apesar de ter sido uma ação de destaque, **agressão física**, que apareceu em terceiro lugar, não se configurou como a ação mais revelada pelos discursos dos nossos sujeitos. Em posição de destaque, porém, aparece o **xingamento**, que, assim como agressão física também está inserido no grupo de elementos de MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL de maior destaque: MARIDO NÃO PROTETOR.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, investigamos de que maneira a violência é conceitualizada e categorizada por mulheres vítimas de violência conjugal e como esse conceito é estruturado em termos de Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987). Tomamos como base as perspectivas da Linguística Cognitiva, Cognição Corporificada e os Modelos Cognitivos Idealizados- MCIs- que tratam questões de mapeamentos, projeções metafóricas e metonímicas, como também esquemas de imagens.

Partimos do pressuposto de que a violência é um fenômeno universal. Mas que apesar disso, não tem os mesmos parâmetros de valores e julgamentos em culturas diferenciadas. Isso nos leva a crer que os MCIs, as categorizações e as conceitualizações podem diferir dependendo da história de vida e do contexto situacional em que estão inseridos os envolvidos em uma ação de violência.

Para chegarmos a um MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA, precisamos partir de um MCI de VIOLÊNCIA geral, cujos elementos são: **agente, paciente, ação, instrumento, danos e pano de fundo**. Vale ressaltar que o elemento **pano de fundo** é que vai determinar se houve ou não violência/violação de algum dos elementos do MCI, conforme indicamos no capítulo 4, ou seja, se houve uma **quebra** de expectativa dos modelos acionados.

Com uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, cujo *corpus* se constituiu de seis gravações de boletins de ocorrência lavrados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, chegamos às seguintes considerações relevantes:

1. Constatamos a necessidade de entender melhor a maneira como outros conceitos relacionados ao tema, como por exemplo, CASAMENTO é estruturado pelas mulheres vítimas de violência conjugal;
2. Constatamos que o conceito CASA, enquanto estrutura física e abstrata que abriga a instituição matrimonial como cenário de pano de fundo prototípico, encontra-se subjacente em todos os depoimentos, demonstrando sua influência para a estruturação do conceito de CASAMENTO. Logo, o conceito CASA foi estendido para além do ambiente físico, sendo concebido também como centro familiar. Contudo, a partir do conceito CASA e por projeções e acarretamentos

metafóricos, outros conceitos mais abstratos são estruturados - como os conceitos CASAMENTO e FAMÍLIA. Apesar das especificidades de cada ofendida, e de cada violência sofrida, deduzimos, pelas projeções metafóricas, que a *casa* que abriga o casamento é símbolo de aconchego, família, proteção, cumplicidade, intimidade, privacidade, autonomia, estabilidade, apoio, assistência moral e material, logo, é a partir de CASA que surge o MCI de CASAMENTO;

3. Inferimos que essas queixas prestadas se estabeleçam para as vítimas como um sinal de rompimento com o MCI do CASAMENTO. Nossa ideia norteadora é que o modelo cognitivo idealizado de CASAMENTO serve como pano de fundo para a estruturação conceitual do conceito VIOLÊNCIA CONJUGAL pelas vítimas de violência conjugal.;
4. Verificamos, durante a pesquisa, que outros conceitos foram relacionados ao tema violência conjugal, tais como, CASA, CASAMENTO e MULHER e o modo como foram estruturados, modificados, reorganizados de acordo com as experiências arquivadas nas memórias das vítimas;
5. Partindo de uma análise de conceitos mais genéricos de CASAMENTO, esboçamos um MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA, que pressupõe a violação de um ou mais elementos do MCI de CASAMENTO: **Abrigo, proteção afetivo-emocional, Alicerce/apoio financeiro e material, Estabilidade afetivo-emocional, Privacidade, Conforto afetivo-emocional, Bem-estar psicológico e emocional e MCI de MULHER;**
6. Averiguamos que embora AGRESSÃO FÍSICA seja um submodelo metonímico prototípico e de FORÇA (FÍSICA) e servir como base pré-conceitual da categoria VIOLÊNCIA, a violação de elementos do MCI de CASAMENTO OCIDENTAL CONTEMPORÂNEO estruturam, em grande parte, os MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA. Dito de outra forma, há outras ações relacionadas às expectativas matrimoniais que, se rompidas, podem se configurar como elementos do MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA.
7. Desses elementos violados, detectamos que o elemento MARIDO NÃO PROTETOR foi o de maior incidência nos discursos das vítimas.

8. Constatamos que a ação **agressão física**, apesar de representar um dos elementos do MCI de VIOLÊNCIA CONJUGAL OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA destacados nos discursos dos sujeitos, não representou a mais prototípica delas.
9. A ação mais destacada nos relatos das vítimas, relacionada a atos de violência conjugal, foi **xingamento**, visto que todas as seis declarantes revelaram ter sido vítimas dessa prática.
10. A segunda ação de violência conjugal mais enfatizada nos relatos foi **Insegurança/ instabilidade emocional provocada nos filhos ou em outros membros da família**, denotando que a mulher não aceita quando o marido/companheiro também cause danos emocionais a membros de sua família.
11. O elemento **a predominância do eu não verdadeiro do marido/não melhora moral** também apresentou grande incidência nos discursos dos sujeitos. Cinco das seis mulheres queixaram-se que o comportamento do marido/companheiro não representava sua essência, seu verdadeiro caráter, ou seja, o eu verdadeiro do homem com a qual elas haviam se apaixonado. Esse fato confirma nossa constatação de que a violação de elementos do MCI de CASAMENTO representam atos de violência na concepção da mulher agredida pelo cônjuge.

A interpretação do ditado popular “ quem casa quer casa”, de modo geral, é a de que não é saudável para vida do casal viver na casa de familiares depois que se casem. O casal precisa viver sua vida sem a interferência de parentes. Viver com os pais ou familiares depois estar casado é ter que se submeter à vontade de outrem, sofrer interferências constantes, sem que o casal consiga gerenciar sua própria unidade familiar, ou seja, sua casa.

No entanto, o conceito subjacente a essa expressão, como levantamos anteriormente, mostra que FAMÍLIA É CASA, ou seja, quem se **casa**, forma uma família. Mostramos que o conceito de CASAMENTO é estruturado, pelo menos parcialmente, via o conceito CASA, que engloba, dentre outras características, estabilidade/física/afetivo-emocional. Em cada uma das vítimas, percebemos que vários elementos de CASAMENTO foram violados, evidenciando que as expectativas em relação a um casamento sólido, seguro, aconchegante, estável e feliz não foram alcançadas.

É evidente que a agressão física representa um elemento marcante e preocupante na vida conjugal de inúmeras mulheres, no entanto, nosso estudo deu indícios que há outros fatores conjugais que as machucam e as violentam tanto quanto a dor física.

Nossas constatações não podem ser generalizadas a outras mulheres em diferentes âmbitos geográficos e sócio-culturais, visto que se referem a uma determinada sociedade cearense formada por um determinado grupo de mulheres que procuraram a DEAM local, porém, entendemos que esse estudo representa um ponto de partida, do qual outras pesquisas poderão aparecer no sentido de expandir, validar ou refutar os posicionamentos que aqui trouxemos à baila.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. **Reflexões sobre violência doméstica**: algumas contribuições para (re) pensar a violência contra crianças, adolescentes e mulheres. 2005. p. 177-p. 183. Disponível em: <www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_historia/vol9n3/art3_sonia.pdf>. Acesso em: 29 set. 2009.

AMARAL, C. G. et al. **Dores invisíveis**: violência em delegacias da mulher no Nordeste. Fortaleza: Edições Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero – Redor, 2001.

ANDRIGHI (2003), **A violência doméstica contra a mulher**. Palestra proferida no Fórum Aberto de Discussão, Palmas, 23 de novembro de 2003. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/584> Acesso em: 24 de abril de 2010.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Trad. André Duarte. 1.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BARBOSA, A. W. de G.; CAVALCANTI, S. V. S. de F. **A constitucionalidade da Lei Maria da Penha**. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1497, 7 ago. 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/10249>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

BARDEN, J. Metaphor Database. Universidade de Birmingham. Disponível em <http://www.cs.bham.ac.uk/research/projects/attmeta/DatabankDCA/views/Emotional_Stability_Is_Balance.html> Acesso em: 20 de março de 2011.

BORSA, J.C.; FEIL, C.F. O papel da Mulher no Contexto Familiar: Uma breve Reflexão. In: *psicologia.com.pt*. v. 185. p. 1-12, 2008. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0419&area=d11>. Acesso em: 25 jan. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 15. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: RT, 2010. 269 p.

_____. Lei 11. 340.

BUENO, S. **Mini Dicionário da Língua Portuguesa Silveira Bueno**, São Paulo: FTD, 2007.

BUFACCHI, V. Two concepts of violence. **Political Studies Review**, Cork, v. 3, p. 193-204, mês 2005.

CARNEIRO, A. M. M. Elementos discursivos e Cognitivos para a qualificação no contexto a reestruturação produtiva. **Revista Educação Tecnologia**, Curitiba, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/edutec-ct/search/authors/view?firstName=Antônio&middleName=Marcos%20Muniz&lastName=Carneiro&affiliation=&country=BR>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

CHIAVEGATTO, V. C. Introdução à linguística. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, , jan. /jun. 2009.

CIENKI, A. Modelo cognitivos, idealized cognitive models and domains. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Ed.) **The handbook of cognitive linguistics**. Nova York: Oxford University Press, 2007.

D'Andrade, Roy G. Cultural meaning systems. In R. A. Shweder & R. LeVine (Eds.), **Culture theory: Essays on mind, self, and emotion** (pp. 88-119). Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984

D'ANDRADE, R.; STRAUSS, C. (Ed.) . **Human motives and cultural models**. New York: Cambridge University Press, 1992.

DIAS, T. R. **Práticas identitárias em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica**. 2007. 144f. Dissertação (Mestrado Lingüística, área de concentração Linguagem e Sociedade.) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DICIONÁRIO priberam da língua portuguesa. Disponível em:< <http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2011.

DIJK, T. A. V. Cognição, discurso e interação. 4.ed. Org. e apresentação de Ingedore Villaça Koch – 3. Ed. 207p.São Paulo: Contexto, 2000.

DIONÍSIO, A. P. Análise da conversação. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.) **Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 69-100

DUTTON, A. M; GOODMAN, A. L. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. **Sex Roles**, v. 52, n. 11-12, , jun. 2005.

EVANS, V.; GREEN, M. **Cognitive linguistics: an introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

FELTES, H. P. M. **Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2007.

FERREIRA, R. G. **A Hipótese de corporificação da língua: o caso de cabeça**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Eds.) **The Oxford handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GEERAERTS, D. **Cognitive linguistics: basic readings**. Berlim: Walter de Gruyter GmbH & Co, 2006a. (Cognitive linguistics research; 34)

_____. Methodology in cognitive linguistics. In: KRISTIANSEN, G. et al. (Ed.) **Cognitive linguistics: current applications and future perspectives**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006 b. p. 21-50

GIBBS, R. J. **Embodiement and cognitive science**. New York: Cambridge University Press, 2006

_____. (Ed.) . **The cambridge handbook of metaphor and thought**. New York: Cambridge University Press, 2008

GONZALEZ-MARQUEZ et al. An introduction to experimental methods for language researchers. In: GONZALEZ-MARQUEZ et al. (Ed.) **Methods in cognitive linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p. 53-86

GRADY, J. E. **Foundations of Meaning: primary metaphors and primary scenes**. Unpublished Phd. Dissertation. University of California. Berkeley, 1997.

HAEBERLE, E J. **Sex atlas new popular reference edition**. Nova York: The Continuum Publishing Company, 1983. Disponível em: <http://www2.hu-berlin.de/sexology/ATLAS_EN/html/forms_and_meanings_of_marriage.html>. Acesso em: 5 jan. 2011.

HEBECHE, L. “Não pense, veja!” Sobre a noção de “semelhanças de família” em Wittgenstein. **Veritas: Revista da Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, Rio Grande do Sul, v. 48, n. 1, p. 31-58, Novembro 2003. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/veja.pdf> Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

HOLLAND, D.; QUINN, N. **Cultural models in language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

IMBUSCH, P. “The Concept of Violence”. In: HEITMEYER, W.; HAGAN, J. (Ed.) . **International handbook of violence research**. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 13-40. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=MtBMeO2CjGQC&oi=fnd&pg=PA13&dq=IMBUSCH,+P.+“The+Concept+of+Violence&ots=aeeHNcr3sE&sig=1F4QUWxOU1aXr_V25M5luc7YpZI#v=onepage&q&f=false >. Acesso em: 03 de fevereiro de 2011

Infopedia Enciclopédia e Dicionários. Porto, 2003. Disponível em: < <http://www.infopedia.pt/> > Acesso em: 05 de março de 2011.

JOHNSON, M. **The Body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason**. Chicago, USA: Cambridge University Press, 1987.

JOHNSON, M. P. Conflict and control: gender symmetry and asymmetry in domestic violence. In: **Violence Against Women**, v. 12, n. 11, nov. 2006. . Disponível em: <<http://vaw.sagepub.com/cgi/content/abstract/12/11/1003>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

KÖVECSES, Z. **Metaphor and emotion: language, culture and body in human feeling**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. Metaphor and emotion. In: GIBBS, R. **The cambridge handbook of metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. **Metaphor: a practical introduction**. 2. ed: Oxford University Press, 2010

LAKOFF, G. **Women fire and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

_____. Moral politics: **what conservatives know that liberals don't**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

_____. **Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought**. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. London: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G. e JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh: The embodied mind and its challenge to western thought**. New York: Basic Books, 1999.

LIMA, P L C. Desejar é ter fome: Desejar e novas ideias sobre antigas metáforas conceituais. 1999. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Departamento de IEL, Unicamp, Campinas, 1999.

LIMA, P L C. A nova tipologia da metáfora (no prelo). Humanidades e Ciências Sociais (UECE), Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 17-26, 2003.

LINDBLOM, J. E.; ZIEMKE, T. Embodiment and social interaction: a cognitive science perspective. In: ZIEMKE, T.; ZLATEV, J.; FRANK, R. M. (Ed.) . **Body, language and mind, volume 1: embodiment**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p. 129–166

MACEDO, A. C. P. S. de. **Metáfora, empatia e a constante ameaça de violência urbana no Brasil 34**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, [2009]. CNPq (Edital nº. 02/2009/ Proposta de Projeto de Pesquisa Científica) .

_____. Cognição e linguística. In MACEDO, A. C. P. S. de; FELTES, H. P. de M; FARIAS, E. M. P. (Org.) . **Cognição e Linguística: Territórios, Mapeamentos e Percursos**. 1 ed. Porto Alegre, Caxias do Sul: EDPUCRS, EDUCS, 2008, v. 1, p. 127-165.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Atica, 1998

MARMARIDOU, S. A. **Pragmatic meaning and cognition**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2000.

MARTINEZ, S.D.T.(Apresentação Oral) **Violência Institucional**: Violação dos Direitos Humanos da Mulher. Palestra realizada no II Fórum de Violência contra a mulher/Presidente Prudente em 21/11/2008. Disponível em: <http://www.recriaprudente.org.br/abre_artigo.asp?c=16> Acesso em: 10 de fevereiro de 2011.

MITTELBERG, I. et al. They actually said that? An introduction to working with usage data through discourse and corpus analysis. In: GONZALEZ-MARQUEZ et al. (Ed.) . **Methods in cognitive linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 2006b. p. 19-52

MOTA J. R. A, 2006. Alguns Aspectos que diferenciam a União Estável do Casamento. Disponível em: <<http://www.recivil.com.br/preciviladm/modulos/artigos/documentos/Artigo%20ALGUNS%20ASPECTOS%20QUE%20DIFERENCIAM%20A%20UNIÃO%20ESTÁVEL%20DO%20CASAMENTO.pdf>> Acesso em: 13 de janeiro de 2011.

PARRILLO, V.N. (ed.), Encyclopedia of Social Problems.Thousand Oaks, CA: Sage, 2008. Disponível em <www.library.nu> Acesso em: 10 de fev. de 2011.

PIMENTEL, S.; PIOVESAN, F. **Lei Maria da Penha**: inconstitucional não é lei, mas a ausência dela. 2007. Disponível em: < http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/adm/uploads/anexos/artigo_Lei_Maria_da_Penha.pdf>. Acesso em: 23 out. 2010.

PINTO, D. S. S. A pesquisa etnográfica e sua importância para os estudos de aquisição de língua estrangeira. **Revista de estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 125-134, jan. /jun. 1998

QUEIROZ, F. M. **Lei Maria da Penha**: gênero; violência contra a mulher: fazendo gênero. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, 2008. Disponível em: <http://www.fazendo.genero8.ufsc.br/sts/ST11/Fernanda_Marques_de_Queiroz_11.pdf>. Acesso em: 23 out. 2009.

QUINN, N. Research on shared task solution. In: STRAUSS, C.; QUINN, N. **A. Cognitive theory of cultural meanings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 137-188.

ROCHA, R. **Minidicário Ruth Rocha**. São Paulo: Scipione, 2001.

ROWE, C. J. **Plato, Phaedo (Cambridge greek and latin classics)** . Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

SAEED, J.I. **Semantics**.(2ed). Malden, Oford, Melborne, Berlim: Blackwell Publishing, Ltd, 2003. Disponível em :< http://books.google.com/books?id=K1p4Kz_FD5cC&pg=PA356&dq=force+schema+compulsion&hl=en&ei=6WGGTcvyM6Wx0QH0mS_CA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCYQ6AEwAA#v=onepage&q=%20compulsion&f=false> Acesso em: 10 de março de 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 1ª Reimpressão. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2004.

SANTOS, Bianca Bravo de Oliveira. **Breve análise a respeito da coabitação como requisito para o reconhecimento da união estável**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, 1

nov. 2002. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3539>> Acesso em: 20 jan. 2011.

SCHELD, S.G. Estudio Contrastivo de los campos metafóricos en alemán y español. Una aportación a La Semântica Cognitiva.(Tese de Dotourado). Universidad de Valladolid. Facultad de Filosofia y Letras. Departamento de Lengua y Literatura Inglesa e Alemana, 2000.

SILVA, A. C. L. F. **Fazendo gênero e rompendo fronteiras: gênero, idade média e interdisciplinaridade**. ST 50: fazendo gênero e rompendo fronteiras: gênero, idade média e interdisciplinaridade. ST 50. Florianópolis: Universidade Federal Santa Catarina, 2006.

SILVA, A. S. **Linguagem, cultura e cognição, ou a linguística cognitiva**. In: SILVA, A. S.; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (Org.) . **Linguagem, cultura e cognição: Estudos de linguística cognitiva**. Coimbra: ALmedina, 2004. v. 1. p. 1-18.

SOUSA, F. C. O que é linguística cognitiva?. **Revista Entretextos**, 2007.

SOUZA, L. V.; RISTUM, M. Relatos de violência, concepções de violência e práticas escolares de professoras: em busca de relações. **Paideia (Ribeirao Preto)**, Ribeirão Preto, SP, v. 15, n. 32, p. 377-385, outubro,2005.

STRAUSS, C.; QUINN, N. **A Cognitive theory of cultural meaning**. Washington D. C: Publications of the Society for Psychological Anthropology, 1997.

SWEETSER, E. Looking at space to study mental spaces: co-speech gesture as crucial data source in cognitive linguistics. In: GONZALEZ-MARQUEZ et al. (Ed.) **Methods in Cognitive Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p. 201-224.

TISSARI, H. Conceptualizing shame: investigating uses of the english word shame, 1418—1991. In: MCCONCHIE, R. W. et al. (Ed.) . **Selected proceedings of the 2005 symposium on new approaches in english historical lexis (HEL-LEX)** . Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2006. Disponível em: <<http://www.lingref.com/cpp/hel-lex/2005/paper1355.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2010.

TYLER, A.; KIM, Y.; TAKADA, M. (Ed.) . **Language in context of use: discourse and cognitive approaches to language**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.) . **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

WAUGH, L. R. et al. Multiple empirical approaches to a complex analysis of discourse. In: GONZALEZ-MARQUEZ et al. (Ed.) . **Methods in cognitive linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p. 120-148

WESTERMARCK. E. **The history of human marriage**. Nabu Press, 2010. v. 2.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO

Sou **Kaline Girão Jamison**, aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, estou desenvolvendo uma pesquisa sobre violência doméstica na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, venho solicitar, por meio deste documento, seu consentimento para colaborar no desenvolvimento da pesquisa intitulada: *Quem Casa Quer Casa: Conceitualização e Categorização de violência por mulheres vítimas de violência conjugal* que tem como objetivo principal verificar a maneira como a violência é conceitualizada e categorizada por mulheres vítimas de violência conjugal.

Não será utilizado qualquer tipo de questionário nem haverá nenhuma espécie de direcionamento de seu dizer. As informações gravadas nos atendimentos serão utilizadas somente para os objetivos da pesquisa. A senhora terá inteira liberdade de desistir a qualquer momento de participar desse processo. As informações ficarão em sigilo e seu anonimato será preservado. De nenhum modo, a pesquisa lhe trará prejuízo, nem financeiro, nem psíquico. Sua participação será de extrema importância para o processo da pesquisa.

Em caso de mais algum esclarecimento entrar em contato com a pesquisadora responsável nos telefones abaixo:

Kaline Girão Jamison

Tel. 8602-0522

Dados do entrevistado:

Nome:

Endereço:

Telefone para contato:

Data de nascimento:

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Declaro que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar da pesquisa.

Fortaleza, _____ de _____ de _____

Assinatura do entrevistado

Assinatura do pesquisador

Transcrição do depoimento da vítima 1

V1- Aí né.. vai fazer um mês e:: oito dias que ele me bateu fico tontinha da minha cabeça ((incompreenssível)) assim ((mostrando olhos))e meus filhos ficam roxo né. Aí eu fui /botei ele pra fora e ele agora tá me des/me ameaçando ((incompreenssível)) de bater na minha porta de noite..

[

E1: Ele a ameaça de morte... senhora? Diz que vai lhe matar... lhe pegar... o que que ele diz?

V1- Aliás... no dia que eu cheguei ... que eu fui na porta dele ((incompreenssível)) né... ele tava com um facão enferrujado e disse que quando chegasse ia me matar. Aí o que eu fiz... passei a noite todinha sem conseguir dormir né... com medo dele me matar. Aí quando ele... dormiu assim um pouquinho né eu peguei o facão e tirei escondido.

E1: E ele tá dentro de casa... senhora?

V1- Não... já botei ele pra fora né... Aí quando foi no outro dia de manhã... peguei as coisas dele né e botei na casa de um amigo dele... Agora ele fica me perturbando... que:: eu/a eu tenho uma menina de treze anos que tava com duas vezes antes de ontem... que a menina saiu e ele pega a menina de surpresa...bate nas costas da menina... ((incompreenssível))enche a menina de mãozada..

E1: Mas só o que ela faz COM A SENHORA..

V1: Sim... aí... ele agora... eu:: eu:: eu tenho duas casas... aí ele quer tomar minhas duas casas né. Porque uma eu já passei pra minha filha que é casada né e tô na MINHA. E agora ele disse que vai:: ele é casado no civil né e que vai tomar a minha casa: e eu não posso fazer ((incompreenssível)) separação.. aí eu quero um BO pra mim..

[**E1:** Ele lhe xinga senhora?

V1: Xi::nga.. Xinga demais...

E1: Quando foi a última vez que ele lhe xingou e lhe ameaçou?

V1: Pronto... ontem mesmo eu fui lá pro... o menino me chamou... fui lá no doze aqui do conjunto Ceará né:: eu moro no Genibaú e aí ele deu parte de mim::pra contar lá... o que ele tava sentindo né..

[**ES:** Não... eu quero saber quando foi a última vez que ele lhe ameaçou e que ele lhe xingou.

V1: Pronto... fo::i... deixa eu ver... fo::i... amanhã vai fazer um mês e:: um mês e quinze dias que eu fui espancada e que ele me xingou: depois que ele saiu fora não.. Ficou me ameaçando só de:: de palavra mesmo né... Mas que eu fui espancada ...vai fazer um mês e:: e quinze dias ..

E1: Não ...mas...certo...desse um mês e quinze dias pra cá ...

V1: Todo dia ele xinga... Todo dia ele xinga.

E1: [E ele lhe ameaça : também?

V1: Ameaça... todo dia ele xinga... vai na minha porta... bater na minha porta ((incompreenssível))

E1: [E ele lhe ameaça dizendo o que? Que vai lhe matar...que vai lhe pegar...o que é?

[**V1:** Sim...que vai me matar.... que vai me matar...

E1: Quando foi a última vez que ele fez isso?

V1: Quando fo::i ...foi antes de:: on/ antonte ...que fez à noite ...que ele falou

E1: Foi ontem?

V1: Antonte....antes de ontem.

E1: Que horas mais ou menos?

V1: À noite...Lá pras:: nove horas da noite...Aí eu não entendo mais não mulher viver sofrendo... eu vivo/nervosa/com medo/

[

E1: Qual o endereço da senhora?

V1: Rua São Mateus 402.

E1: São Mateus..

V1: 402.

E1: 402 ou 412?

V1: DOIS... No dia que: aconteceu isso: mandaram eu vir pra cá e eu com medo né:: que eu num quero /não queria justiça não... queria mesmo era a justiça de Deus..

[**E1:** Qual o bairro?

V1: Genibaú. Mas agora eu tenho que tomar uma providência porque:...vou]

E1: Ele a ameaça/no meio da rua né? ((incompreensível))

V1: [Si:::m : no meio da rua : me esculhamba no meio da rua: me esculhamba. ((incompreensível)) morro de vergonha: que eu sou uma pessoa... que não gosto de: de escândalo. Gosto de escândalo não. Eu vivo dentro da minha casa com a minha meni/ da minha casa... aí me esculhamba]

Es: Me arranja sua identidade: senhora.

((pausa de 30 segundos no momento em que a escritã digitava dados do RG da vítima))

V1: ((palavras embrulhadas... inteligível)) ((...)) vivo nervosa... agora tô até com medo de deixar minha filha assim : sair assim à noite né: Que ela tem as amiguinhas dela: que é:: eu tô com medo: agora. Ontem me deu uma vontade de sair de dizer assim umas coisa: mas eu digo: mas eu num vou não ((inteligível)) boto pra Deus.

E1: É próximo ao mercantil Caena é?

V1: É:

E1: A senhora tem telefone: tem?

V1: Mulhe::r tenho um celular que deu... mas eu não sei decorado... Vê /se/ acho que tem anotado não ? ((nesse momento a vítima entrega seu celular à escritã e a pede que verifique seu o número))Tava anotado... Tem não ...anotado o celular? Veja aí ...((incompreensível))

E1: Tá desligado senhora... Deixa sem telefone mesmo.

V1: Ia botar pra carregar ontem e esqueci.. Aí: tá aqui: eu trouxe até o papel do registro pra senhora ver. ((nesse momento... tira da bolsa o registro do casamento e mostra-o à escritã))

E1: Quando foi que a senhora casou?

V1: Tá aqui.. ((mostra que a data está no papel))

E1: Foi ano PASSADO. ((escritã demonstra surpresa ao verificar que o casamento era recente))Como é que depois disso TUDO a senhora ainda se casa?

V1: Sei lá/ mulher/eu/ acho que/ que eu sou/porque eu tenho eu sou/tem os mormons né... tem os missionários sabe? Que ajeita assim... o casamento pra gente né... Aí que /que queriam nossa felicidade né... que a gente era ju::nto... era amigável né e queria:: que a gente tivesse uma vida melhor né::

E1: Os mormons?

V1: Sim... os mormons.

E1: Aí eles..eles que / que pediram?

V1: Nã::o... eles que foram mais nós: mais e::u:: nós / e eles/ teve testemunha: teve testemunha... foi.. foi mara/foi coisado né..

Es: Foi um conto de fadas né?

V1: Fo::i... Aí eu achando que eu fosse:: mudar a minha vida: foi foi PIOR. Acho que eu fiz foi me sujar cada vez mais...

E1: Foi o quê?

V1: Acho que eu fiz foi me sujar cada vez mais... ((sorriso))Me sujar: assim... sabe: entendeu? Me sujar.. assim... minha vida.. Mulher que eu sou uma pesso::a ... que não gosto de ...

E1: [A senhora conviveu com ele quanto tempo: antes do casamento?

V1: Vai fazer : vai fazer dezesseis anos. Porque minha menina que eu tenho com ele vai fazer dezesseis lá pra janeiro né... São dezesseis anos de sofrimento. Mulher: eu vivo assim nervosa: vivo nervosa. O pior é que eu tenho problema de nervo né ; aí eu fico toda me tremendo.. As vezes... não vou mentir não: doutora... as vezes que ele partia pra cima de mim ((palavras embrulhadas))

EO: As vezes faz o que?

((A vítima olhava pra mim ao falar e nesse momento... percebi que ela havia falado algo espontâneo... que eu não havia compreendido devido à rapidez ao falar e falta de clareza nas palavras. Ao observar que a escritã pouco mostrava em escutar o que a vítima desabafava... tomei a iniciativa de pedir que repetisse sua última frase))

V1: As vezes que ele partia pra cima de mim num apanhava só não... apanhava não...

E1: A senhora tem quantos filhos?

V1: Dois. Uma de 13 e outra de 16.

E1: Dois filhos.. menores?

V1: Uma vai fazer 13 e a outra 16.

E1: Ele ingere bebida alcoólica.. usa droga senhora?

V1: NÃO... só bebe direto...é::: direto.

E1: Chama ele de João é... senhora?

V1: Chama ele de Seu João... O nome dele... ele se chama João...mas chamam ele de seu João...

E1: É diário é? Ele bebe todo dia?

V1: TODO dia. Todo dia ele bebe...

E1: Onde é que ele arranja dinheiro senhora?

V1: Bom...pra beber minha filha não falta/ não falta quem dê... Pra dar um prato de comida não tem quem dê não...mas uma bebida né...

E1: Quando foi que a senhora se separou dele?

V1: Foi sexta-fei/ deixa eu ver/vai/ amanhã vai fazer:: mês e quinze dias que eu me separei dele...

E1: A senhora se separou por causa dessa surra que ele lhe deu: foi?

V1: Por causa da:/ foi/ foi sim... por causa da surra que eu não vou viver... pra viver também viver apanhando... viver no que é meu e viver apanhando ... sem dar nada dentro de casa... Ainda viver dependendo da minha vida dentro de casa...quem resolve tudo é eu... tudo é eu. E ainda é me dando/esculhambando me..

E1: [Ele é um senhor é... senhora?

V1: É.. 63 anos.. Fez agora.. 63 anos...

E1: Aí desde quando a senhora se separou ele fica todo tempo lhe perturbando é?

V1: Todo tempo me perturbando.. Um dia desses ele tava... ele tava lá na minha menina e ele mandou uma senhora me chamar que queria falar comigo... queria tratar de uma coisa

comigo.. doido pra voltar: né? Aí eu disse... mulher diz pra ele que eu não quero/ não tenho mais nada pra falar com ele não.. “Mulher vai mulher; ele tá te chamando.. faz isso não..” Pois vai: mulher... que que quando eu terminar de jantar... Aí eu...eu vou conversar... mas só como amigo...Aí quando eu cheguei lá ele tava lá me esperando ... “anda minha filha: me dá um BEIJO...” Rapaz tem vergonha nessa tua cara macho. Depois que tu faz tu faz isso comigo ainda vem me pedir .. beijo... Ele gosta de mim mulher ((sorriso)) é sem-vergonhice @@@@

Es: Ele lhe chama de que senhora? Pode dizer....

V1: Sim... é rapariga... é bandida.. Mulher... ele tem ciúme até onde eu coloco o lixo... diz que eu tô botando é ...é ma-macumba dentro do lixo.. É:: Um ciú::me:se a senhora ver.. [sic]

E1: É rapariga...bandida... diga só mais uma..

V1: Sim... bandida... bandida..

E1: Vagabunda ele lhe chama?

V1: Sim.... CACHORRA sem-vergonha... TUDO ele me chama. Eu tenho problema eu tenho dois vizinho lá meu... que aliás que... é:: até a minha vizinha lá que aí...tem noite lá que os pobre não consegue dormir ele perturbando ... fazendo zuada me esculhambando... Me diz/ disse depois da gente se separar... falou das/ das minhas parte íntima no meio da rua..

E1: Ave- Maria!

V1: Fala.. o homem.... o homem É TRISTE!... Quero mais não ó... E já tem mais... já arranjei outra pessoa já pra mim já/ já arranjei outra pessoa...

E1: A senhora tá com OUTRO?

V1: Arranjei...arranjei

[[

Es: Ô bicha danada viu! ((sorriso)) Mas esse não bebe não né?

V1: Não... E outra... que foi ex-namorado meu do tempo de solteira... Veio bater na minha porta... soube que eu tava separada né.. Tô com ele e vou ficar com ele...

E1: E ele tá morando com a senhora?

V1: Não... por que é assim/ que ele trabalha né... ((fungado))

E1: O outro vai endoidar viu?

V1: Mulher... porque o pior é que tá mesmo ó mulher@@@ Mas aí...tem noite que ele dorme... tem noite que ele não dorme né....Tá perturbadinho o pobre..

E1: Não leve ele pra casa da senhora agora não viu...se não vai te::r

V1: [[NÃO... não levo/ vou levar não... Vou deixar no que tá mesmo]

E1: Deixa...deixa as coisas se acalmarem mais...

V1: Aí né.....

[

E1: Sim... me diga só uma coisa. Ele lhe ameaça de morte... ele diz o que... vou te matar: o que que ele fala?

V1: Diz enquanto que eu não te matar eu não sossego. ((engrossa a voz)) Quero ver teu fim... diz quero ver teu fim. ...

E1: enquanto eu não te matar.. ((repetindo ao digitar))

V1: Vou tomar tudo que é teu: essas tuas casas que é... tá no teu nome ...enquanto eu não tomar eu não sossego...

E1: E::u nã::o sossego ((repete ao digitar))

V1: Aí outra coisa também... eu não vou mentir doutora ...Quando ele parte pra cima de mim eu não apanho só não... vou em cima TAMBÉM...

E1: [[É... como é hein? Enquanto eu não te matar eu não sossego:::

V1: Quando ele/ ele partia de cima de mim pra me agredir né... eu não: apanho só não ((inteligível)) eu já apanhei muito sozinha... mas agora... apanho mais nada...

E1: Sim... e a senhora quer o que que a senhora quer?

V1: Eu quero o BO

[

E1: A senhora quer que ele seja chamado aqui?

V1: Nã::o: de/deixa só:: só]

E1: Só o BO?

V1: Só o BO... vai vir fazer o documento da:: como é:: fazer a separação né.. da: que tava até a mulher hoje que vem uma hora de uma audiência pra mim resolver né só falta mesmo o BO. E eu quero lá pra mim receber né: pra não não ter direito do que é MEU : entendeu? Deixa lá no que tá mesmo eu:: a dotoura Ângela ((inteligível))]

Es: A senhora não quer que ele seja chamado : não quer nada não: né?

V1: Não: não. ...Eu quero é paz. Eu quero mesmo é livrar o que é meu... Já fui... já fui ontem ((inteligível)) com a minha filha..

Es: A sua filha sabe desse... desse seu namorado?

V1: Tão ... ((inteligível)) Elas dão o maior valor a ele...

E1: A::i é...?

V1: É... é...

E1: @@@ Então tá bom demais...

Transcrição do depoimento da vítima 2

E2 : Diga... o que foi que aconteceu?

V2: É porque toda vida que ele bebe: ele pega uma barra de ferro pra agredir a gente.

E2: A senhora e quem?

V2: Eu e meus filho...

E2: Qual foi a última vez que ele fez isso?

V2: Foi terça-feira... Ele bebeu e:: pegou uma barra de ferro... e começou a quebrar a grade da casa... Mas antes ele já havia feito várias coisas sabe? Essa não é a primeira vez que eu venho pra cá...

E2: Das outras vezes...a senhora fez o que ...Só o BO?

V2: Fiz um BO e mandaram ele ir pra:: uma delegacia que tem pra ali.... que eu não sei ... perto do vinte e três... Eu não sei

[

E2: Uma delegacia? Não foi o juizado não?

V2: Acho que foi...

E2: A senhora já pediu medida protetiva?

V2: Como é medida protetiva?

E2: É a determinação que manda ele sair de casa...

V2: já:: Isso aí já fizeram não sei quantas vezes. Ele não sai nã:o...Ele sai... e passa um:: passa dois dias e volta de novo...

E2: Ai é:::?

V2: É...E começa tudo de novo.... Bebida... quebrando tudo... querendo matar a gente...

E2: E a senhora nunca chamou a polícia: não?

V2: Já chamei: chamei a ronda anteontem. Aí a Ronda foi disse que ele tinha que ENTRAR porque ele morava lá: aí eu diss

[[

E2: Mas: a senhora mostrou o papel?

V2: Eu não...

[[

E2: mostrou não né?

V2:eu não sei: porque eu : quando eu: da outra vez: mandaram eu ir pra CAPES e eu tomei muito remédio controlado: que eu tava com DEPRESSÃO: aí eu não sei onde eu coloquei esses papéis.

E2: Ah::: ... E o que que a senhora deseja AGORA?

V2: Eu queria que ele fosse chamado de novo: ou saísse de casa:porque eu vou fazer um tratamento de iodo no dia 3 ou no dia 4... e::: lá/ eu não posso ficar:: é::: é::: tendo raiva: né? Que eu já tô com esse problema devido:: ele viver com agressão...

E2: Certo.... Tem que olhar se tem medida protetiva da senhora né?

V2: Un-hun...

E2: A senhora não tem nenhum papel: não? das vezes que a senhora veio aqui?

V2: Eu tenho: mas eu não sei:: onde coloquei. Eu procurei pra trazer pra cá e eu não encontrei...

E2: Nesse dia aí: da da briga... ele não/não bateu não: só fez ameaçar né?

V2: Terça-feira: agora? Ele/ele quebrou um pedaço da grade com um: um pedaço de ferro: aí eu chamei a Ronda e a Ronda quando chegou: ele tinha escondido o ferro lá perto dum carro que ele tem assim no jardim.

E2: Foi terça-feira que horas? ((nesse momento ... o telefone celular da escritã alerta para uma mensagem de texto recebida))

V2: Terça-feira... foi be:::m... duas e meia pras três horas. ...

E2: Da tarde?

V2: Sim...

E2: Qual o endereço lá?

V2: Rua oito...:casa setenta :Conjunto Mirassol.

E2: Esse Conjunto Mirassol é aonde?

V2: É:: fica:: entre Serrinha e Passaré... Fica perto do Colégio Marister 2...Não tem a prefeitura...: na Dedé Brasil? Aí tem uma entrada:: é lá... pra ir pra esse conjunto....

V2: Qual é o bairr/outro bairro que/ quando vai / vai as/ as: as coisas do endereço...vai em que bairro?

E2: Pera aí::: deixa eu ver aqui... ((retira papel de dentro da bolsa e entrega para a escritã))

V2: Tem esse aqui... que é da Coelce..

E2: Serrinha....

V2: E tem esse outro aqui que é da::: Cagece.Porque uns bota Itaperi... outros bota Passaré e eu não sei dizer qual é o certo....

((passam-se 40 segundos enquanto a vítima examina o endereço))

E2: Identidade da senhora...

((Vítima entrega identidade e as duas permanecem em silêncio por 1 minuto))

Es: Esse endereço Nova Conquista ... a senhora não mora mais não... né?

V2: Nova Conquista? Não sei nem onde é isso...

E2: Mirassol...tá certo. ...Qual foi a última vez que a senhora veio?

V2: Aqui? ... Eu acho que tá com::: mais de ano que eu vi né...

E2: A senhora já trouxe testemunha... alguma coisa assim: aqui?

V2: Não: quando eu saí daqui mandaram eu pra aquele outro perto do vinte e três: pra ser resolvido lá... E lá: mandaram eu ir pro CAPES...

E2: Certo...A senhora recebeu na sua casa: alguma vez: naquela época: algum documento mandando ele sair de casa?

V2: Recebi.

E2: Aí ele não saiu...

V2: Não: disse que saia e não saiu. Ó::: quando/quando eu:: eu dei parte aqui: fui lá pro o outro: me deram uma guia pra mim fazer um tratamento. Foi em 2008.

E2: A senhora é casada com ele ou vive]

V2: Sou casada com ele

E2: O nome dele completo?

V2: Ailson Correia da Silva

E2: Os filhos que a senhora tem com ele: tem algum menor de idade?

V2: Tem um que tá com:: não sei se tá com 21 ou 22...

E2: E ele faz isso quando bebe é?

V2: É::

E2: Terça- feira: ele tava bêbado?

V2: Tava

E2: ele saiu e chegou bebado... foi?

V2: Ele saiu de manhã cedinho pra ir pra vacaria : que ele tem umas vcas; aí quando ele/quando ele retornou...

E2: do trabalho: né?

V2: Nã/não: não é o trabalho dele não é esse. O trabalho dele é na/ na REFESA: só que ele tá de ferias: aí foi pra essa vacaria... Sempre quando ele vai pra lá que volta ..é assim.... embriagado...

E2: Ele chegou bêbado...

V2: Un-hun...

E2: ... querendo bater... como é que foi?

V2: É...

E2: Me conte aí detalhes...

V2: quando ele chegou: ele foi pra:: assim: pra de trás da casa... né... aí... chegou uma moto: um homem que vinha trocar a vela do filtro... Aí o home/eu pelejei pra ligar pra esse homem pra ele não vir... porque no dia que ele bebe não pode chegar ninguém lá em casa que ele bota pra fora...

E2: hã...

V2: Eu não consegui ligar pra esse homem...o homem não tinha telefone nem nada. ...Aí ... quando esse homem chegou que colocou a moto no portão: que entrou: aí ele saiu de trás da casa: já com uma barra de ferro. Aí o homem tava lá pra dentro trocando a vela: aí : a janela tava aberta: ele olhou e disse assim: ele vai quebrar a minha moto : eu vou correr pra lá. Eu disse: mas : meu senhor: não posso abrir o portão : porque ele entra e quebra tudo e eu tenho uma mãe de 105 ano que vive deitada na area... É inválida: não anda: não fala: sabe?

A aí o rapaz da vela disse assim::: meu senhor: tenha pena dela: que ela tá com uma senhora de cento e tantos anos: que ela tá com uma snehora: se ele entrar: ele vai fazer um absurdo aqui dentro... Aí foi/ foi? O homem disse assim... e quem é VOCÊ? Aí ele disse: eu sou o:: o :: funcionário da Roquem que vim trocar a vela do filtro. Aí: foi/ foi que eles pegaram: botaram eles pra fora: e o homem saiu pra/prá ir ficar coma moto porque ele ia quebrar taambém até a moto do homem... ((fungado))

E2: E aí: ele ameaçou a senhora: com essa barra de ferro?

V2: Ele/ele toda vida ele me ameaça...

E2: Não: nesse dia: como é que foi...

Ele tava querendo quebrar o portão pra entrar: pra fazer o quê?

V2: Pra quebrar tudo dentro de casa. Porque toda vida que ele entra: ele quebra tudo. ...((demonstra frustração)) e bate na gente e tudo...

E2: E ele falava o quê?

V2: Eu não/não entendo o que ele fala... Ele diz nome: diz muita coisa feia: não respeita a gente... e eu com medo que ele fosse fazer alguma coisa com a minha mãe: não deixei ele entrar.

E2: Ele ameaçou a senhora?

V2: Sempre ele ameaça...

Es: Terça-feira... ele ameaçou a senhora?

V2: Ele quebrou só o pedaço da grade...

E2: Mas... ele falou nada... não?

V2: Ele fala... mas eu não entendo... ele tá embriagado e não dá pra mim entender o que ele diz não...((demonstra frustração))

E2: Mas ele/ ele nessas coisas que ele diz... ele diz que ia fazer alguma coisa com a senhora?

V2: Sempre ele diz... que quando entrar... ele me pega...

E2: Ele disse terça-feira?

V2: Terça-feira eu não ouvi ele dizer... mas ele... pelo que ele tava querendo...se ele entrasse... ele... destruía tudo. Que o costume dele é entrar e quebrar tudo...

Esse meu filho já tá até com depressão por conta disso...

(E2crivã digita informação)

E2... Certo. Vou marcar audiência... viu? Vou marcar uma audiência aqui... se ele não se ajeitar com nessa audiência... aí a senhora vem... eu faço a medida protetiva de novo trago testemunha faço o processo contra ele pra ele sair de casa viu?

V2: Tá certo...

((27 segundos de pausa... enquanto a escritã digita))

v2: Eu já pedi muito pra ele deixar de beber... ele não deixa... continua do mesmo jeito.. Aí é difícil a gente tá numa velhice sofrendo desse jeito... né? ((40 segundos passam... escritã conversa com a colega))

Transcrição do depoimento da vítima 3

(...)

E1: Ele é o que seu?

V3: Ex- marido.

E1: E o que é que ele faz?

V3: Ele me ameaça... diz que vai me matar... fica me esculhambando no meio da rua... me chamando de quenga... de rapariga. Não deixa eu arrumar nem uma pessoa... quando eu arrumo uma pessoa ele eu fica...atrás ...perseguido... diz que vai me matar. Ontem mesmo ele colocou duas/ dois vagabundo dentro de um carro... atrás do/ da pessoa que eu tô pra dizer que quer matar. Aí eu fui lá na casa dele e ele foi e disse... se você quiser dar parte de mim... pode ir... que eu não tenho medo não... (aumenta o tom de voz para dar ênfase à frase e à maneira como foi dita) Aí começou a me esculhambar no meio da rua.

E1: Quando foi isso?

V3: Ontem

E1: Que horas... mais ou menos?

V3: 10 e meia

E1: da noite?

V3: da noite ((fala baixo))

E1: onde foi?

V3: Foi lá em frente à casa dele...

E1: Qual o endereço?

V3: Rua Uruguai ...790

E1: Bairro?

V3: Panamericano

E1: Foi no meio da rua ou foi dentro da casa dele?

V3: Foi no MEIO da rua

E1: Fica próximo a quê... a casa dele?

V3: Próximo ao supermercado Pinheiro

E1: Aí tu quer o que... que ele seja chamado aqui ... é?

V3: É.. Agora pra tomar medida protetiva.

E1: Tu sabe o nome da mãe dele?

V3: Sei.. Pera aí.. Tenho que ver dentro da minha bolsa. É Eliane...

E1: Pra adivinhar... não dá não.. Me dá aí só tua identidade.

(15 s – a vítima procura

V3: Não tenho aqui ... Tem não aqui...

E1: Só posso pedir a medida protetiva se tiver o nome da mãe dele... viu?

V3: O nome da mãe dele *todin...* é? ((Escrivã confirma coma cabeça)) Aí enquanto isso... ele vai só ser chamado aqui é?

E1: Não... Se tu trazer o nome da mãe daqui pra amanhã ... tu traz e eu faço a medida amanhã. Faço o BO hoje... ((Nesse momento... a escritã dirige-se a mim para esclarecer a razão da exigência do nome da mãe do agressor))

Porque... teve muito problema aqui com homônimos e você acaba/va botando... sujando o nome de uma pessoa quando na verdade era outra. Aí a gente/era... era um problema seríssimo... Aí agora a gente só faz se tiver o nome da mãe pra não acontecer esse problema.....Porque o prejuízo que a outra pessoa causa? Que causa pra outra pessoa? Vai ficar com o nome sujo... antecedentes criminais... pode ser presa a pessoa... ((Dirige-se novamente à vítima e dá prosseguimento às perguntas)) Qual teu endereço? Rua Rio Grande do Norte 772?

V3: É...

E1: Fica próxima a que... a tua casa?

V3: Fica próxima fábrica Stop-jeans...

E1: Fábrica o que?

V3: Stop-Jeans

E1: Teu telefone... qual é?

V3: 88619090

E1: Só tem esse é... tem fixo não? ((demonstra certa irritação por ter recebido um número de celular))

V3: Tenho o do meu trabalho...

E1: Diz...

V3: É::: 3290-0328

E1:É própria ou alugada... a tua casa?

V3: É própria

E1: Tu era casada ou só conviveu?

V3:Só convivi 5 anos

E1: tem filhos?

V3: Tenho 1... tem 3 anos.

E1: Qual é o nome dele?

V3: Antonio

E1: Todo

V3: Antonio Sousa Costa.

E1: É Antonio?

V3: É o nome do meu filho?

E1: Não...

V3: É Alberto Pereira Costa.

E1: É Roberto?

V3: ALBERTO.

E1: Não ... é porque eu tô “moquinha”...

V3: É Alberto Pereira Costa.

E1: Tu tinha QUINZE anos... era?

((vítima confirma com a cabeça a idade que teve o filho))

E1: Com quinze anos eu ainda brincava de boneca...((escrivã digita informações))

Como é o nome dele?

V3: Antonio Sousa Costa

E1: Quantos anos?

V3: 3

E1: Separada faz quanto tempo?

V3: Cinco meses

E1: Aí ele fica te perturbando desde/

]

V3: É:::Perturbando... ameaçando que vai me matar... vai mandar me matar... fica me esculhambando... no meio da rua... aonde ele me vê... me esculhamba...

E1: Ele usa droga?

V3: Não... nem usa droga nem bebe:: É namorada dele ligando pra mim... perguntando se eu ainda tenho alguma coisa com ele... me esculhambando...

E1: Ele diz o que? Que vai te matar?

V3: É... Que vai me matar... que se me pegar na moto com alguém... vai mandar me derrubar... que vai mandar me matar... vai me dar uma pisa...Que ele pegar me

((inteligível))com alguém ... vai dar uma surra na pessoa e em mim... Diz que eu não posso andar com meu namorado na moto e com o filho dele. Porque o filho é dele e não pode... se vê vai me derrubar.]

E1: Aí ele diz vou te matar?

V3: Foi ...

E1: Que mais?

V3: Aí me esculhambou no meio da rua....me chamou de quenga... de vagabunda... vive me chamando de arrombada...

E1: Rapariga..

V3: Foi....

E1: Que mais? Diz só mais uma...

V3: Só isso..arrombada... quenga... rapariga ...

((escrivã digita informações por 1 min e 5 s))

E1: Amanhã tu vem ... viu?

V3: Tá bom...Pode vir a partir de que horas?

E1: Amanhã. Qualquer pessoa pede...

V3: Un-hun...

E1: Tu quer representar? Tu quer continuar... né? Quer que ele seja processado... né::?

V3: É:::....

E1: Amanhã quando tu trazer o nome da mãe dele... tu traz também o nome de duas testemunhas... viu?

V3: Certo

E1: Porque vai precisar...Aí tu traz logo AMANHÃ pra tu não ter que vir OUTRA vez...

V3: Certo... Mas as pessoas não precisa vir não né? Só o nome...

Es: Não... só o nome. Por enquanto... não. ((22 s)) Pode guardar seus documentos...

Transcrição do depoimento da vítima 4

E3: É contra quem ... o boletim?

V4- É porque eu convivi com uma pessoa 7 anos ... aí a gente *tamo* com oito:: dias de separado aí eu:: eu queria assim ... pra eu pegar as minhas coisas de trabalho ... Porque eu sou costureira ...e eu não tenho condições de comprar outra máquina. Aí ... eu queria tirar ... minha/minha roupas ... minhas/

[

E3: E ele não deixa você tirar?

V4: Bom ... eu não conversei com ele ...assim ...entendeu? Eu:: eu queria assim ... que se ele pudesse assim é::: me dar minhas coisas de trabalho ...sabe?

E3: Você saiu de casa?

V4: Saí...

E3: Por que... ele te ameaça ... é?

V4: Não ... porque ele fica::: quando ele bebe... ele fica agressivo ... sabe? Aí ... eu já vivo com ele há 7 anos a gente sempre ((incompreensível))

E3: E ele te ameaçava ... te agredia?

V4: Não ... ele me agredia. Aquelas coisas de::: de sempre ... né? De tá discutindo... aí ... eu saí.

E3: Ele te agredia com palavras?

V4: Também ...

E3: Fisicamente também?

V4: Ele dizia “ porque você é assim e aquelas de nome.. essas coisas::: aí... eu falei pra ele... olha... ((e balança a cabeça negativamente ... sinalizando uma reprovação em relação ao comportamento do companheiro)) ... E eu tenho um filho de 13 anos e ele fica::: é::: ...não querendo criar o menino ... que eu tenho que

[[

botar o menino pra estudar no interior:::

E3: Aí você quer assim ...o seu::: a sua máquina:::

V4: É ... minhas duas máquinas ... minhas roupas ... né? E minhas coisas do meu menino ... porque ele tá:::

[

E3: Certo ...e você não conversou com ele e não sabe se ele vai deixar o não:::

V4:É verdade ...

E3: E você que a gente chame pra uma audiência... pra conversar com ele?

V4: É ::: ... porque eu sei que não dá mais certo ...mulher. A gente ficar brigando ... fica::: e isso não é a primeira vez:::

[

E3: Un-hun... Agora assim ...nesses dias... Vocês estão separados há oito dias... né?

V4: É...

E3: Ele liga... lhe agredindo?

V4: Não ... ele não liga ... não.

E3: Certo

[

V4: Aí ... eu queria assim... se a senhora pudesse ... assim...me dar uma/ uma carta ...assim... pra eu poder pegar minhas coisas...

E3: Olha... carta a gente NÃO tem ...assim... carta ... né? Na realidade... você teria que entrar na defensoria pública ... na justiça ... pra requerer seus pertences ... seus direitos ... né? Mais a sua máquina:: ... né?

V4: Pois é...minhas coisas de trabalho

[

E3: Suas coisas de trabalho ... Então ... a gente poderia chamá-lo... pra uma conversa aqui na delegacia...Dar uma carta assim... pra você chegar lá:: pedindo... não tenho (reforça balançando a cabeça negativamente) ...A gente não tem essa condição de dar essa carta. A gente vai fazer o boletim de ocorrência ... né?

V4: Un-hun.

E3: Você poderia até tentar:: ir lá:: ... conversar com ele ... mas não é bom ir sozinha::

V4: Pois é:::

E3: Você que a gente chame... pra conversar?

V4: É ... porque eu sei que:: eu e ele não dá mais certo.

E3: Deixa eu ver aqui seus dados ... tá certo?

V4: An-hã

ES: Então ... você saiu porque não dava mais certo ... ele lhe agredia:: quando bebe fica agressivo::]

V4: An-hã ... fica agressivo.

E3: É:: a última vez que:: ele lhe agrediu com pala::vras ... foi quando?

V4: Foi :: hoje tá fazendo::: foi de sexta pra sábado...

E3: Passado?

V4: Sim ... é::: que:: hoje é quinta ... né ? Sexta-feira... amanhã ... vai fazer:::

E3: Sexta-feira passada?

V4: An-hã.

E3: Dia 27 ... né?

V4: É ...

E3: Dia vinte e sete... Mais ou menos que horas?

V4: É::: é..... foi mais na madrugada ... né?

E3: Na madrugada?

V4: É ...

E3: Isso foi em casa ... né?

V4: Foi ...

E3: Seu endereço?

V4: Rua Rodrigues de Andrade 118

E3: É o primeiro boletim ... é ...que você faz?

V4: Foi ... eu fiz esse aqui mas já ta com:: Foi lá na delegacia da Parangaba:: (entrega boletim para que a escritã leia)

E3: Hun... ((lê boletim)) E você nem fez exame de corpo e delito ... né?

V4: Não ... não ... A gente tem pena ... né? Que a pessoa seja preso?

E3: Você não fez o exame de corpo e delito porque teve pena?

V4: Porque/ mulher ... a gente quer se saia da vida da gente pra não voltar mais ... entendeu?

E3: Mas ... por que foi ... que você não fez o exame?

V4: Não sei nem por/ assim:: Não ... porque no dia que eu fui... foi/era doze horas da manhã...

E3: Um:: ((aguarda resposta da vitima))

V4: da noite... aí eu num/ num sei o que foi/quando eu cheguei:: eu disse ... não ... doutor...eu quero que ele saia de dentro da minha casa... Aí ... voltou...pronto. Aí eu não tive mais coragem de ir...

E3: Ficou com pena?

V4: Não sei/não ... não era pena... Mas eu não fui mais:: Se ele melhorar ... né?

E3: Achou que ele poderia melhorar... né?

V4: É...

E3: A senhora convive com ele há quanto tempo?

V4: Vai fazer/ tá com oito anos::

E3: Oito anos ... né? Nome dele?]

V4: A gente que evitar ... mulher... porque tem filho... João da Silva.

E3: João?

V4: da Silva

E3: Tem quantos filhos com ele?

V4: NAO... não tenho filhos com ele não.

E3: Aí bebe ... né?

V4: Bebe ...

E3: Aí quando ele tá embriagado fica agressivo?

V4: É ... fica desse jeito::

E3: Várias vezes ele lhe agrediu ... né?

V4: An-hã.

E3: A casa é de vocês ou é alugada?

V4: É alugada ...

E3: (Escrivã digita e fala alto ao digitar) sofreu várias vezes ... agressões físicas e verbais também?

V4: É:: (12) Aí ... eu tenho um filho ...mulher... de vinte e um ... de dezoito ... e esse de treze:: Aí ... pra evitar ...mulher...eu tenho que:: assim ... a gente tem medo ... assim de acontecer uma coisa pior ... né? Que:: o meu mais velho ontem disse “Olha mãe ... se eu souber que o Junior triscou um dedo na senhora ... não vai prestar::” Aí a gente fica com medo ... né ... que::

[

E3: Como foi que ele falou?

V4: O meu menino... meu filho de vinte e um:: “ Olha mãe ... é melhor a senhora se separar ... não dá mais certo... porque se ele for agredir a senhora ... se EU souber não vai prestar::” A gente fica:: né? Aí ... mulher ... tem que deixar logo ...viver/ eu vou viver minha vida com meus meninos ... né? Meus três filhos...

E3: Mas tu sabe saiu de casa e levou os filhos?

V4: Levei... todos os meus três. Foi na sexta-feira... foi nesse dia?

V4: Foi ...

E3: Aí... na sexta-feira... no dia vinte e sete...como foi?

V4: Aí ... né...só que eu tenho meu filho que:: quando ele bebe ... sempre eu não deixo... ele dentro de casa ... Sempre eu deixo na minha vizinha:: que a gente tem medo ... né... dele:: bêbado fazer alguma coisa com o menino ... né?

E3: An-hã...

V4: Aí ... pra evitar tudo ... eu tiro:: o meu de vinte e um não mora comigo ... né?

E3: Não mora com você ... né?

V4: Não... mora com o pai dele ... Aí... sempre ele vai lá em casa “ mãe... como é que tá as coisas? Não ... tá bem ... eu digo. “Pois espero que esteja mesmo”... Aí ... a gente não vai dizer ... né? Porque a gente tem medo. Porque um filho de dezoito e outro com vinte é um HOMEM.

E3: Você tem dois filhos?

V4: Tenho TRÊS.

E3: Ah:: Um mora com o pai e outros?

V4: O meu mais novo mora comigo ...

E3: Só o mais novo ... né?

V4: É ::

E3: Sim... aí... sexta-feira ... como é que foi?

V4: Não :: ...aí ...ele:: só foi dizer umas coisas:: “ Sabe de uma coisa ... eu vou é sair::”

E3: Lhe agredindo com palavras de novo ... né?

V4: Foi ... Aí ... eu disse ... sabe de uma coisa... eu vou é sair:: Quando eu esperei ele sair ... eu saí:: entendeu?

E3: Ele lhe agred/ ele lhe chamou de que?

V4: Mulher... tu acredita que eu nem lembro mais...

E3:Palavrão?

V4: Foi ...só as coisa dele bebo e a gente ... né... fica tão tensa ... que:: que aí eu num... num lembro mais ...

E3: Com palavrão ... né? Com palavra de baixo calão?

V4: An-hã. Foi:: me chama de “ troço” ... sua “ troço” ... abestada::... sabe ... assim::

E3: Troço... abestada :: (escrivã repete palavras ao digitar)(8) O que mais?

V4: É jumenta:: ...é tudo isso::

E3: Dentre outros ... né?

V4: É.

E3: Não lhe ameaçou?

V4: Não ... não ... não ::

E3: A í você resolveu sair de casa::

V4: É::: resolvi sair:: Não é a primeira vez que eu saio de casa:: SEMPRE a gente volta... briga...mas na/não vou vou melhorar... tal:: Mas não muda ... mulher:: Não muda ... não :: É melhor eu sair de uma vez ... mesmo::: aí... eu só queria minhas coisas de trabalho ... né? Minhas máquina::

E3: saiu de casa:: (digita e fala em voz alta) E foi morar de que... de aluguel? V4: Não... eu tô ... eu tô numa casa de uma tia do meu ex-marido:: Por enquanto que a gente vai ver se consegue alugar um canto pra gente::

E3: Duas máquinas ... né?

V4: É...

((1 minuto e meio digitando))

E3: Aí... você tem:: você tem medo de ir lá e tirar suas malas... não é? (4s) Nós vamos chamá-lo pra uma audiência::

V4: Un-hun:: ((balança a cabeça afirmativamente... em sinal de consentimento))

E3: Olhe ... caso ele lhe ameaçar ... ficar lhe ameaçando ... lhe importunando... Vocês estão separados ... né? Ele não tá ligando pra você ... nada... né?

V4: Não ... não ...

E3: Mas ... se houver alguma outra coisa... se ele continuar lhe ameaçado... lhe importunando... você pode retornar à delegacia... requerer medidas protetivas ... As medidas protetivas... a gente encaminha pro juizado de violência doméstica... pedindo ao juiz pra:: pra ele não se aproximar de você ... não frequentar o mesmo lugar que você frequenta... certo?

V4:Un-hun:: Eu sei...

E3: Só... que ... aí... ele ficaria com antecedentes criminais... e você teria que processá-lo na delegacia ... tá?

V4: Eu sei::

E3: Então... o boletim vale por seis meses... caso você queria retornar por um outro motivo... é só você:: ... tá?

V4: Eu sei:: Quer dizer que aí:: ... por exemplo ...se:: eu for lá com os meus menino ... assim... se eu for pegar minhas máquina... aí:: como é que:: eu digo assim::

[

E3: Você quer tentar?

V4: Eu queria ... né? Porque ... mulher:: ... eu não posso tá muitos dias sem trabalhar... né::?

E3: Você quer que a gente chame pra uma audiência ou você acha que ((incompreensível)) é agressivo?

V4: Não ... eu queria assim::se você :: é:: me entender ... assim::... é:: Por exemplo... se eu for lá com meus meninos tir

[

E3: Retirar suas máquinas... as SUAS máquinas ... né? Pronto...

V4: É:: Aí... por exemplo... aí:: ... se ele Não quiser me dar ... aí e:::u...

E3: Aí ... pronto:: aí ... você retorna então... não é isso?

V4: É ::

E3: Tá legal... tá certo ... Vou fazer só o boletim de ocorrência ... né:: ...qualquer coisa ...você retorna...

V4: Tá certo ...

Transcrição do depoimento da vítima 5

V5: Convivi com uma pessoa por dezessete anos:: Dois anos que nós não tamo mais se entendendo... porque ele não sabe conversar:: Ele vai logo... batendo...me agredindo...ele já me deu um MURRO :: no meu olho ... nunca:: fui atrás... deixei/]

E4: Qual foi a última vez que a senhora foi agredida por ele?

V5: Ontem ele deu:: um murro aqui ::((mostra o braço)) Tá roxo aqui um pouquinho ... né?

Ele deu um murro aqui:: ... não pegou no olho porque:: eu:: ... puxou meus cabelo... MUITO... fiquei com DOR DE CABEÇA... e mandando eu ir embora de casa e escu/ e chamando meu filho de de nome ...

((escrivã conversa com a outra funcionária))

Quando a gente discute ... mandando eu ir :: vá:: tá entendendo?

E4: Ele ameaça a senhora?

V5: Ele ameaça ...não ... ele BATE ...

E4: Ele não ameaça de matar ... de fazer algo pior?

V5: Ele já disse um dia que se eu levasse ele PRESO ... ele:: me matava ...

E4: Um DIA ... mas não foi agora recente ... não ... né?

V5: Não... sempre ele diz ... quando eu digo que vou registrar queixa contra ele::

E4: A senhora só convive com ele maritalmente ... é?

V5: Casada com ele...

E4: É CASADA com ele? A senhora já pediu pra ele sair de casa?

V5: Ele quer que eu saia de casa:: mandou eu tirar minhas coisas:: Eu ... eu não:: eu vim do trabalho ... eu NÃO posso ficar lá ...

E4: Não pode ficar em casa?

V5: Não ... que ele pode me bater de novo ...

E4: Ele lhe agride DIRETO... constantemente?

V5: Quando a gente briga... ele agride... É que nem ontem...eu chamei o Ronda... chamei o Ronda...

E4: Qual a providência que a senhora tá esperando da delegacia?]

V5: O que eu que::ro é é... DISTÂNCIA ...Cem metro de mim...Até onde ele me ver

]

E4: A senhora tá correndo risco de vida?

V5: Si::m Eu quero

]

E4: Porque é assim::... na lei Maria da Penha... tem a medida protetiva que a gente conce/ que a LEI concede pra mulher ... mas que estão em situações emergenciais ... correndo risco de vida ::

V5: Sim:::

E4: Ela é uma medida um pouco trágica:: NO momento em que a senhora solicita essa medida ... a gente ... assim ... um alerta porque ... a mulher as vezes ... assim ... pede e NÃO tem:: noção do que se trata... então a gente diz logo o que é::... A medida protetiva ... quando você pede ... automaticamente... você gera um processo criminal contra ele ... certo? A gente avisa porque ... as vezes ... mulheres não querem sujar o nome do marido ... entendeu? Porque as vezes ... paga pensão... pode prejudicar no emprego ... essa coisa toda... Por isso... se a senhora pedir essa medida ... já vai sabendo que vai gerar um processo criminal contra ele...

V5: Eu quero ...

E4: A senhora quer ... mesmo assim?

V5: Porque::: ... eu já dei muita chance a ele::: Já me bateu várias vezes

]

E4: A senhora já fez outro BO antes?

V5: AQUI ... não Só lá ... chamando a polícia... o Ronda...

E4: Se você também achasse que poderia resolver... a gente poderia chamar ele pra uma audiência ... AQUI::: ... pra EVITAR que gerasse um processo... Só que assim ... como ele não lhe ameaça...ele lhe BATE ... né?

V5: Ba:::te...

E4: A senhora que tem que avaliar o risco que a senhora tá correndo... Eu tô só dando as opções::: Podia chamar ele pra uma audiência ... aqui ... pra::: pra ele ser alertado... se ele continuar:: a senhora vai processar ele... a senhora quer ... o quê?

V5: É:: ... alertar ele ... né::?

E4: Ou vai querer logo a medida protetiva?

V5: Como é ::... essa daí?

E4: Você vai querer a audiência ... ou a medida protetiva?

V5: A medida protetiva ... como é:::?

E4: A medida protetiva é aquela que você vai gerar um processo contra ele ... que ele vai ser obrigado a sair de casa ...entendeu? Só que vai ser gerado um processo ... a senhora vai ter que trazer testemunhas ... vai ter que ser gerado um inquérito contra ele... ((escrivã demonstra frustração ao ter que explicar novamente sobre a medida protetiva e manifesta não concordar com esse procedimento))

V5 : E essa outra?

E4: A outra é pra EVITAR... se a senhora acha que não está correndo risco de VIDA e quer evitar o procedimento ... quer resolver por outros meios ... a gente chama ele pra uma conversa ...pra ver se ele melhora::: ...se ele não melhorar ::: ... Prefere uma audiência ... né?

V5: É::: por enquanto...Por que ... eu não posso entrar em casa :: A minha mãe disse que ele já foi nas pequenas causas pedir separação ... já pra não me dar direito de nada... O que eu quero ... realmente ... já que meus filhos não quer ficar comigo ... porque ele colocou meus filhos contra mim... já que ele disse que quer ficar com os filho ...já pra não me dar NADA ... é uma DISTANCIA dele... Vai que eu me esbarro com ele e pode querer/quer lutar comigo que nem tá lutando com um HOMEM.... de PORRADA...

E4: Mas ... sempre é assim ... SEMPRE?

V5: Quando a gente briga ... é assim...Hoje é que eu tomei uma decisão... porque sempre quando ele bate ... ele diz que não vai mais fazer isso... que não vai mais..

E4: A identidade da senhora...

V5: Tem CPF ... porque eu esqueci ... pode ser? ((entrega documento pra escritã)) ((10)) Se eu pudesse... eu nem saía de casa

]

E4: Mas... a senhora tá correndo risco de vida? A senhora avalia que está correndo risco de VIDA? ((Mostra-se um pouco arrependida por ter influenciado na decisão da vitima a não pedir a medida protetiva))

V5: Eu acho... Que eu não tô nem em CASA:...eu não vou nem ENTRAR...

E4: Então é melhor pedir a medida protetiva mesmo:: Qual foi a última vez?

V5: Que ele bateu?

E4: SIM

V5: Ontem...

E4: Que horas?

V5: Oito horas. ((escrivã digita))

E4: A senhora tá com hematoma?

V5: Só um pouquinho aqui de um murro... ((mostra o braço esquerdo))

E4: Eu vou expedir uma guia pra você ir pro IML ... pra fazer exame ... viu?

Isso foi lá na sua residência ... foi?

V5: Foi...

E4: Qual o endereço lá?

V5: Rua Sousa :: Por que é assim... já que ele não/ eu queria/ o que eu queria mesmo... que ele disse não vai ME DAR NADA ... já que meus filhos não quer ficar comigo ... pra ficar com ele ... eu DEIXARIA ... eu deixaria... já que ele não quer me dar NADA... eu deixaria ... só que eu queria ... agora no momento ... quando eu visse ele ... ele não fazer nada comigo... DISTANCIA de cem metro...o que queria era só isso aí...

E4: Rua Sousa qual o numero lá?

V5: Trinta e dois três ...

E4: Bairro?

V5: Granja Portugal...

E4: Trinta e dois:: zero três?

V5: TREZE...

E4: Eu ia pedir uma audiência ...mas a como a senhora disse que ao pode nem ir em casa por causa dele:::

V5: Eu não ando nem em casa:::]

E4: ((incompreesível)) pedir medida protetiva::

V5: Aí ...como é? Vai pra lá ... pro endereço ... pra poder intimar ele ... como é?

E4: A gente vai pedir ((incompreensível)) ... ela vai conceder ... mais ou menos ... depois de uns vinte dias ... o oficial vai lá na sua casa entregar o papel:: ((incompreenssível))

V5: Se ele me maltratar e eu ligar pro Ronda ele vai preso ... é?

E4: Se ele pelo menos se aproximar ...e você ligar pro Ronda e mostrar o papel... e dizer que está descumprindo:::]

V5: Mas eu já levo o papel? Já fica com segurança?

E4: Você já leva hoje um::: um comprovante que você requereu...que de uma forma ... já ajuda ... né? O Ronda as vezes não vai querer se meter quando a mulher já tá com o papel da medida fica mais fácil... né?

V5: Un-hun ... tá bom.

E4: Como é o nome da mãe da senhora?

V5: Rosa da Silva

E4: Você sabe o nome do pai e da mãe dele completo?

V5: Do pai?

E4: É:: Porque pra gente fazer a medida ... precisa do nome do pai e da mãe completos. Você sabe?

V5; Sei::

((...)) coleta de dados pessoais/ endereço, telefone, etc.))

E4: Data de nascimento do seu marido?

V5; Não sei a data do nascimento dele::

E4: ((inteligível)) sofreu agressões físicas por parte dele?

V5: Já tá:: agora:: já tá com dois anos que:: quando a gente briga ele fica maltratando::

E4: Faz dois anos ... né?

V5: É::

E4: ((escrevã fala alto ao digitar)) que faz dois anos::: vem sofrendo agressões físicas do seu marido ... né?

V5: é::

E4: Já estão em processo de separação ... né?

V5: Já::

E4: Já estão em processo de separação ((repete ao digitar))

V5; Ele diz muito nome comigo::

E4: E que constantemente é agredida verbalmente por ele ... né?

V5: É::

E4: E que ele se nega ao sair de casa ... né? ((digita))

V5: É:::Deixar ele lá:: a casa é dele...

E4: Aí ontem:: foi agredida como?

V5: Deu MU::RRO ... puxou meu cabe::lo...

E4: O murro foi onde ? No braço esquerdo?

V5; No braço::

E4: A declarante se encontra com dor de cabeça das agressões sofridas ... né?

V5: ((confirma balançando a cabeça afirmativamente))

E4: Ele chamou de palavrões também ... ontem?

V5: Disse:::

E4; Qual foi os palavrões que ele usou?

V5: Ai:: ele diz é quase todo dia:: VÁ tomar não sei aonde:: ... vá se fuder:::

E4: É porque a gente tem que colocar da mesma forma:::

V5: é?

E4: É...

E4Vá tomar no cú?

V5: Isso::: vá pra puta que pariu...

E4: Ontem ele disse isso?

V5: Não ... disse não:::

E4: E o que foi que ele disse?

V5: Só deu um murro..

E4: Ontem foi só um murro ... né?

V5: Foi:: ((8)) Nome ele diz só quando a gente tamo discutindo::

E4: Aí você teve que sair de casa ontem ... foi? Pra casa da sua mãe?

V5: Eu saí:: eu chamei o Ronda::

E4: Você chamou o Ronda pra ele?

V5: Chamei ... o Ronda foi lá em casa... nas moto ... né? Tentou consertar::voltei ... fiquei em casa ... dormi ...quando amanheceu o dia ... foi outra confusão eu com ele::

E4: Hoje de manhã também?

V5: Hoje de manhã::

E4: Mas ele lhe bateu ... de manhã?

V5: Não, não bateu porque::eu não confio nele quando ele tá com raiva:: Eu corri pelos quintal dos vizinhos... saí correndo::

E4: Então hoje de manhã, a senhora sai pra evitar

V5: Sim... agora de manhã::

E4: A senhora foi pra casa da sua mãe?

V5: Fui pra casa da minha mã/ mas antes disso... ele disse :: porque é assim:: quando a nossa conversa... desde o começo ...eu trabalhando:: porque quem tem um bocado de filho ... só o dinheiro dele NÃO DÁ :: aí ... já hoje ele disse que não quero que você vá mais trabalhar::tipo assim... desconfiando ... né? Eu disse que deixar de trabalhar ... eu num vou deixar não::: você não paga as minhas contas::: então/]

E4: Só um instante que alguém tá no telefone aqui...

((escrivã interrompe a sessão e dirige-se para atender o telefone depois de 4 minutos))

E4: Sim ... só pra gente resumir:: Hoje de manhã a senhora foi agredida por ele?

V5: Não:::

E4: Não teve nenhuma agressão de manhã não ... né? A senhora já saiu de casa pra evitar ... não foi?

V5: Porque ele trancou o portão ... aí eu fiquei com medo dele me bater:: Eu já saí correndo pelas outras casas porque o quintal lá é aberto...

E4: Ah... então vocês discutiram e ele trancou o portão pra senhora ficar dentro de casa ...não foi?

V5: Foi...

E4: ((escrivã repete palavras e lê alto))

V5: Naquela hora que ele queria ... que ele trancou o portão... eu saí com as roupas porque depois eu não ia poder levar as roupas sozinha..

E4: E não pode voltar porque se não ... vai agredida de novo por ele ... não é?

V5: É:: vou voltar não::: vou lá pro meu pai...

E4: A senhora tem testemunhas?

V5: Vou ver seu os vizinhos vai ... né? Parece que tem é me:::do...

E4: Já vou deixar a data marcada pra senhora vir com as duas testemunhas pra dar inicio ao inquérito...

Transcrição do depoimento da vítima 6

E5: É contra seu marido ... é?

V6: É ...

E5: Mas ... a senhora ainda tá com ele?

V6: Sim...

E5: Tão morando na mesma casa ainda?

V6: Na mesma casa.

E5: O que ele fez com a senhora ...a última vez?

V6: Comigo ...ele não/ não/ não me agride. O problema é que ele é “aviciado” e TUDO quanto eu tenho ele vende... Até comida ... Ele não trabalha mais ... ele tá viciado ... até a rede dele DORMIR ... ele vendeu... NADA, ninguém pode ter mais nem um chinelo ... nem um calçado porque ele vende... Aí ... eu queria ... assim que ele fosse embora... não quero mais ele lá em casa... Porque não tem condições... né?

E5: A senhora não quer mais ele lá não... né?

V6: De jeito nenhum

E5: [Ele lhe agride?

V6: Com palavra... só com palavra.

E5: A última vez que ele lhe agrediu com palavra ... foi quando?

V6: Até hoje ... toda hora ... (sorri sarcasticamente, demonstrando frustração)

E5: Sim ... mas eu queria saber ... HOJE... ele lhe agrediu?

V6: Sim

E5: Ele chamou a senhora de que?

V6: Ele me cha/ ele ... joga praga ...

E5: Não ... mas ... pode dizer... tem problema não ...

V6: O que é que ele me chama? Ele me chama de rapariga ... ele me diz que eu vou atrás dos macho ... porque quando eu vou trabalhar ele diz que eu vou fazer isso ... vou fazer aquilo ... ele diz várias coisa...

E5: Ele nunca lhe ameaçou de morte?

V6: Me ameaça de morte ... exatamente ... me ameaça de morte ... Ainda ONTEM me ameaçou de morte ...

E5: Ele ameaçou a senhora de morte ontem dizendo o que?

V6: Dizendo que ia me matar ... ele não disse pra mim ... disse pra minha filha de catorze anos ... que a minha filha tem problema ... chega ela treme ... ela chegou perto de mim ...ela quase... assim ... tremendo ... dizendo que o pai dizia que ia me matar ...

E5: Ela disse foi? Como foi que ela disse?

V6: “Mãe... mãe...mãe... Oi ... O pai disse que a senhora tá aí... sentada na calçada ... quando ele chegar se a senhora disser um tanto assim como ele...”(mostra os dedos indicando pouco tamanho) ... ele não responde ... embora ele vá pra cadeia... Aí ... todo dia ele me ameaça de morte ...meu filho de dezoito anos que não é filho dele ... saiu de casa por causa dele ... E ... ele não ameaça de MORTE ... né ... mas só que ... o meu filho não vai gostar ... né?

E5: Ele ameaçou a senhora de morte ...

V6: A MIM, a mim ele ameaça ... ameaçou ONTEM de morte ...

E5: E a senhora quer que ele saia de casa ?

V6: De casa ... A casa é minha ... ele não tem mais nada ... nem roupa de vestir pra sair ... ele não tem... Nós não tem mais nada porque ele vendeu tudo ... Ele/ aí ... ele/a chine/até a CHINELA ... nossa própria chinela ((nesse momento, a vítima bate na mesa mostrando frustração e revolta)) a minha... o cartão do bolsa família (incompreenssível) eu que pago

água... eu trabalho ... eu que pago água... pago luz ... ele não dá NADA... NADA ... nem dez centavos... Eu compro é/eu não posso mais comprar nem uma FEIRA ...

E5: [Porque ele pega...

V6: Não tem condições ... Aí ... eu compro só em kilo ... um kilo de arroz ... um kilo de feijão ... se eu comprar mais de um kilo e guardar ... ((balança a cabeça negativamente))

E5:Bom ... tem um forma dele sair de casa ... né ... A senhora acha que corre perigo de vida?

V6: Sim

E5: São as medidas protetivas ... A gente manda pra juíza ... aí ... passa uns dias aí ... a juíza manda o oficial de justiça lá na sua casa... tirar ele de dentro de casa quer dizer ... aí ... ele sai... tem uns que desobedecem... e o que poder acontecer ... ele pode ser preso ...

V6: Certo

E5: A medida protetiva ...depois a gente tem que fazer um inquérito ... um processo criminal ... aí ele responde pelas ameaças que ele fez pra senhora. Nesse dia ... a gente precisa de duas testemunhas ...a senhora tem testemunha pra senhora levar?

V6: COM CERTEZA ... Todo mundo da rua ... sabe por que que eu tenho? Porque quando ele me diz uma coisa ... eu pego e digo pros vizinhos exatamente por causa disso ... porque NO DIA que a gente precisar ... eles tão sabendo o que aconteceu comigo... né?

E5: Então ... pronto ... Como essa ameaça que ele disse pra sua filha ... né?

V6: Minha filha tem catorze anos ... ela tem problema de nervosismo ... e ela vai fazer quinze anos agora e eu ... assim... eu ...eu não tenho ... eu quero comprar assim... um... coisa pra ela ... um celular ... mas não tenho condições ... se não ele leva ... A gente dorme ... aí ... eu trabalho no Castelhão

]

E5: A senhora chamou o Ronda pra ele... alguma vez?

V6: Nunca chamei o Ronda pra ele

E5: Olhe... tá com... sete anos atrás que ele já foi preso por embriaguez e desordem ... A gente se separamos ... nós tive/ EU tive aqui ... só que ele passou seis meses ... voltou de novo e prometeu que não ia beber mais... REALMENTE ... ele cumpriu ... ele não bebeu mais...

E5: É bebida ... é? Era só bebida? E agora tem droga no meio?

]

V6: Era bebida ... AGORA tem droga... Ele não bebe mais

]

E5: Agora é a droga?

V6: É a droga... A droga tá destruindo ele...

E5: É...: eu vou fazer aqui BO pra senhora/ a senhora sabe o nome dos pais dele?

V6: ... sei...

((nesse momento a escritã fala com outra funcionário que entra na sala))

V6: A mãe dele já sabe ... veio do interior ...

E5: Sabe o nome completo?

V6: Sei... A mãe dele já veio... aí... o irmão dele também... tudinho já... já sabe... Eu queria que ele fosse embora pro interior pra onde tá a mãe dele ... né ... ele NÃO quer ir... porque... não tem condições de ficar na minha casa ... não tem... A casa é MINHA/

]

E5: Ô Dona... Dona...

]

V6: Francisca

E5: Dona Francisca ... ele lhe ameaçou ontem? Que horas que a senhora falou isso pra senhora?

V6: Era umas seis horas...

E5: Seis horas? Da noite?

V6: Da noite... E ainda puxou faca pra mim ... ele...

E5: Assim... ...porque o BO eu tenho que fazer do último fato que aconteceu ... tá certo?

V6: Certo.

E5: Foi na sua casa que aconteceu ... certo? Foi na sua casa ... foi?

V6: Na minha casa ...

E5: Rua?

V6: Rua X... trinta e dois ... cinqüenta e um ... Barroso dois

E5: Barroso Dois?

V6: É...

E5: Mas assim... o nome dele já fica sujo ... com a medida protetiva...

V6: Não tem problema ...não ... Pra mim ... ele não tem mais o que sujar...

E5: É... ponto de referencia ... qual é ... da sua casa?

V6: Meu ponto de referencia é... é...Mercantil Fruta nova

E5: Mercantil...

V6: Mercantil FRUTA NOVA

E5: Fruta NOBRE? ((escrivã não consegue entender o nome, devido ao barulho na sala))

V6: É...

E5: Foi dentro de casa ... foi que ele disse? Ou foi no meio da rua?

V6: Não ... no meio da rua ele nunca me disse nem que eu era feia... só dentro de casa...

((escrivã digira informações))

E5: Estudou até que série?

V6: NENHUMA ... só sei assinar meu nome...

E5: Profissão... doméstica ... é?

V6: Profissão ...doméstica ... é...:

E5: Eu tenho (incompreensível) porque... só é eu e Deus e três filhos que eu tenho ...né? Por aqui eu não tenho mãe ... não tenho pai ... irmã... ninguém ... né? Só DEUS... e meus filhos...

E5: Casa própria ... é?

V6: É... é própria ... é minha...

E5: Qual o telefone?

V6: Só tem telefone público

E5: Serve

V6:469 2333

V6: Eu não tenho meu celular ... não... ele também levou ...meu celular...

E5: Ele é viciado em crack ... é?

V6: É...crack

E5: A senhora viveu/ a senhora VIVE ... né... com ele?

V6: Vivo ... há dezessete anos...

E5: Como é o nome dele todo?

V6: Jose da Silva

((escrivã digita e lê em voz alta))

E5: Há dezessete anos... A senhora teve quantos filhos?

V6: Dois

((escrivã digita e lê em voz alta))

E5: ... Que desse relacionamento tiveram dois filhos... e é viciado em crack... em crack ...né?

V6: É

E5: ((continua digitando..) e já vendeu... e vende tudo que tem dentro de casa ... né?

V6: É ... tudo de casa...panela ... prato ... copo... vende TUDO... A gente já não tem ... né? A gente já luta pra ter e o pouco que tem ... né...

E5: Fisicamente ... ele nunca lhe agrediu não... né?

V6: Não...

E5: ((digita e lê em voz alta))... além de agredir a declarante verbalmente... seu marido... ele tava drogado?

V6: Com certeza ... ele é direto drogado ... né?

E5: ((digita)) (...)ameaçou... a declarante de morte ... né? Como é o nome da sua filha?

V6: Mairla Monteiro de Castro

E5: Treze anos?

V6: Catorze... Ela vai fazer quinze esse mês ... mas não fez ainda ... então ainda tem catorze ... né?

E5: e elea falou para a declarante... como foi que ela disse? Mãe...

V6: Ela disse ... mãe ... o pai disse que a senhora tava aí fazendo hora com a cara dele ... quando chegar aqui ... se a senhora disser um tanto assim ((mostra dedos, indicando pouca quantia)) ... ele disse que NÃO responde ... ele disse que /

E5: hora com...: a cara dele...((digita))

V6: Ân-hãn... aí ... ele disse quando a senhora entrar dentro de casa/]

E5: quando a senhora ... entrar... dentro... de casa...

V6: Se a senhora falar qualquer coisa ... ele não responde por ele

E5: falar qualquer coisa... Sim ... mas ele falou em morte ou não?

V6: Ele disse que... não respondia por ele... nem que ele fosse pra cadeia... ... o que ele tá dizendo ... né?

E5: Não respondia... ((digita))

V6: Ele ia pra cadeia ... mas ele não respondia por ele ... né?

E5: Ah... certo... ((continua digitando)) Ele... ia para a cadeia ... né? Mas não respondia por ele...

V6: An-hã...: Lá em casa ... TODO MUNDO conhece minha vida ... eu sou evangélica ... eu não saio ((incompreensível)) SETE horas nós tamos dentro de casa e tamo tudo com a porta fechada ... eu e meus dois filho e ele lá... ((faz sinal de loucura))passa a noite entrando e saindo ... entrando e saindo ... o que ele tiver de noite ... ele leva...

]

E5: Aí quando foi que ele chamou a senhora de/de/de rapariga? Foi ontem ... foi?

V6: Ele chamou já hoje...

E5: Hoje?

V6: Hoje... porque ... antes de sair... antes de vir pra cá ... eu fui pro João Paulo Segundo renovar o bolsa família ... entendeu? Aí ... de lá ... nós viemos pra cá.....aí ... desde de dez hora que nós tamos aqui... aí que disse que eu tô atrás de macho ... me chama de rapariga... ele joga praga... “tomara que o carro te PEGUE...”

E5: ((repete algumas palavras e digita))

V6: Ele diz também que meu próprio filho é meu MACHO ... meu próprio filho de dezoito anos... As vezes ... viu... eu entrego a Deus ... porque... só Deus tem misericórdia...

E5: Ele lhe chamou de rapariga ... né?

V6: An-hãn...

E5: ((digita e repete)) e disse... tomara que o carro ... né?

V6: Te PEGUE

E5: a declarante não agüenta mais conviver com ele ... não é isso?

V6: Un-HUn ... Com certeza...

E5: A declarante e seus filhos ... né?

V6: Un-hun...

E5: não agüenta mais... conviver com José... Aí quer dizer que sua filha de treze anos é doente por causa disso ...é?

V6: Nao... não sei...

E5: É nervosa?

V6: Ela é nervosa... ela tem problema de febre reumática ... ela se trata desse problema ... entendeu...? Desordenou a coordenação motora dela ... aí ... qualquer coisinha ela fica nervosa ... ela se trata de febre reumática ...

E5: Ele vai pra casa da mãe dele ... é?

V6: Eu não sei pra onde é que ele vai ... não...

E5: Eu posso botar o endereço é da senhora mesmo ... né?

V6: É o meu ...

E5: Porque o oficial de justiça vai pra lá...

V6: É/Porque/ Não/ eu queria que ele fosse embora pra casa da mãe dele... a mãe dele não mora aqui em Fortaleza ... entendeu? Ele mora na MINHA casa...

E5: Eu vou botar o endereço da senhora mesmo ... né ... que ele mora lá...

V6: Ele mora lá em casa ... é sim... Ele mora lá em casa...

((Nesse momento , a escritã lê o BO))

V6: Mulher ... é muito ruim ... porque a pessoa não ter/

E5: ele não trabalha ... não?

V6: NÃO ... não trabalha... ANTIGAMENTE ... ele trabalhava ... né ... ((incompreensível)) até o pneu dos carro ... que é o meu carro que eu trabalho também ... ele vendeu... Eu trabalho três dias na semana no Castelão na diária /

E5: Carro de que?

V6: Carro ... carrocinha ... de/de... reciclagem... Ele VENDEU os pneu... não tem como ... Aí ... se eu fizer um esforçozinho e comprar ... ele vende de novo... aí ... o que eu vou fazer? Nada... Não tem condições... Aí ...ele... Eu trabalho três dias no Castelão ... é vinte reais a diária ... se eu trabalhar três dias ... são sessenta reais ... aí tem um mulher que eu ajudo ela ... que as vezes na semana ... ela me dá vinte reais ... Esses vinte era pra comprar um kilo de açúcar ... ninguém pode comprar uma feira porque se comprar e guardar ... ele leva... não tem condições... de jeito nenhum... porque olha aqui ó((mostra as mãos calejadas)) tudo aqui é calo... é de vassoura ... de varrer o Castelão... quando tem jogo ... aí ...depois do jogo a gente vai fazer a limpeza ... aí paga vinte reais a diária e as vezes eu trabalho de noite... teve uma vez aí ... que eu trabalhei de noite e eu lesada cheguei em casa era... bem cinco e meia da manhã... ... porque eu moro bem pertinho do Castelão...quando eu cheguei com quarenta e oito real... dentro da minha mochila ... e eu só comigo meu Deus ... vou deixar aqui ... porque ele não vai tirar não ... deixei tudo aberto e no outro dia não amanheceu UM real...um real... Mulher ... mas eu não sei não... eu não/é... /só Deus mesmo... as meninas diz assim... Maria... meu nome é Ana ... mas me chama de Maria... eu não sei como é que tu agüenta isso ... porque se fosse eu... mas não posso fazer nada ... já tirou... já gastou... né? Não tem como fazer nada... é o jeito é... pedir força a Deus e buscar mais ... né? (5) Aí ... o problema é esse daí... Aí ... não tem condições né... eu já falei com a mãe dele ... já falei com os irmão dele ... os irmão dele diz ... não ...Fátima ... eu não tenho o que fazer não ... você tem que procurar seus direito ... né? Eu não posso é viver né ... minha filha vai fazer quinze ano ... meu mais novo tem dez ano ... o outro tem dezoito e já saiu de casa por causa dele ... né ... tem um ano ... mora com o tio dele ...e se ele souber de uma coisa dessa ... ele não ia gostar ... né? Ele mora mais o tio dele ... nem mora mais lá em casa mais ... aí ... a vida fica meio complicada ... aí ... ele saindo ... deixando eu em paz mais meus filho ... pronto ... o resto né... a gente comendo uma vez por dia ... mas pelo menos ... come sossegado ... né não?